

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES**

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA
A INVESTIGAR A CRISE DO SETOR PRODUTIVO DA
BORRACHA NATURAL E OS REFLEXOS NA POLÍTICA
GOVERNAMENTAL DO SETOR.**

RELATÓRIO FINAL

Relator: Deputado FRANCISCO GARCIA

Volume II

BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 1999

REUNIÃO DE 09/06/99

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Declaro abertos os trabalhos da 3ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a crise do setor produtivo da borracha e os reflexos da política governamental nesse setor. Em apreciação a ata da reunião anterior. Estando as cópias já distribuídas, consulto se fica dispensada a leitura da mesma. (Pausa.) Em discussão a ata. (Pausa.) Não havendo quem queira discutir, vamos passar à votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada. Ordem do Dia: audiência pública. Convidado o Sr. José Cesário Menezes de Barros, ex-Presidente da extinta Superintendência da Borracha — SUDHEVEA e o Sr. Mustaf Said, ex-maior fornecedor de borracha natural. Chamo os dois convidados para tomarem assento à Mesa e aproveito a oportunidade também e convido o Relator, Deputado... Se há o interesse de ficar na Mesa ou a primeira ...

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, se o senhor me permitir, eu gostaria de ficar daqui de onde estou, se não há problema, só para visualizar melhor os nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Gostaria de perguntar se o Primeiro-Vice gostaria de...

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Da mesma maneira, Sr. Presidente, se V.Exa. permitir, eu gostaria de permanecer no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Antes de passar a palavra aos convidados, esclareço que, de acordo com o Regimento Interno, esta Presidência concederá a cada um dos convidados o prazo de 20 minutos para suas exposições, passando depois aos debates com os Deputados presentes.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão. Como esta é primeira audiência pública desta Comissão e os nossos convidados são realmente pessoas que têm um conteúdo bastante relevante para a nossa análise de uma forma geral, eu queria propor ao Sr. Presidente que propusesse para os nossos colegas no plenário que nós esticássemos esse tempo a mais para os convidados, até porque o principal motivo desta CPI é uma investigação sobre a crise no setor. Como nós estamos iniciando hoje a nossa investigação, tendo em vista a importância dos convidados, acho que se eles tivessem mais tempo para poder expor todo o conteúdo dessa história que eles têm para contar — história com agá, obviamente, que eles têm para contar —, seria de extrema importância. Até porque, como o senhor pode perceber, nós estamos aqui em poucos Deputados e com certeza nós

teríamos as perguntas a fazer para eles dentro de um contexto mais amplo, sendo que este próprio conteúdo pode servir para a nossa análise de uma forma mais consistente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - A Presidência acata a sua sugestão e nós iremos, sem dúvida nenhuma, engrandecer o nosso trabalho; sem dúvida nenhuma nós iremos acatar. Os Deputados deverão se inscrever com a Secretária para participar dos debates e terão o prazo — só estou lendo a questão regimental — de três minutos. É lógico que nós iremos prorrogar, para engrandecer o nosso trabalho, sem dúvida nenhuma, dispondo os convidados de igual prazo para as suas respostas, sendo facultada a réplica e a tréplica. Com a palavra o Sr. José Cesário por vinte minutos ou que se estenda até que vá nos trazer os conhecimentos.

O SR. JOSÉ CESÁRIO MENEZES DE BARROS - Exmo. Sr. Deputado Badu Picanço, Presidente da CPI da Borracha, Deputado Silas, Relator da mencionada CPI, Srs. Deputados, Deputado Pauderney, autor do projeto de CPI, Srs. Deputados do Acre, do Amapá, do Amazonas, principalmente da Amazônia, meu amigo Mustaf Said, amigos aqui presentes, do IBAMA, Frederico, Rafael, demais autoridades, eu recebi com muita satisfação, inicialmente, um convite para participar desta CPI e depois, através de um telegrama, para prestar esclarecimentos sobre o assunto. Na falta de um tempo maior para me preparar, já que existe uma vasta documentação que precisaria ser analisada, ser pesquisada, nós procuramos levantar esse material. Já tínhamos alguma coisa que havíamos escrito há algum tempo. Juntamos tudo isso e creio que vai dar, que vai ser possível apresentar algumas informações valiosas para esta CPI. Se isso acontecer eu sairei daqui muito satisfeito, porque a minha intenção é exatamente procurar dar mais uma contribuição àquela gente bonita e sofredora que ainda resta lá nos seringais, que são os seringueiros, e alguns dos seringalistas que ainda perambulam pela Amazônia. Não preciso dizer muito de uma estima enorme que eu tenho a essa classe de produção, a esses ecologistas maiores que são os seringueiros, a esses agentes ecológicos que, em uma época em que se falava tanto em ecologia com a ECO-92, coincidiu exatamente com a mesma época em que o Governo começou a abandonar o setor, um pouco antes, mas fazendo com que fossem expulsos de suas colocações milhares de famílias. Quem conhece ou os Deputados do Amazonas que têm ido ao interior, com certeza, reforçam a minha informação, já que Municípios dos altos rios estão cheios de seringueiros da cidade. Coitados dos Prefeitos! Eu estive no Acre, Xapuri, Sena Madureira. Sena Madureira, na entrada da cidade existe uma favela de seringueiros, também oriunda desse crise grandiosa que aconteceu no setor. Eu preparei um documento em que consta algumas informações que eu considero valiosas. E consta também uma sugestão, que nós já apresentamos inicialmente ao Deputado Pauderney, que apresentou um projeto de lei, que nós chamamos de defesa ambiental, que é uma das soluções, e que eu gostaria de passar às mãos da Presidência dos

trabalhos e depois pediria a oportunidade também de citar alguma parte desse documento, que eu considero mais importante. Como também pediria a atenção dos senhores, para que nós possamos dar início aos trabalhos, que fosse passado um **tape**, um documentário feito pela Rede Amazônica de Televisão, num dos trabalhos que nós tivemos na época, no início na década de 80, na região, principalmente iniciada no Estado do Acre e depois levado também a outros Estados. Se a Mesa concordar, eu pediria que os senhores me permitissem que fosse passada essa fita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Pois não. A Presidência acata e sem dúvida nenhuma iremos acompanhar. Eu convido o Dr. Cesário e o Dr. Mustaf para sentarmos e assistirmos ao vídeo em conjunto.

(Exposição de vídeo)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Boa-tarde. Já estávamos aqui reunidos e o Presidente teve a necessidade de se ausentar momentaneamente. Por isso, vamos dar seqüência aos trabalhos já iniciados. Deixo a palavra, continua a palavra com o Dr. José Cesário Menezes de Barros, que estava fazendo a explanação dele como o primeiro convidado de hoje.

O SR. JOSÉ CESÁRIO MENEZES DE BARROS - Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria que os senhores tirassem os recados que os seringueiros, os abraços que já eram sempre muitos, mas que se lembrassem mais que existiam, no depoimento, duas pessoas muito interessantes nesse documentário: uma é o Prof. Geraldo Mesquita, ex-Governador do Acre, que continua vivo, residindo em Rio Branco; o outro é Barnabé Soares, ex-Presidente do Sindicato dos, na época, Presidente do Sindicato de Artefatos de Borracha de São Paulo, que consumia e consome ainda, pelo menos, um quarto da borracha natural brasileira e importada. Então, são duas pessoas que foram, viveram esse momento e viram a importância daquele trabalho que estava sendo realizado desde o início de 1980. Lembro-me muito bem que existia nessa época, no Acre, problemas gravíssimos: em Brasiléia, onde foi, inclusive, assassinado um líder rural muito importante chamado Wilson Pinheiro; depois, houve lá movimentos de vingança, tendo sido até o atual Presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, sendo processado pela Lei de Segurança Nacional por ter ido lá, feito discurso — esse negócio de vingança —, depois acabou dando em nada esse processo. Mas, com esse trabalho, que quero chegar à conclusão, com esse trabalho foi minimizada aquela tensão social que havia na região sem que houvesse qualquer solicitação de Governo. Esse foi um trabalho técnico inspirado no que eu tinha visto na Malásia e que tivemos a coragem de trazer da Malásia para implantar lá. Tenho também aqui um recorte pequeno, que vou passar à Presidência da Mesa; uma reportagem pequena, mas que reflete a importância daquele momento, que foi publicada pela revista **Veja** no dia 4 de maio de 1983. Mas, para que possamos seguir pela seqüência no nosso

depoimento, eu pediria a atenção dos senhores para o resumo que eu gostaria de passar a ler: as ligações para a situação de dependência de borracha natural do Brasil são variadas, com destaque nos problemas de natureza tecnológica, notadamente no que concerne aos esforços de racionalizar e estimular a produção pela implantação de seringais de cultivo, em substituição aos seringais nativos, permitindo que os seringueiros da Amazônia continuassem na atividade, porém de forma racional, utilizando recursos da TORMB que, segundo as Leis nºs 5.227 e 5.459, priorizava o seu uso na Amazônia Ocidental. A inadequação de clones selecionados pela pesquisa, apresentados e discutidos em seminários nacionais da seringueira a cada quatro anos, a partir de 1972, em Cuiabá, até 1984, em Salvador, bem como a extrema dúvida da pesquisa em indicar a enxertia de copa, (ininteligível) flora, em seminários específicos ocorridos em 1982, em Rio Branco e em Brasília, como solução para o excessivo ataque do mal das folhas em clones indicados como resistentes para a Amazônia, para as áreas ditas como de escape, além da descontinuidade de muitas das políticas públicas de apoio ao setor, foram, sem dúvida nenhuma, as principais causas do insucesso da agricultura na Amazônia. De igual destaque foram as barreiras de resistência de natureza política, que impediram o aporte mais expressivo de recursos subsidiados na última fase do PROBOR, o PROBOR III, para o estímulo à produção em áreas tecnicamente definidas e caracterizadas como potencialmente aptas à agricultura no Brasil, realizado pelo Instituto Agrônomo de Campinas, serviços contratados pela SUDHEVEA e aprovado pelo Conselho Nacional da Borracha, em 1981. Esse trabalho, bem como o desenvolvimento de seringais de cultivo implantado no Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, e o grande interesse existente na época no Estado de São Paulo, particularmente no planalto paulista, onde grande número de produtores substituíam à época lavouras de café e laranja por seringais de cultivo, motivados pelos altos preços da borracha no mercado nacional, excelente desenvolvimento de plantio realizados por lideranças rurais, além da excepcional produtividade de pequenos plantios adultos existentes, permitiu que fosse estudado e discutido por várias missões do Banco Mundial e equipe técnica da SUDHEVEA e de diversos Estados, em 1984 e início de 1985, um programa com financiamento daquele Banco, para implantação de 50 mil hectares de seringais de cultivo nessas áreas, além de suporte aos seringais nativos com ampliação do projeto de miniusinas na Amazônia, no valor de aproximadamente 200 milhões de dólares. Por mudanças na orientação da nova administração da SUDHEVEA, a partir da Nova República e dos dirigentes do IBAMA, que absorveu as atividades daquela autarquia, não foi dada seqüência àquele projeto que, embora contasse com o apoio do Banco Mundial, dependia de alocação de contrapartida do Governo Federal. Paradoxalmente, o seringal nativo da Amazônia, que respondia por 80% a 90% da produção nacional em 1985, contribui hoje com parcela sem nenhuma expressão na produção de borracha natural e nacional. O descaso das

autoridades brasileiras em termo de ordem adequada à política de apoio ao setor, inclusive ligado ao meio ambiente, resultou em migração de mais de 100 mil famílias de seringueiros para as sedes dos Municípios, para em seguida migrarem para as periferias dos principais centros urbanos da região amazônica, como Manaus, Belém e Rio Branco, onde as invasões de áreas urbanas assumem proporções gigantescas, com sérias conseqüências sociais. Dessa forma, a produção de borracha deslocou-se da Amazônia para o Sudeste e o Centro-Oeste do Brasil, notadamente para o Estado de São Paulo, que fez significativo esforço nos anos 80 em termos de investimentos privados para o plantio racional. A produção dessas áreas, contudo, ainda não é suficiente para cobrir a necessidade de consumo brasileiro e também não foi capaz de oferecer mais do que 20 mil empregos a seringueiros, número bem menor do que os 100 mil seringueiros da Amazônia que abandonaram os seringais e migraram com suas famílias. A revogação das Leis nºs 5.227 e 5.459, de 1997, foi o golpe fatal no setor de produção de borracha. Nem mesmo a instituição do subsídio de 90 centavos por quilo de borracha beneficiada, instituída logo após a revogação mencionada, serviu de estímulo aos produtores, que, no Centro-Oeste e Sudeste — e eu vi isso no Espírito Santo —, preferiram paralisar a produção, evitando o consumo de casca, a submeter-se a receber de 35 a 40 centavos por quilo de borracha bruta e o saldo de valor igual após o pagamento do subsídio à usina ou cooperativa pelo Governo. O subsídio tem servido apenas para beneficiar grandes plantações existente em Mato Grosso e Bahia e grandes usinas de beneficiamento pertencentes muitas vezes à indústria de pneumáticos, além de possíveis abusos havidos na Amazônia com o recebimento de subsídios sem a necessária produção. Enquanto países europeus adotam uma política protecionista para a produção de açúcar de beterraba, por exemplo, quando o custo chega a ser três vezes superior ao preço internacional do açúcar de cana, o Brasil revoga leis que permitiam a equalização do preço da borracha importada ao da borracha brasileira, cujo custo de produção é mais elevado do que a produzida por subsídios no sudeste asiático. Produtos como petróleo e cimento, principalmente esses dois, não entraram na globalização. A borracha, que mantinha milhares de trabalhadores na Floresta Amazônica e poderia gerar perto de 50 mil empregos no Centro-Oeste e Sudeste, não foi capaz de resistir às pressões da indústria, que sempre demonstrou interesse para que isso viesse a acontecer. Passei oito anos na SUDHEVEA; foram oito anos de pressão, mas a minha firmeza foi maior do que a pressão que eles tinham. Falamos aqui dos objetivos e gostaríamos de falar um pouco da importância ambiental da borracha, porque, na verdade, exerce na Amazônia um fator importantíssimo. Os seringueiros sempre foram os guardiões das nossas florestas; sempre foram um agente ecológico que não precisava de praticamente nada, a não ser que permitissem que trabalhassem para o seu sustento. A Amazônia é uma das áreas potencialmente mais rica de recursos naturais e, ao mesmo tempo, das mais pobres do Brasil. Possui dois terços do

território nacional, gera cerca de 1% da renda do País e depende de importações para seu auto-abastecimento e de exportações primárias, geralmente de origem extrativa, vegetal e mineral para a geração de receitas. Se nós tirarmos Manaus, nós temos a Amazônia hoje como o Brasil era antes, na época de Getúlio ainda: exportador de matéria-prima. Tirando a Zona Franca de Manaus e um pedaço de Belém, é o que nós temos na Amazônia. O Brasil, a partir da última década, está procurando modelos de desenvolvimento harmoniosos com a principal riqueza da região — sua biodiversidade biológica e sociocultural —, norteados pela crescente conquista brasileira da consciência ecológica e ambientalista. A diretriz central da estratégia de desenvolvimento proposta para a Amazônia é a conservação do meio ambiente, como condição fundamental para assegurar um desenvolvimento regional auto-sustentável. Os referidos novos modelos de desenvolvimento deverão levar em conta determinadas premissas. Falar da Amazônia como grande vazio demográfico é desconsiderar os conceitos de geografia humana adaptados à ecologia como ciência da interação do homem com a natureza. O equilíbrio ecológico e a sustentabilidade da Amazônia dependem da distribuição espacial do homem, dos modelos tradicionais existentes, que obedecem à distribuição espacial das espécies vegetais e animais e ao conceito que o rio comanda a vida na região. O poeta Tiago de Melo retrata muito bem em seu poema "A Floresta" a participação do homem amazônida na riqueza e na necessidade de sua conservação. Diz o poema do grande poeta Tiago de Melo: "A verdadeira riqueza da Floresta Amazônica não está na qualidade de seu solo, não está na sua fabulosa biomassa, nos trilhões de metros cúbicos de madeira em pé, nem na imensa variedade e quantidade de minerais do seu subsolo. De uma coisa os cientistas estão absolutamente seguros: a verdadeira riqueza da selva é a diversidade genética. São milhões de espécies de vegetais e animais, a imensa maioria ainda não estudada, cuja composição química contém poderes milagrosos para a vida humana. Está na Amazônia um terço de todo o estoque genético do mundo. Esta é a verdadeira riqueza da floresta, que todos devemos ajudar a preservar. Ainda é muito pouco o que se sabe de ciência certa sobre a floresta, a sua vida, os seus segredos e milagres. O homem está destruindo uma coisa que não sabe ainda o que é nem o que verdadeiramente vale, mas, pelo que já se sabe, pelo que a ciência já comprovou, é imprescindível a sua preservação. Por uma questão de amor não apenas à vida da floresta, mas à vida do próprio homem que habita a Terra, acho sim a nossa floresta muito linda, o mais verde lugar do planeta. Mas não é por sua beleza que tratamos e devemos defendê-la, nem pela beleza, nem pela exuberância, nem mesmo pela sua milagrosa biodiversidade. É simplesmente porque a Floresta Amazônica, onde nasci e moro, é um bem da vida. É preciso proteger, antes de tudo, o filho mais frágil da floresta, de cujo dom depende a sobrevivência de todos os outros. Nisso está a alma primeira do movimento ecológico. A preservação da natureza tem que começar pela vida do ser humano, tem que ser guiada em função em função da vida do

homem que é o mais ilustre dos seus filhos. Sem ele não tenho medo de dizer: a floresta não passa de uma verdadeira natureza morta". É o que nós vimos agorinha mesmo, essa gente querida, que vive naquela região, com esse sofrimento que temos hoje e que tiveram já uma oportunidade de ver que é possível com seu trabalho conseguir melhorar as condições de vida deles. Expulso de suas colocações, os seringueiros rumaram para as periferias dos grandes centros urbanos, onde passaram a viver em situação de miséria total. Em consequência dessas migrações forçadas, cresceu assustadoramente o número de favelas e a população de cidades como Manaus, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e quase todas as sedes dos Municípios grandes produtores de borracha no Acre e Amazonas, em particular. Temos um dado que é da maior importância e que mostra claramente a situação dos Municípios da Amazônia. Estimativa da população indigente na região amazônica, realizada em 1996 pela SUDAM e pelo IPEA, evidenciam que 27% da população do Acre é considerada indigente. O Município de Tarauacá apresentou um índice de 41,64% de indigência. E vocês viram o ano passado a Rede Globo indo lá em Tarauacá filmar a prostituição de menores, miséria de menores. Fizeram um publicidade enorme sobre o Município de Tarauacá. E Tarauacá, Cruzeiro do Sul, que está bem próximo a isso, sofre um efeito maior do que os outros Municípios, porque todo Juruá, por exemplo, não produz castanha, que complementa a produção da borracha, mesmo quando a borracha tinha um menor preço. Então, a miséria lá é maior do que, por exemplo, em Brasiléia, em Xapuri, em Sena Madureira; do que Labrea, em que a situação também não é muito fácil, do que no Purus e do que no Madeira. Nós temos essas informações a nível de Município. E quando nós chegamos, o Deputado Relator da CPI conhece muito bem Carauari, Irunepé, Envira, Ipixuna, todos estão dos índices mais altos de indigência no Estado do Amazonas. Nós apresentamos um quadro, tirando por base principalmente o Estado do Acre, que sempre foi o maior produtor de borracha, tinha na borracha o seu maior produto e que hoje tem simplesmente uma pequena produção. Então, nós temos Tarauacá com 41.64%, Sena Madureira com 38%, Cruzeiro do Sul com menos um pouco, 31,92%, o que é muito alto. Raramente, encontra-se um setor econômico, como o da borracha natural, tão vinculados aos desafios mais candentes da vida nacional. Numa relação de causa/efeito, a borracha natural afeta e é profundamente afetada pelo tratamento que vier a ser dado à superação dos desafios. As evidências continuam a indicar que mudanças dramáticas irreversíveis podem estar ocorrendo na ecossistema terrestre. A concentração de carbono é hoje 25% maior do que no período pré-industrial e está crescendo 0,5% ano. Atualmente, 27,6% do mundo está coberto por florestas, variando entre 23,6% na África, 25% na América do Norte, 17% na Oceania, 48,6% na América do Sul e 52,6% no sudeste asiático. Na Europa, 32,1%. Devido à natureza robusta e à importância econômica, o cultivo das seringueiras expandiu-se para fora da região equatorial, em latitudes que vão desde 24° do

norte da Índia e China, até 23° do sul do Estado de São Paulo. Desse modo, a seringueira vem sendo cultivada em mais de vinte países, numa área total estimada em 9 milhões de hectares, sendo a principal espécie florestal da Amazônia. Eu só não diria que não é mais importante que o pau-brasil, que deu o nome ao Brasil e que já foi importante no século passado. Mas, de qualquer maneira, nenhuma outra essência florestal da Amazônia permite ou gera mais de 3 milhões de emprego nesses vinte países produtores de borracha. Eu tenho aqui a parte de antecedentes; tenho mais coisa da parte ambiental, da parte de conversão de carbono, de liberação de oxigênio, mas vou passar, porque vou deixar o documento, porque sei que há outra pessoa para falar também. Tenho aqui os antecedentes históricos, que vão até a Segunda Guerra, que vai até 1951, quando produzimos mais borracha e, digamos, não importávamos; quando Getúlio, em 1948, publicou, editou uma lei garantindo o mesmo preço durante a guerra, porque, depois que acabou a guerra, os americanos se mandaram do País, porque começou a vir borracha barata novamente da Malásia. Então, não interessava mais a produção da nossa borracha depois da guerra. Mas o Presidente Getúlio Vargas editou uma lei, se não me engano, em 1948, mantendo o mesmo preço da borracha e determinou que o Banco de Crédito da Borracha, hoje BASA, fosse praticamente o comprador e o vendedor da nossa borracha, que criou praticamente o monopólio. E isso durou até 1967, porque, a partir de 1951, nós começamos a importar esses estoques que o BASA manteve durante esse tempo todo, e começou então desovar esses estoques a partir de 1951; em 1967, foi criada a Superintendência da Borracha, o Conselho Nacional da Borracha, através da 5.227; em 1968, foi editada a 5.459, que foi a lei que praticamente determinou a equalização de preço do produto nacional; em 1972, a Superintendência da Borracha lança o primeiro programa de incentivo à produção de borracha natural do País, com metas simples, de pequenas ainda, de mais ou menos 18 mil hectares, foram contratados 18 mil hectares; em 3 de outubro de 1977, é lançado o segundo programa de incentivo à produção de borracha natural, um programa mais ambicioso, não só com metas de financiamento, mas atendendo também à parte social, com a implantação de barcos de saúde, com dentistas e médicos a bordo, com agente de saúde. Hoje, vejo falar que no Nordeste há agente de saúde. No Amazonas, no Acre, em Rondônia, tínhamos agente de saúde em 1978, 1979. Tínhamos lá, inclusive com tudo financiado pela SUDHEVEA, não só com os barcos, como postos de saúde, os agentes de saúde, e postos de saúde com geladeira. Eu lembro que nós compramos um "horror" de geladeira para quê? Para conservar a vacina. Estamos aí com o Dr. Jorge. Médico que é, sabe muito bem disso. Nós tínhamos espalhados pelo interior da Amazônia esses postos de saúde, inclusive conservando vacina. Nós instalamos trinta armazéns nos principais Municípios produtores da borracha. E, lá, em convênio com a COBAL, nós funcionamos, a partir do início da década de 80 até 1985, quando estive na SUDHEVEA, abastecendo não só seringueiros, mas também seringalistas,

que repassavam aos seringueiros. Foi um luxo até de que a Nestlé fosse obrigada a litografar nas latas de leite condensado e latas de leite em pó os seguintes dizeres: "Venda exclusiva a seringueiros. Proibida a comercialização" em outras áreas. Então, tivemos um trabalho da mais alta importância. Em 1984, só para terminar de falar e fazer um resumo geral, o Ministro Delfim Netto, hoje Deputado Federal, depois de tomar conhecimento do trabalho que vinha sendo realizado no Estado do Acre, nos convidou para nos oferecer 4 bilhões, que não são os bilhões de hoje, nem muito menos 1,5 bilhão do Banco Central, mas 4 milhões, que devem representar uns 2 milhões de dólares, 1,5 milhão, mas que permitiram na época abastecer os trinta armazéns não só com os gêneros alimentícios, mas também com os insumos, para as miniusinas serem abastecidas. Então, foi um trabalho da mais alta importância. Em 1982 foi editado o PROBOR III, já com recurso do Tesouro. Esse programa já começou tendo dificuldades, porque foi necessária a edição de dois decretos, um em 1982 e, um ano depois, em 1983. Foi quando ele começou a funcionar, mas extinto logo em 1985. A SUDHEVEA, além disso, tinha uma grande participação com a pesquisa. Ela financiou durante o período em que eu estive lá — não só durante o período em que estive lá —, antes inclusive ela já financiava, principalmente a partir de 72, a pesquisa. Com isso, a EMBRAPA teve condições de criar um Centro Nacional de Pesquisa Seringueira em Manaus. E, além desse centro, irradiar em toda a Amazônia unidades de pesquisa, dedicando-se não só à parte genética, mas também à parte de adubação, à parte de enxertia, uma gama de variedades. Nós temos no documento um gráfico, que mostra claramente qual era a participação da pesquisa na época em que a SUDHEVEA atuava e qual é participação, o número de projetos, que se tem hoje no Brasil. Aqui está mais ou menos um quadro. É muito longe. Talvez os senhores não vejam. Desculpem. Eu não trouxe uma transparência, porque foi muito rápido. Temos aqui: em 1982 e 1984 foram os anos em que mais quase se atingiu o nível 100 de pesquisa. E nós temos em 1995, que é o último dado que nós temos, que não chega ao nível 20. Então, nós temos até nisso uma queda assustadora em termos de dar condições a quem está plantando ainda seringueiras, com recursos próprios, aqui no Centro-Sul, de pelo menos ter informações de pesquisa, para lhe dar segurança de que o seu empreendimento, que é duradouro, uma cultura de ciclo longo, vai ter de fato um ciclo longo de produção. Mas eu passaria então a relatar aos senhores o que talvez eu considero importante, até porque seria o resumo de todo esse trabalho que nós tivemos o cuidado de fazer. Eu passaria, então, a ler as conclusões e sugestões que gostaríamos de apresentar. A redução continuada da produção de borracha silvestre na Amazônia, havida nos últimos dez anos, provocou grandes problemas sociais, econômicos e ecológicos em toda a região. Como foi visto, os seringueiros foram os maiores prejudicados pela falta de uma política social e de preço. Gasta-se comparavelmente mais no Brasil em pneumático, por ausência de boas estradas e por descuido dos motoristas, que não são

instruídos no sentido de obter maior rendimento dos pneus, até mesmo em calibrar os pneus com frequência, do que a elevação de preços da borracha natural incidente no pneumático, como era no passado. Então, hoje os senhores passam no posto de combustível, o compressor está lá longe, ninguém está orientando para que de vez em quando o senhor precise encher o pneu, para que ele possa ter uma vida útil maior. Eu calculo que pelo menos 10% o País perde com esses pneumáticos; 10% nunca foi o aumento de preços ocasionado pela TORMB, quando existia a TORMB no aumento de pneumático. A borracha natural continua sendo matéria-prima importantíssima para a indústria, insubstituível em diversos artefatos, tendo passado por todo este século ameaçada pela concorrência com a borracha sintética que exige três quartos a mais de energia no processamento industrial, além de ser obtida de combustível fóssil não-renovável e altamente poluente. Como se sabe, a Malásia tem um clima muito semelhante ao clima de Belém, ao sul da Bahia — Malásia, Indonésia, Tailândia —, com a distribuição de chuvas uniformes durante todo o ano. A Tailândia também implantou seus seringais em áreas com climas semelhantes aos da Malásia. Portanto, clima altamente favorável ao desenvolvimento da doença **microcyclus ulei**. A entrada do **microcyclus** nesses países reduziria de imediato a produção de pelo menos 50%, o que seria catastrófico não só para suas economias, mas também para a economia mundial, já que problemas e bens teriam de ser contornados, como por exemplo para a indústria de pneumáticos, que utiliza cerca de 30% da borracha natural na produção de pneus radiais, bem como para pneus de aviões, preservativos, tubos cirúrgicos, luvas cirúrgicas, que utilizam 100% da borracha natural. Estimo que o Brasil possui hoje pelo menos 130 mil hectares de seringais de cultivo em áreas que deveriam ser definidas e plantadas com recursos do PROBOR, dos 200 mil hectares existentes, onde, embora registre a ocorrência do fungo, sob forma endêmica, as condições climáticas de baixa umidade relativa, por ocasião da época da troca de folhas nas árvores das seringueiras, não causam maiores problemas de produtividade. Basta um produtor irresponsável e teríamos em vários países do mundo preocupações imensas de haver a entrada do **microcyclus** nesses países do sudeste asiático. Basta um produtor irresponsável. Nenhuma atividade, principalmente a agrícola de ciclo longo como a seringueira, sobrevive quando não tem a sensibilidade social que ela representa. Se essa sensibilidade social existisse nos últimos anos, não haveria na Amazônia o êxodo de que falamos. O preço da borracha elevado no período do PROBOR, necessário para a manutenção dos seringueiros e suas colocações, serviu também para dar suporte financeiro ao programa. Além disso, por ser o principal produto do Estado do Acre, serviu também para que lideranças sindicais realizassem os famosos empates que eram nada mais do que seringueiros reunidos impedindo o desmatamento para formação de pastagens e eliminassem as seringueiras que produziam com seu trabalho o seu sustento. As decisões do IBAMA relativas à comercialização, área das mais importantes, responsável pela

emissão de guias de recolhimento da Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha, arrecadação da TORMB, importante regulador do mercado que sempre permitiu o escoamento da produção da borracha brasileira, em total desrespeito ao setor produtivo e em benefício das indústrias de pneumáticos, praticamente extinguiu as Leis nºs 5.227 e 5.459, pelas Portarias nºs 580/91 e 23/91, que praticamente extinguiu a TORMB, de 1991 a 1995. Estima-se que o prejuízo pelo não-recolhimento da TORMB pelas indústrias tenha sido superior a 200 milhões de reais, no período. Em 1995, portanto quatro anos após vigorarem duas portarias em substituição a duas leis, o Tribunal de Contas da União determina ao IBAMA a anulação das portarias mencionadas, sem que se tenha conhecimento de penalidades aos responsáveis por tais aberrações, por parte do Poder Executivo e, muito menos, a cobrança às indústrias pelo não-recolhimento. Não se tem conhecimento também, na época, de qualquer redução nos preços de pneumáticos e artefatos, já que no passado qualquer elevação de preço na borracha natural era repassado pelo CIP aos preços dos pneumáticos. Somente para efeito de comparação do nível de respeito, vale lembrar que o contingenciamento para a importação de borracha foi solicitada pela SUDHEVEA e aprovada pelo CNB em 1977, pela Resolução CNB nº 40/77, de 14 de novembro daquele ano, que impunha às indústrias a necessidade de comprovação de consumo de 35% do produto nacional antes da liberação das guias de recolhimento da TORMB. A SUDHEVEA, além de impor a equalização, exigia a compra do produto nacional, sob pena de ficarmos enchendo a SUDHEVEA de recursos e nossos produtores cheios de borracha, sem escoar sua borracha. A criação das reservas extrativistas e a doação de três usinas de borracha às cooperativas de Xapuri, Sena Madureira e Santarém, bem como a liberação de recursos a fundo perdido para aquisição de borracha por essas cooperativas, não resolvem o problema de produção dos seringais nativos na Amazônia. Pode apenas minimizar o sofrimento da maioria dos seringueiros que vivem nas reservas extrativistas, mas não é a solução para os que viviam ou ainda pensam em viver da produção de borracha nas diversas regiões da Amazônia. Nas reservas extrativistas, vivem mais ou menos 3.500 famílias, contra mais de 40 mil que ainda vivem na região. A experiência que tive no setor, como técnico, coordenador de assistência técnica a nível estadual e a nível nacional, além de exercer por oito anos a SUDHEVEA, permite-me apresentar duas sugestões para a solução ou minimização do problema da produção de borracha nos seringais nativos da Amazônia. A primeira conta com a participação dos Governos Federal e Estadual. O Governo Federal, por meio de convênio, repassaria aos Governos Estaduais do Acre, Amazonas, Rondônia, Pará e Amapá, os recursos necessários para as metas preestabelecidas de produção de cada Estado, que poderiam ser iguais a 50% apenas da maior produção obtida nos Estados em 1985, que foi a maior produção de todos os tempos da Amazônia, repassando recursos iguais a 90 centavos por quilo de borracha produzida. Basta o Governo Federal, ao invés de

ficar pagando aqui às usinas, às indústrias 90 centavos por quilo, repassar aos Governos dos Estados. Os Governos dos Estados entrariam com igual contrapartida: 90 centavos por quilo. Então, poderia ser pago a 1,80 ao seringueiro. Eu creio que nós teríamos muito seringueiro pretendendo voltar aos seringais com um preço de borracha desse nível. Então, nós teríamos, mais ou menos, a seguinte estimativa. No Acre, em 1985, a produção foi de 10 mil toneladas; no Amazonas, 7 mil; em Rondônia, 8 mil; Pará, 5 mil; no Amapá, apenas 150 toneladas. Então, nós teríamos 50% disso aí, numa estimativa de produção de 15.075 toneladas para a Amazônia. Ao preço de 1,80, o Governo Estadual e o Governo Federal precisariam adiantar, no total, com 13 milhões, 635 mil reais, cada Governo, em todos os Estados. Então, 13 milhões para o Governo Federal, 13 milhões para os Governos Estaduais. E nós teríamos 30 mil seringueiros de volta aos seringais. Naturalmente que eles não poderiam viver somente da produção de borracha, porque não daria para que ele tivesse nem mesmo um salário mínimo, mas ele teria outras opções, como a castanha, como a sorva, como a balata, outras produções que ele sempre teve na região. Naturalmente que, para um trabalho desse, precisaria que fosse feito um estudo mais detalhado a nível de Município para saber se existem condições, se existe interesse de essas pessoas voltarem, bem como se pensar também nos programas sociais, como educação, saúde, abastecimento, para que esse pessoal não volte de qualquer jeito para essas regiões. E a segunda sugestão, mais ampla, envolve não só a produção de borracha, mas também um fator que hoje é tão falado e tão pouco colocado em prática: a conservação da biodiversidade da Amazônia, colocando o seringueiro como o ator mais importante no cenário. Então, essa idéia, que é a defesa ambiental da Amazônia por meio da implantação de consórcios ecológicos, já vem sendo amadurecida por mim desde o início dos anos 90. E eu gostaria de lembrar aos Srs. Deputados que o Deputado Pauderney Avelino, quando estava ainda na fase inicial, apresentou, aproveitando essa idéia, essa sugestão que levei a ele, apresentou um projeto de lei já aprovado em uma das Comissões, a de Meio Ambiente, e segue nos trâmites normais da Câmara Federal. Transformado em lei, não tenho dúvidas, revigoraria o setor de borracha. E, muito mais que isso, seria, de fato, um projeto de defesa ambiental da Amazônia com sustentabilidade econômica, social, política e ecológica. Talvez seja o projeto mais envolvente na área do meio ambiente e mais completo já apresentado nesta Casa, porque está implícito o desenvolvimento sustentável tão falado, envolvendo os setores mencionados. Se aprovado, e Deus saberá orientar o Legislativo e o Executivo para que isso aconteça, o Brasil estará desenvolvendo a Amazônia, devolvendo à Amazônia parte dos recursos auferidos com as exportações de borracha no início do século, e a Amazônia continuará oferecendo uma imensa área preservada pelos seringueiros para a conversão de carbono, com emissão de oxigênio, para o bem-estar das populações do País e do mundo. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Concedo a palavra, agora, ao Sr. Mustaf Said.

O SR. MUSTAF SAID - Exmo. Sr. Dr. Deputado Badu Picanço, Presidente desta Comissão, Exmo. Sr. Deputado Silas Câmara, Relator, Exmos. Srs. Parlamentares, estou nesta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a crise do setor produtivo da borracha natural e os reflexos na política governamental do setor, convidado a participar na qualidade de expositor, conforme Ofício nº 01/99, de 1º de junho de 1999. Empresário do setor gumífero no período de 1958 até 1990, sucedendo meu pai à frente dos seringais (ininteligível), de 1958 a 1960, a partir desse período, adquirimos os seringais Sacada do Humaitá, Boca do Boato, Jaracatiá, São Pedro, Santa Cecília, Santa Aidê, Jupira, Lis, Miri, Ceci, Araci, todos localizados no Rio Paunin, formando uma área contígua que tinha como sede o seringal Sacada do Humaitá. Srs. Parlamentares, os meus seringais chegaram a ter 720 famílias de seringueiros, com a população de mais ou menos 6 mil pessoas, produzindo em torno de 420 toneladas de borracha em bola, borracha seca tipo A, considerada a borracha de primeira qualidade, utilizada especialmente para a produção de pneus radiais e outros produtos que necessitavam desse tipo de matéria-prima. Essas famílias tinham toda cobertura necessária para desenvolver sua atividade, pois eram aviadas por nós e isso evitava que as famílias abandonassem as áreas de produção, pois tinham assistência completa, o que propiciava tranquilidade às mesmas, e fazia com que essas permanecessem nos seringais. Quando terminou o monopólio da borracha, ostentado pelo BASA, o Banco da Amazônia, a comercialização começou a ser feita pelas usinas de beneficiamento, que além de comprar a borracha produzida, ainda forneciam adiantamento a curto prazo, objetivando que os produtores tivessem as condições ideais e satisfatórias para desenvolver sua principal atividade e oferecer sustento a suas famílias. Ressaltamos que, mesmo com o término do monopólio pelo Banco da Amazônia — BASA, o mesmo continuou financiando o custeio de safra com recurso oriundo do Banco Central, com taxas suportáveis, o que permitiu aos empresários do setor buscar financiamento e não terem qualquer dificuldade de honrar com os compromissos assumidos, haja vista a existência de preços compatíveis para o produto, o que dava tranquilidade a esses empresários. A partir da criação do PROBOR — Programa da Borracha, gerido pela Superintendência da Borracha — SUDHEVEA, o Banco da Amazônia — BASA, o Banco do Brasil e os bancos estaduais da Região Norte passaram a ser agentes financeiros desse programa, que dispõe de recursos próprios oriundos da taxa TORMB, Taxa de Organização do Mercado da Borracha. Onde nos sentíamos proporcionados pelo PROBOR, por intermédio da SUDHEVEA, a produção da Amazônia passou de 16 mil toneladas para 43,9 mil toneladas, peso bruto. No Amazonas, a produção passou de 6,5 mil toneladas para 9,1 mil toneladas de peso bruto, sendo essa produção totalmente realizada em seringais nativos.

No período de execução do PROBOR ficou estabelecida a instalação de sete usinas de beneficiamento de borracha para a Amazônia, porém somente a Látex Beneficiamento de Borracha, em nossa propriedade, foi implantada com recursos oriundos do programa, com prazo de sete anos para reembolso, sendo que em apenas dois anos o financiamento foi reembolsado, tanto do (ininteligível) como os recursos destinados a capital de giro. Essa situação do reembolso antecipado de financiamento só foi possível pelos aspectos relacionados com juros suportáveis, como já mencionado, o preço compatível para o produto, o que possibilitava tranquilidade para os produtores e empresários para o setor gumífero. Não podemos deixar de mencionar a participação fundamental da Superintendência da Borracha, que além de disponibilizar recursos financeiros aos agentes financeiros BASA, Banco do Brasil e bancos estaduais da região, financiavam outros programas relacionados com a produção de borracha, tais como construção de barcos com equipamentos, materiais e profissionais para atendimento médico, odontológico e hospitalar às famílias residentes nas regiões de produção, sem a necessidade de deslocamento para as cidades, e a implantação de armazéns da Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL em todos os Municípios produtores de borracha, objetivando o aviamento de seringalista e seringueiro, como forma de estimular a produção e reduzir custos. Tudo isso graças à sensibilidade social do Superintendente da SUDHEVEA, Sr. José Cesário Menezes de Barros, preocupado não só com o aumento da produção e produtividade, mas com o bem-estar social das famílias produtoras. Essa preocupação da Superintendência da Borracha — SUDHEVEA, estava relacionada com o controle da comercialização da borracha, ou seja, as indústrias de pneumáticos não poderiam importar sem comprovar a compra da borracha nacional, o que, para o sistema produtivo nacional, era a garantia de compra de sua produção pelo mercado interno. Essa época áurea durou até o fim do governo militar, em 1986, que, diga-se de passagem, foi excelente para o Amazonas, ou seja, para a Amazônia. Daí para a frente, Deus nos livre. Foi um desastre! Logo no início do Governo do Presidente Sarney, com a criação do Plano Cruzado, a borracha ficou fora do programa de alinhamento de preços, ocasionando grandes prejuízos para o sistema produtivo. Na época, eu esperava um aumento, ou o setor esperava um aumento de 42%, e o aumento não saiu, ficou congelado por quatorze meses. Foi aí o fim de um produto que tantos benefícios trouxe para a nossa Região. No nosso caso, tínhamos 2 mil toneladas de borracha beneficiada, mil toneladas nos armazéns da Transportadora Relâmpago, de São Paulo, e mil toneladas em trânsito, destinada à Companhia Goodyear do Brasil. Em função da situação exposta acima, perdemos; calculando os 42% sobre borracha, nós perdemos 840 toneladas, que, em valores, representam, hoje, algo em torno de 2 milhões de dólares. Vale ressaltar que fomos, durante 15 anos, o principal fornecedor de borracha para essa multinacional. Como consequência da política desastrosa do

Governo Federal, do abandono dos órgãos responsáveis pelo setor gumífero, a produção despencou a quase zero. Os seringais foram todos abandonados, e as famílias hoje sobrevivem na miséria, em periferias das cidades, proporcionando uma situação gravíssima de cunho social. Esperando ter cumprido com essas informações, espero que esta CPI possa encaminhar soluções para resolver definitivamente os problemas da produção de borracha no País, fazendo com que as famílias retornem às áreas de produção e, com isso, resolveremos um problema social muito angustiante. Sugiro, se me permitem, a criação de um órgão específico para cuidar do setor, ou, se não, fazer com que o atual órgão, o IBAMA, assuma a sua responsabilidade institucional para com o setor. Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer no momento. Estou a vossa disposição para qualquer pergunta. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Vencida a fase das exposições, passamos agora aos debates. Inicialmente, como é regimental, a palavra está com o Relator, para suas indagações.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente, gostaria de agradecer a presença dos nossos convidados. Vou começar com uma pergunta que deveria ser a última, tanto para o Sr. Cesário como para o Sr. Mustaf. Dentro do conhecimento técnico que o senhor demonstrou claramente ter a respeito do setor, e o Sr. Mustaf, com a sua experiência como um dos maiores fornecedores de borracha na época áurea desse produto, qual é a concepção que os senhores têm sobre esse setor hoje? O setor tem jeito ou não tem jeito? Eu faço essa pergunta, Sr. Presidente, levando-se em consideração o seguinte: a devastação... No Estado do Amazonas, 3% apenas da área de floresta foi devastada. No Estado do Acre é mais complicada a situação, haja vista os grandes conflitos que aconteceram no próprio Estado, que ele mesmo relatou, como assassinatos e guerras, praticamente um clima insustentável de insegurança naquela região. No Estado do Pará eu não tenho conhecimento profundo sobre isso, mas aqui nós temos Deputados da região que, com certeza, devem falar sobre o assunto. Sobre o Amapá, da mesma forma. Levando-se em consideração o Estado do Amazonas, que conheço profundamente... Não o setor, eu conheço o Estado como quem transita já em uma circunstância totalmente, eu diria, prejudicada pela política que anteriormente fez com que houvesse esse êxodo desses produtores que tiveram que executar na mudança da sua vida. E, tendo-se em consideração tudo isso, nós, com certeza, veremos que no Estado do Acre, eu não sei se ainda tem... Acho até que tem, porque ultimamente nós temos notícia até de incentivos do Governo do Estado, de 0,40, que, somado ao 0,90 que o Governo Federal dá como subsídio, deveria ser — e até tenho ouvido com quem transita pelo meio deles, que seria hoje — um alento para eles se eles tivessem a garantia de 1,20, por exemplo, o quilo da borracha. Já seria para eles um motivo para eles voltarem para a cultura. Segundo, eu gostaria de perguntar para o Dr. Cesário o seguinte: em 1967, quando foi

instituída a SUDHEVEA como órgão de desenvolvimento, com uma política específica para este setor, eu gostaria de saber se o senhor tem conhecimento de que recursos eram investidos por ano, no ano de 1964, 1965, 1966, 1967, por exemplo, em média, e o que ocasionou a implantação do órgão específico para cuidar da borracha, oriundo da lei que o senhor citou. Qual era o volume de recursos que, nessa época... E, para que a gente pudesse facilitar o raciocínio atual, já que a nossa moeda foi muito dinâmica em mudar os seus valores em relação à moeda comercialmente reconhecida, mundialmente falando, o dólar, se fosse possível, em dólar, mais ou menos a título de câmbio, até porque, na época, se não me falha a memória — e essas informações também colhi de pessoas que têm conhecimento — o nosso referencial para a borracha era o dólar. Isso, tendo em vista que a guerra, por exemplo, trouxe para cá os americanos, como já foi mencionado, e esta é uma segunda pergunta. A terceira pergunta: tendo em vista que na época da guerra... Vão ser várias perguntas. Realmente seria interessante... Tendo em vista... A terceira pergunta... A primeira... A terceira seria: tendo em vista que a borracha, na época da guerra, era uma matéria-prima tão estratégica para o mundo todo — tal como estava o petróleo, como estavam outras linhas de produtos considerados estratégicos no mundo todo —, provocou um investimento internacional, como o senhor acabou de dizer, no nosso País, tendo inclusive vindo para cá a própria Ford, mundialmente conhecida... Ela veio para cá antes um pouco e já investia muito nesse setor. Eu queria saber o seguinte: o Brasil deixou de considerar a borracha uma produção estratégica para as suas reservas de determinada linha de produção. Hoje, tudo o que nós conseguimos produzir no Brasil, acho que nos próximos três anos, implementando inclusive a força da Amazônia, que poderia, quem sabe, voltar a produzir 20 toneladas por ano — o senhor colocou 15 aí — com um incentivo bastante substancial dos dois Governos, Estadual e Federal, a nossa produção está aquém do consumo, hoje, nacionalmente falando. Apesar disso, nós temos, hoje, como aplicador dessa matéria-prima, as grandes multinacionais. Nós não temos acho que grandes nomes das indústrias nacionais aplicando esse produto em termos produtivos diretos. Geralmente se fala em grandes multinacionais. E, tendo em vista essa situação, qual foi — assim, de uma maneira, se o senhor pudesse colocar, até menos técnica — a influência que esse oligopólio dessas instituições teve em cima desse setor, de forma que esse setor praticamente sumisse? Isso, levando-se em consideração que atualmente — e é uma referência que não tem paralelo, mas eu quero fazer —, por exemplo, há hoje um grande clamor nacional pela privatização da teles. As grandes multinacionais vieram, compraram as nossas teles, e, hoje, se a gente não tivesse colocado a cláusula de segurança no contrato, eles já estariam vendendo todos os insumos consumidos por esse setor, fornecido por eles mesmos, já que eles primeiro se equiparam da linha de produção e depois compraram o setor, para comprar de si

próprios, tendo, assim, uma forma de monopólio dessa situação toda, e o negócio é bastante complicado.

A quarta pergunta que eu faria ao senhor é a seguinte: temos um número de mais de 100 mil famílias na região amazônica toda, que hoje estão praticamente abandonadas. E a minha grande pergunta hoje, passados já... Desde 1993 que esta CPI deveria ter sido instalada, Sr. Presidente. Quero encontrar uma razão para me segurar como pessoa escolhida por esta Presidência, indicada pelo meu partido como Relator, e posso dizer ao senhor que é com profundo desespero que faço isso. Faço porque conheço a necessidade de quem vivia nesse segmento, e as perguntas que faço ao senhor, faço-as mais como quem vive na Amazônia do que como quem conhece profundamente o assunto, porque sei o que isso significa para a nossa região. Mas veja bem o senhor: hoje já estamos — quem sabe? — a uma geração depois que todo o setor foi praticamente esmagado pela falta de um planejamento, de uma determinação do Poder Executivo brasileiro, através de uma política específica para o setor, para que se pudesse manter essas famílias sobrevivendo. E faço minhas as suas palavras. Não estou olhando para o resultado econômico, Sr. Presidente. Estou olhando para o resultado social, porque isso trouxe prejuízo e desgraça para a população de toda aquela região, e também, de certa forma, para a própria borracha de cultivo, e não a natural; haja vista que, com o cultivo, também veio a corrupção, veio a forma de burlar a aplicação dos recursos destinados a manter essa cultura viva naquela região, e inclusive, como ele observou, a complementação do cultivo também, para se alternar a produção. E a minha pergunta é a seguinte: o senhor acha que se o Governo Federal tivesse se preocupado... Como o senhor acabou de observar, em 1987 foi dado o golpe fatal na borracha. O senhor acha que existem determinados segmentos do Governo...? Como o senhor esteve dentro do Governo, como Presidente da SUDHEVEA, o senhor falou de pressão; queria que o senhor deixasse mais claro: qual é a pressão que mais pesou para o senhor? Foi a de fora ou foi a de dentro? O Governo Federal... Por exemplo, da forma como ele demonstrou, através dessas leis que eles fizeram e depois eles mesmos extinguiram, eles decretaram a morte do setor. O senhor há de convir comigo que isso deve ter-se procedido... Não sei se nesse momento o senhor estava ainda envolvido, mas o senhor, como uma pessoa que se demonstra estudiosa, continuou acompanhando; embora estando fora, diretamente, da SUDHEVEA, o senhor poderia esclarecer para a gente o que, na realidade, levou o Governo Federal a fazer isso? Será que o dinheiro que eles destinavam a esse fundo que estabilizava esse setor na nossa região da Amazônia legal toda era muito mais do que, por exemplo, eles gastam na Comunidade Solidária, que dá, por exemplo, milhões de cestas básicas? Para mim, isso é uma forma de diminuir o orgulho do homem, dar quando se poderia estimular a produzir e a comprar, na forma que vi aqui: a pessoa tinha o orgulho de levar a sua borracha e trazer o seu lanche. Ele sabia que não estava pedindo nada. Ele estava

trocando o seu trabalho pela sobrevivência da sua família. Isso fazia com que ele tivesse dignidade diante da sua família, olhasse olho no olho da sua esposa e se sentisse uma pessoa digna, quando hoje, na realidade, a gente vive da vergonha nacional que é, de certa forma, Sr. Presidente, pedir esmola aos governos. E nós que somos políticos às vezes... Eu sou um político muito novo, tenho três meses só de mandato, mas sou sincero ao dizer que em algumas circunstâncias sinto vergonha de dizer que sou Deputado Federal, devido ao que representa o Poder Legislativo para a Nação brasileira, em termos de proposta. E aí está uma das grandes preocupações desta CPI, que é dizer para a Nação... A primeira pergunta que me vem, Sr. Presidente, Dr. Cesário, Dr. Mustaf, é a seguinte: vai surgir algum resultado disso? Vai acontecer alguma coisa? E a minha preocupação tem sido muito determinada, a de esclarecer que esta CPI tem o dever de investigar e propor soluções. Mas jamais ela terá algum resultado prático, porque depende da ação de quem tem a caneta e o cofre na mão, e vontade política para ver... Só para encerrar, Sr. Presidente, finalmente, gostaria de perguntar ao Sr. Mustaf o seguinte: o senhor disse que em seus seringais, por exemplo, lá na região de Umatá, aquela região toda lá, de Pauini — Umatá é o nome do seringal, não é? —, o senhor mantinha mais de 6 mil pessoas praticamente, ativas economicamente, trabalhando lá naquele setor, e um dia desses, na última sessão em que estive aqui, o senhor dizia que esse setor é tão interessante que ninguém perdia o seu valor. Todos tinham o seu valor, e era uma das coisas que mais proporcionavam, em determinada época, até que a SUDHEVEA veio, implantou os armazéns — e é uma outra coisa que me preocupa: a estrutura estava toda pronta! Não existia uma aventura, existia uma coisa que estava acontecendo. Era sucesso, estava acontecendo e deu resultado positivo. Como foi que o senhor... Por exemplo: qual foi, na sua atividade de quem produzia e até comprava para levar até São Paulo essa grande produção que o senhor se encarregava de fazer... E o senhor até, um dia desses, conversando comigo em Manaus, disse que por determinadas beiras de rios, quando o senhor passa, o senhor chega a se emocionar, porque até hoje o caboclo ainda fica gritando lá da beira do rio, talvez um grito de esperança de no futuro — quem sabe? — ter essa atividade de volta. Toda essa estrutura que a SUDHEVEA montou, e foi aqui demonstrada, deve ter refletido também no seu negócio, já que o senhor era um grande produtor. E a estrutura física toda custou uma fortuna para o Governo Federal. Graças a isso, estava tudo pronto e funcionando. Estava no Amapá, no Pará, no meu Estado, hoje jogado lá. E qual foi o reflexo que isso teve, em termos de produtividade, para o senhor? Esse momento que a SUDHEVEA trouxe, nacionalmente conhecido para o setor, refletiu positivamente, com certeza, lá no seu negócio. Isso atrapalhou ou não atrapalhou? Havia interesse dos grandes donos de seringais de que isso não desse certo, ou isso foi uma coisa que harmonizou o clamor de quem tinha o grande seringal e produzia também, comprava até dos pequenos produtores? Isso não trouxe inclusive um equilíbrio de

preço, a título de que a pessoa que produzia não tinha como chegar à CONAB etc., mas tinha um referencial? Ele não era mais bobo! Ele sabia que tinha garantia mínima. Com isso, daria inclusive... A pergunta é esta: isso deu para vocês também, por exemplo, um resultado, não, talvez, comercialmente, no sentido de dar lucro ou prejuízo; mas para o caboclo isso deve ter dado um nível de conscientização tremenda, a ponto de ele dizer: não, isso vale "x", e eu sei onde deixar; se você me pagar esse valor, eu vendo; se não pagar, tenho onde entregar. É isso. Sr. Presidente, encerrando, quero só dizer que tenho certeza de que os colegas vão completar o meu raciocínio. No início, o Dr. Cesário disse inclusive que gostaria de vir mais para a frente. E, na realidade, o senhor pôde observar o tamanho do banco de dados de que estamos diante, até porque foi quem conviveu com o tempo da implantação, independentemente de qualquer situação, em que mais deu certo a borracha no Brasil. Então, gostaria de ouvir essas respostas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - O Relator tem o privilégio de demandar mais tempo, mas regimentalmente temos para as respostas três minutos. Como as perguntas foram muito extensas, vou começar com o Sr. Mustaf, já que ele manifestou o desejo de responder. O senhor tem três minutos, acrescidos, por abertura da Mesa, de mais três minutos, para responder a pergunta do nosso Relator.

O SR. MUSTAF SAID - Vou responder logo sobre preço. Deputado, além do preço estabelecido pelo CIP, pelo Conselho Interministerial de Preço, que era quem regulamentava o preço na ocasião, as usinas de beneficiamento de borracha, no caso as nossas — eu tinha uma usina em Lábrea e outra em Uruneté; a de Lábrea eu comprei com recursos do Programa da Borracha, do PROBOR, e a de Uruneté eu montei com recursos próprios —, enfim, o negócio de borracha é tão vantajoso que, além do preço estabelecido pelo CIP, eu e meus demais colegas ainda dávamos uma bonificação pelo preço da borracha. De forma que, em termos comerciais, a borracha é um excelente negócio. Se nós fôssemos reativar os seringais, garanto-lhe, seria como se estivéssemos abrindo uma frente de serviço numa área virgem, porque a seringueira é uma árvore que se recompõe, ela se rejuvenesce. De forma que eu tenho toda certeza de que o seringueiro que fazia de 500 a 600 quilos de borracha naquela época, hoje, na mesma colocação, ia fazer 1.200 quilos. Então, eu acredito ter respondido essa pergunta. Sobre a volta aos seringais, tenho a certeza de que tanto os seringalistas que estão falidos pelos Municípios ou pelo Centro de Manaus-Belém-Rio Branco, com recurso estabelecido pelo Governo Federal, num programa previamente estabelecido para a reabertura de seringais e custeio de borracha, todos voltarão para as suas atividades. E isso seria um milagre que cairia do céu para o setor. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Com a palavra o Dr. Cesário, com os mesmos três minutos acrescidos de mais três.

O SR. JOSÉ CESÁRIO MENEZES DE BARROS - As perguntas feitas merecem quase uma nova palestra. Bom, eu acho que é viável, desde que haja sensibilidade social e interesse político. Se não houver recurso, manda o Governo Federal. Podiam até mandar analisar juridicamente, pela CPI, para ver se é factível isso. Quando a SUDHEVEA tinha recursos, os recursos eram da TORMB. Não existiam recursos do Orçamento da União; eram recursos da TORMB. Então ela se sustentava com esses recursos, sustentava programas, sustentava pesquisa, assistência técnica, programa de saúde, educação, tudo isso. Eu, no Rio de Janeiro, pagava aluguel. Eu vim para Brasília; nós compramos aqui, do DNER — não foi comprado de nenhuma empresa, mas do DNER —, um prédio no Setor de Autarquias Sul, com dinheiro da TORMB. Ora, se o dinheiro da TORMB prioritariamente tinha de ser aplicado na Amazônia, manda o Governo Federal vender o prédio hoje para aplicar lá, para ver se minimiza essa violenta miséria que está sofrendo aquela gente do Norte, não é verdade? Eu soube... Também, aí não é possível; mas, de qualquer maneira, com o dinheiro da TORMB que foi para o IBAMA, informaram-me que um terço do prédio do IBAMA aqui foi construído com o dinheiro da TORMB, o que é irregular também. Mas não interessa isso. Ali não dá para dever, mas aqui dá; é um prédio no Setor de Autarquias Sul de dois andares, do lado do prédio que foi da CEPLAC. A influência das multinacionais é na pressão, não é isso? Se vocês mandarem fazer o levantamento da época de cobrança de TORMB, vocês vão ver que eu não liberava guias para importação próximas aos períodos de aumento. Não liberava, não aceitava pedido; deixava o pedido em carteira. Depois que eu saí, não sei como é que ficou isso. Porque é muito fácil: aumento de preço de 30%; compra-se por mil toneladas, 2 mil toneladas, 3 mil toneladas — não eram liberadas, a pedido de ninguém! Eu nunca recebi convite para trabalhar em multinacional depois que eu saí da SUDHEVEA, graças a Deus. Diferentemente do Congresso, que está até para aprovar, para determinados órgãos, a quarentena. Eu não precisei, porque eu nunca recebi convite para trabalhar em multinacional, porque eles eram muito bem tratados na SUDHEVEA. Eu ia cinquenta vezes à Amazônia por ano, ficava lá em Brasília, no Hotel Dez Estrelas; ia uma vez a São Paulo; jamais permiti que me pagassem uma dose de uísque. Jamais permiti isso, tamanha a exigência que eu fazia e o respeito que eu impunha. E ficava, lá em São Paulo, no Maksoud Plaza, que já havia sido inaugurado, porque se eu ia cinco vezes à Amazônia, meu dinheiro permitia até uma economia nas diárias que eu tinha, e não ia para economizar, porque ninguém vai a Brasília e a Assis Brasil para passear, não é verdade? Nem para passar final de semana, a não ser pela motivação do trabalho. Economizava lá para ir uma vez por ano a reuniões da ANIP em São Paulo. Nem isso eu permitia. Quando o Sr. Mustaf estava lá, eu até permitia que o senhor Mustaf pagasse um uísque para mim. Era a única coisa, também, que ele fazia, que eu permitia que fizesse também. Então, existia esse tipo de pressão. Por quê? Porque o preço da borracha nossa era

calculado como? É fácil isso. Nós tomávamos como base um seringueiro. A média de produção da Amazônia seria, por seringueiro, 500 quilos. Na verdade, no Rio Madeira é 300, no Juruá é 400, no Acre há seringueiro produzindo 3.000 quilos. O Acre é mais produtivo, com mais produtividade por seringueiro, as terras são melhores, geneticamente as seringueiras são melhores. Mas a média era essa. Então, 500 quilos. Qual era o salário mínimo por mês? Multiplica-se o salário mínimo por mês, doze meses, divide-se por 500 quilos. Daria hoje o preço da borracha em torno de três reais por quilo. Três reais por quilo para que o seringueiro tivesse a sua subsistência, não é isso? Então, aí vem: qual era a receita da SUDHEVEA? Eu não vou lembrar, até porque nem de 1985 eu lembro; são catorze anos. Mas é fácil também saber. Se havia uma importação de mil toneladas, se o preço nosso aqui era de três dólares — vamos pensar em dólar; não eram três dólares, eram dois dólares e pouquinho. Mas eu cansei de ter preços na SUDHEVEA de três dólares o quilo de borracha beneficiada, três dólares o quilo. Se ela custava um dólar, a diferença aí, para equalizar, eram dois dólares; multiplica-se por 50 mil toneladas, são 100 milhões de dólares por ano, vamos dizer assim. Se eram 100 mil toneladas de importação, davam 200. Mas não eram dois dólares de equalização durante o ano todo, porque havia variações também, na medida em que aumentava o preço, variações internacionais, o preço FOB e tudo isso. Então, se eram 20 mil toneladas, quase 40 milhões de dólares, ou 15, ou 30 milhões de dólares, se era 1,50. É fácil ver, se o Deputado quiser. Eu poderia aconselhá-lo a pegar todas as tomadas de contas que a SUDHEVEA fez. Da minha época foram todas aprovadas, com exceção de um imbecil de Belém — desculpem a franqueza — chamado Sebastião Andrade. Quando fui para lá, o Dr. Jorge sabe disso, eu ia sempre ao Gabinete do Governador Jader Barbalho. O Sr. Sebastião Andrade estava ao lado do Sr. Manoel Ribeiro e teve a coragem de pedir uma tomada de contas especial minha de um convênio que eu fiz com a (ininteligível) de ponta de pedras, no valor de 15 mil reais, a preço de hoje. Eu fui, e tive um choque tão grande que, onze anos depois... O Tribunal de Contas tinha condenado, inclusive suspenso meus direitos políticos, imaginem os senhores! Eu fui atrás até do bispo, que deu uma carta dizendo que foram prestadas as contas. Para minha surpresa, cheguei aqui, fui ver a tomada de contas, e eu havia prestado contas ao Tribunal de Contas em Brasília, não em Belém. E o Tribunal de Contas voltou atrás. É por isso que acho graça quando eu vejo o Tribunal de Contas passar quatro anos para ver uma portaria do IBAMA apenas para dizer para revogar. Apenas! Por que comigo foi tão duro, não é verdade? Comigo, cassou meus direitos. Voltou atrás depois, mas me deu um trabalho insano, não é verdade? Agora, para o IBAMA, não. Usaram uma portaria durante quatro anos, maior do que uma lei, dando um prejuízo imenso ao País, e foram quatro anos apenas para revogar. Mas essas eram as pressões, não é isso? Um dos desaparecimentos foi pura e exclusivamente por falta de sensibilidade social. Na época do Governo do Ministro Camilo Penna, que é uma

figura espetacular, um homem sério, de bem, toda vez que eu voltava da Amazônia, eu voltava cheio de emoção e de motivação. Eu batia lá com o Ministro Camilo Penna, aí eu conseguia aumento de preço, eu conseguia milhões de coisas. Imaginem os senhores, o Ministro Delfim Netto, Ministro do Planejamento na época, que mantinha constantes brigas com o Ministro Camilo Penna na época (se alguém da minha idade lembrar, vai saber disso), uma vez o Ministro Delfim Netto mandou me chamarem. Eu não pedi nada ao Ministro Delfim Netto. Nada. Eu pedi então autorização ao Ministro a quem eu pertencia, Camilo Penna, para ir para a casa do Ministro que queria falar comigo. "Pode ir, Cesário. Telefone depois para eu saber o que era". Eu também não sabia; cheguei lá, foi para ele me oferecer recursos para abastecimento dos armazéns, porque eu estava sem recursos em 1994. Ou não tinha orçamento, ou não tinha financeiro, uma dessas duas coisas que eu não lembro mais — e me deu os 4 milhões que eu citei aqui em minha palestra. Por quê? Era um trabalho que estava sendo feito, e havia alguém, com certeza alguém ligado à Presidência da República, que estava acompanhando esse tipo de trabalho. O Ministro Camilo Penna me respondeu na época, só para terminar: "Mas, como? Eu estou tentando recurso, muito menos que isso, para álcalis, e não consigo". Imaginem os senhores. Mas era por quê? Vocês vejam uma coisa, há um ditado que diz muito bem, e quem me ensinou foi o ex-Governador do Pará, Senador Jáder Barbalho (ele aprendeu na Rússia): é preferível ver uma vez do que ouvir mil vezes, porque vendo, você não ouviu contar; você vai procurar transmitir com aquela emoção. Então você derruba avião — desculpem o termo. Você derruba qualquer argumento. Era o que a gente conseguia. Nessas dez viagens que eu fazia a Brasília por ano, nesse trabalho de miniusina, nessa coisa toda, eu chegava e conseguia as coisas na base da motivação, do interesse, e sensibilizava essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Para concluir, Dr. Cesário.

O SR. JOSÉ CESÁRIO MENEZES DE BARROS - Mas tudo que o senhor pergunta aí, para concluir, está nesse documento que estou deixando: sugestões como aquela do programa de subsídio do Governo Federal e do Estado, e também a defesa ambiental da Amazônia através de consórcio ecológico, que talvez fosse, e eu acredito que seja, o que o Deputado Pauderney está apresentando como projeto de lei, talvez uma coisa da mais alta importância para a região, não só para a borracha, mas para a biodiversidade como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Deputado Silas tem direito à replica, se assim o desejar.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Gostaria só de perguntar ainda, só para... O senhor tem conhecimento, Dr. Cesário, como uma pessoa que é profundo conhecedor da área, de que o TCU tem uma auditoria feita sobre a TORMB, sobre denúncias de investimento, aplicação?

O SR. JOSÉ CESÁRIO MENEZES DE BARROS - Não na minha época. Desculpe.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Eu sei. De investimentos não bem feitos desses recursos. O senhor agora acabou de observar, por exemplo, que passaram quatro anos para definir o fim dessa história... Aliás, diga-se de passagem, o senhor acha que... Como conhecedor, o senhor acha que a TORMB foi extinta por que o TCU viu que foi mal aplicada? Disseram: "Não, vamos acabar, porque estão aplicando mal aplicado", ao invés de dizer: "Não, vamos punir quem aplicou mal aplicado, e vamos fiscalizar o fim a que se destina"?

O SR. JOSÉ CESÁRIO MENEZES DE BARROS - Deputado, eles passaram quatro anos sem receber a TORMB. Eles aplicaram só o **ad valorem**. Passaram quatro anos! De 1991 a 1995 não havia mais a equalização, com base na portaria, o que deu um prejuízo que eu calculo de 200 milhões de dólares, ou 200 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Uma sugestão, Sr. Presidente. Eu queria só... Na realidade, essa pergunta que eu estava fazendo era só para dar a sugestão a esta Presidência de que nós mandássemos, através de ofício, solicitar ao Tribunal de Contas a cópia dessas auditorias feitas, e de que nós aceitássemos inclusive a sugestão dessas tomadas de contas, desses levantamentos dos últimos... Pelo menos, já que estamos aqui para investigar a causa da crise da borracha, desses valores e onde foram aplicados. E eu queria, inclusive, solicitar a esta Presidência, e vou fazê-lo por ofício, mas... Só para encerrar a minha participação neste momento, sugeriria que fosse realmente solicitada a participação, a convite, do Sr. Eduardo Martins, do IBAMA, da Sra. Tânia Munhoz, e que nós pudéssemos fazer o cruzamento dessas informações no futuro, logicamente, para poder ver o que está acontecendo, porque, na realidade, o IBAMA não tem nenhuma política específica. O Ministério do Meio Ambiente, pelo menos que eu saiba — e ultimamente eu tenho lido bastante sobre isso — não tem nenhuma política específica. A notícia mais proveitosa que a gente tem, por exemplo, é que o Programa Amazônia Solidária, que no ano passado tinha quase 2 milhões de reais, este ano foi "priorizado" com 60 mil reais. Então, quero agradecer a participação ao Dr. José Cesário e ao Dr. Mustaf, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - A Mesa acata a primeira sugestão. Vamos encaminhar ao Tribunal de Contas uma solicitação a respeito desse assunto, no aguardo do requerimento de V.Exa., para que seja submetido ao plenário, à deliberação. Bom, nós temos quatro inscritos. Devido ao adiantado da hora — nós temos a Ordem do Dia, que normalmente começa às 5 horas —, para que a gente não perca a dinâmica da reunião, eu queria propor que fizéssemos as perguntas de dois em dois; faríamos as perguntas, eles responderiam, e nós ganharíamos um pouco mais de dinamismo na nossa discussão. Feito, assim? Então, vou chamar agora, pela ordem de inscrição, o Deputado Francisco Garcia, do Amazonas.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Cesário, empresário Mustaf Said, em primeiro lugar, gostaria de dar aqui uma sugestão aos companheiros da CPI da Borracha. Precisamos definir: nós vamos auditar o que passou na borracha, ou queremos saber se a borracha ainda pode ser acelerada, ainda pode ser o motivo de entrada no comércio e na indústria local, na indústria nacional? Porque, se fizemos um procedimento de auditoria anterior, vamos ter que adotar um procedimento; se queremos ver se ainda há viabilidade, se os seringais nativos podem ser reativados, temos de tomar um outro procedimento. Então, temos de definir qual o procedimento que a Comissão vai tomar. Acho que temos de ter direcionamento, porque hoje não podemos mais definir preço, aumento de preço, como o Dr. Cesário disse, que naquela altura foi para melhorar, e tal, e tal. Hoje temos um mundo globalizado, totalmente diferenciado. Não podemos mais viver como vivemos na década de 50, 40, através do acordo de Washington, que foi o que segurou o preço da nossa borracha. Temos de cair na realidade. Então, temos, enfim, que nos direcionar, para ver como vamos proceder, qual o caminho, dentro da CPI. O que nós queremos? Precisamos definir metas. Nós queremos que a borracha volte como uma alavanca de geração de emprego, que é o de que esse País precisa, é motivar o trabalhador? O País hoje não precisa tanto de educação e saúde; hoje o País precisa de trabalho, de emprego. A borracha é, na região amazônica, um dimensionamento? É isso que temos que começar a definir, colega. O Congresso é responsável por isso. O desemprego está aumentando, e estamos de braços cruzados. Então, a borracha pode ser uma solução. Agora, como estudar? As miniusinas foram colocadas na década 80. Elas deram resultado? Qual foi o investimento do Governo? Por que essas miniusinas... E parece até chegou a ser chamada de couro vegetal, que entraria... que é o que eles chamam hoje de folha defumada, que naquele outro momento passou a ser chamado por alguns de couro vegetal. Então, é essa sequência da atividade econômica da região amazônica que temos de começar a discutir, porque sabemos que a borracha deu os recursos financeiros, mas quem dava o emprego era a fibra, era a juta, era a malva. Essas é que davam o grande emprego, porque a borracha era centralizada num grande... numa grande fazenda em que um só dominava quinhentas, seiscentas pessoas. Então, ficavam na dependência daquela pessoa, e do centro de abastecimento traziam tudo para aquelas famílias sobreviverem. Então, havia quase uma grande família. Os seringais da época eram grandes famílias. Eles dependiam do aviamento, que até chamavam de conta de seringal, que nunca... Ficavam devendo o tempo todo, o seringalista e o seringueiro, e chegou-se a chamar na região de conta de seringal aquela conta que nunca se pagava. Então, temos hoje de ter consciência de que estamos vivendo já num mundo globalizado, que não existe mais reserva de mercado, que isso de a SUDHEVEA ditar preço de borracha não vai acontecer nunca mais para nós. Até onde o Governo vai agüentar subsidiar a borracha? Temos de fazer essa pergunta. Até onde nós podemos entrar?

Porque sabem o que seria isso? Isso seria o retorno de um contrato social, que é o trabalho. Temos de pagar o homem para trabalhar, e dar o dinheiro ao homem. Isso seria um subsídio social. Até onde nós agüentamos esse subsídio social? Este Congresso tem de pensar. É por aí que temos de ver. Qual a produção que poderemos ter? Qual a qualidade dessa borracha, hoje, no mercado? Porque o mercado hoje está exigindo qualidade, gente. A competição está aí. Quem não tiver qualidade não entra, o mercado não absorve, por ausência de qualidade. O País passa também pela qualidade. Precisamos ver a qualidade que temos nesse produto. Como é o produto? Como ele foi desenvolvido nos seringais nativos? Como ele é desenvolvido nos seringais cultivados? Por que a borracha é desse jeito? Eu acredito que nós temos que fazer uma retórica. Eu, por exemplo, no meu Estado, eu sei — e a História nos conta — que no final do século passado foi o século de desenvolvimento, porque nós tínhamos os dois pólos, nós tínhamos o pólo social e o pólo econômico, ou seja, a borracha dando dinheiro e a juta dando emprego. Então, nós vivíamos muito bem, no início do século passado. E isso se acabou na década de 30. Na de 40 já se começou a pensar. E foi o acordo de Washington que levantou tudo isso. Quando saiu o acordo de Washington foi que Getúlio Vargas deu aquela margem de segurança, não visando ao preço da borracha, mas visando dar emprego para o homem da Amazônia, e é nisso que nós temos que repensar: como criar, dentro da nossa Amazônia, condições, para o homem, de trabalho, para que eles não procurem as capitais e elas fiquem inchadas, e suas periferias cheias de miseráveis. Acho que é por aí que nós temos que nos direcionar, para começar a buscar, dentro de um conceito amazônico, qual a importância que a borracha pode ter hoje no cenário da economia nacional. Ela é viável? Não. Ela não é viável? Então vamos saber por que não é viável. Vamos ver até onde ela pode concorrer. Nós vivemos numa região continental. Vamos ter consciência de que a nossa região é grande demais. Hoje o Acre não tem atividade econômica nenhuma. O Acre dependia somente da borracha, e nós tivemos a sorte de o Governo revolucionário nos dar a Zona Franca de Manaus, senão em toda a Amazônia ocidental nós não teríamos 30% da população lá vivendo, porque não tínhamos atividade econômica nenhuma. Acabou-se a pele, acabou-se o couro, acabaram-se as fibras e acabou-se a borracha. Nós não tínhamos do que sobreviver. Nós iríamos migrar para o Nordeste, para o Sudeste, e estarmos por aí, crescendo as grandes cidades com mais miséria, com mais problemas sociais. Então, eu queria deixar aqui ao companheiro Presidente e ao Relator a sugestão de que nós fizéssemos uma metodologia de busca do que a gente quer para a borracha. Nós queremos fazer com que a borracha volte como atividade econômica de fruto social para região amazônica? Sim, claro que queremos, porque precisamos de trabalho, precisamos de emprego. Até onde isso vai sair dos bolsos do Governo Federal? Nós temos um fundo constitucional, que foi esse banco que se acabou com a borracha, que é o Banco da Amazônia, que não emprega mais na região, que

tem 570 milhões de reais hoje parados, o que é um crime contra a Amazônia, e que não emprega por falta de que? Por falta de opção? Não, por falta de modelo econômico direcionado ao homem, ao trabalhador. Estamos sustentando os banqueiros, e o Fundo Constitucional não foi feito para isso. Essa é a reflexão, este é o momento de refletir e de ver o que a gente quer para a nossa região, e o momento é através das Comissões de Inquérito, em que pode ser feito isso. Então, deixo aqui uma sugestão aos companheiros: vamos buscar fundos. É uma atividade econômica? É. Agora precisamos direcionar o que nós queremos, para que nós possamos chegar ao resultado final. Discutimos o problema da borracha; é um problema social e econômico. Não vamos ter preço para competir. Até onde o Governo pode alcançar o preço para que aquela gente continue a dar o seu suor e não se troque como salário miséria, ou o salário pobreza, que possa até ser instituído para aqueles homens — porque acho que dificilmente, Sr. Mustaf, esse pessoal volta aos seringueiros com tanta facilidade. O senhor sabe que quando o homem sai da seringa e vai para a cidade ele começa a ter um outro tipo de ambiente. Os seringais são fechados; ele não tem um cinema, não tem uma praça. Então, o homem começa a ter a sua diversão, começa a se socializar. Então, parou-se muito. O que se pode buscar é criar novamente esse sistema que havia, e é por aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Deputado Francisco Garcia, nós estamos tendo aqui a intimação da Presidência mandando suspender os trabalhos devido à votação da Ordem do Dia. Pediria que concluísse.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Então, só para concluir, Sr. Presidente, para concluir, eu queria deixar isto como reflexão para nós: é importante que nós levantemos essa situação. É importante que nós passemos a estudar o que a borracha foi e o que ela pode fazer, e buscar justamente aqueles que por aí passaram, como o Dr. Cesário, que esteve oito anos à frente da SUDHEVEA. É importante saber o que a SUDHEVEA precisou do Governo Federal para ser a grande SUDHEVEA, o que custou isso. Esse fundo constitucional poder ser direcionado para a borracha? É claro que pode! São 570 milhões parados. Agora, isso vai partir de nós Deputados, que queremos direcionar e fazer com que aquela gente tenha realmente o que nós queremos: trabalho, aquela gente que, infelizmente, quando chega ao Município, ou vai ser funcionário da Secretaria de Saúde, ou da Secretaria de Educação, ou funcionário da Prefeitura, porque não existe mais atividade econômica nenhuma para o homem. Então, estas são palavras que queria deixar como reflexão aos companheiros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Companheiros, quero agradecer ao Deputado Francisco Garcia as sugestões e a reflexão feita. Regimentalmente nós todos sabemos que as Comissões não podem funcionar quando a Ordem do Dia está instaurada. Por isso mesmo, em respeito ao Regimento e principalmente à necessidade de nós adequarmos

nossas funções aqui, na Comissão Parlamentar, às nossas atividades lá no plenário, quero agradecer a presença ao Dr. Cesário e ao Sr. Mustaf, deixando clara a importância da contribuição que foi dada a esta Comissão e também dizendo antecipadamente que talvez precisemos de um retorno à nossa Comissão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Pois não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS - Apesar do adiantado da hora, eu só gostaria de ter um segundo, porque foi citado o Acre, e os nossos colegas aqui do Amazonas, do Pará... Eu quero dizer que eu represento o Estado do Acre com muito orgulho. Estou há vinte anos no Acre. Eu sou de Pirassununga, São Paulo; vivo no Acre já há vinte anos. Sou engenheiro, trabalhei no INCRA, sou professor da Universidade. Gostaria apenas, então, de... Eu anotei uma série de situações aqui, mas quero apenas dar o testemunho de que participei basicamente do período em que o Dr. Cesário estava sempre lá no Acre. Nós fomos professor nesse período de 1977 até 1994, na Universidade, e sabemos da sua dedicação, desse complexo todo, e eu até participei de algumas visitas, juntamente com o professor Antônio Francisco. E realmente a indagação — só uma, então: qual foi o maior erro, que resultou na falência, nessa falência toda, embora com toda a dedicação que houve naquela época? Eu acho que todos os Ministérios tinham que fazer sua parte e não fizeram, e até hoje não fazem. Só isso.

O SR. JOSÉ CESÁRIO MENEZES DE BARROS - Eu acho o seguinte: saiu-se de um regime revolucionário — hoje dizem ditadura —, e a Nova República achou que estava tudo errado, e foram fazer tudo diferente. Essas miniusinas que nós demonstramos aqui, hoje, deixaram de ser apoiadas imediatamente à minha saída da SUDHEVEA, e, infelizmente, até por um acreano, lá de Boca do Acre, mas se dizia acreano, o Dr. Macedo, que veio para cá e não teve a menor sensibilidade nem interesse em dar continuidade a um trabalho daquele. Não adianta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Dr. Cesário, eu pediria que nós encerrássemos, pela recomendação que nós temos de obedecer ao chamado lá da Mesa. Eu quero pedir desculpas aos outros Deputados que estavam inscritos, em primeiro lugar ao Deputado Sérgio Barros — que acabou manifestando-se, certamente não com a intensidade que gostaria —, ao meu companheiro coestaduano Deputado Dr. Benedito Dias e ao meu companheiro de PMDB, Deputado Jorge Costa. Certamente nós vamos ter oportunidade. Eu vou propor inclusive ao Presidente titular que submeta ao plenário um outro convite para que possamos, já no momento em que as coisas estejam mais adiantadas, ter de novo a sabedoria do Dr. Cesário e a experiência do Dr. Mustaf aqui, na nossa reunião. E, dizendo isso, embora

tenhamos ainda muitos assuntos a tratar, dou por encerrada a reunião e convoco uma próxima reunião para quarta-feira que vem, no horário das 2h30min. Está encerrada a reunião.

REUNIÃO DE 04/08/99

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Declaro aberta a 4ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a crise do setor produtivo da borracha natural e o reflexo na política governamental do setor.

Ata.

Encontram-se sobre as bancadas cópia da ata da reunião anterior.

Estando as cópias distribuídas, indago se fica dispensada a leitura da mesma.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

A ata está aprovada.

Expediente: ofício da Liderança do PSDB, indicando o Deputado João Castelo para integrar a CPI como titular em vaga existente; correspondência do Sr. Armando Teixeira Soares, Presidente da Associação de Produtores de Borracha Natural do Brasil, colocando-se à disposição da CPI para prestar depoimento sobre a matéria, contrapondo-se às declarações prestadas pelo Sr. José Cesário Menezes de Barros, em reunião realizada no dia 1º.06.99 (já contemplado no requerimento apresentado pelo Deputado Nilson Pinto nesta reunião); ofício nº 271, da Sra. Mary Helena Allegretti, Secretária de Coordenação da Amazônia que, em atendimento à solicitação desta Presidência, indica nomes de pessoas para depor nesta CPI.

Matéria sobre a Mesa: requerimento do Deputado Nilson Pinto solicitando que, ouvido o Plenário, seja convocado o Sr. Armando Teixeira Soares, Presidente da Associação de Produtores de Borracha Natural do Brasil — APBNB, para realizar exposição, nesta Comissão, sobre os fatores que possibilitaram o declínio do setor; requerimento da Deputada Elcione Barbalho solicitando ao Banco do Brasil a relação das empresas e pessoas físicas que foram beneficiadas com empréstimos ou convênios para o plantio da seringa nas Regiões Norte e Nordeste de 1985 até a presente data; requerimento da Deputada Elcione Barbalho solicitando ao Banco da Amazônia a relação das empresas e pessoas físicas que foram beneficiadas com empréstimos ou convênios para o plantio da seringa nas Regiões Norte e

Nordeste de 1985 até a presente data; requerimento da Deputada Elcione Barbalho solicitando à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste a relação das empresas e pessoas físicas que foram beneficiadas com empréstimos ou convênios para o plantio da seringa nas Regiões Norte e Nordeste de 1985 até a presente data; requerimento da Deputada Elcione Barbalho solicitando à Prefeitura Municipal de São Francisco do Pará informações a respeito do Projeto Pirelli; requerimento da Deputada Elcione Barbalho solicitando à Prefeitura Municipal de Fordlândia informações a respeito do projeto que a Ford estabeleceu naquele Município, posteriormente abandonado; requerimento da Deputada Elcione Barbalho solicitando à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia a relação das empresas e pessoas físicas que foram beneficiadas com empréstimos ou convênios para o plantio de seringa nas Regiões Norte e Nordeste de 1985 até a presente data; requerimento do Deputado Badu Picanço solicitando, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam convidados os senhores José Juarez Leitão dos Santos, Presidente do Conselho Nacional de Seringueiros — CNS; Rafael Pinzon Rueda, Chefe do Centro Nacional das Populações Tradicionais — CNPT; Mônica Avelar T. Neto, Coordenadora da Equipe de Operações com Papéis Mercado Físico e Programas de Escoamento — EOPES; Miguel Augusto G. Serra, Diretor Administrativo da Cooperativa de Borracha de Santarém; Edmundo Cidade, Diretor de Unidade do Centro Tecnológico de Polímeros, e Carlos Antônio da Rocha Vicente, Secretário Executivo de Florestas e Extrativismo do Estado do Acre, para, em reunião de audiência pública, prestarem esclarecimentos sobre o tema objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Os requerimentos da Deputada Elcione Barbalho e dos Deputados Nilson Pinto e Badu Picanço precisam ser deliberados pela Comissão. Assim que tivermos número regimental para tal, o que nos será informado pela Secretária da Comissão, pediremos licença aos nossos convidados e rapidamente decidiremos sobre eles, para podermos dar andamento às providências solicitadas pela Deputada Elcione Barbalho.

Antes de iniciarmos a Ordem do Dia, esta Presidência esclarece que manteve, através da Secretaria da CPI, contato para convidar o Ministro do Tribunal de Contas da União, Dr. Adhemar Ghisi, que demonstrou imenso interesse em ajudar os trabalhos desta Comissão. Todavia, em virtude de compromissos de viagens de trabalho anteriormente agendados, não poderia comparecer na data por nós proposta, dia 03.08., informando só retornar dessa viagem no final do mês de agosto.

Ordem do Dia.

Audiência pública com a presença da Dra. Marília Marreco Cerqueira, Presidente do IBAMA. Gostaria de informar aos Deputados que a Dra. Marília Marreco Cerqueira se faz representar nesta reunião pelos senhores Antônio Carlos Prado, Diretor de Recursos Naturais

Renováveis — IBAMA, e Rafael Pinzon, Chefe do Centro Nacional das Populações Tradicionais — CNPT/IBAMA, de acordo com ofício do Chefe de Gabinete do Ministro José Sarney Filho.

Indago aos Srs. Deputados se há alguma objeção.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, apesar de não registrar nenhuma objeção, eu gostaria de registrar meu descontentamento por ser esta, se não estou equivocado, a segunda vez que convocamos e a referida pessoa não pôde vir. Acho que tudo será esclarecido pela diretoria representada, mas quero deixar este registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Iniciaremos esta audiência concedendo a palavra ao Sr. Antônio Carlos Prado, Diretor de Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, que disporá de até 30 minutos para sua exposição. Em seguida, concederemos a palavra ao Sr. Rafael Pinzon, Chefe do Centro Nacional das Populações Tradicionais — CNPT/IBAMA.

Gostaria de convidar o Sr. Antônio Carlos Prado para compor a Mesa.

Em relação ao requerimento do nobre colega Deputado Silas Câmara, faremos novo contato e iremos convidar a Dra. Marília novamente. Caso as pessoas não queiram colaborar com nosso trabalho, iremos fazer ofício para votar requerimento de convocação dessas pessoas. Já falei no início do nosso trabalho que estamos com o maior propósito de desenvolver um trabalho sério, harmonioso e com a participação e a colaboração de todos. Quem não quiser comparecer será convocado. Não irei, em nenhum momento, passar por cima dos meus colegas. Estamos aqui para colaborar com todos e aproveitar para fazer o melhor trabalho possível.

Aproveito a oportunidade para convidar o Sr. Rafael Pinzon para participar dos trabalhos da Mesa.

Passo a palavra ao expoente por 20 minutos. Caso seja preciso, poderemos prolongar o debate.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PRADO - Muito obrigado. Em primeiro lugar, gostaria de me desculpar pela Sra. Presidente da IBAMA, Dra. Marília Marreco, que se viu impossibilitada de comparecer a esta audiência e saudar o Deputado Badu Picanço e o Deputado Silas Câmara, pela iniciativa, que vêm promovendo, com respeito à indagação, verificação dessas questões ligadas à crise do setor da borracha. Antes de mais nada, eu gostaria de iniciar, mencionando, depois que tive a oportunidade e em conversas com a Sra. Presidente do IBAMA, de ler o que foram as notas taquigráficas, quando da constituição da CPI, que, efetivamente, os pontos ali apontadas, nós do IBAMA, consideramos extremamente pertinentes. Todos sabemos hoje que temos uma nova lei, vamos dizer, uma nova Lei da Borracha, que instituiu a subvenção econômica para os produtores de borracha, lei essa

instituída em agosto de 1997. Com essa nova lei, o IBAMA teve, comparativamente ao regime legal passado, que era, vamos dizer assim, a antiga lei da borracha, que atribuiu ao IBAMA, quando da sua criação, todas as competências, com respeito à execução da antiga lei, o IBAMA hoje se vê com uma atribuição, relativamente, muito mais reduzida, quanto a competências no setor da borracha. Esse é um ponto importantíssimo, que precisa ser frisado e que, em função do que agora o IBAMA tem, que é executar nesse novo regime e diploma legal, precisamos, efetivamente, contar com recursos orçamentários, que precisam estar determinados em orçamento, para podermos levar adiante a execução de ações com vistas a promover realmente a seção econômica e social dos seringueiros da Amazônia, ações essas muito mais voltadas para o extrativismo. E, nesse sentido, no que ficou de fato como competência para o IBAMA executar, a nível das atribuições previstas na nova lei, no ano de 1998, e isso foi consequência, eu diria, de um aviso do Sr. Ministro do Meio Ambiente, à época, Ministro Gustavo Krause, uma semana após a promulgação da Lei nº 9.479, solicitando ao Sr. Ministro do Estado de Planejamento e Orçamento a alocação de recursos para que o IBAMA pudesse levar adiante as atribuições dispostas na nova lei. Em 20 de agosto de 1997, o Sr. Ministro do Meio Ambiente fez essa solicitação ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, pedindo que fossem alocados cerca de 11 milhões de reais ao IBAMA, para que o órgão pudesse levar adiante as atribuições e as propostas de ações, com vistas à sustentação do extrativismo. Essa solicitação acabou não tendo um resultado prático, do ponto de vista da alocação dos recursos. Na verdade, foi uma briga que tivemos, realmente, no Ministério do Meio Ambiente, com respeito a se conseguir os recursos, que estavam sendo requisitados. Acabou que o próprio Ministério do Meio Ambiente teve que fazer uma realocação orçamentária em seu próprio orçamento e destinar, se não me engano — o Dr. Rafael pode me corrigir —, cerca de 4 milhões de reais do seu próprio orçamento, portanto, não houve alocação adicional de recursos, para atividades de apoio ao extrativismo. O IBAMA contou apenas, desses 4 milhões de reais, que foram conseguidos no próprio orçamento do Ministério do Meio Ambiente, com cerca de 1 milhão de reais, que acabaram sendo utilizados no ano de 1998, para, basicamente, duas ações, uma referente à construção de uma usina em Porto Velho, outra parte dos recursos foi destinada para uma renovação de máquinas, e o restante — o Dr. Rafael, depois, poderá ser mais preciso a esse respeito — teria sido alocado para outras atividades do IBAMA. Efetivamente, o IBAMA pôde contar só com cerca de 1 milhão de reais, no ano de 1998, para poder levar adiante algumas ações, dentro daquilo que a lei previa, que o IBAMA teria recursos, para poder tocar adiante. A nova lei previa isso. Para o ano de 1999, parece que não há nenhuma alocação de recursos orçamentários, de acordo com o previsto no art. 7º da nova Lei da Borracha. Esses são pontos que, efetivamente, deixam o IBAMA numa situação de, praticamente, eu diria, incapacidade

de poder levar adiante ações ainda previstas e que o órgão deveria executar. Essa é um situação que, realmente, preocupa a instituição, certamente preocupa o Sr. Ministro do Meio Ambiente. Acho que articulações estão sendo feitas para que efetivamente se possa suprir essa lacuna, mas é o quadro que temos hoje dentro do IBAMA. Não vou entrar em mais detalhes a respeito do que, efetivamente, o IBAMA tem feito ou tem podido fazer e chegou até a fazer ainda em 1998, com alguns recursos, que ainda restavam da extinta TORMB — o Dr. Rafael tem esses dados. Ele poderá falar a esse respeito — e obviamente me coloco à disposição e a Presidente do IBAMA se coloca à disposição, para que possamos responder a questionamentos que os Srs. Deputados tenham e possamos encaminhar, quando solicitados, informações, documentos, à medida que os senhores considerem necessários. O Dr. Rafael vai fazer uma rápida explanação sobre algumas dessas questões a que já me reportei e depois da exposição do Dr. Rafael, nos colocamos à disposição dos senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Bem, pergunto e há alguém que queria fazer alguma pergunta? (Pausa.) Então, vamos deixar para o final.

O SR. DEPUTADO JORGE COSTA - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu gostaria de fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - No final. Eu passo a palavra ao Dr. Rafael Pinzon.

O SR. RAFAEL PINZON - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quanto a esta colaboração a esta CPI, é uma grande honra para mim poder prestar esta colaboração e esta CPI, falando aquilo que possa contribuir para que, realmente, se apurem os fatos que esta CPI pretende apurar. Quero esclarecer, Sr. Presidente, que me vou limitar a falar do extrativismo da borracha, porque a parte de heveacultura, a parte de pesquisa, a parte de comercialização, a parte da subvenção, conforme a lei, passou para o Ministério da Agricultura. Cabe ao IBAMA somente cuidar do extrativismo, ou seja, da borracha nativa da Amazônia. Vou dividir a minha falação em duas partes. Em primeiro lugar, vou apresentar a esta CPI algumas sugestões, para, realmente, minorar um pouco o sofrimento dos nossos seringueiros. E, em segundo lugar, vou passar algumas lâminas, mostrando a situação da borracha atualmente, para concluir, posteriormente, com a prova de que realmente ainda é válido investir na borracha na Amazônia. Acho que é a tese principal que nos propomos mostrar aos senhores membros desta CPI. Quero dizer aos senhores que temos um contacto direto com os seringueiros, no nosso setor dentro do IBAMA, que cuida do extrativismo, e executamos atualmente um projeto que nos leva a um contacto semanal e diário com os seringueiros, que é um projeto proveniente de recursos da antiga TORMB. Em 1996, o IBAMA elaborou um projeto, com o apoio das Nações Unidas, o PNUD e começou a executar esse projeto, para apoiar os extrativistas da Amazônia. Esse projeto pretende ou está realizando, especialmente, os seguintes trabalhos: em

primeiro lugar, foram construídas as três usinas de Xapuri, Sena Madureira e Santarém, doadas às cooperativas, como também foi doado um fundo para a comercialização da borracha, no valor de 1 milhão de reais. Através desse projeto, também está sendo construída uma usina de beneficiamento de borracha, em Porto Velho. E estamos, junto com a Universidade do Acre e a ESALC, de Piracicaba, realizando uma pesquisa, extremamente importante no Acre, chamada de Ilhas de Alta Produtividade, para provar que, realmente, ainda é válida a heveacultura na Amazônia, quando se tem algumas precauções, como é o fato de fazer esses sistemas agroflorestais, incluindo a seringueira. Com esse projeto também realizamos uma importante pesquisa com a Universidade de Brasília, que peço licença ao Sr. Presidente para citar — temos aqui os resultados dessa pesquisa com a Universidade de Brasília, para um tipo de borracha, que se chama a Folha de Defumação Líquida, cujas amostras os senhores podem examinar. É um tipo de borracha que é consumida diretamente pela indústria e que é uma borracha que incorpora valor ao produto; é uma borracha que chega a triplicar o valor e com a qual tivemos um bom resultado nessa pesquisa com a Universidade de Brasília. E atualmente estamos implantando 40 unidades produtoras no Município de Carauari, no Amazonas, e já estamos produzindo com 50 unidades, no Município de Marechal Taumaturgo, no Acre. Depois de termos feito essa pesquisa, em 5 lugares específicos da Amazônia, para provar a possibilidade, a exequibilidade na Amazônia. Ainda com esse projeto fazemos o chamado fortalecimento do Conselho Nacional dos Seringueiros, ou seja, repassamos recursos para a manutenção das 14 representações regionais do Conselho Nacional dos Seringueiros e também fortalecemos comunidades extrativistas. Durante o ano passado, investimos em torno de 800 mil reais, em 57 chamados projetinhos, para apoiar comunidades extrativistas, ou seja, são projetos em que se fornece à comunidade um motor para explorar a produção, uma peladeira de arroz; noutra ocasião, é o plantio de um sistema agroflorestal, é um forno, para produzir carvão, enfim, são pequenos projetos, de 5 mil até 8 mil reais, que estão beneficiando bastante os extrativistas. E também executamos em apoio aos extrativistas um programa, chamado PRODEX, que é um programa de financiamento, através do Banco da Amazônia, que já atingiu 2 mil famílias — é muito pouco, reconhecemos — e que atingiu em torno de 250 seringueiros com o custeio da borracha. É um número que, eu diria, dá vergonha trazer aqui, mas realmente o PRODEX está tendo seriíssimas dificuldades, porque a Região Amazônica não conta com assistência técnica e o BASA só financia onde houver técnicos da extensão rural. Esse é o principal obstáculo do PRODEX. Se não, hoje talvez estaríamos com 6 mil, 8 mil seringueiros beneficiados por esse programa, porque não é falta de dinheiro, Srs. Deputados, isto é que é importante dizer, Sr. Presidente. O BASA dispõe para o PRODEX, este ano, 30 milhões de reais, e não é possível aplicar numa região tão pobre, como a Amazônia, por falta de assistência técnica, por falta de capilaridade do próprio BASA e as

vezes até por falta de boa vontade de alguns gerentes. Contamos apenas, como o Dr. Prado falou, no ano passado, para os nossos trabalhos, com o repasse de 1 milhão de reais, feito através do chamado Programa Amazônia Solidária, que é o recurso, diga-se de passagem, que deveria ter ido para o IBAMA, porque, conforme a lei e conforme o próprio Programa Amazônia Solidária, cumpre ao IBAMA fazer a coordenação desses trabalhos com o extrativismo. Entretanto, dos recursos do Amazônia Solidária, apenas recebemos 1 milhão, do qual alocamos 300 mil para a usina de Porto Velho, 400 mil para as máquinas, que devem modernizar as usinas de Xapuri, Sena Madureira e Santarém — inclusive em Santarém a modernização já produziu efeitos imediatos. Acabamos de vender 200 toneladas de borracha para a Pirelli —, e 165 mil para a implantação das 50 unidades de produção da chamada FDL, no Município de Marechal Taumaturgo, e 30 mil reais para o Projeto de Ilhas de Alta Produtividade, em Xapuri, Acre. Srs. Deputados, é com muita tristeza que trago esses números para os senhores, porque são números muito pequenos, são recursos ínfimos que estamos aplicando num mundo como é a Amazônia. Estamos atingindo apenas, talvez, 1 ou 2% dos beneficiários que deveriam receber o apoio do Governo Federal. Isso porque, também temos uma equipe reduzidíssima. Do que foi a SUDHEVEA, hoje restam apenas 5 pessoas para cuidar de todo o problema do extrativismo da borracha: 1 está alocado em Porto Velho; 2, em Santarém, 1, em Belém e 1, em Brasília. Essa é que é a nossa equipe. Então, faltando recursos humanos e materiais, realmente é muito difícil atender às grandes necessidades da Amazônia. Eu diria, Srs. Deputados, que os seringueiros se encontram numa situação de calamidade. Afora essas pequenas ações que conseguimos realizar em Xapuri, Sena Madureira e Santarém, eu diria que todos os demais seringueiros estão abandonados em áreas extremamente produtoras, como a Eirunepé, Carauari, Envira, Feijó, Taraucá, Boca do Acre, Lábrea, Pauini, Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã e na região das ilhas do Pará, onde a Deputada conhece perfeitamente as grandes necessidades que temos de apoiar, porque todo o pessoal das ilhas, Sra. Deputada, está ansioso por produzir borracha, devido à escassez do peixe e outros fatores. E poderíamos realmente levar um programa, através da produção da folha de defumação líquida. Nesta semana, temos uma equipe lá na região das ilhas, junto com o BASA, tentando os primeiros financiamentos, através do PRODEX, para a região das ilhas. E depois terei o prazer de comunicar os dados mais concretos. Srs. Deputados, eu diria que a nova Lei da Borracha foi altamente prejudicial para os seringueiros, para os extrativistas. Já estávamos cantando essa carta antes da assinatura da lei. E por que foi prejudicial? Porque a nova lei dá subvenção somente a partir da usinagem da borracha. E os senhores, que são da Amazônia, especialmente conhecem que para a borracha chegar à usina passa por uma cadeia de intermediação e que é impossível para o usineiro fazer retornar essa subvenção até o seringueiro. Então, Srs. Deputado, eu me permito trazer aqui, como colaboração para esta CPI,

cinco sugestões para melhorar, para minorar um pouco a problemática dos seringueiros da Amazônia, porque, diga-se de passagem, é uma necessidade nacional que eles permaneçam na floresta, porque eles são os guardiões da floresta, os guardiões das nossas fronteiras, eles não são devastadores da Amazônia. Pelo contrário, a devastação da Amazônia, diga-se de passagem, foi feita por mineiros paranaenses, baianos, paulistas, não por amazônidas. Então, nós temos que preservar essa Amazônia, mantendo os seringueiros nas suas colocações. E eu me permito aqui oferecer cinco sugestões para manter o seringueiro na Amazônia. A primeira, Srs. Deputados, é separar a questão da subvenção. Não podemos dar o mesmo tratamento da subvenção para o seringal de cultivo e para o seringal nativo. É isto o que está acontecendo. O seringal nativo não está recebendo nada e, no seringal de cultivo, está havendo esse desperdício, e, por isso, foi provocada esta CPI. Se nós tivéssemos os cuidados que havia antigamente para realmente fiscalizar, controlar, ter guias de transporte da borracha, não existiria esta CPI. O desmando aconteceu porque não há acompanhamento desse problema. Então, a minha sugestão é que haja uma separação. Inclusive nós já temos propostas concretas, como, por exemplo, tira-se 15% da subvenção total e se repassa para o Ministério do Meio Ambiente. E, no Ministério do Meio Ambiente, através de cadastro de cooperativas, de associações, com o apoio do Conselho Nacional do Seringueiro e com o apoio da nossa unidade, o CNPT, eu asseguro aos senhores que não haverá rombo nem desmando na utilização e será muito bem utilizada a subvenção da borracha para o seringueiro, e a subvenção chegará ao seringueiro, como está chegando ao Acre, através da nova lei que o Sr. Governador do Acre acaba de estabelecer, que está passando 40 centavos por quilo de borracha, e está funcionando muito bem. Uma segunda proposta para esta CPI é que seja cumprido o art. 7º da Lei. Eu peço a V.Exas. licença para ler o que diz o art. 7º da Lei: "O Poder Executivo deverá, no prazo de 60 dias, contados a partir da entrada em vigor desta Lei, adotar medidas destinadas a promover a ascensão econômica e social dos seringueiros da Amazônia por meio de mecanismos específicos de incentivo ao uso múltiplo da Floresta Amazônica e de programas de produção social. Parágrafo único: O Poder Executivo garantirá os recursos financeiros necessários à implementação de programas, etc." E isto não vem ocorrendo, Srs. Deputados. Então, é impossível o soerguimento dos seringueiros se nós não tivermos o cumprimento da lei. E eu sei que para cumprir a lei foi criado o Programa Amazônia Solidária, e, no Programa Amazônia Solidária está bem claro, em vários momentos, que quem executa essa política da borracha é o IBAMA. Entretanto, nós não estamos recebendo, não tem havido recursos para poder executar essa política da borracha. A minha terceira sugestão refere-se ao estoque regulador de borracha. Srs. Deputados, se não for criado um sistema que o Governo excepcionalmente — eu sei que hoje a política econômica não permite isso, mas nós temos que fazer uma exceção para a Amazônia e criar um estoque

regulador de borracha, por quê? Porque mesmo no Acre, com a boa política que o Governador Jorge Viana está implantando, mesmo assim a borracha não está tendo escoamento, porque está sendo incentivado o seringueiro, mas a cadeia produtiva toda foi quebrada, não está havendo comprador. Eu acho que neste momento é que o Estado deveria intervir e comprar. Inclusive eu ouvi dizer que o Governador Jorge Viana vai comprar borracha para não deixar o seringueiro na mão, como se diz. Então, não basta a subvenção. Eu proponho que realmente seja criada novamente a compra de borracha, porque nós não podemos mais confiar que a nossa indústria compre essa borracha. A minha quarta proposição é com relação a um programa de diversificação da produção. Ninguém quer ser ingênuo aqui de pensar que o extrativismo vai permanecer a vida toda. Nós temos que pensar que realmente há o declínio do extrativismo, é uma realidade, é a globalização, tudo isso indica o declínio do extrativismo. Mas não podemos deixar essas 40 mil famílias, que estão dependendo da borracha, sem uma alternativa econômica. É possível — e já temos experiências no nosso setor do IBAMA — diversificar a produção do extrativista. E, finalmente, o quinto ponto: é importante criar um programa de criação de reservas extrativistas. Srs. Deputados, um dos melhores passos que o Governo deu nesses últimos anos dentro do Ministério do Meio Ambiente e dentro do IBAMA foi a criação de reservas extrativistas, porque essas são áreas onde é permitido a pessoa trabalhar e se desenvolver. Às vezes a palavra reserva se pensa que é uma unidade do IBAMA que não se pode tocar. Pelo contrário, a reserva é antítese, é antípoda do parque ou da flona, de outras sumidades onde o homem é retirado. Na reserva, é exigido que o homem permaneça ali e que trabalhe nos seus trabalhos econômicos tradicionais. Com a licença dos senhores, eu me permiti trazer um documento que mostra os resultados com reservas extrativistas e solicitaria aos senhores que, dentro do programa de soerguimento da borracha, se colocasse a criação de reservas extrativistas. Para concluir esta primeira parte, permitam-me fazer um resumo, dizendo, pelo meu humilde ponto de vista, de um técnico que viveu toda a sua vida profissional na Amazônia, porque eu fui técnico da antiga ACAR-Amazonas, da EMATER-Amazonas, onde cheguei a ser Presidente da entidade, e trabalhei no IICA, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, junto com a SUDHEVEA, durante seis anos no Acre. Com borracha, eu fui o Coordenador de miniusinas do antigo programa de borracha da SUDHEVEA. E, durante toda essa minha vida, com essa experiência, eu diria aos senhores que a derrocada da borracha teve dois fatores principais. O primeiro foi a abertura total do mercado. Permitam-me dizer, talvez, algo que pode ofender alguns economistas, mas, para mim, isso foi um crime. Eu acho que a borracha merecia a sua proteção, sim, devido ao seringueiro que está na Amazônia, e teve o mesmo tratamento de qualquer outro produto. No MERCOSUL, a mesma coisa, em nenhum momento nós conseguimos ter alguma política protecionista para a borracha. E, por isso, ficou um mercado aberto, o País está abarrotado de

borracha importada, e por isso o preço da nossa borracha caiu mais ainda. Em segundo lugar, foi a extinção do órgão que cuidava do setor. Eu não estou pedindo aos senhores para ressuscitar a SUDHEVEA, absolutamente. Mas que se tenha ao menos uma equipe mínima para cuidar da borracha, porque é impossível com cinco pessoas, por exemplo, cuidar do extrativismo nesta imensidão de 5 milhões de quilômetros da Amazônia. Então, se realmente não tivesse sido desarticulado totalmente o órgão que cuidava disso, talvez hoje não existisse esta CPI. Agora, passamos à segunda parte, onde vou mostrar alguns dados sobre a situação da borracha para concluir que sim, vale a pena investir ainda em borracha. Também eu trouxe por escrito para facilitar o acompanhamento.

(Apresentação de transparência.)

Então, essa primeira lâmina nos mostra a produção de borracha no Brasil, onde vemos claramente que os dados são até 1997. Por quê? Porque está desestruturado tudo, até a coleta de dados não existe mais. Nós temos um setor totalmente desestruturado. Havia alguém que coletava dados até 1997. Hoje, não tem mais. E conforme esse quadro, então, da produção de borracha natural, logicamente que nós estamos falando aqui em termos de toneladas. Até 1996, nós tivemos, somando o seringal nativo e o de cultivo, em torno de 54 mil toneladas. Os dados de 1997 são incompletos, foi somente o primeiro semestre. Mas o que eu queria observar nesse primeiro quadro aos senhores é como está caindo a produção da borracha nativa. Em 1992, chegava a 5 mil, mais ou menos 6 mil toneladas; em 1993, subiu um pouquinho; em 1994, já caiu em torno de 2 mil toneladas. E assim permanece. Então, realmente a produção de borracha é bastante insignificante devido a esses problemas todos. No quadro seguinte, nós vemos o que? Aqui vemos quais são os Estados mais produtores de borracha nativa. Sobressai o Acre, onde, em 1991, produziu mais de 5 mil toneladas, e depois foi caindo, caindo. No ano passado, eu acredito que nós não chegamos a 2 mil toneladas no Acre, e o total, no País, talvez não chegou a 4 mil toneladas. Na seguinte lâmina, vemos a evolução do mercado nacional de borracha natural, onde percebemos nitidamente — queria salientar aos Srs. Deputados — como a produção não está acompanhando o consumo. Isso é muito grave. Esta lâmina é para mostrar como o consumo cresce enormemente e a produção não consegue acompanhar. Isso nos obriga cada vez mais a importar mais e mais borracha, saindo divisas do País. A lâmina seguinte nos mostra a tristeza do preço da borracha, a sua queda vertiginosa, onde nós vemos que de janeiro de 1996, onde se pagava 1 dólar e 60 centavos pelo quilo, hoje se está pagando em torno de 50 a 60 centavos por quilo de borracha importada. E agora vem a parte mais positiva desse quadro. Temos que terminar com algo positivo, mostrando perspectivas. Então, nós vemos aqui a questão do mercado interno de borracha para pneus de caminhões e ônibus. Então, por esta projeção, nós estamos vendo que haverá um grande incremento em 2000, de 37% dos pneus produzidos com a borracha

nacional, e depois incremento também, infelizmente, das importações, porque vai ser preciso continuar importando. Aqui no quadro seguinte, vemos o mercado interno de pneus de automóveis, para mostrar também o grande crescimento, a grande perspectiva que nós temos de consumo de borracha no País. Queria salientar para os senhores, conforme está no rodapé desse quadro, que esses dados são da ANIP. Então, são quadros muito fidedignos, que é a Associação Nacional das Indústrias de Pneumáticos, e são quadros bastante atuais. Então, nós vemos que haverá incremento tanto dos pneus nacionais como também nos importados para automóveis. No quadro seguinte, podemos ver uma projeção de consumo que é bastante importante. Projeção feita também por pessoas do ramo, onde nós podemos perceber nitidamente como o crescimento, tanto na parte de veículos, de caminhões, e especialmente na parte de baixo do quadro, de consumo de borracha, nos leva a ver um incremento de 59%, dando boas perspectivas para que nós cuidemos realmente da borracha no nosso País. No quadro seguinte, eu quis trazer para os senhores uma informação também muito importante, que é com relação às indústrias pneumáticas no País. Então, nós tínhamos até 1980 essa lista de indústrias e temos, nesse período de 1998 a 2000, a expansão de grandes indústrias no País. Com o MERCOSUL, os grandes fabricantes de pneumáticos escolheram o Brasil como sendo o grande fornecedor de pneus. Então, nós temos boas perspectivas de produção, de consumo de borracha para os próximos anos. E, finalmente, o último quadro que eu quis trazer — eu teria muitas outras informações, devido à escassez do tempo, limitei-me a essas aí — é com relação à importação da folha fumada. Embora tenhamos tido um pique de 40 mil toneladas em 1995, até 1998 nós estamos importando mais de 20 mil toneladas de folha fumada. E por que trouxe este dado, Srs. Deputados? Porque nós podemos substituir a folha fumada perfeitamente por este sistema chamado da folha de defumação líquida, que uma borracha produzida no próprio seringal, com o seringueiro já agrega (ininteligível) a essa borracha. E, assim, nós, então, poderíamos perfeitamente ter um mercado seguro, que muitas pessoas dizem: mas produzir isso para quê? Quem vai consumir? Está aí o dado, estamos importando mais de 20 mil toneladas de uma borracha que nós podemos produzir, que temos tecnologia, que a Universidade de Brasília comprovou e que hoje já temos mais de cem unidades produzindo na Amazônia, mas que deveríamos ter talvez 5 mil unidades produtoras desse tipo de borracha. Eu agradeço a oportunidade de ter falado aos senhores e me coloco à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Vamos iniciar os debates. Com a palavra o Deputado Silas Câmara, Relator. O prazo de V.Exa. é de 3 minutos, mesmo prazo que disporá os senhores expositores para a resposta, facultada a réplica e a tréplica.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, gostaria inicialmente de me dirigir ao Dr. Rafael. É interessante que esta CPI, Dr. Rafael, trata principalmente sobre a crise

no setor da borracha — essa é a nossa preocupação — e, como Comissão Parlamentar de Inquérito, que está instalada neste momento, ela tem, por objetivo principal, investigar o que aconteceu. Eu estou aqui de posse inclusive de um relatório, que hoje seria provavelmente o maior motivo dessa discussão, do Tribunal de Contas da União — e os senhores devem ter conhecimento desse relatório, que foi uma auditoria feita no próprio IBAMA sobre questionamentos diretos ligados ao setor da borracha, e, Sr. Presidente, cada matéria que leio, cada relatório que leio, não sei se os nobres colegas também estão acompanhando dessa forma, é óbvia a resposta. Ainda há pouco, eu estava, antes de iniciar esta reunião, uma repórter da **Rede Amazônica de Televisão** dizia que tinha entrevistado alguém do IBAMA, com certeza alguém autorizado a falar sobre o assunto, e a pessoa do IBAMA foi categórica em falar que a culpa da paralisação do setor é do Governo. E o que mais me deixa também impressionado, o senhor disse números, 40 mil famílias hoje dependem diretamente do extrativismo ligado à borracha, já chegaram a ser 200 mil famílias naquela região, creio, da Amazônia Legal. E eu gostaria de perguntar ao senhor, apesar de o senhor já ter falado sobre isso, a que motivo o senhor, como profundo conhecedor da matéria que demonstra ser, de maneira mais histórica, se o senhor pudesse relatar, voltando um pouco para 1990, 1991, que, quando na realidade as pessoas que passaram por aqui e se identificaram para a CPI, aliás, nós identificamos essas pessoas como grandes produtoras, como por exemplo o Sr. Mustafá Said, que foi um dos maiores produtores de borracha natural deste País, o segundo maior produtor, ligado à nossa região da Amazônia Legal, e todos são unânimes em dizer que o golpe fatal da borracha se deu justamente nessa época, quando os juros se elevaram e o reajuste que deveria ser dado à borracha por aqueles dias que se estavam esperando pelo grande estoque que se tinha, aguardando para poder levar, então, ao comércio, e não foi dado, e isso decretou praticamente a falência de todas as pessoas, os famosos regatões que compravam a borracha nos beiradões dos rios e também lá no Acre, etc. Então, a minha pergunta ao senhor, inicialmente, seria se o senhor poderia nos relatar se o senhor tem conhecimento desse episódio todo e qual é o comprometimento que esse episódio tem no seu modo de ver com a crise no setor da borracha e principalmente nesta relação do Governo nesse momento inicialmente dessa crise.

O SR. RAFAEL PINZON - Sr. Deputado Silas, sem dúvida que a afirmação feita aqui anteriormente tem todo o cabimento. Realmente, naquela época nós tivemos o Plano Collor, e, com essa nova política, realmente houve a quebra de muitas empresas no País e de vários setores. Todo mundo conhece perfeitamente o que aconteceu nos anos 90/91, e nós acreditamos, também, que esse foi um golpe fatal para, especialmente, os usineiros de borracha, porque até aquela época havia o incentivo e o crédito barato, diga-se de passagem. Realmente, o setor sobreviveu durante muitos anos, devido à política que nós praticamos sempre de um crédito barato, de incentivo, que eu não critico como coisa negativa, porque

para a Amazônia era necessário praticar esse tipo de política. Mas no momento em que a Amazônia teve tratamento igual ao resto do País e tiraram-se os incentivos para os usineiros, se tiraram... O crédito ficou caro. E, além disso, na hora de se vender a produção, houve congelamento de preços. Sem dúvida nenhuma, esse foi um dos golpes mais duros que o setor recebeu.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, gostaria ainda de completar esse raciocínio, perguntando ao Dr. Rafael. Observe bem, Dr. Rafael, esse foi um dos duros golpes que esse setor recebeu. O senhor fala que, e as estatísticas mostram, quarenta mil famílias na atividade. E eu perguntaria ao senhor, e aí eu já saio um pouco da causa da crise, mas só para que eu possa fazer uma avaliação junto com os colegas, é uma pergunta acho que pertinente, Sr. Presidente: o senhor acha, por exemplo, agora, o Governo — e é uma pergunta bem atual — lança um plano de demissão voluntária, onde ele coloca dinheiro a 7% ao ano para quem quiser até 30 mil reais, para ir para casa, não é? O relatório do Tribunal de Contas diz que uma das grandes causas da crise, também, é que sempre houve dinheiro para o regatão, para o atravessador, para o comprador. Para o seringueiro em si, próprio, para o produtor da ponta, praticamente inevitável, praticamente não houve recurso, porque, quero crer que esses grandes recursos e esse é um questionamento que constantemente se faz no Congresso Nacional pelos Srs. Deputados, esta Casa está cheia de gente defendendo isso, que é a questão da garantia real, com certeza deve ter sido esse um grande obstáculo do pequeno extrativista, que quando precisava pegar mil reais, vamos supor, 1.400 reais, dez salários mínimos, para que ele tivesse como girar o seu pequeno negócio e até pagar, porque esse tipo de gente não engana, esse paga, verdadeiramente. Então, a minha pergunta é a seguinte: o senhor acha que, já que a gente está procurando a causa para também apresentar uma proposta, o senhor acha que é possível esse setor ser reativado, inclusive com retorno de algumas das famílias que hoje saíram de dentro dessa atividade econômica e estão hoje na miséria, às margens dos rios, das cidades, etc., etc.? O senhor atribuiria que tipo de estímulo para esse povo voltar a ter dignidade e sobreviver disso? E a outra pergunta que faço ao senhor, e já vou fazer várias, Sr. Presidente, que aí encerro, sei que os nobres colegas também estão querendo. Esse material que o senhor acabou de falar aqui, que é essa nova tecnologia de beneficiamento da borracha, lá em Carauari, por exemplo — vou falar especificamente do Amazonas, porque aqui temos representantes do Pará — os nossos colegas, com certeza, vão falar sobre isso. Mais especificamente do Amazonas, o senhor citou que em Carauari existem vinte locais em que está sendo já utilizado esse novo sistema, não é isso?

O SR. RAFAEL PINZON - Estão sendo implantados quarenta.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Ah, fantástico. Através do IBAMA?

O SR. RAFAEL PINZON - É.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Através do IBAMA. Então, a minha pergunta, as minhas duas últimas perguntas, até porque eu considero, Sr. Presidente, que a sua explicação foi muito óbvia, entendeu? Nós estamos querendo destrinchar um pouco, acho que os colegas estão mais hábeis até a perguntar isso, as outras perguntas, e se o senhor tem conhecimento deste relatório, que foi mencionado pelo Sr. Presidente, através do Sr. Adhemar Ghise, Ministro que fez essa auditoria, e se o senhor acha que esses fatos relacionados nesse relatório, se o senhor tem conhecimento, eles são verídicos. Essa aqui é uma, é um relatório que nós poderíamos, nesta Comissão, julgar ele autêntico, ou se o senhor tem algum tipo de, se conhecimento tem do relatório, algum tipo de argumentação contrária a esse relatório.

O SR. RAFAEL PINZON - Eu vou começar pela última pergunta. Com relação ao relatório, eu tenho conhecimento. Agora, eu precisaria examinar um pouco mais, porque a última vez que, digamos, li esse relatório, já tem, talvez, mais de um ano. Então, eu precisaria estudar, ver quais os pontos, enfim, eu me comprometo, se for o caso, Sr. Presidente, de mandar, depois, um parecer, se o senhor permite, Deputado, sobre esse relatório. Mas, assim, neste momento, não me atreveria a emitir um parecer sem lembrar dos detalhes do relatório. Com relação à outra pergunta da reativação e a volta dos seringueiros, eu queria esclarecer que esse número, por exemplo, que eu citei de 40 mil, são as famílias que têm, hoje, alguma coisa a ver com a borracha, mas as que estão trabalhando com borracha, que estão sangrando, vendendo, talvez sejam apenas umas 10 mil. Pela própria produção que se tem, que não chega a 5 mil toneladas, então, a gente vê o indicativo, mais ou menos, uma família, nos bons tempos, produzia uma tonelada por família, 800 quilos por família, hoje, logicamente que estão produzindo apenas 400 quilos por família, porque mudaram as situações, enfim. Com relação ao retorno, Sr. Deputado, eu diria que sim, que hoje, a coisa mudou muito. Por quê? Porque até 1975, mais ou menos, o que predominava era o seringal tradicional, onde havia o patrão, o regatão, a colocação e os colocados. Essa situação começou a mudar no Acre, a partir de 75, mais ou menos, e se criou a figura do chamado seringueiro autônomo, ou seja, aquele seringueiro que ocupa uma colocação e que ele sozinho, sem precisar de um patrão que faz o aviamento, ele mesmo produz e escoia sua produção. Isso foi proliferando. Não digo que a situação do Amazonas seja igual à do Acre, mas no Amazonas também já há, em Boca do Acre, por exemplo, em Lábrea, uma boa quantidade de seringueiros autônomos, que receberam lote do INCRA, ou, então, algumas áreas que foram ocupadas e eles estão apenas como ocupantes, que não foi legalizada a terra, mas são autônomos, no sentido de que os patrões desapareceram. Muitas vezes, o seringalista, ele saía da atividade, porque não tem mais a cadeia produtiva e deixou a terra, mas lá tem alguns autônomos. Então, devido a isso, eu diria que é possível não uma retomada 100%, 50%, mas, talvez, nós conseguiríamos, aí, uns 30, 40% de retomada disso. E eu digo que isso é possível, por quê? Porque estamos tendo

uma prova no Acre. Com o incentivo que Jorge Viana está dando no Acre, muitos seringueiros estão voltando, inclusive estão tendo dificuldade de encontrar as tigelas, a faca de sangria, porque ninguém mais está produzindo isso. Então, já temos uma amostra. Eu diria que é possível, desde que haja uma política bem concatenada, nós poderíamos reativar o setor. Eu cito outro caso: as ilhas do Pará. Esse pessoal está ansioso por produzir borracha. Quando levamos a folha de defumação líquida, e que o BASA está querendo financiar, lá, por exemplo, em Gurupá, tem várias associações que querem produzir e outros, em todas as ilhas, estão querendo produzir.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Rafael. Dr. Rafael, qual o preço que hoje está sendo praticado, em dólar, da borracha importada?

O SR. RAFAEL PINZON - A borracha importada, hoje, está a 60 centavos de dólar.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - E a interna nossa?

O SR. SILAS PINZON A interna nossa, o seringueiro está vendendo a 60 centavos de real, 60 a 70. Agora, tem o usineiro, lógico, depois da usinagem e tal, ele consegue recuperar os noventa, oitenta centavos do incentivo do Governo. Então ele ainda está sustentando a atividade devido à subvenção, não é?

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Na realidade então, da forma como você está colocando, o usineiro ele está, ele está ganhando dinheiro, não é? Noventa centavos de subvenção, paga 60; no Estado do Acre, por exemplo, tem quarenta de incentivo, chega a um e trinta. O senhor julga verdadeira a afirmação, por exemplo, eu tive agora recentemente em Carauari, Pauini, aquela região toda até a Boca do Acre, que já foi uma grande produtora de borracha, fui pessoalmente lá conversar com os seringueiros, e estou assustado com o que eles dizem, que, se o preço da borracha fosse, hoje, 1.20 — um real e vinte centavos — seria o suficiente para muita gente voltar a cortar seringa: um real e vinte centavos. Então, fico pensando: um real e vinte centavos, ponto noventa que o Governo paga para o usineiro, não é? E aí eu tinha a informação, e agora, que o preço da borracha chegou a dois reais e dez centavos para a produção, já na usina, já na indústria, dois reais e dez centavos; dois reais e dez, menos um e vinte, não é? Noventa, oitenta centavos de lucro, para o Brasil, é lucro que não acaba mais, não é? Apesar de que a nossa cultura aqui é meia turbulenta sobre isso. E, então, Dr. Rafael, o senhor veja bem uma coisa, na época lá, de 1991, nessa época que o senhor mesmo falou que tinha, inclusive teve convivência lá na região, o senhor lembra qual que era o preço que se pagava da borracha ao produtor mesmo, ao seringueiro mesmo em termos daquela época para hoje? Houve diferença muito grande? Qual a diferença em dólar? O senhor lembra mais ou menos ou não?

O SR. RAFAEL PINZON - Em dólar, não. Nós temos feito com os seringueiros exercícios de quantos quilos produzia, naquela época, e o que é que ele adquiria de mercadoria naquela época. Esse é o sistema que usamos, não é?

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Interessante que esse não é o senhor, é o sistema universal de quem mexe com borracha — não é?

O SR. RAFAEL PINZON - É. Sim, é.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Por exemplo, o doutor, o nosso segundo maior produtor de borracha que esteve aqui, Mustafá Said...

O SR. RAFAEL PINZON - Sim.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - ... comparava o seguinte: que a produção de borracha de uma família era equivalente a cada mês produzido três meses de consumo, em termos de alimento. Ou seja: ele produzia um mês e o rancho que ele conseguia com aquele mês produzido dava para, aproximadamente, para ele consumir três meses em termos de "comer"? Não tudo, porque extrativismo não é só produção. Você também compra só o essencialmente necessário, tem a caça, tem a pesca e complementado, então o rancho natural do seringueiro.

O SR. RAFAEL PINZON - Sim. Certo.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Então, se levando até em consideração isso, se levar em consideração esse bom termo, de que, do que dava para comprar seria, talvez, três salários mínimos, a renda mensal de produção ou ficaria em uma renda, um salário mínimo mesmo na época?

O SR. RAFAEL PINZON - Acredito que seria bem mais do que um salário mínimo naquela época. Porque realmente o que ele comprava com um quilo de borracha, em termos de açúcar, sabão, sal, querosene e tal, era bem três vezes superior ao que ele compra hoje. Hoje, com o que ele vende um quilo de borracha, ele diz que não consegue comprar um quinto do que comprava naquela época. Porque nós não temos, assim, dados de acompanhamento de preço em dólar e tal. Mas seguindo o raciocínio deles era bem melhor a renda que eles tinham e, inclusive, a situação de vida deles: eram mais felizes, estavam mais contentes, satisfeitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Obrigado. Com a palavra o Deputado Jorge Costa.

O SR. DEPUTADO JORGE COSTA - Inicialmente, quero cumprimentar os expositores, o Sr. Rafael Pinzon e, também, mostrar a minha perplexidade, a minha até decepção acerca da exploração da borracha nativa na Amazônia. Desde que nós sabemos que ela tem muita importância para retirar este povo amazônida da exclusão social. Neste sentido acredito que vale à pena, realmente, recuperar o setor e transformá-lo produtivo, verticalizando a produção, fazendo com que ela não se destine só a uma finalidade que é de

pneus e, sim, outras finalidades industriais tão importantes que é esse produto, que é a borracha no mercado internacional. Hoje, a borracha serve de tudo, de piso, de, enfim, tanta coisa, isolamento térmico, enfim. Eu não acredito que ela dê prejuízo, sinceramente, a sua produção nativa. Mas, também, V.Exa. falou que o IBAMA não teria interesse ou não estaria dentro da sua faixa de ação, a questão da borracha natural, na produção da borracha natural e, sim, só a produção da borracha nativa. Entretanto, eu acharia importante que a gente pudesse incluir também na ação do IBAMA, não só a borracha nativa mas, também, essa borracha produzida pelo reflorestamento da região amazônica, que é muito importante. Por quê? Ela serviria como se fosse uma âncora de apoio também à borracha nativa e à valorização até da produção da borracha natural. No fim tudo é natural: a nativa e a natural é também a borracha produzida. Mas isso é muito importante, porque há possibilidade, por exemplo, de incentivar o reflorestamento, principalmente no Pará. Hoje se fala do Acre. No Acre, realmente, a história é outra: a historiografia do Acre, a sua flora, a sua fauna. Hoje, o Acre tem, é um dos Estados que mais conservação tem da sua biodiversidade e da sua floresta, principalmente da seringueira nativa. Mas, no Pará, pouco se pode falar devido à devastação produzida pelos sucessivos planos de valorização da Amazônia malogrados e que nem sempre estudaram, que nunca souberam o que é a Amazônia, nunca estudaram a Amazônia, não conhecem a Amazônia, enterraram a Amazônia nesta situação de irreversibilidade da destruição da nossa Floresta Amazônica no Pará. Mas, no Pará, venho falando — a gente bem sabe — que é um dos Estados onde tem mais plantação, reflorestamento de seringueira, seringueira natural. Hoje, nós vimos, por exemplo no Pará, tem Fordlândia, tem a Pirelli do São Francisco, tem Castanhal onde resido, a quantidade imensa de seringais abandonados.

(Não identificado) - Abandonados.

O SR. JORGE COSTA - Porque não adianta ninguém colher o látex porque não há interesse comercial, não há apoio do Governo. Ora, isso é um crime! O que se está passando na nossa Amazônia, na nossa região amazônica é o total desconhecimento da nossa biodiversidade, da nossa flora, da nossa fauna. Fala-se muito em Amazônia, mas pouco se conhece sobre a Amazônia, pouco se estuda a Amazônia. E a Amazônia nós sabemos que há necessidade de conhecimento para que a gente possa realmente desenvolvê-la. É também o caso de, além de dar atenção à borracha natural, dar atenção também a essas verbas, para incentivar os estudos, as pesquisas sobre a biodiversidade amazônica, as pesquisas sobre a borracha, incentivar o ensino, desde o Ensino Fundamental, o amor pela conservação da natureza, na escola primária, na escola fundamental. A extensão das universidades nas várias unidades da Amazônia, também é uma necessidade. Nós, hoje, só vemos universidades, e escolas de 2º grau em quantidade suficiente só nas Capitais. O interior do Estado e os Municípios florescentes não têm as suas universidades. Onde as pesquisas devem ser

realizadas é, realmente, no interior, e nosso jovem do interior do Estado, nosso jovem da nossa hinterlândia, pouca oportunidade tem de receber conhecimento de 3º grau, de pesquisa científica. Daí nós parabenizarmos aqui o Presidente, Presidente que é o Sr. Badu Picanço, pela maneira como vem encaminhando os trabalhos da CPI da Borracha, do desincentivo à borracha, que está sendo encaminhada uma outra CPI sobre a TORMB — Taxa de Organização do Mercado da Borracha? Mas, e também, ao nosso Relator aí, mas eu creio que, depois desta CPI, nós, se Deus quiser, peço a Deus que a gente encontre um destino para a nossa borracha e luz para que nós possamos recuperar esta grande possibilidade, oportunidade que o Governo pode dar ao homem da Amazônia, não apenas só para a retirada da exclusão social, mas, também, para incentivar a produção lucrativa da borracha em nosso Estado, na Amazônia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Obrigado, Jorge. Vamos ver se com os requerimentos da Deputada Elcione os donos das áreas abandonadas apareçam, não é? Inclusive lá em Castanhal nós temos uma escola agrícola lá. Então, quero aproveitar a oportunidade e passar a palavra para a Deputada Elcione Barbalho, do Pará.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Muito obrigada, Sr. Presidente, obrigada Dr. Rafael. Fico muito sensibilizada de ver o seu amor pela causa, o seu interesse, esses anos todos de vivência e experiência. Mas antes de qualquer colocação, Sr. Presidente, eu gostaria de saber qual a razão da ausência da Presidente do IBAMA, Dra. Marília, neste momento, aqui conosco? Porque eu tomei conhecimento de que ela foi convidada, soube da sua convocação, do convite, melhor dizendo, e acho que se torna necessário a sua presença, é uma pessoa de responsabilidade, está num órgão de grande responsabilidade e me parece que isso dá um certo tom de esvaziamento para esse trabalho que estamos tentando fazer. É um trabalho sério e eu creio que nós, como Deputados, merecemos uma resposta da ausência da Sra. Marília, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Deputada, a informação que eu tive, a princípio eles alegaram que ela não teria sido convidada.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Não teve nenhuma carga, onde chegasse esse documento lá para contrapor essa posição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Temos, através da assessoria, nós temos o documento convidando. E nós iremos, agora, se a Deputada quiser, tornar...

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - ...convocação...

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - ...eu submeto, em seguida... A Presidência acata o requerimento verbal da Deputada Elcione Barbalho, para que, depois, hoje

nós já temos inscrito para a Ordem do Dia nós já podemos votar os requerimentos, após a audiência aqui com os técnicos do IBAMA. Nós já temos número regimental para que seja votado. E após esta sessão aqui, se a Deputada desejar,...

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - ...a Presidência acata o requerimento de convocação.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - E eu gostaria de somar ao nome da Dra. Marília o convite à Dra. Flora, até para justificar esses valores, cerca de 30 milhões que estão disponíveis no BASA,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Com certeza!

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - ...para que a gente pudesse, também, rever, estudar e alocar esses recursos devidamente previstos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Com certeza! E serve até mais de tempo, quando ela vir, para que nós, todos os Parlamentares membros desta Comissão, nós nos aprofundarmos em relação ao relatório do Tribunal de Contas da União, porque o técnico aqui, o Rafael, vai ser convidado posteriormente, haja vista que ele está há um ano, que ele leu o relatório do Tribunal de Contas e, sem dúvida nenhuma, irá engrandecer mais o nosso trabalho.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Pois não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Continue.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Dr. Rafael, não desmerecendo a sua presença, mas acho que aqui não é perda de tempo, temos que ganhar tempo, porque a Amazônia não precisa ser só explorada, ela merece, acima de tudo, ser respeitada. E eu creio, até costumo dizer brincando que na Amazônia não é uma cabeça de burro, mas um burro inteiro que está enterrado ali. Não existem interesses de desenvolvimento. Parece que o domínio é que se faz necessário para que se mantenha aquele povo no estágio de vida em que se encontra. Vejo, quando o senhor me fala aqui, quando somente cinco funcionários estão à disposição, existe para controlar, para acompanhar, para projetar trabalhos dentro do setor da borracha. Isso é brincadeira, é brincadeira! Quando a gente vê esse País no estágio de miséria, porque no relatório da ONU você vê o absurdo que este País se encontra na questão do desemprego, e a gente está jogando fora um manancial que nós temos lá dentro da Amazônia, onde há pessoas que não precisam dizer que na hora em que disser que tem emprego, o povo corre lá. O povo não é preguiçoso, não. Apenas não tem conhecimento de causa, não tem infra-estrutura para se desenvolver. Então, não é questão de não ter emprego. É questão de que não querem empregar esse povo, querem que a gente viva o tempo todo na miséria e de pires na mão e dependentes. Então, é isso o que acontece. Você sabe, você é da região, você vê a

nossa situação em que a gente vive, neste País todo, de desemprego, até já de recessão. E já que a Amazônia é solidária, em cima da lei que quer desenvolver esse trabalho, e hoje quero até levar os meus aplausos à nova sistemática, à nova diretriz que D. Ruth está querendo colocar, acabar com esse assistencialismo de cesta de alimento, porque come hoje e amanhã acaba, mas que se fixe realmente um trabalho digno de respeito de dar cidadania ao povo, a questão, também, por aí, vem a cidadania, vem a geração de empregos. E o que é que isso vai acarretar para o País? Divisas. O povo não pode também só estar lá plantando e retirando a borracha. Ele tem que ter condição de transportar, e de assumir e de comprar também e revender. É disso que a gente precisa: é de seriedade, a gente precisa é de um projeto que se pense em desenvolvimento para a nossa Amazônia. A riqueza, o berço está lá, sim, porque nós temos de tudo. Agora, o que precisamos é que os governantes se respeitem e respeitem também a população e os direitos que nos cabem, porque nós sabemos fazer a coisa. Não é chegar como o Dr. Jorge, o colega, companheiro, aqui, lá também da nossa região, que diz que as pessoas que menos entendem é que jogam para lá, para querer impor decisões e achar o que é que a gente deve fazer. Nós temos capacidade, sim. O que é que adianta os nossos estudantes saírem apenas com o ensino tradicional? A gente precisa é de escola profissionalizante, a gente precisa ver o que é que tem na região, fazer a pesquisa e, de lá, você trazer esse gancho para que a gente possa pensar em desenvolvimento e tecnologia. Acho que alguma coisa foi colocada, lembro até porque, na época, eu ainda era casada com o hoje Senador Jader Barbalho, ele entrou na linha do PROBOR, estava iniciando aí a SUDHEVEA, também, e lembro que ele entrou num projeto lá e me parece que houve uma baixa muito grande nos valores da borracha, que foi uma plantação racional — lógico. Por que essa questão do baixo valor que se impõe no mercado? Será por causa de outros países, pelas dificuldades, pela baixa qualidade? O senhor poderia me informar isso, Dr. Rafael?

O SR. RAFAEL PINZON - Deputada, eu vou... Essa última pergunta está bem fresca. A queda atual do preço internacional a cinquenta centavos de dólar foi vertiginosa. Há dois ou três anos atrás era um dólar e vinte, um dólar e quarenta. A queda foi a crise asiática. Quando os países da Ásia produtores... Os maiores produtores do mundo: produzem 95% da borracha mundial, produzida na Tailândia, na Malásia e na Indonésia. E lá exatamente foi o fulcro da crise econômica desses países. Então, quando eles precisaram de dólar para recuperar a economia, desovaram os estoques de borracha. Eles tinham estoques para três anos, que a produção deles é de milhões de toneladas. Então, essa desova do estoque é que levou o preço a cinquenta centavos de dólar. Mas, afortunadamente, tudo acaba, e esses estoques estão acabando, e há boas perspectivas de recuperação do preço para nossa borracha nacional. Aproveitando a palavra, Sr. Presidente, que me veio à memória, neste momento, devido à fala da Deputada, eu teria mais uma sugestão para esta Comissão, uma sexta sugestão, para

recuperar e que a subvenção chegue ao seringueiro, que seria o seguinte. Nós estamos numa época de descentralização. Acho que o Governo Federal realmente deve descentralizar. Talvez o que ocorreu, Deputado Silas, com essa suspeita de desvios na subvenção, essa coisa toda, foi porque as coisas são muito centralizadas em Brasília. Então, por exemplo, se o Governo do Acre já está dando uma subvenção, por que não repassar a subvenção do Governo Federal ao Acre para que some à subvenção... Ouvi dizer que o Governador do Amazonas vai aderir ao que fez o Acre. Se o Pará fizer o mesmo, Deputada... Digamos que o Pará, com otimismo, vá produzir mil toneladas. Mil toneladas, se o Pará der trinta centavos por quilo, isso não vai ter efeito nenhum no orçamento do Estado, são 300 mil reais, que vai gastar numa política de borracha e vai atrair os noventa centavos da Federação para complementar, e, assim, nós teríamos realmente uma maneira de fazer com que a subvenção chegasse ao produtor. E ainda aproveitando a palavra, Deputada, sobre a questão das cinco pessoas apenas para cuidar da borracha, isso é devido a que não se repassa mais recurso ao IBAMA para cuidar de borracha. Então, tivemos que desativar tudo.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - E ficará como? Por último, eu gostaria de aproveitar essas suas sugestões e propor ao companheiro Relator, Deputado Silas, que agrupe isso e que seja assim como uma proposta até do Governo, que a gente possa fortalecer a sua posição dentro daquilo que o senhor administra, do setor que o senhor administra, e pedir que o senhor não perca esse seu entusiasmo, porque nós, amazônidas, precisamos de pessoas iguais ao senhor. Muito obrigada.

O SR. RAFAEL PINZON - Obrigado.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria só de somar ao que a Deputada Elcione, a nobre colega, falou e dizer à nobre Deputada que eu tenho a impressão de que neste Governo se pensa muito mais em economia do que em social. Esse é um dos maiores problemas inclusive desse setor. Acabou o tempo, e todas as colocações que foram colocadas aqui foram nesse sentido: se a preocupação única da produção de borracha no Brasil fosse o que economicamente isso gera, da forma mais — vamos colocar assim — economicamente avaliável... Porque o economista pega o papel e coloca os números aqui e não sabe nem o que é uma (ininteligível) de seringa — a verdade é essa. E ele pensa só o que entra. Só que, na realidade, a Nação brasileira, para desaquecer esse setor, ela inchou a saúde pública de nossos Estados. As escolas, que outrora descentralizadas nas zonas rurais, foram praticamente fechadas, e hoje se acumula tudo nas cidades. Não há emprego, porque na Região Amazônica, tirando os grandes Municípios produtores de alguma coisa, que hoje estão ainda engatinhando industrialmente — certo? —, vivem realmente da agricultura de subsistência — a verdade é essa, certo? —, e aí é que gera o que a Deputada acabou de colocar com muita propriedade — quero até parabenizar — que é a miséria, que é a

indústria da miséria. Na realidade, os Estados — e aí vai a sua palavra: no Estado do Amazonas existe um projeto de lei que está tramitando na Assembléia Legislativa que de idêntico modo foi pego já do Estado do Acre, inclusive de autoria de um Deputado filho de seringueiros, que está hoje na Assembléia Legislativa fazendo um trabalho em toda a região do Alto Purus e Madeira, já chegando no rumo de Porto Velho e no Juruá também, chegando até o Acre, para ver se cria essa expectativa. Então, na realidade, foi só para parabenizar a colocação da Deputada Elcione e dizer para o Sr. Presidente e para todos os nossos colegas que realmente nos entristece saber que nós mudamos tanto — que nós não mudamos de Governo, nós estamos continuando um Governo —, e nós mudamos tanto os objetivos principais em relação ao que se valoriza aqui de dentro da nossa Nação brasileira... Isso já é um desabafo, não tem nada a ver, mas faço questão de falar. Os valores da Região Norte estão assim... Agora há pouco eu estava falando com o Superintendente da SUFRAMA, naquele telefonema que V.Exa. ouviu falar aí, e ele estava me dizendo "o senhor estava desanimado". Eu estou desanimado porque eu sou um Deputado de primeiro mandato, tenho seis meses de mandato, e vou dizer uma coisa para você: se você pegar 513 Deputados Federais que tem aqui dentro, dá desânimo de saber que a gente briga tanto, grita tanto e a nossa voz ecoa pelas salas, pelos corredores desta Casa, e o Governo Federal não se sensibiliza em absolutamente nada do que diz respeito à nossa Nação. Desculpem o desabafo, mas eu não conheço nenhum Ministro que pegou um barco lá no Alto Solimões, em Atalaia do Norte, e desceu aquele rio batendo comunidade por comunidade para saber o que miseráveis brasileiros às vezes estão lá na beira precisando de um poço artesiano, que custa 5 mil reais para ter saúde, e a gente não consegue fazer isso.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Silas, não precisa ir de barco, não, que pode pegar uma malária, mas pelo menos pega um helicóptero, faz assim uma vistoria, rapaz. Não é tão difícil, não.

O SR. DEPUTADO SILAS BRASILEIRO - É verdade.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Ninguém está inventando a roda aqui. Mas é claro, público e notório. Agora, eu lamento, porque o Presidente precisaria chamar a equipe. Eu tenho certeza de que ele está sendo mal assessorado, haja vista a própria lei agora, nessa questão da madeira, os desesperos, as confusões com que toda hora estamos batendo com o Eduardo Martins, quando a gente estava no IBAMA, para resolver, porque o que menos se pensa quando se faz qualquer lei é no homem, não é verdade? Isso já é cultural. Então, não se podem tomar medidas sem preservar a vida, a subsistência do homem. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Bem, só para aproveitar aqui a oportunidade, eu tinha uma pergunta que tem a ver com o raciocínio lógico e a pergunta da

Deputada Elcione. O Sr. Rafael ainda agora falou que a abertura do mercado foi uma das causas desse fracasso. Também falou que há três anos, de acordo com a pergunta da Deputada, foi a época de maior crise. E, segundo consta aqui, do relatório do Tribunal de Contas — essa pergunta eu vou deixar no ar; se o senhor também quiser responder na próxima vinda do senhor aqui, não tem problema —, segundo o relatório do Tribunal de Contas, consta aqui o seguinte: se a Lei 5.459, de 68, art. 22, § 1º, assegurou o nivelamento de preços entre o produto nacional e o importado, como cita o relatório de inspeção ordinária de 27/05/94, do Tribunal de Contas da União, item 3.3.2.6, por que o IBAMA, utilizando-se de dispositivos infralegais, como são as portarias emitidas pelo órgão para modificar a alíquota da TORMB, infringiu uma regra que todo mundo, que todo estudante de Direito sabe, conhece, que é a hierarquia das leis. Ou seja, o IBAMA, através de portaria, mudou, e eu gostaria de ouvir o que o senhor tem a me dizer. O que o IBAMA... Se ele não... E, depois, existe a definição expressa do Tribunal de Contas para que as portarias fossem reexaminadas e adequadas à Lei Federal 5.227, e não foi considerada e obedecida pelo IBAMA. Isso aí é mais um motivo para que nós possamos trazer aqui a Dra. Marília e também eu sugeriria até o Presidente do IBAMA na época, ao qual foram baixadas essas portarias infringindo a lei.

O SR. DEPUTADO SILAS BRASILEIRO - Inclusive no nosso quadro de definição existe uma programação para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Uma programação.

O SR. RAFAEL PINZON - Sr. Presidente, eu acho que não existe melhor coisa do que a franqueza, e nós estamos aqui para depor, dizer a verdade. E eu digo para o senhor e para os senhores que nós imaginávamos que essa pergunta poderia ser feita, mas nós consideramos que está havendo uma preparação dentro do IBAMA para responder a esse questionamento das portarias, porque essa pergunta faz mais parte da outra Comissão Parlamentar de Inquérito, ou seja, tem uma específica sobre a TORMB. Então, tendo em vista que uma pergunta que deve ser respondida mais por juristas, porque realmente é uma pergunta jurídica, e nós somos técnicos, simples técnicos da área — digamos — da borracha, então, nós consideramos que quando a Presidente vier, quando for a questão da TORMB, sem dúvida nenhuma que essas questões devem ser respondidas. Eu me desculpo, Sr. Presidente, mas eu não teria como dar uma resposta que deve ter um caráter jurídico — eu acho. Por que uma portaria foi invalidar uma lei, essas coisas eu entendo quase que nada sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - O senhor...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Bom, ele gostaria de aduzir mais alguma coisa.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PRADO - Só para — eu diria — ratificar o que o Dr. Rafael falou, quer dizer, além da questão da discussão — vamos dizer — da legalidade jurídica do ponto de vista de uma portaria a respeito desse assunto, da fixação da TORMB, há também outros aspectos que têm que ser levados em conta e que são indispensáveis para que se possa ter uma análise mais adequada desse fato — vamos dizer assim —, conforme o Presidente, o Deputado Badu, se referiu como está no relatório do TCU. Um ponto que precisa ser lembrado — e o Dr. Rafael já se referiu a isso — é que à época — isso foi Governo Collor e Plano Collor — as determinações a respeito da fixação dos preços de referência para a borracha que eram usados com relação aos preços de importação da borracha, e cujo diferencial resultava na determinação e na fixação da TORMB, aquela época, os preços tinham sido congelados, todos, por medida provisória do Governo Collor. Quer dizer, a nível de se discutir se uma portaria poderia ter sido fixada ou não, tem que se ver os instrumentos legais superiores a essa portaria que de uma certa forma impunham ou de uma certa forma determinavam que tal ato tivesse que ser baixado. Quer dizer, não é apenas uma verificação jurídica, legal, do ponto de vista de ver hierarquia de uma portaria, a nível de IBAMA, com a Lei da Borracha, mas também ver que outros atos jurídicos, à época, existiam e que forçavam, de uma certa maneira, que esta medida fosse tomada. Eu acho que a gente não pode esquecer, de maneira nenhuma, dos outros instrumentos de política econômica que tinham sido adotados à época e que condicionavam a ação do IBAMA a esse tipo de atitude. Isso não pode ser esquecido. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu só queria... É pertinente à sua pergunta. Somado à preocupação do Sr. Presidente, é justamente isso: forçar um órgão que é responsável pela política de desenvolvimento de determinado meio econômico a fazer uma coisa sem haver uma grita. O que o Presidente está querendo na realidade saber é se houve ou não houve — não é isso? Eu sou responsável por vender carros, a fábrica diz para eu não vender carros, e eu vou viver de quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Eu quero só frisar aqui uma coisa que é o seguinte: essa minha pergunta... Eu quero explicar que esta Comissão é para investigar as falhas do setor produtivo e que este plenário aqui é soberano e irá atrás para detectar as falhas do setor produtivo. E se a falha for da TORMB, nós iremos também nos aprofundar nesse assunto. Pode ter outra CPI paralela, da TORMB, pode ter uma outra CPI, mas o nosso trabalho, o direcionamento do nosso trabalho, quem vai decidir aqui é o Plenário desta Casa. Eu quero deixar bem claro isso. Então, pode ter outra CPI paralela, mas nós não vamos fugir da nossa responsabilidade, que é investigar as falhas do setor produtivo, mesmo que nós tenhamos que ir por outros caminhos que vão de encontro até uma outra CPI, mas eu acho que

cabe a nós a responsabilidade, e o Plenário é soberano para conduzir as investigações do jeito que todos opinarem. Com a palavra o Deputado Nilson Pinto, do Pará, nosso vizinho.

O SR. DEPUTADO NILSON PINTO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Dr. Rafael, esta CPI tem por finalidade investigar a crise da borracha, mas também propor alternativas para a superação dessa crise. É nesse sentido que eu gostaria de direcionar as três perguntas que eu vou formular após um brevíssimo comentário. Elas todas são de ordem econômica. O senhor relatou que, no início da década, nós tivemos um problema sério que desarticulou o setor produtivo da borracha no País, que foi o Plano Collor e todas as medidas a ele vinculadas. Seguinte a isso, já com o setor desarticulado, uma tendência geral de queda de preços no mercado internacional que culminou, em 96, com a grande crise que afetou os produtores asiáticos, que forçou esses países a levarem então a sua produção estocada para colocar nos mercados internacionais, numa busca desesperada por dólares, que fez com que o preço da borracha importada, que estava num patamar de um dólar e vinte, historicamente, caísse até 60 centavos. Isso pressionou, então, mais ainda, os preços da borracha natural praticados aqui no Brasil. As perguntas que eu faço agora têm a ver com essa tendência de preços e com o que se pode esperar dela no futuro. Os países asiáticos estão-se recuperando do ponto de vista econômico, e o senhor mesmo apontou que começa já a haver um movimento de crescimento no preço da borracha importada, no preço praticado pelos países asiáticos, que são os maiores produtores mundiais. A pergunta que eu lhe faço é se é possível prever um crescimento do preço da borracha importada nos próximos anos, até a retomada do patamar histórico de um dólar e vinte, ou se é muito difícil fazer qualquer tipo de previsão nesse sentido. Porque isso tem muito a ver com a competitividade da nossa produção e é fundamental até para orientar as sugestões e as indicações que esta Comissão fará para o Governo brasileiro com relação à retomada da produção de borracha no País num nível mais aceitável. Então, a primeira pergunta é essa, e eu vou formular logo as duas em seguida. A sua expectativa, a sua previsão é de crescimento de preço da borracha importada. A segunda questão. Da mesma forma como a desvalorização ocorrida em todas as moedas dos países asiáticos e a necessidade de fazer com que os seus estoques fossem colocados nos mercados internacionais fez com que o preço fosse rebaixado bastante, até chegar a esse patamar de 0,60 centavos de dólar? Da mesma forma como isso aconteceu, houve um movimento inverso agora. No Brasil, tivemos uma desvalorização substancial do real, acontecida no início do ano. Há seis meses a borracha importada chegava a 60 centavos de dólar no País e concorria com uma nacional que também era vendida a 60 centavos de real, e as coisas eram praticamente as mesmas, o valor era praticamente o mesmo. A partir da desvalorização do real, o que era 60 centavos de dólar vale hoje para nós mais de 1 real, certo? Pergunto se, com a desvalorização do real, o aumento do preço em real da borracha importada, se há alguma repercussão, algum

reflexo, algum impacto no crescimento este ano já da produção da borracha brasileira, porque o concorrente está, agora, com um preço em real maior do que o que éramos obrigados a praticar antes da desvalorização. A terceira questão é uma opinião franca sua. O senhor acha que temos condições de produzir borracha no Brasil e colocá-la no mercado a preço competitivo — no Brasil e particularmente na Amazônia — sem subsídio governamental? São as três questões que eu gostaria de formular.

O SR. RAFAEL PINZON - Deputado Nilson Pinto, vou começar pela mais fácil, se me permite. Essa última. Eu digo que não. Se não tiverem incentivo governamental, não acredito que a gente possa trabalhar com preços competitivos no mercado internacional, num horizonte, talvez, de dez anos. Pode ser que haja mudanças bruscas depois de dez anos. No horizonte de dez anos próximos há outros componentes. Quer dizer, o fato de esgotamento dos estoques não é único. Outra tendência da Malásia, Tailândia, Indonésia é a industrialização desses países. Isso está influenciando extremamente. Então, esses países são os grandes produtores mundiais devido à mão-de-obra praticamente de graça. E hoje a mão-de-obra, encontrando trabalho na indústria, não está querendo mais trabalhar na seringueira. Então, vai haver uma tendência que só vai-se manifestar talvez daqui uns dez anos realmente de diminuição da produção desses países. Então, isso pode ser altamente favorável ao Brasil. Com relação às duas primeiras perguntas, elas se entrelaçam no fundo. Por quê? Porque a questão da desvalorização da nossa moeda realmente deu uma resposta imediata, teve um efeito imediato nos produtores nacionais, foi um alívio. Realmente o preço deles imediatamente pulou devido a que o preço internacional também pulou, porque nós pagamos em real. Então, esse aspecto é importante. Agora, com relação à pergunta principal, se há alguma previsão de aumento do valor da importada, a curto e médio prazo — esse prazo que eu digo é, talvez, de 8, 10 anos —, eu diria que é muito difícil. Mas a dificuldade da resposta que encontro é outra. Veja, Deputado, até alguns anos atrás a SUDHEVEA e o IBAMA tinham acento em fóruns internacionais onde eram discutidas essas questões de mercado internacional. Inclusive o Brasil tem acento nesses fóruns, mas não comparece. E não comparece porque o setor está desestruturado. O IBAMA recebe o convite mas não tem uma verba, não tem passagem internacional. Faz tempo que não se vai a um fórum desse para discutir quais são as tendências do mercado. Então, a situação é tão caótica que, desculpe-me Deputado, nem isso se pode responder numa hora tão importante, como numa comissão de inquérito, porque não há dados. O Brasil está totalmente desestruturado no mercado internacional. Nunca mais foi a um fórum, simpósio ou seminário para discutir essas questões de mercado, de estoque regulador, de tendências, etc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Há alguém que queira... Com a palavra o Deputado Silas.

O SR. DEPUTADO SILAS BRASILEIRO - Sr. Presidente, para o senhor ver que rumo estamos tomando. Na realidade, veja bem uma coisa: nós não temos nem parâmetros, internacionalmente falando, para ter idéia do que é a tendência do mercado mundial sobre o setor de borracha, etc. É um negócio tremendamente... A minha pergunta é a seguinte: na época em que a borracha teve um grande movimento, teve um grande aquecimento, até mesmo por causa dos subsídios americanos, em função da 2ª Guerra, etc., a borracha chegou a ter um preço de praticamente 2 dólares, segundo informações que tive. Na época em que esse preço de 2 dólares acontecia, ele acontecia simplesmente pela tendência do mercado ou existia uma política de fiscalização, ou esse era o preço estipulado? Quem taxava esse preço era o Governo? O senhor teria essa informação para me dar?

O SR. RAFAEL PINZON - Nessa época realmente quem taxava o preço era o Governo.

O SR. DEPUTADO SILAS BRASILEIRO - O preço no final?

O SR. RAFAEL PINZON - É.

O SR. DEPUTADO SILAS BRASILEIRO - A segunda pergunta é justamente... O senhor acabou de falar que o preço que se paga no final é 0,60. Há uma desvalorização do dólar — o Deputado colocou agora —, poderia ser pago agora, vamos supor, 1,20, certo? Quem fiscaliza o setor hoje?

O SR. RAFAEL PINZON - A resposta é a mesma, Deputado. Não existe nenhum tipo de fiscalização. Só para os senhores terem uma idéia, na época da SUDHEVEA, havia um setor de fiscalização que tinha suas filiais na Amazônia, em vários Municípios, que controlava as guias de transporte da borracha, que estava mensalmente na usina, vendo realmente a quantidade usinada, que participava da pesagem da borracha. Havia um técnico específico para acompanhar o peso da borracha que saía do Mustafá Said. Por quê? Porque isso incidiria na questão das quantidades que deveriam ser controladas e a equalização dependia desse controle. Então, se nós não tivéssemos os números exatos, qual era a nossa borracha produzida, como é que íamos permitir importação? Nós permitíamos de acordo com os dados que tínhamos da borracha nacional. E esses dados eram rigorosos. Havia fiscalização. Hoje não existe absolutamente nada.

O SR. DEPUTADO JORGE COSTA - Gostaria de ter a oportunidade, já que foi dada oportunidade a outros de fazerem mais de uma pergunta. E toquei num assunto de que não poderíamos dissociar, de maneira alguma, a produção da borracha natural da borracha nativa e que era importante que esses setores corressem **pari passu**. Acho que também como sugestão à conclusão do inquérito sobre a borracha, sobre a CPI da borracha, é que essa questão de produção da borracha natural ou nativa, que é a mesma natural — a maneira de falar de uma é de outra — ela ficasse administrada por um órgão só, quer dizer, que o

IBAMA... Mas não cabe ao IBAMA essa questão de incentivar a borracha. Não é do IBAMA. Do IBAMA é a preservação dos seringais, é evitar que sejam desmatados, queimados, como está sendo feito no Pará, acabando os seringais. Seria uma sugestão de que esses dois setores fossem realmente acoplados, não fosse dissociado e criassem um único conselho nacional da borracha nativa, natural, para que ele pudesse avançar e pudesse realmente revitalizar como um todo, e não separado. IBAMA de um lado, lá o outro setor. Como V.Exa. disse, o IBAMA não trata da questão da borracha natural, dessa borracha plantada. Então é essa a minha sugestão que faço à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Agradeço. A Presidência acata a sugestão do nobre colega. Quero aproveitar a oportunidade e agradecer a presença dos técnicos do IBAMA, que irão dar suas palavras finais.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PRADO - Muito rapidamente, aproveito para agradecer a Comissão, em nome da Presidente do IBAMA. Gostaria de nos colocar de novo à disposição para fornecimento de todas as informações e documentos que certamente vamos poder passar a esta Comissão. Muito obrigado.

O SR. RAFAEL PINZON - Também agradeço, mas quero dizer uma última palavra ao Deputado Jorge Costa. Acho que ficou uma partezinha sem resposta. Gostaria de aproveitar para fazê-lo. Deputado, há dezoito anos, tentamos fazer com que a borracha entre no reflorestamento. Por uma questão técnica, o pessoal da área florestal, da área jurídica é que poderiam acrescentar alguma coisa, mas acho que vale a pena continuar insistindo sobre essa questão, dentro das sugestões da Comissão. Gostaríamos de contar com o apoio do Deputado Nilson Pinto, que é ligado mais na área acadêmica científica, sobre a questão da pesquisa. É outra questão que está sendo um pouco abandonada. Foi fechado o Centro Nacional de Pesquisa da Seringueira em Manaus. Praticamente o CEPATU também tem muito pouco em pesquisa. Ouvi dizer que há uma sugestão — não sei se já veio aqui — de trazer aqui o Prof. Eurico Pinheiro e o Dr. Vicente, da EMBRAPA. Acho que a pesquisa também tem muito a dizer, porque há coisas muito positivas. Foi espalhada uma falsa notícia de que a borracha não dá na Amazônia, que é isto ou aquilo. E temos que ouvir os pesquisadores, porque temos notícias bastante alvissareiras a respeito. Agradeço muito a atenção. Peço desculpas por qualquer falha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Agradeço, mais uma vez, a presença aos técnicos do IBAMA.

Havendo **quorum** para deliberação, passaremos à votação das proposições:

Requerimento do Deputado Nilson Pinto solicitando que, ouvido o Plenário, seja convocado o Sr. Armando Teixeira Soares, Presidente da Associação de Produtores de

Borracha Natural do Brasil, para realizar exposição nesta Comissão sobre os fatores que possibilitaram o declínio do setor.

Com a palavra o autor para encaminhar.

Não havendo manifestação, em votação o requerimento.

Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento da Deputada Elcione Barbalho solicitando ao Banco do Brasil a relação das empresas e pessoas físicas que foram beneficiadas com empréstimos ou convênios para o plantio da seringa nas Regiões Norte e Nordeste até a presente data.

Com a palavra a Deputada Elcione Barbalho.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Sr. Presidente, não só pessoa física, mas jurídica das empresas também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Com certeza. A relação das empresas e pessoas físicas.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovarem permaneçam como estão.

Seguindo a mesma leitura, requerimento da Deputada Elcione Barbalho solicitando ao Banco da Amazônia relação das empresas de pessoas físicas que foram beneficiadas com empréstimo do convênio para o plantio da seringa nas Regiões Norte e Nordeste, de 85 até a presente data.

Com a palavra a autora do requerimento.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Apenas para dizer que esse conteúdo é importante para enriquecer a nossa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Sem dúvida.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam se encontram como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento da Deputada Elcione Barbalho solicitando à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste a relação das empresas e pessoas físicas que foram beneficiadas com empréstimo ou convênio para o plantio da seringa nas Regiões Norte e Nordeste, de 1985 até a presente data.

Com a palavra a autora da proposição.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Nenhuma justificativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Em votação o requerimento.

Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento da Deputada Elcione Barbalho solicitando à Prefeitura Municipal de São Francisco do Pará informações a respeito do Projeto Pirelli.

Com a palavra a autora.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Como justificativa, até para colocar aqui o que disse o Sr. Deputado Jorge Costa, na situação em que se encontra, parece-me até que o Governo do Estado teria comprado aquela área. Mas precisamos de um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Em votação o requerimento.

Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento da Deputada Elcione Barbalho solicitando à Prefeitura Municipal de Fordlândia informações a respeito do projeto que a Ford estabeleceu naquele Município e posteriormente abandonado.

Com a palavra a autora.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Pelo mesmo motivo, Sr. Presidente, (ininteligível) terra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Em votação o requerimento.

Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram.

Requerimento da Deputada Elcione Barbalho solicitando à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia a relação das empresas e pessoas físicas que foram beneficiadas com empréstimos ou convênios para o plantio da seringa nas Regiões Norte e Nordeste, de 1985 até a presente data.

Com a palavra a autora para encaminhar a votação.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - A justificativa está sendo colocada aí, Sr. Presidente. Não sei se regimentalmente seria possível, não só a respeito da questão de Fordlândia, mas gostaria que houvesse uma proposição do Deputado Nilson Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Com certeza. O Plenário é soberano.

O SR. DEPUTADO NILSON PINTO - Na verdade, Fordlândia fica no Município de Aveiro. Então, Aveiro e Belterra seriam os dois Municípios que abrangeriam toda a região de produção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Iremos acrescentar aqui no requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram.

Depois daquela discussão, chegou aqui o requerimento da Deputada Elcione Barbalho, que requer, nos termos do art. 255 do Regimento Interno desta Casa, que seja convidada a Sra. Flora Valadares, Presidente do BASA, para prestar esclarecimentos sobre questões relacionadas à crise do setor da borracha.

Com a palavra a autora do requerimento.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - A instituição Banco Amazônia tem muito a dizer a respeito das discussões que estão acontecendo aqui e o ponto que estamos querendo chegar. Segundo as informações também do expositor, há a questão dos recursos existentes. E estamos convocando para que venham justificar, esclarecer, dar maiores detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - (Ininteligível) estão sobrando, não é?

Em votação o requerimento.

Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram.

Requerimento da Deputada Elcione Barbalho: "Requeiro a V.Exa., nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja convocada a Sra. Marília Marreco Cerqueira, Presidente do IBAMA, para prestar esclarecimentos sobre o tema objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito."

Com a palavra a autora para encaminhar.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Sem dúvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tudo em razão da ausência da Presidente do BASA, uma pessoa importantíssima nesse contexto, para trazer esclarecimentos. Logicamente que temos técnicos dentro de uma instituição, mas fundamentalmente a voz decisiva para tomar determinada deliberação é da Presidente. Mas precisamos que ela esteja aqui conosco. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Com a palavra o Deputado Nilson Pinto.

O SR. DEPUTADO NILSON PINTO - Gostaria apenas de reforçar o requerimento da Deputada Elcione Barbalho, recomendando aos nossos redatores que no texto a ser encaminhado à Sra. Presidente do IBAMA, a palavra seja convocação. Vamos convocá-la, e não convidá-la, porque compete a esta Comissão fazer isso, em primeiro lugar, e, em segundo, para evitar a descortesia da não-aceitação de um convite. A convocação é mais impositiva, e merecemos o respeito devido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Quero dizer a todos, mais uma vez, que este Plenário é soberano. Se for votado aqui convocar, a Presidência só assina o requerimento se for "convocado". Caso contrário, estarei traindo meus pares.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Agradeço a presença aos senhores expositores e aos Srs. Deputados.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando os senhores membros para a reunião ordinária a realizar-se na próxima terça-feira seguinte, às 15h. A Secretaria divulgará a pauta e o local da reunião.

REUNIÃO DE 10/08/99

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Declaro abertos os trabalhos da quinta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a crise do setor produtivo da borracha natural e o reflexo na política governamental do setor. Ata. Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da reunião anterior. Estando as cópias distribuídas, indago se fica dispensada a leitura da mesma. Em discussão a ata. (Pausa.) Não havendo quem queira discuti-la, passa-se à votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada. Quero dizer que há matéria sobre a mesa. Nós iremos passar adiante e quando houver **quorum** daremos prosseguimento. Os requerimentos serão deliberados pela Comissão assim que tivermos número regimental para tal, o que nos será informado pela Secretaria da Comissão. Ordem do Dia. Audiência pública com a presença do Dr. Armando Teixeira Soares, Presidente da Associação de Produtores de Borracha Natural do Brasil. Convido o Dr. Armando para tomar assento à Mesa. Concedo a palavra ao convidado, que disporá de até vinte minutos para sua exposição.

O SR. ARMANDO TEIXEIRA SOARES - Muito boa-tarde, Srs. Deputados, boa-tarde, senhores. Queria pedir permissão à Mesa para deslocar-me para onde estão as transparências, porque vou tentar trabalhar o máximo possível com transparências. Fica melhor expor lá. Peço licença para me deslocar para a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - A Mesa concede. Vou aproveitar e vou sentar com os colegas.

O SR. ARMANDO TEIXEIRA SOARES - Srs. Deputados, inicialmente gostaria de dizer que é difícil em vinte minutos falar sobre o mundo da borracha. É muito difícil tentar montar a seqüência de um processo histórico para que se determinem as verdadeiras causas da crise histórica permanente que o setor da borracha vem atravessando, mas faremos o que for

possível. Queremos inicialmente ressaltar que a gente situa a problemática da borracha em três pontos fundamentais: de competência, de gestão e de vontade política. Dentro disso, vamos nos situar para tentar mostrar, evidenciar o quadro da borracha e, evidentemente, mostrar as razões por que lamentavelmente esse setor até hoje não deslanchou. Temos, apesar de termos o banco exclusivo de **hevea brasiliensis**, o banco genético de **hevea brasiliensis**, esse banco tem servido aos interesses de outros países e não aos interesses brasileiros. Esse é um dos principais pecados que nós temos nesse processo, nesse quadro da borracha. Vou entregar à Comissão dois trabalhos que produzimos na associação: um diagnóstico de 32 anos da atividade econômica da borracha, envolvendo a quebra do monopólio estatal da borracha, a nova política econômica da borracha, a Lei nº 5.227, de 1967, a crise do setor, de um modo geral, e a luta para salvar o setor da borracha com a lei de subvenção econômica a produtores, que é a atual política econômica da borracha. (Apresentação de transparência) Para quem não conhece, quem não está, evidentemente, familiarizado com a borracha, é esta a representação esquemática do processo alternativo de produção de borracha. Ali nós temos a seringueira, temos látex, coágulo natural; temos as diversas etapas; e temos, finalmente, o produto final, o látex concentrado, a folha fumada, borracha tecnicamente especificada e borracha crepada. Fiz questão de trazer este mapa para mostrar a correlação que existe entre a borracha, a seringueira e o processo de ocupação da Amazônia; o processo civilizatório todo da Amazônia na realidade. Esse é, vamos dizer, um dos quadros principais que temos de levar em consideração neste depoimento. Nós achamos que o processo de estagnação da Amazônia é um processo imposto à Amazônia. Aí está — vocês podem verificar — o que representou, pois como a Amazônia foi politicamente ocupada e como ela foi ocupada em função, evidentemente, daquela época em que nós éramos produtores exclusivos de borracha. O que tem de **hevea**, onde está redondinho, os senhores podem verificar lá na Amazônia, porque a Amazônia está lá em cima, os senhores podem verificar a incidência das **heveas** no território amazônico. Então, foi dessa forma que a Amazônia, a civilização da Amazônia foi desenhada, a procura da **hevea** para a exportação dessa borracha a partir de um dado momento, quando a borracha se tornou o elemento econômico fundamental para aquilo que se chama o processo de revolução no sistema de transportes, com três fatores preponderantes: a invenção do processo de vulcanização por Charles Goodyear, a invenção do pneumático por John Boyd Dunlop e o carro inventado por Henry Ford. A partir daí, os ingleses, que tinham o petróleo, que tinham o aço, precisavam dominar a produção da borracha, dentro da visão que eles tinham de profundidade da utilidade dessa matéria-prima, para que, então, eles pudessem continuar o domínio do império que eles tinham e ficar comandando o processo da revolução do sistema de transportes. O Brasil não olhou dessa forma. As elites brasileiras, à época, não olharam dessa forma. Eles acharam que o Brasil tinha de ser desenvolvido. E esse é um momento

histórico extraordinário, que nós temos de deixar registrado aqui. Eles achavam que o Brasil tinha que se desenvolver à custa da economia do café. Então, foi feita uma troca **sui generis** — que estão registradas na história, que não estão evidenciadas, porque isso é uma vergonha nacional —, porque houve uma troca de interesses com o café e a borracha, ou seja, os ingleses queriam a borracha; tinham, evidentemente, transferido a borracha para suas colônias no sudeste asiático. Não foi feito roubo nenhum. Isso é uma história de carochinha, isso é uma inverdade. Elas saíram, as sementes, com banda de música, de Belém do Pará. Ela foi aclimatizada, mas eles não conseguiam levar adiante os seus plantios porque a Amazônia praticava a um preço proibitivo para a recuperação dos seus investimentos. Então, a partir dessa troca econômica, eles puderam alterar o preço, porque comandaram a exportação de borracha no mundo; eles puderam comandar o preço, alterar o preço — foi para 4,20 dólares; de 1,10 para 4,20 dólares —, e aí justificaram economicamente o plantio, a transferência da seringueira. Levaram 20 anos para maturar os seus projetos por uma série de razões. Esses 20 anos coincidem com aquilo que chamamos na Amazônia, ou no Brasil, ou na história brasileira: o ciclo econômico da borracha. O Governo brasileiro, portanto, assistiu a isso tudo, sendo a Amazônia o único e exclusivo banco genético de seringueiras no mundo, e resolveu optar pelo desenvolvimento do País, a partir do Sudeste, com o café, ao invés de optar pelo desenvolvimento do Brasil a partir da Amazônia, com a borracha e com aquilo que ela iria representar a nível internacional ou a nível mundial, que foi a revolução no sistema de transporte. Então, a partir daí, a Amazônia foi estagnada, porque os ingleses depois começaram a produzir borracha; eles, então, baixaram, 20 anos depois, o preço relativamente ao preço amazônico, que vivia uma inflação — vamos chamar assim —, uma aberração benéfica. E, a partir daí, então, a Amazônia começou a perder mercado. Esse é o fato histórico preponderante que estabeleceu o processo de estagnação da Amazônia, ou seja, as elites dominantes brasileiras optaram por uma coisa; na realidade, associaram-se ao processo. Os ingleses emprestaram milhões de libras esterlinas para a infra-estrutura do Sudeste brasileiro e a Amazônia foi estagnada. E nós levamos a pecha na história de burros, na Amazônia. Por quê? Porque se diz que nós fomos destruídos pelo fungo ou porque não tivemos a visão que nós deveríamos ter de que o seringal nativo, pela sua baixa densidade, não poderia jamais competir com o seringal de cultivo de alta densidade, ou seja, alguma coisa parecida com 30 árvores por hectare, contra 500 árvores por hectare. Isso não é verdade. Nós vamos demonstrar, ao longo da explanação, que inclusive a SUDHEVEA, o Conselho Nacional da Borracha — CNB chegou a proibir a implantação de seringais de cultivo na Amazônia, alegando que a região amazônica era imprópria para plantio de borracha. Então, essa história e este momento que estamos vivendo nesta Comissão é importantíssimo, porque é a primeira oportunidade que se tem, desse lado daqui, do lado da produção, do lado da Amazônia, do

lado da história verdadeira de se falar a verdade, de se mostrar o que aconteceu de fato e acabar com uma série de histórias mentirosas que escreveram, que foi consolidada inclusive na história, nos livros de História brasileira. (Apresentação de fotografia) Esta é uma fotografia que eu fiz questão de trazer. Na época áurea de produção de borracha amazônica, uma borracha defumada, que era produzida lá, de excelente qualidade, em todos os sentidos. Se hoje a gente pudesse produzir uma borracha desta qualidade, nós, com certeza, poderíamos ser classificados com a borracha de melhor qualidade do mundo. É uma borracha produzida com defumação. Por isso ela adquire propriedades físico-químicas extraordinárias e passa a ser um produto de excelente qualidade, inclusive para responder satisfatoriamente pela qualidade dos pneus radiais hoje modernos que se fabrica e que são, vamos dizer, a última grande invenção ou avanço tecnológico da indústria de pneumáticos. Então, aí está, por exemplo, o que era, o que representavam esses seringais. Aí nós temos um processo de defumação, como ele se dava. Ele era perverso no sentido de que esse ácido pirolenhoso, essa fumaça, que é o ácido pirolenhoso, entranhava nos pulmões do seringueiro, nos olhos, cegava e acabava com o pulmão dele. Então, por causa disso, exclusivamente por causa disso, a SUDHEVEA resolveu condenar esse processo, sob a alegação de que ele destruía a saúde do seringueiro. Ora, o que acontece e acontecia lá no sudeste asiático? Você fazia uma casa de fumaça e você tinha a borracha da mesma qualidade, sem contaminar o homem. É um problema daquilo que falei no início: um problema de competência e de desonestidade em resolver os problemas amazônicos. O interesse não era resolver a problemática amazônica, não era adequar a borracha originária do seringal nativo às condições de ser competitiva no mercado. A visão era — e a gente pode verificar em todos os momentos — erradicar definitivamente a produção de borracha nativa. E essa era a visão técnica da SUDHEVEA. Era erradicar, transformar em seringais de cultivo, inclusive agredindo a natureza da floresta, do nosso ecossistema, que vamos verificar inclusive que ele foi mal olhado, foi mal examinado e foi mal orientado, porque, a floresta, ela tem uma sabedoria. Você não soube ler a floresta e, por causa disso, você agrediu o meio ambiente e provocou um processo que, depois, por incompetência, se condenou os seringais de cultivo que lá se implantaram. O problema não é você fazer monocultura, é você olhar a floresta, porque existe uma verdade na Floresta Amazônica incontestada por todo o setor técnico de pesquisa: não existe incidência de fungos de microciclo do mal das folhas no seringal nativo. E por quê? Porque a natureza conseguiu fazer uma defesa própria contra esse fungo. Conviveu com o fungo, convive com o fungo. E a seringueira é uma árvore mais que secular. É uma árvore que nasceu com a Floresta Amazônica. O que você devia fazer? Lendo a Floresta Amazônica, você deveria estabelecer que defesa ela fazia e montar um modelo que se adequasse a essa floresta para que ela mesmo defendesse, aumentando a densidade e diversificando evidentemente esse seringal para que ele

se tornasse produtivo e pudesse vir a concorrer com o seringal de cultivo do sudeste asiático. Ao invés disso, se condenou o nativo, e se condenou o cultivo, e se tirou a Amazônia, e se pegou o PROBOR, e se distribuiu politicamente, demagogicamente pelo resto do Brasil, pegando o dinheiro, que era bem dirigido, que deveria ser bem dirigido, e que era um programa muito bem elaborado, e se destruiu esse programa com demagogias, com políticas baratas. Esta é a verdade que tem que ser registrada e que tem que ser dita aqui nesta Comissão. (Apresentação de transparência) Este é o quadro de plantação de seringueiras, no Brasil, de área plantada. Vejam que a fonte é IBAMA. Então, é uma fonte oficial. O que se plantou, o que sobrou do PROBOR é aquele quadro que está lá, no fim: são 216.386,5 hectares. É este o resultado final dos três PROBOR, dos três programas PROBOR. Em Rondônia, você tem um quadro lá de quase 40 mil hectares; no Acre, 8 mil, quase 9 mil hectares; no Mato Grosso, quase 59 mil hectares; no Pará, 17.687 hectares. Eu não sei se existem seringais, ainda, e em que quantidade. Ninguém sabe. Em Rondônia, que foi o maior plantador, não sei se foi destruído, se foi consumido pelo microciclo, pelo mal das folhas, enfim, a gente não sabe nada, porque esse é outro crime praticado contra o setor da borracha. Se perdeu a memória, se jogou fora a memória, se jogou no lixo a memória estatística e qualquer memória que os senhores queiram pegar, porque nós não temos dúvida de que a SUDHEVEA não foi desmantelada, ela não foi extinta porque ela não prestava, porque ela não era um bom órgão ou porque não foi bem programada. Ela foi extinta para encobrir as coisas ruins que foram praticadas dentro da SUDHEVEA. Não sei onde está esse arquivo, como não sei onde está o arquivo do Banco da Amazônia ou do Banco da Borracha, que tinha mapeado toda a região amazônica, todo os seringais da região amazônica, toda a produção de anos, e anos, e anos, e anos de produção. Isso foi jogado fora. Isso é um crime! Não sei se estão nos porões do Ministério da Indústria e Comércio. Não sei onde estão. Mas você não tem mais memória. Você não só não tem memória daquela época, como você não tem mais memória de hoje. Você não sabe o que produz, no Brasil. Ninguém pode dizer em sua consciência, porque não se tem estatística oficial, nem ninguém que apure isso, o quanto se produz de borracha na Amazônia, o quanto se produz de borracha em Mato Grosso, em São Paulo, no Espírito Santo, na Bahia, em qualquer lugar. Não existe estatística, não existe coisa nenhuma mais. Simplesmente, o setor está entregue a sua própria sorte. Então, o que se falar à respeito de números e de codificação é simplesmente suposição. Não existe estatística hoje oficial de coisa nenhuma, nem de produção, a não ser do consumo. A indústria sabe o que consome. A indústria pode dizer o que consome, seja de produção nacional, seja de

produção de borracha importada. Mas a produção, em termo de nativo e de Amazônia, para se saber na produção amazônica o que é de nativo ou o que é de plantio, ninguém sabe dizer, ninguém vai informar, porque não existe registro disso. (Apresentação de transparência) Este é o resumo das metas programadas do PROBOR I, II e III. E você tem aí os totais todinhos e você tem o balanço que se fez no final. Estimativa de uso de recursos; seringais de cultivo efetivamente plantados — há um diferencial mais ou menos de 2 mil hectares, a gente não sabe o certo —; investimentos estimados; produção estimada; produção corrente estimada de 25 mil, 176 colocações; produção amazônica de 77; produção de 21 usinas financiadas; estimativa de produção de 4 usinas residuais e miniusinas existentes. As projeções dos valores, aí em baixo. Os números foram feitos a partir do relatório oficial da SUDHEVEA em razão da memória e dados estatísticos terem desaparecidos para não deixarem o rastro da corrupção e da orgia de gastos que houve na SUDHEVEA e outras coisas mais. Queria também dizer aos senhores que é interessante também, no processo histórico, se dizer que depois da estagnação da Amazônia nós caímos em um vácuo e fomos para o esforço de guerra. E no esforço de guerra criou-se para o amazônida puro, inocente, uma nova esperança, ou seja, vamos produzir borracha para os exércitos aliados e pode ser que seja este o momento de a gente recuperar a economia da borracha e conseqüentemente recuperar a dinâmica da economia amazônica. Produzimos borracha. O número não se sabe, mas, com certeza, não são os números indicados, porque foram muito maiores; com sacrifícios de vidas, permanentes. Colocamos um exército de nordestinos lá, famintos, que foram para lá para produzir borracha. A Amazônia foi proibida de produzir, inclusive, alimentos, para fornecer borracha para os exércitos aliados. Vencemos a guerra, portanto, com uma matéria-prima fundamental para isso. E, no fim da guerra, quando os americanos quiseram premiar o Brasil pelo seu esforço de guerra, o Governo Getúlio Vargas negociou, naquele momento, ao invés do desenvolvimento da Amazônia, o desenvolvimento desse setor, pelo menos, a usina de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, e virou as costas para a Amazônia. Então, é esse o quadro. Novamente se repete na história o processo — aquilo que chamamos de endocolonialismo — discriminatório em relação à Amazônia. Ou seja, a Amazônia o que é: região de curiosidade, região sujeita a saques e de experiências de toda a natureza. A Amazônia não era e não é ainda integrada ao resto do Brasil por causa disso. Saímos desse momento e fomos, então, para outro vácuo. Finalmente, chegamos, como resultado disso, aliás, antes disso, resultou para nós o monopólio da borracha, o monopólio estatal da produção, o monopólio do comércio da borracha e o chamado Banco da Borracha, do qual os americanos ficaram sócios nossos. Nesse processo identifico — no diagnóstico está aqui escrito, assinado; esta é a nossa visão de 40 anos de estudo deste processo histórico — as

causas dos conflitos amazônicos, inclusive, para chegar à morte de Chico Mendes. Por que? Porque o Banco da Amazônia não fez nada, na realidade o Banco da Borracha não fez nada em favor da região amazônica. Pelo contrário, escravizou economicamente o seringueiro, pagou o menor preço para ele, pegou a renda resultante dessa operação de comercialização e transferiu essa renda para financiar o parque manufatureiro de São Paulo. Daí nasceu a indústria de artefatos de São Paulo: à custa do financiamento com dinheiro da exploração dos seringais e dos seringueiros amazônicos. Bom, como ela não remunerava bem o seringueiro — o Banco da Borracha —, o seringueiro e o seringalista passaram a ser permanentes devedores do Banco. Quando eles chegavam no Banco para fazer suas contas, não fechavam, ficavam sempre devedores; voltavam para o seringal com mais financiamento e a cada ano aumentava esse bolo de dívida. Chegou a um ponto que o Banco da Amazônia, ou o Banco da Borracha, o nome que for, resolveu tomar as terras desses seringueiros, porque eles eram inadimplentes, não podiam pagar, e, aí, entramos, praticamente, já na época do governo militar, quando se fez a Operação Amazônia. Vieram os incentivos fiscais, com as prioridades todas estabelecidas. A partir daí pegaram essas terras e, com a visão de que a Amazônia, a floresta era um obstáculo que tinha que ser destruído, e ela tinha que ser desenvolvida na base da pata do boi, eles, então, pegaram essas terras, venderam essas terras a criadores de gado. E, aí, nasceu o processo de conflito entre fazendeiros e seringueiros; e os famosos empates e os problemas todos. Na realidade, se você examinar a coisa como deve ser examinada, quem deveria estar nos bancos dos réus não é aquele que matou o Chico Mendes, porque ele estava incentivado, produzindo, botando o gado dele lá, e achava que o seringueiro era um estranho, um sujeito que foi se intrometer na atividade dele. Ele não queria saber do seringueiro, ele não queria saber de nada. Então, ele expulsou e matou. Quem provocou isso? Quem fomentou isso foi um programa do Governo Federal. E quem deveria estar no banco dos réus era o Governo Federal. Esse é que é o verdadeiro criminoso em relação ao processo da Amazônia. Nós caímos aí, fizemos a Operação Amazônia com essa configuração, criamos a SUDHEVEA, o Conselho Nacional da Borracha, e simplesmente passamos a fechar os olhos para o resto do mundo. Foi um negócio, assim, de uma festa, como se fosse uma festa numa família, desconhecendo o mundo. Fechamos um circuito e aí privilegiamos todo mundo. A borracha passou a custar 3 dólares, para a felicidade de todos os amazônidas ou seja lá de quem mais. A indústria pegava esse preço, jogava no preço do pneumático, transferia para o consumidor, e quem pagou a conta no final de tudo foi o consumidor. Quando veio o processo da globalização — estou fazendo uma viagem muito rápida, para se ter noção do processo histórico, para se chegar ao dia de hoje —, quando chegou o momento da abertura do mercado brasileiro, da globalização, nós encontramos uma memória no Ministério da Fazenda de que nós éramos improdutivos estruturais. O Governo brasileiro iria abrir as importações, para que as indústrias não

perdessem competitividade, levando em consideração que o interesse do Brasil ou do Governo brasileiro era mais na ponta da indústria, por causa da exportação e dos interesses dele a respeito do comércio internacional. Então, resolveu-se abrir. Nós fomos ao Presidente Fernando Henrique, perguntamos para ele se ele queria, se o Governo dele queria que produzisse ou não borracha, ele e o Governo dele. Ele perguntou: por quê? Nós explicamos por quê: porque três fatores fundamentais transformavam, impediam que a gente fosse produtivo ou concorresse com o sudeste asiático — problema de **dumping** social; o processo escravocrata, que é histórico no sudeste asiático; o problema de profundos e significativos princípios; e problemas que ele conhecia muito bem e que o Governo conhece muito bem, que é o Custo Brasil. Esses três fatores contribuem fundamentalmente para que a gente não possa ter condições de concorrência com o sudeste asiático. Se o Governo nosso permitisse ou se nós, cidadãos brasileiros, achássemos que podíamos estabelecer regras de jogo de processos escravatórios, de escravização branca, a gente poderia concorrer. Então, o que nós pedimos para o Governo? Nós pedimos que o Governo levasse em consideração isso, nos desse dez anos, para o setor produtivo da borracha — eu não sou da Amazônia —, mas de todo o processo produtivo brasileiro, cultivo, nativo e tudo o mais, para que a gente pudesse se preparar e, a partir daí, então, ir detectando os nossos problemas, as nossas improdutividades, encontrando soluções alternativas técnicas para enfrentar essa concorrência predadora; que nós pudéssemos enfrentar a concorrência sem o Governo estar junto de nós. E o Governo criou esse mecanismo de subvenção, que é um negócio feito pelo Gabinete Civil da Presidência da República que nós não queremos. Nós nunca fomos favoráveis a isso e nós achamos, inclusive, isto: em vez de ser um mecanismo, um fator de alavancagem da produção, de repente passou a ser fator de escândalo, por pessoas que não sabem falar a verdade ou que mentem sobre a verdade, e outras coisas. Passamos nós a ser sacrificados como produtores de borracha, pedindo favor para produzir borracha. Então, eu quis fazer isso para dar uma visão global até onde nós chegamos. Vou mostrar alguma coisa. Vou mostrar, inclusive, a irresponsabilidade de um rapaz que veio aqui, de um senhor que veio aqui, do CNPq, fazer afirmações que não são verdadeiras e comprometer o setor da borracha, inclusive jogando nos jornais como se esse setor fosse um setor "pútreto", fosse um setor podre e um setor que fizesse corrupção. Isso não é verdade. E vamos mostrar aqui — e vamos deixar aos senhores aqui — documentos que provam que em vez de ele estar administrando os interesses de um programa da Comunidade e da Amazônia Solidária em favor do seringal nativo, em favor do seringueiro, eles estão pegando dinheiro, indo aos seringais de cultivo do Maranhão, de Imperatriz, de Açailândia, pagando 1,10 real o quilo de borracha, **cash**, à vista ao grande fazendeiro cultivador do Maranhão, em vez de alavancar o seringal nativo, de apoiar e desenvolver o seringal nativo, como estabelece o programa. Eu fiz uma correspondência para

ele, ele se sentiu ferido e me fez uma correspondência muito grosseira. Eu devo tê-la aqui também; se não tenho, mando aos senhores, para os senhores verem. Comuniquei à Senadora Marina Silva o problema, comuniquei à Comunidade Solidária, à Amazônia Solidária, à Comissão da Borracha, da qual faço parte, para mostrar. Quero dizer aos senhores o seguinte: tudo o que for feito para o seringueiro, eu sou um dos maiores lutadores, senão o maior lutador vivo, em favor do seringueiro e do desenvolvimento do seringal nativo da Amazônia. O que for feito para o seringueiro é pouco diante do débito que tem o Estado brasileiro com esse segmento. Mas eu não posso admitir que haja um desvio dessa natureza e que se faça assistencialismo demagógico em prejuízo desses interesses. Se esta é a hora da verdade, é esta a verdade que tem que aparecer aqui, doa a quem doer. Agora, é irresponsável chegar aqui, numa Comissão desta, quantificar valores de 20 milhões de corrupção, dizer que tem corrupção aqui ou ali, quando essa pessoa não participa, não é do Ministério da Agricultura, não é da Comissão da Borracha, não é da CONAB, não tem informação nenhuma. E nós, da Comissão da Borracha, não temos até hoje nenhuma informação oficial de que tenha havido algum desvio de um centavo no setor da borracha, da subvenção. Então, o que existe, na verdade, no fundo, é um sistema mal-elaborado, é aquilo que nós acabamos de conversar com o setor e com a CONAB antes de vir para cá, hoje pela manhã. De repente, o mais importante não é produzir borracha, o mais importante é a burocracia. Nós temos um atraso médio, nós estamos num processo de colapso irreversível para o setor de borracha, nativo e de cultivo, com esse cenário paradoxal de um sujeito pagar lá, um setor, uma usina de beneficiamento de seringueiros pagar 83% acima — e isso é uma anomalia, tem que se descobrir por que isso — do mercado. Então, nós estamos num processo de colapso. E de repente o mais importante não é produzir borracha, é a burocracia, é a filigrana, é um conflito que existe aqui e acolá, são regulamentos. Ora, chegamos ao ponto de engessar o setor da borracha, o setor da base produtiva de borracha, e proibir que o setor da borracha, que pode satisfazer a condição básica, fundamental, de transferir a subvenção comprovadamente ao produtor, que se profiba o setor de vender borracha para quem você queira. Você não pode vender para uma cadeia de distribuição. A borracha é sua, você produziu, pagou. Você pode jogar fora. Como é que se pode engessar um setor aqui embaixo, um setor produtivo da cadeia produtiva, e lá em cima a indústria estar liberada de regulamentação e fazer o que bem entende no mercado livre? O correto, qual é? É esse que a indústria faz. E nós estamos engessados, aprisionados no Orçamento e, inclusive, com uma coisa malfeita, maldimensionada. Para vocês terem uma idéia, é obrigação do Ministério da Agricultura estimar a produção de borracha, para fazer a inclusão desse recurso no Orçamento. E os recursos para a borracha estouraram. Temos um atraso, em média, de pagamento — prestem bem atenção — de sete meses. Não há ninguém em sã consciência que resista a um processo dessa natureza. Daí vêm todas as anomalias que

você possa imaginar para você sobreviver. Daí pode haver distorções. O setor está todo endividado; o setor está todo comprometido com agiotas, com banco; o setor está em frangalhos, o setor da borracha. E no meu cálculo, da cadeia produtiva, saindo do seringueiro até a indústria de pneumático e a distribuição de pneumático mais as recauchutadoras, temos alguma coisa parecida com 3 a 4 milhões de pessoas. E é esse setor, com um banco genético exclusivo no mundo, que alimenta todas as plantações de borracha no mundo, que é ignorado. E se faz ainda acordo com a EMBRAPA, para a pesquisa da Malásia entrar na EMBRAPA, apanhar clone ou material genético, fazer clones de alta produção, produzir esse clone, vender esse clone a 1 milhão de dólares, e nós, da Amazônia — e o Brasil —, não vemos um tostão disso. Vejam os senhores, aí está o problema, aí está a questão maior, porque, se o banco genético amazônico de **hevea brasiliensis**, de seringueira, alimenta o cultivo, por que alimenta? Porque eu preciso fazer a renovação do meu plantel com um novo material genético, senão um processo degenerativo. Então, a Amazônia está mantendo durante cem anos regiões ricas com o seu banco genético e nós não valemos nada na Amazônia. Isso não vale nada. Então, se você tiver competência para pegar esse banco genético e transformar isso em dinheiro, se você tiver competência para pegar um modelo que possa transformar o seringal nativo de improdutivo em produtivo, administrando a grandeza, a grandiosidade desse banco genético, você não tem mais concorrente no mundo, e é exatamente isso o que o sudeste asiático e os grandes interesses não querem que seja feito. Porque a configuração da produção de borracha na Amazônia é semelhante à configuração socioeconômica do sudeste asiático. Lá não se tem avanço social, não se paga coisa nenhuma. O seringueiro de lá, que produz noventa e poucos por cento da borracha do mundo, ele vive de uma renda de 40 a 80 dólares por mês. Só que o governo estabelece uma série de vantagens, uma série de condições, e também ele tem uma diversificação que pode supri-lo de uma outra forma. Enfim, eu estou tentando me avançar, até porque eu sempre digo: falar da Amazônia, falar de borracha em pouco tempo para mim é martírio, é tortura, porque é impossível a gente condensar essa problemática toda num só momento. Nós precisaríamos ter aqui várias sessões para a gente poder dissecar, no processo histórico, toda essa problemática; descobrir, através do processo histórico, localizar as causas verdadeiras dos problemas, e, a partir daí, com conhecimento, com competência, dizer: "Bom, nós temos, então, alternativas de propostas para solucionar este problema". O que não se pode mais é admitir fórmulas mágicas ou enganadoras e uma pessoa chegar aqui e dizer: "é melhor isso, é melhor aquilo, é melhor aquilo outro". Eu venho dizendo há muito tempo e vou dizer mais ou menos aqui isso em defesa do seringueiro: não se pode pegar a borracha nativa, separar de borracha de cultivo. É a mesma coisa. É a mesma borracha, a de cultivo e a nativa. Vai para o pneumático, vai para o artefato. Agora, o que é que se fez? Um programa assistencialista que não tira o seringueiro do processo de esmagamento secular que

ele está vivendo. Eu tenho que transformar o seringueiro num produtor eficiente, capaz de sobreviver numa economia de mercado, numa economia globalizada. Ou então eu reconheço que não posso fazer isso, que a Amazônia é importante para a saúde do resto do mundo, porque ela é a única região que tem saúde ambiental no mundo, e vou cobrar dos países ricos que querem a saúde ambiental alguns bilhões de dólares para manter todo esse povo da Amazônia à custa do rendimento, do pagamento desses países. Ou nós cuidamos dessa coisa seriamente, enfrentamos seriamente sem demagogia, sem sensacionalismo, sem sentimentos outros e descobrimos as formas alternativas para encontrar a solução de libertar o seringueiro do processo escravatário que ele tem, da imposição em que ele foi colocado, do meio em que ele foi colocado por uma imposição de uma série de fatores de ordem histórica e econômica, ou nós não chegamos a lugar nenhum. Eu vou mostrar aos senhores aqui o que é que nós estudamos, as formas alternativas e como é que a gente pode chegar, na nossa ótica, na nossa visão, a transformar o seringal nativo de improdutivo, sem condições de concorrência, num seringal produtivo, com condições de concorrência no mercado. (Apresentação de transparência) Isto aqui é uma tabela e gráfico. Antes de nós chegarmos a esse ponto de propostas, de proposições, só para que os senhores tenham noção da verdade, da realidade, é uma tabela e gráfico comparativo da arrecadação da TORMB — Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha, derivada da Lei de Arrecadação. Os senhores podem ver o processo de queda da arrecadação da TORMB, que é o processo que eu considero criminoso em relação ao aproveitamento dessa taxa para os objetivos que ela foi criada. E nunca mais a Amazônia vai ter a oportunidade que teve com essa taxa, de você ter um órgão e o recurso não estar no orçamento; de você, portanto, ter condições de fazer um processo de desenvolvimento autônomo na Amazônia, um processo de desenvolvimento dinâmico porque a borracha extrapola, um processo de economias externas extraordinário. Você nunca mais vai ter, porque, de repente, quando se viu que esse recurso estava sendo usado demagógico e politicamente para outros interesses, o Governo brasileiro pegou, engessou ele e acabou com o problema, e está aí o processo da queda dele. Vocês vêm lá: 89 equivale a 100%, só para efeito estatístico; ele subiu para 137; depois ele teve a queda, e a queda você vê que é uma queda linear, tendendo a zero. Isso foi o que determinou, praticamente, a extinção da SUDHEVEA, do CNB e tudo o mais. Acabou o recurso, acabou tudo. (Apresentação de transparência) Esta aqui é uma tabela que nós fizemos de correlação da produção de borracha natural amazônica com a extinção da SUDHEVEA e o Conselho Nacional da Borracha. Apesar de todos os pesares, a SUDHEVEA, para nós, ter sido apenas órgão de intenções, não deixou nada, absolutamente nada para nós, e aí está o processo de correlação de uma coisa com a outra. Na medida em que a TORMB foi sendo consumida, foi sendo administrada para desaparecer, a produção de borracha amazônica foi entrando em colapso. (Apresentação de

transparência) Este é um quadro de picos de produção de borracha amazônica. De 1967 a 1972, nós tivemos uma média de pico de 30.500 toneladas de borracha; de 1973 a 1978, 18.096; em 1979 nós tivemos uma reação por razões, inclusive, que ainda não conseguimos detectar, mas houve uma reação; e em 1995, já na administração desastrosa do IBAMA, nós caímos para 2.200 toneladas de produção de borracha amazônica. (Apresentação de transparência) Este é um quadro que nós produzimos considerando os picos de produção de borracha, os maiores picos de borracha nativa, aquilo que nos informa, que nós não sabemos se é verdade, é o que informou o órgão oficial, do que tem de cultivo na Amazônia. Portanto, a potencialidade teórica de produção de borracha amazônica é na ordem de 90.500 toneladas. Por aí pode-se verificar a grandeza do processo criminoso que se estabeleceu contra os interesses da região amazônica e contra os interesses da borracha. (Apresentação de transparência) Este é um quadro que preparamos. Está pequenino, é difícil ler, porque ele foi preparado. Mas o que quero mostrar aos senhores, o interessante: estas são as zonas, núcleos tradicionais de produção de borracha na Amazônia. E aqui, Santarém, onde está localizada a usina, a cooperativa de que eu falei, que é administrada pelo CNPT, pelo Sr. Rafael Pinzón Rueda, que esteve aqui; ele representa historicamente apenas 2% da produção do Pará. Então, como é que se justifica a localização de uma usina para vender os interesses do seringal nativo, numa região que detinha apenas 2% da produção de borracha amazônica? São coisas que têm que se explicar. Então, esse é um detalhe e observo essa característica. Essa é a verdade amazônica, doa a quem doer: técnica. Esse estudo foi feito a pedido da SUDHEVEA pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA; Universidade de São Paulo — USP; Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz — ESALQ. Portanto, a gente não tem dúvida nenhuma da integridade técnica desse estudo. E aí os senhores podem verificar em dólar, lá na direita, qual era o custo de produção de borracha amazônica. Portanto, economicamente é impossível concorrer com borracha de cultivo. Não se pode, e não se podia, manter uma política para sustentar um setor que detém uma improdutividade estrutural. É impossível. O que se tinha que se fazer, o que tem que se fazer, o que nunca se fez é estabelecer regras do jogo, modelo econômico capaz de atender àquilo que se determina, àquilo que o mercado determina: custo competitivo. É possível pegar 200 milhões, 300 milhões de seringueiras, segundo os americanos calcularam no esforço de guerra, para fazer com que esse núcleo amazônico produzisse borracha e aumentasse a produção? É possível a gente fazer adensamento com diversificação, capaz de gerar centenas e dezenas de Malásias na Amazônia? Se isso é possível tecnicamente, se economicamente isso é possível,

nós descobrimos o caminho, não só de desenvolver o parque de produção de borracha, mas de resolver os problemas das populações ribeirinhas, que estão paradas secularmente, desde a estagnação da Amazônia, por causa da vocação natural dela, e que não tem proposta nenhuma para elas. Isso representa, hoje, um dos grandes problemas que nós temos nos núcleos urbanos da Amazônia, porque, não tendo o que fazer, eles fazem. Eles se encaminham para esses núcleos e formam os cinturões de miséria, que geram toda as doenças possíveis e inviabilizam inclusive os centros urbanos. Temos uma configuração da Amazônia, é função social, socioeconômica. Se você não lê este quadro que estamos mostrando aqui, se você não identifica historicamente as causas, as razões de todo esse processo, além evidentemente de você receber outras populações pobres de outras regiões, que engrossam a nossa mão-de-obra inqualificada e que, portanto, se transforma num quadro insuportável para administrar as capitais, os núcleos urbanos; e que explicam inclusive o processo da não-sustentação econômica, ou da inviabilidade da maior parte, acho que da totalidade dos Municípios amazônicos. (Apresentação de transparência) Aí está um quadro, um diagrama que nós preparamos, que nós chamamos "A origem da causa da improdutividade do seringal de cultivo". Nós fizemos uma projeção, a partir do preço de hoje: aqueles 500 quilos anos são a produção média, histórica, do seringal nativo amazônico; acima disso é conversa fiada. É essa a capacidade que tem o seringal amazônico para produzir. Então, se você considerar os sete meses que ele produz, você tem uma renda de 350 dividida por doze: a renda da família seringueira é de 30 reais. Isso é uma excrescência; isso é um absurdo; não só um absurdo do modelo, mas de querer se insistir nesse modelo; de querer levar uma esperança que não tem onde, não tem caminhos alternativos, não tem solução, a não ser que seja através do assistencialismo. Então, a renda da família é essa e, portanto, você tem a causa determinante de todos os fatores, inclusive do processo estagnante da Amazônia, por que você não quis prestar atenção para essa problemática, por essa visão que você tem da realidade, para poder identificar os seus problemas e dizer: "Não, eu tenho soluções alternativas para produzir borracha na Amazônia". (Apresentação de transparência) Este é o diagrama que preparamos para dizer como é possível estabelecer a regra do jogo da competitividade desse seringal, a partir de um modelo concebido, que não pode ser evidentemente num período curto, tem que ser num período de 10, de 20, de 15, sei lá de quantos anos; depende da profundidade que você fizer, da extensão que você fizer e daquilo que você quer alcançar. Você tem o seringal nativo; tem a consorciação natural de espécies florestais; tem uma racionalização dele através da diversificação; tem o modelo proposto, que já testamos em

Barcarena e que ofereceu resultados satisfatórios. Você tem um modo produtivo e diversificado, então, que mostra que é possível você produzir borracha de forma competitiva, sendo que a borracha deixa de ser o produto principal de renda da família. Ela passa a ser apenas um item da cesta de atividade da família. E o importante não é mais produzir borracha, mas é a renda da família, é a alavancagem socioeconômica, através de um modelo que possa libertar o ribeirão, que possa libertar o amazônida do processo de estagnação. E ele não consegue por si só sair desse processo mais do que secular em que ele foi colocado. (Apresentação de transparência) Esta é a outra maneira de ver a mesma coisa. Você tem um seringal diversificado, e eu coloquei alguns produtos; isso aí varia e pode variar de acordo com o entendimento que se tenha. A configuração das cestas pode ser outra. É importante que se diga aqui que nós temos uma das coisas mais ricas na Amazônia, até hoje intocável, mas reconhecida por todo mundo que estuda a Amazônia, por técnicos que estudam a Amazônia: temos uma várzea riquíssima, que não precisa de adubos, que não precisa ser alimentada para produzir alimentos, matérias-primas, para criatório de peixes e para outras coisas mais e que nós não utilizamos. Simplesmente ignoramos essa várzea e estamos degradando-a através de procedimentos e de imposição de modelos que não têm nada a ver com a Amazônia. (Apresentação de transparência) Nesta aqui vou mostrar rapidamente para os senhores, é aquilo que nós consideramos, como pode ser dado o impulso, a dinâmica necessária para o tratamento de um programa setorial amazônico; como se deve voltar a atenção. Porque quero afirmar aqui — acho que os senhores conhecem tanto quanto eu, mas vou reafirmar, vou deixar registrado aqui — que o grande ignorado na Amazônia é o homem. Nos programas todos de desenvolvimento, nas tentativas de desenvolvimento que se fez para a Amazônia se desconheceu o homem, desconheceu-se a realidade amazônica. Quiseram impor modelos que não tem nada a ver com a realidade amazônica. Daí então os incentivos fiscais, a destruição da Floresta Amazônica, que não foi feita pelos amazônidas e, de repente, aparece como se fossem os amazônidas os responsáveis pela destruição. O ecossistema amazônico, a Floresta Amazônica foi destruída a partir de 1967 para cá. Até então, os amazônidas conservaram a floresta intacta, virgem, bonita, tirando dela o que precisasse. Tínhamos uma pobreza, a bem da realidade, digna. Hoje nós temos fome, nós temos doença, nós temos uma porção de coisas impostas por modelos que são equivocados para a Amazônia. (Apresentação de transparência) Este é o programa, aquilo que consideramos o programa oficial do Governo: o ajuste de custos, o ajuste no seringal nativo, no seringal de cultivo, o beneficiamento, o processo de terceirização, os consumidores, aonde eles entram, e a cadeia produtiva. Na bem da verdade, também quero dizer aos senhores que nós nunca fomos ouvidos. Nós, da produção, nós, da iniciativa privada, nunca fomos ouvidos para coisa nenhuma. Foram sempre impostos a nós modelos e condições. Inclusive hoje nós estamos engessados num programa ridículo, que está

destruindo o setor da borracha — vou mostrar aos senhores — e está levando a breca não só a Amazônia, está levando a breca os grandes plantadores de borracha de todo o Brasil. Em todo o Brasil, estamos num processo de falência total. Por quê? Porque nós nunca fomos ouvidos, nunca fomos consultados. A Amazônia tem uma coisa interessante: é a única região no Brasil — os senhores podem verificar — em que todo mundo quer meter o dedo e fazer modelo para o desenvolvimento. Nenhuma região no Brasil teve isso, nem Sudeste, nem Sul, em lugar nenhum. A Amazônia, todo mundo quer fazer experiência dentro da Amazônia. Vamos fazer uma experiência. Ah, não deu certo. Aí se agrava o problema socioeconômico. Aí não deu certo. Volta... Milhões, bilhões de dólares foram gastos. E o que acontece hoje na Amazônia? Nós estamos mais pobres, mais doentes e mais estagnados. Então, o que se conclui disso? Os modelos impostos à Amazônia, de cima para baixo, **manu militari**, não deram certo porque, simplesmente, o homem amazônico sempre foi ignorado, nunca foi ouvido; apenas foi ouvido em discurso e não na verdade e na realidade. (Apresentação de transparência) Eu tenho um quadro aqui que fiz apenas para mostrar uma projeção: renda/dia, modelo produtivo diversificado proposto sem subvenção, cesta de produtos. Nós fizemos uma extrapolação — isso é um exercício de um núcleo produtivo diversificado —, de uma renda mensal de 2 mil reais. Essa, sim, seria uma revolução no campo, seria uma revolução na floresta, com uma renda anual de 24 mil. E o modelo produtivo diversificado proposto sem subvenção. Você tem a borracha renda/dia, cesta de produtos, e você tem lá a mesma coisa estabelecida através de regras diferenciadas ou de modelos diferenciados alternativos. (Apresentação de transparência) Vamos nos aproximar do dia de hoje. Esse aí é um quadro evolutivo dos preços da borracha natural importada. Esse é o quadro que estamos vivendo atualmente, ou seja, no momento em que o Brasil partiu para o processo de globalização, coincidiu com a crise do sudeste asiático, coincidiu com uma série de problemas. Então, você sai lá de cima, num preço de 1.641 a borracha, em janeiro de 1996; sobe para um preço, de 11 de agosto de 1998, de 587. Quando começamos o programa da subvenção, nós já tínhamos uma queda de 1.640 para 940. E o que é subvenção econômica? A subvenção econômica é o valor teórico que representa o **dumping** social e o subsídio do sudeste asiático. É isso que se tentou quantificar na subvenção. Noventa centavos, portanto, é o valor que você tem para o enfrentamento de uma concorrência predadora. E como isso foi desonesto desde o início? Porque, quando você tinha 940, essa queda que teve, essa subvenção deveria ser compatível com essa queda, porque o cálculo que nós fizemos foi de 1.641 e o Governo não aceitou, porque o Governo tem umas coisas interessantes. O Governo não quer saber da verdade econômica, o que interessa ao setor produtivo, o que interessa ao próprio País. Qual é o interesse maior deste País? Ele quer saber o que é da sua conveniência. Da sua conveniência, naquele momento, era fazer isso. Vou dar um dado para os senhores que mostra, inclusive, o que é esse processo anormal, que tem de

tratamento. A cadeia produtiva entra do seringueiro até lá, o "coisa", paga 1 bilhão e 200 mil de impostos federais, ICMS. Nós precisamos de 70 milhões, 80 milhões de reais. Quer dizer, do nosso próprio recurso, do recurso que é gerado, o Governo pode alimentar um processo desse para quê? Para fazer benemerência? Não, para fazer com que o setor tenha condições. Apesar de nós condenarmos esse sistema, nós não queremos mais esse sistema. Nós estamos trabalhando; nós todos aqui, em Brasília, vamos amanhã trabalhar para ver se regularizamos o pagamento de todo mundo, o que é absurdo, e dizer ao Governo que nós não queremos mais isso. Ou ele arruma outro sistema ou, então, ele reconhece que existe oficialmente um **dumping** social, como já reconheceu através dessa lei, e taxa o produto, cria outro mecanismo qualquer. Mas o que nós não podemos é ficar escravos de um processo dessa natureza e mortos por um processo de burocracia lenta, que não tem absolutamente nenhuma sensibilidade. (Apresentação de transparência) Tem ali um cálculo que nós fizemos de janeiro de 1996 a 1997, quando começou a subvenção. Há uma queda real do preço de 43%. No momento em que esse quadro terminou, a queda foi da ordem de 64%. Então, os senhores verifiquem o seguinte: nós não estamos recebendo a subvenção em dez dias, como manda o regulamento da subvenção — é dez dias o regulamento. Estamos recebendo com sete meses, em média, de atraso. Nós estamos, além disso, recebendo o menor preço histórico da borracha em toda a sua história. Então, esse é o problema. Nós fomos jogados dentro de um processo de globalização, de abertura de economia. Depois de estarmos privilegiados com a Lei nº 5.227, que fazia com que vivêssemos num ambiente fechado, desconhecendo a realidade do mundo, em que quem pagava a conta era, no final, o consumidor e, simplesmente, nós nos descuramos a ser produtivos, a encontrar tecnologias outras, enfim, a encontrar caminhos alternativos para poder concorrer com o mundo ou, pelo menos, se nós fôssemos um pouco inteligentes, dizer: o banco genético amazônico não vai mais servir aos interesses da Ásia; vai servir aos interesses do Brasil, da

Amazônia, o que não está acontecendo. Infelizmente não está acontecendo. (Apresentação de transparência) Esta é a Lei da subvenção, de nº 9.479. Ficam bem claras certas coisas aqui. O art. 1º, os objetivos: incentivar a comercialização da produção nacional. A lei está aí. Essa é a maneira como ela deve ser paga. O Governo queria pagar 70 centavos. Não eram 90 centavos? Fizemos uma briga terrível aqui dentro desta Casa para conseguir isso, porque a nossa visão, os nossos cálculos, eram na ordem de 1 real e 30 centavos, de acordo com aquilo que era a realidade de preço da borracha no sudeste asiático, e a subvenção poderia ser um negócio que subisse e descesse. Na medida em que houvesse reação do preço da borracha, o Governo poderia diminuir a subvenção. Deveria ser elástica, inclusive, para ser honesta, e não através de um processo fixo, em que você, se o preço despencar, como despencou, você não remunera a cadeia produtiva. Então, esse é o início da lei. E o que eu quero mostrar para os senhores, e é

mais importante, está aqui nessa segunda parte. O art. 3º foi um emenda do Senador José Serra. Esse art. 3º, dizia para nós o Senador na época em que nós estávamos trabalhando aqui dentro para aprovação da lei que ele iria fazer essa emenda porque achava que nós não poderíamos correr o risco de ficar no Orçamento, sob pena de sofrermos problemas seriíssimos, inclusive de nós termos paralisação. Isso aconteceu muito mais do que ele falou. Então, o que diz, qual foi a proposta dele? Que a subvenção econômica, prevista nessa lei, poderá ser paga aos produtores nacionais de borracha por intermédio dos compradores de borracha natural, garantida a compensação do referido pagamento da subvenção com crédito de impostos federais de responsabilidade dos (ininteligível), na forma estabelecida pela regulamentação. Este artigo não foi regulamentado até agora porque a Receita Federal não quer que se mexa na receita dela. Mas quem paga a Receita Federal, os tributos, somos nós, que arrecadamos. E o que esse artigo da lei poderia evitar? Paralisações. Nós não queremos que ele fosse permanente. Falta dinheiro no Orçamento? Então a indústria, que tem os seus impostos pagos, paga, antecipa, presta conta com o Governo logo em seguida e libera o pagamento, para que haja uma fluidez no processo de pagamento e não haja interrupções no pagamento, nem se dependa de um processo burocrático e institucional lento, terrível, que é de aprovar a lei. Agora, por exemplo, terminaram os recursos nossos. Nós não temos mais recursos, depois de pagar esses processos que estão retidos, e nós estamos produzindo borracha, e nós não temos condições mais de receber dinheiro, quiçá, nem para o ano, porque não tem nada aprovado de verba suplementar, nem encaminhado por esta Casa. O art. 7º, eu tenho a honra de dizer que foi trabalho meu. Esse artigo foi um trabalho meu, e tenho testemunhas, inclusive na época em que eu fiz esse trabalho, que é o momento em que trabalhei para que a Amazônia não sofresse um processo desgastante ou interrupção daquilo que era o compromisso do Governo Federal em relação àquilo que devia ser feito, ou seja, a diversificação dos seringais. Então, diz aí: "A medida é promover ascensão econômica e social dos seringueiros por meio de mecanismos específicos de incentivo de uso (ininteligível). O Poder Executivo garantirá os recursos financeiros necessários à proteção do programa, para o adensamento dos seringais nativos, aprimoramento de técnicas de extração, preparo de látex, visando à melhoria da qualidade de borracha e diversificação das atividades econômicas da Amazônia". Ou seja, enquanto o Governo não implantar isso, ele não pode fazer o rebate que a lei determina que seja feito, porque, a partir do quarto ano, o Governo vai fazer um rebate de 20% anual da subvenção, até que, no fim do oitavo ano, a subvenção desapareça. Vejam os senhores: estamos só com dois anos e pouco. Daqui a pouco se começa a tirar 20% da subvenção. Se você não racionalizou os seringais nativos e de cultivo — vamos deixar nativo do lado, porque está defendido aí —, mas o de cultivo brasileiro, para poder enfrentar uma concorrência, ou seja, se o seringal de cultivo brasileiro não ganhou 20% no mínimo de

produtividade, ele não tem mais condição de concorrer com o seringal do sudeste asiático. E até hoje o Governo brasileiro, via Ministério da Agricultura, não mexeu uma palha para fazer um único programa de alavancagem, de racionalização do seringal de cultivo brasileiro. Ainda tem mais um detalhe. Por incrível que pareça, nós somos um estranho no Ministério da Agricultura, nós não fazemos parte do corpo orgânico do Ministério, não existimos no organograma do Ministério da Agricultura; nós não temos nada, nós vamos lá de favor, não sabemos com quem falamos, estamos todos de favor lá. (Apresentação de transparência) Este é o quadro, o diagrama em que a gente tenta condensar, para os senhores poderem entender toda a problemática do momento atual do programa de subvenção. O objetivo da lei é garantir a competitividade da indústria e permitir a venda da borracha natural no mercado globalizado, diante da prova incontestável da concorrência predadora, **dumping** social e subsídios da borracha produzida no sudeste asiático. Valor da subvenção: 90 centavos o quilo de borracha, equivalente ao valor teórico do **dumping** social e subsídios, praticados no sudeste asiático. Valor estimado anual da ordem de 63 milhões, de acordo com uma produção — isso estimado, pode ser para mais, pode ser para menos, dependendo das condições que vai reagir o agente produtor — de 70 mil toneladas. Forma de pagamento estabelecida da subvenção: por intermédio dos compradores de borracha e indústrias, garantida a compensação com créditos de impostos federais, art. 3º, é através do Orçamento Fiscal da União, art. 8º. Pontos de estrangulamentos, causas da crise. Subestimação da produção, gerando insuficiência de recursos no Orçamento. Diz respeito ao regulamento por parte do Ministério da Agricultura, CONAB. O regulamento manda que se pague em dez dias. Nós levamos oito meses para receber. Regulamentos em duplicidade conflitantes e fora da realidade. Você publica o regulamento no **Diário Oficial**, comunica que você vai ter que fazer isso. Nós fomos, inclusive, obrigados a nos cadastrar como produtores no SICAF, como se fôssemos fornecedores do Governo. Nós não fornecemos nada para o Governo. Nós não temos que apresentar certidão nenhuma a ninguém, porque nós não vendemos nada para o Governo. E se não apresentar, nós não recebemos a subvenção. O que é mais interessante e paradoxal nisso é que eles atrasam oito meses, levam você a um processo de insolvência, você não pode tirar a certidão, porque não recebe do Governo, e você não pode, a partir daí, receber, porque você não recebeu dinheiro do Governo. É uma brincadeira um negócio desse! É excesso de burocracia, insensibilidade, desconhecimento da realidade e falta de interesse pela atividade. Não regulamentação do art. 3º. Quero dizer aos senhores que estou trabalhando em cima de uma realidade. Mas quero dizer aos senhores que o nosso setor não quer mais isso, mas de jeito e hipótese nenhuma. Nós queremos ver o cão, mas não queremos mais ver esse sistema de subvenção, nem essa modalidade. Isso é para arrebentar, para acabar com o setor; não é para alavancar setor nenhum, é simplesmente para acabar. É o Governo brasileiro querendo

acabar com o setor, para liberar a importação, para se comprar 100% de borracha do sudeste asiático. É isso o que o Governo quer. As reivindicações, em função desse quadro, que estamos pedindo: pagar imediatamente a subvenção, atraso médio de sete meses; dotar no Orçamento recursos compatíveis com a estimativa da produção anual de borracha; regulamentar o art. 3º e pagar subvenção em dez dias; revisar todo o regulamento, eliminando-se, entre outras exigências absurdas, cadastramento de certidões dos produtores e beneficiadores no SICAF, nada se vende ao Governo; extinguir a Comissão da Borracha. Por que Comissão de borracha? A gente se pergunta. Nós não fiscalizamos ninguém, vamos fiscalizar o quê? Nossos companheiros? A quem cabe fiscalizar é o próprio Governo, não cabe a nós fiscalizar ninguém. Nós fomos colocados numa Comissão para fiscalizar quem desvia ou não desvia. Isso é competência... Se o Governo não tem competência é problema dele, é responsabilidade dele, não é nossa. De repente, nós fomos jogados para uma Comissão para poder dar o aval para o Governo punir um colega nosso. Isso é uma brincadeira! Criar, no caso da impossibilidade de atender às reivindicações, um novo mecanismo de compensação para o ataque da concorrência predadora de borracha, originária do sudeste asiático. Então, vejam: ou a gente senta à mesa, trata dessa problemática séria, da problemática do seringal nativo, que pode ser um programa setorial para o desenvolvimento da Amazônia, compatível com a visão que se quer ter de preservação ambiental. Eu não entendo preservação ambiental feita pelo IBAMA, que não fiscaliza ninguém, nem a ele mesmo. Eu entendo uma fiscalização feita pelo agente produtor, que vai conservar a floresta, porque dela vai tirar o seu rendimento. Se não for feito dessa forma, se você não tiver um modelo para isso, ninguém vai, em tempo nenhum, barrar o processo irreversível do avanço da devastação da Floresta Amazônica. E o que é pior — eu venho prevenindo há muito tempo isso: como esse segmento não tem alternativa, o que tem acontecido — eu avisei isso há 10 anos, há 15 anos — é que ele vai ter como alternativa o narcotráfico, porque ele não faz isso por maldade. Ele não faz isso porque ele é viciado, porque ele é bandido; é porque ele precisa sobreviver. E como a droga dá a ele condições de ele levar o alimento para a casa dele — e ele não pode comer a borracha ou a árvore que está lá, que ele não pode produzir —, ele faz o narcotráfico. Então, no momento em que você solucionar esse tipo de problema, você soluciona o problema do narcotráfico. Você tem polícia para tirar o narcotráfico da região, para vigiar as nossas fronteiras. Isso é um problema de segurança nacional, de ocupação efetiva da Amazônia. Isso não pode ser tratado irresponsavelmente, como está sendo tratado. Então, se tem muito dinheiro no mundo para fazer alguma coisa, doar, para querer fazer com que a Amazônia seja o "pulmão do mundo" — entre aspas —, que isso é um absurdo, mas, pelo menos, que não mexam na Amazônia, porque o americano destruiu o seu meio ambiente; o europeu destruiu o seu meio ambiente; o russo destruiu o seu meio ambiente. Só resta um ambiente sadio: a Amazônia. Esse ambiente,

segundo alguns técnicos acham, deve dar saúde ao mundo rico. Muito bem. Então, venha dinheiro para que a gente monte programas inteligentes, mas, fundamentalmente, dirigidos ao interesse do homem amazônida. E não queiram tirar o homem amazônida para transformá-lo num cidadão de São Paulo, num japonês. Ele tem que ter qualidade de vida no seu próprio hábitat. De outra forma, é discriminação e colonialismo. Você tem que dar felicidade e qualidade de vida no seu próprio hábitat. Você não pode querer transformar aquele homem num cidadão, num homem de Brasília, de São Paulo ou de qualquer outro lugar. Numa palestra que fizemos na Alemanha, numa das universidades alemã, uma senhora alemã me perguntou, no debate, por que não mudávamos o homem amazônida. Eu disse: a senhora está discriminando, a senhora é colonialista. Nós não queremos isso. Queremos qualificar o homem no seu hábitat. Pode ser que a qualidade de vida, a qualidade do desenvolvimento desse homem não seja a mesma qualidade do homem que vive em Brasília, do homem que vive em São Paulo. A gente precisa perguntar para esse homem, precisa ouvi-lo, perscrutá-lo, para saber qual é o desenvolvimento que ele quer, a que nível nós queremos chegar ou que fronteira de desenvolvimento nós devemos ter, qual é a vocação dessa região, finalmente. E tem mais um detalhe importante, que os senhores têm que levar em consideração: se fez um modelo predador amazônico, saqueador com o modelo militar, a chamada Operação Amazônia. Concederam-se incentivos de toda a natureza e lá se deram incentivos, se implantaram agentes econômicos, empresas para trabalhar naquele modelo imposto para a destruição da floresta, com prioridades bem definidas. Muito bem. Hoje, você vem com uma proposta de conservação de Florestas Amazônica. Mas como é que você vai erradicar, vai tirar daqueles agentes, que lá estão trabalhando, predatórios; como é que você vai tirar o direito que eles têm, uma vez que eles foram atraídos há 30, 40 anos para fazer exatamente isso? Há uma incoerência no processo. Você tem que sentar e verificar de que forma você compensa esse processo, de que forma você transforma esse agente, que lá foi colocado para destruir a Amazônia, num agente que se possa adequar às condições de desenvolvimento limpo que você quer para a Amazônia. Agora, desenvolvimento não se faz com discurso. Desenvolvimento ou conservação ambiental não se faz querendo que a Amazônia seja a experiência do mundo numa coisa que mundo nenhum pratica. O que nós não podemos mais admitir na Amazônia, a bem da verdade, é que se mantenha o homem subdesenvolvido, estagnado para a felicidade dos países mais ricos. Isso é impossível. Então, eu acho que esse tema, a borracha, no meu modo de ver, está inserido nesse contexto. Por quê? Porque você não pode separar a borracha do processo civilizatório amazônico. O desenho socioeconômico, político amazônico é feito com a seringueira. Há uma vocação, há uma população ainda lá existente que não tem saída. Ela é desqualificada e precisa necessariamente ter soluções alternativas, propostas alternativas; ela precisa ter um impulso, precisa ser acionada, ser motivada. Eu sempre tenho dito a um

amazônida que ele precisa conhecer um pouco da sua história, porque a maior epopéia que existe na história do mundo foi do amazônida. Ele entrou numa floresta, sem a ajuda de ninguém, a mais rica, a mais poderosa, a mais inóspita do mundo, ocupou uma floresta com suas próprias mãos, não recebeu ajuda de ninguém, financiamento de ninguém e fez uma renda **per capita**, na época a maior que teve o Brasil. O que está acontecendo? Esse povo adormeceu, esse povo foi saqueado, maltratado, baixou a cabeça, e ele está estendendo a mão num processo de assistencialismo, imaginando que ele não tenha capacidade e condições de se auto-sustentar e de produzir. Então, nós precisamos dizer ao amazônida, através de uma proposta honesta: olha, vocês têm um passado extraordinário. Vocês podem fazer uma grande região e um grande desenvolvimento, porque desenvolvimento, meus amigos Deputados, se faz qualificando e instrumentalizando o povo, e não com discurso ou com conversa fiada. E, finalmente, eu chego para mostrar — não sei se ainda serei submetido a perguntas... Como eu disse é martirizante, é tortura, a gente pode ter falhas de exposição, porque são 40 anos que temos de estudo — vou deixar o meu trabalho, o diagnóstico que eu tenho aqui de 32 anos. Mas é terrível a gente tentar condensar um processo histórico, uma problemática dessa em duas horas de reunião. Pode ser até que eu tenha prejuízo, tenha falhado em alguma coisa, tenha sido injusto, inclusive, em algumas considerações, porque a gente precisaria de mais tempo e de mais exatidão. Mas o que eu quero, agora, é mostrar aos senhores — não que eu queira condenar o Sr. Rueda; não quero, não vou tratar aqui de pessoas — que, primeiro, a proposta é equivocada. Não é essa proposta assistencialista, que pegaram um grupo de pessoas, diferenciar esse grupo de pessoas em detrimento de toda uma população, que eu estimo — não tenho certeza, não sei se estou falando aos senhores a verdade — seja ainda de 150 mil famílias de seringueiros na Amazônia. Ninguém tem esse número, ninguém tem essa verdade. Na minha sensibilidade é isso. Ora, você fala em reservas extrativistas. Se reserva extrativista fosse modelo para a Amazônia, a Amazônia toda devia ser uma reserva extrativista. O que eu tenho de adotar como regra de jogo para tirar o seringueiro desse processo, desse estágio secular, é um modelo produtivo capaz de libertá-lo; um modelo em que ele se sinta bem. Ele dizendo para ele mesmo: eu produzo e eu sou responsável pela minha renda. Ter orgulho dele, e não ter orgulho do outro que leva assistência ou apoio para ele. O problema do seringueiro não pode ser tratado emocionalmente, mas racionalmente. Tem que ser feita uma grande reforma agrária na Amazônia. E pode ser feita. Onde? Onde estão os seringais. Direito líquido e certo desse povo, fazendo com que esses seringais possam ser células produtivas dinâmicas, gerando não só produção de matérias-primas, mas, acima de tudo, alimentos que podem ser para eles mesmos, para a região e para exportação. Daí se pode fazer uma vertente de desenvolvimento econômico extraordinária, olhando para a vocação, para a nossa radiografia socioeconômica e para aquilo que é a realidade amazônica; e não

aquilo que se deseja que seja a Amazônia ou outra coisa mais. Então, eu quero dizer aos senhores — e está à disposição dos senhores — que a cooperativa que o Sr. Rueda administra, o CNTP, dos seringueiros em Santarém, que recebe favores de um programa para alavancar o seringueiro, para alavancar, para aumentar a borracha nativa, enfim, para estabelecer regras de jogo, de melhoria de qualidade de vida para o seringueiro, está indo no Maranhão, em Imperatriz, em Açailândia, e lá pagam borracha de cultivo para o grande fazendeiro a 1 real e 10 centavos, quando o mercado brasileiro é de 65 centavos. São 83 centavos, numa crise como essa que espelhei aqui aos senhores. Então, o que é que está acontecendo? Eu não sei, não sou fiscal, não sou Polícia, não sei que dinheiro é esse que estão recebendo, se é a fundo perdido ou qual é a fórmula mágica; porque se eu pago por uma borracha 1 real e 10 centavos, e eu estou falando com os senhores, vou deixar documento, vou deixar documento da Secretaria do Governo do Estado do Pará, onde a borracha passou, vou deixar o despacho para os senhores, onde a borracha foi para Santarém. E se os senhores tiverem alguma dúvida, a borracha está na Pirelli, que tem um compromisso com a Senadora Marina Silva, que tem um compromisso com os seringueiros de escoar a produção de borracha nativa e de seringal nativo, e não de fazendeiro produtor, de grande fazendeiro do Maranhão. Bom, o que eu quero dizer aos senhores é o seguinte: eu não quero nada de mais, eu não quero prejudicar essa classe. Eu acho, volto a dizer, tudo que se fizer para o seringueiro é pouco diante do débito que o Estado brasileiro tem com ele. Mas se essa é a regra do jogo para uma usina de Santarém, ela tem que ser com isonomia para todas as usinas que existem na Amazônia; ela não pode ser para um grupo de pessoas só. Agora, o que está acontecendo? Você está pagando a borracha, numa crise dessa, 83% acima; você está, em vez de alimentar e alavancar o seringal nativo, está beneficiando o grande produtor. Pagaram para o maior produtor, tem o nome dele aqui, tem todos os dados aqui, para o maior produtor lá de Açailândia, pagaram 1 real e 10 centavos, colocaram atravessador, a nota veio em nome do atravessador a 30 centavos. Eu tenho o número da conta aqui da pessoa que recebeu a 1 real e 10 centavos, o banco, tem tudo aqui para dar aos senhores. Com isso, eu quero mostrar que eu não venho aqui para fazer denúncias vazias; que eu não venho informar os senhores coisas que eu não devo informar irresponsavelmente. Porque a pessoa que vem aqui, como o Sr. Rueda, em nome do CNPT/IBAMA, para fazer o que ele fez de estrago na imprensa, dizer que todos nós somos corruptos e que existe corrupção disso ou daquilo, quantificando o valor de 20 milhões de reais que **O Estado de S.Paulo**, hoje, inclusive, faz novo estardalhaço, pelo amor de Deus, isso é criminoso, irresponsável. Eu não admito que uma pessoa venha para cá, para uma Comissão de Inquérito desta natureza, falar coisas sem propósito dessa natureza e irresponsável dessa natureza. Então, é isso. Vou deixar os senhores aqui e me coloco, a partir daí, à disposição dos senhores. Eu não sei se me omiti de alguma coisa, mas é tanta coisa para falar a respeito deste

assunto que eu me coloco, agora, à disposição para poder esclarecer, se assim for conveniente, na medida em que os senhores tiverem alguma indagação a fazer sobre o assunto. Muito obrigado. Sr. Presidente, eu, por esquecimento, deixei de falar uma coisa que eu acho importante, mas também está aqui e tenho documentos nesse sentido, para mostrar aos senhores que a TORMB sofreu um processo maquiavélico de extinção administrativa no Governo Collor, através de uma portaria irregular, a nº 1.515-P, e que promoveu, inclusive, o processo de aprofundamento da crise do setor. Enfim, esse processo foi atestado pelo Tribunal de Contas da União, que, evidentemente, mandou que esse dinheiro fosse devolvido para o programa e até hoje não foi feito nada, não se apurou responsabilidade de ninguém e, na realidade, o que se soma, no final da conta, a tudo isso, o prejuízo é um só: é para o Brasil, é para a produção de borracha, é para o produtor, é para o beneficiador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Convido o Sr. Armando Teixeira a ficar na Mesa. Nós vamos iniciar os debates. Só para justificar que o Relator, o Deputado Silas, está com problema de saúde. Nós vamos começar os debates e eu passo a palavra ao Deputado Jurandil Juarez.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados membros da Comissão, eu queria, inicialmente, tocar num assunto que foi me chamando a atenção, na medida em que foi feita a exposição. O Sr. Rueda — é Rueda o nome?

(Não identificado) - É. Pinzón Rueda, parece.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - O Sr. Rueda foi citado algumas vezes como tendo estado aqui, nesta Comissão. Acho que houve, deve haver algum problema.

(Não identificado) - Acho que é na outra Comissão, então.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - É, nesta aqui, com certeza...

(Não identificado) - É na outra, porque está havendo uma paralela; da TORMB, então.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Da TORMB, exatamente. Bom, esclarecido esse ponto, eu queria me dirigir ao expositor. Por questões de desempenho mesmo, aqui, a gente tem que estar atendendo várias vezes, e as chamadas são via telefone. Pode ser que num momento desses tenha me escapado e, quando cheguei, já estivesse sendo falado o assunto que me chama a atenção. Eu li no rodapé de um dos documentos apresentados, e um comentário foi feito a respeito, que os números da produção da borracha não eram exatos; eles não tinham uma configuração estatística de exatidão, porque eles sumiram no que foi dito, no rastro de corrupção e orgia de gastos da SUDHEVEA. Mais adiante, eu ouvi do expositor que não havia notícias de que tivesse ocorrido corrupção na SUDHEVEA. Eu realmente não entendi bem esta parte. Eu queria perguntar: o que significa, exatamente, isso: rastro de corrupção e orgia de gastos da SUDHEVEA?

O SR. ARMANDO TEIXEIRA SOARES - Olha, eu posso lhe dizer o seguinte: se o senhor mandar fazer uma investigação no programa PROBOR, o senhor vai verificar exatamente isso: que houve projetos que foram aprovados, que foram tidos como implantados e que nunca foram implantados, que nunca foram prestadas contas, que nunca foi devolvido o dinheiro. Então, a partir daí, evidentemente, eu não tenho condições, como eu disse aos senhores, eu não tenho condições, porque eu não tenho memória, acabou-se, apagou-se a memória. O que eu quis dizer, para o senhor entender bem, é o seguinte: os órgãos CNB, SUDHEVEA e o Programa, eu acho que eles eram bons. O problema que eu acho foi de gestão administrativa, de qualidade de gestão. Então, você acabou com o órgão; você exterminou um órgão, exterminou um programa extraordinário para incentivar a produção de borracha, principalmente na Amazônia; e você, a troco de coisa nenhuma, porque as razões por que você extinguiu, você desmontou a SUDHEVEA, era dizendo que... O próprio Governo mostra, inclusive, eu tenho documentos que vou anexar, inclusive, aos senhores, aqui, documentos dos funcionários da SUDHEVEA na época, do último Superintendente da SUDHEVEA na época se defendendo e mostrando que não eram as causas que o próprio Governo apontava na direção do desmonte da SUDHEVEA, quer dizer, o que é que o Governo, naquela época, achava que devia desmontar a SUDHEVEA, acabar com a SUDHEVEA? Porque ele achava que aquilo tinha um processo de anarquia, de confusão e de corrupção tão grande que a SUDHEVEA tinha que ser decomposta. Essas são as razões do Governo brasileiro, não são as minhas razões.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - O senhor não acha que o fato de a SUDHEVEA ter a sua sede no Rio de Janeiro, que é um Estado que não tem nenhuma tradição na produção de borracha...

O SR. ARMANDO TEIXEIRA SOARES - Já começou errado.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - ...e o fato de que a região ficava tão distante, não teria sido uma das razões de a SUDHEVEA não ter funcionado?

O SR. ARMANDO TEIXEIRA SOARES - O que eu quero dizer aos senhores é o seguinte: eu volto a enfatizar a tese que eu sempre defendo. O problema é o seguinte: nós, amazônidas, nunca administramos os nossos interesses amazônidas. Então, você verifica que, por exemplo, você vê a figura de um Henrique Guitton, você uma série de outras figuras colocadas no Rio de Janeiro, comandando o processo todinho da economia da borracha nativa, amazônica, e tudo o mais, e a Amazônia, simplesmente, está lá, como um cenário à disposição de fazer as experiências que se quer fazer, ou de estabelecer regra de jogo para colocar quem... E nós tivemos no Banco da Borracha, para o senhor ter idéia, nós tivemos diretor do Rio Grande do Sul no Banco da Borracha — do Rio Grande do Sul, na época em que nós tínhamos o Banco da Borracha! Depois, Banco de Crédito da Amazônia. Era um diretor, tinha um

diretor do Rio Grande do Sul, nomeado por processo de ordem política, quer dizer, são coisas que a gente não entende, realmente não entende. E essa é uma das razões que eu acho do fracasso. Nós temos defensores extraordinários da coisa, temos o Seu Cosme, lá de Manaus, que foi um baluarte na defesa, mostrou; se o senhor ler o que o Sr. Cosme Ferreira, o que ele publicou, o que ele escreveu, o senhor vai ficar arrepiado de ver; tudo o que ele falou, lá, aconteceu, ninguém deu bola nenhuma, ninguém deu bola nenhuma. O que eu estou falando para os senhores aqui é um processo de decomposição da história. Simplesmente, eu li a história toda, não estou falando novidade nenhuma. Eu estou transparecendo aquilo de memória histórica, de massacre aos interesses amazônicos, aos interesses da borracha. É inadmissível que você tenha banco exclusivo e genético da Amazônia e essa região esteja no processo que está, e que o Brasil esteja no processo que está, que nós brasileiros não representamos nem 3% da produção mundial. É incrível um negócio desse.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Dr. Armando, o Brasil hoje importa coco, importa rigorosamente água de coco e ele importa óleos vegetais. Tanto num processo como no outro, repetimos a história da produção de borracha, que era uma planta natural da Amazônia, que, depois, foi transplantada para a Ásia e, de lá, começou uma produção mais efetiva. O novo Ministro da Integração Nacional começou o seu Governo, no seu primeiro discurso ele foi falando logo da necessidade de reformulação com a extinção de organismos de desenvolvimento regional. Vale dizer, a SUDENE, a SUDAM estão com seus dias contados. O senhor acha que o que acontece agora não seria uma simples reprodução do que aconteceu especificamente no caso da SUDHEVEA, ou seja, que a forma com que se desenvolve o capitalismo brasileiro, ele é excludente em relação a regiões como a Amazônia e não haveria espaço, a não ser o espaço político, para que as forças amazônidas pudessem se defender desse processo. E a minha pergunta seria no sentido de, se o senhor, com a experiência que tem, veria alguma identidade entre o processo de esvaziamento da SUDHEVEA, que levou, depois, a que ela fosse extinta, e o processo que nós vivemos hoje, de esvaziamento dos organismos de desenvolvimento regional, inclusive, especificamente nessa área de importação de produtos que já fomos tradicionalmente produtores.

O SR. ARMANDO TEIXEIRA SOARES - Olhe, eu tenho uma posição a respeito disso. Eu acho, inclusive, que nós não temos identidade na Amazônia em relação a isso, porque a SUDAM e os incentivos fiscais, os mecanismos de incentivos fiscais da Amazônia é uma cópia xerox do Nordeste. Nós não tivemos programa. Simplesmente, na época do governo militar, se pegou o que se preparou para a SUDENE pelo Celso Furtado e se jogou na Amazônia. Nós não temos identidade até hoje. Então, o que eu acho é que nós temos que adquirir essa identidade. Eu acho, simplesmente, que SUDAM, Banco da Amazônia,

incentivos fiscais, para mim é zero, não resultou em nada. Eu acho que você tem que reformular tudo isso e criar, evidentemente, uma identidade de propostas de desenvolvimento.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - O senhor não acha que corremos o mesmo risco de extinção da SUDHEVEA na perspectiva de se criar um outro organismo, de se modificar a política, para favorecer?

O SR. ARMANDO TEIXEIRA SOARES - Olhe, correr o risco, acho que sim, claro, corremos, claro que corremos. O problema é o seguinte: a correlação de forças políticas que nós podemos ter é a consciência política da nossa bancada em relação ao problema. A bancada amazônica, ao que nos parece, do lado de fora, estou falando do lado de fora, me parece que sofre de um defeito muito grande: ela não é uma bancada coesa, unida, quando se trata de problemas de interesses da região amazônica, como é a bancada do Nordeste, por exemplo, que a gente sabe que briga, que faz. Estou falando como alguém que está na arquibancada. Pode ser que eu não esteja falando a verdade, não sei, os senhores conhecem mais do que eu. Então, eu acho o seguinte: eu acho que tem que se identificar, fundamentalmente, o que é que nós queremos, e trazer o que nós queremos para dentro do universo político amazônida e dizer: "É isso que nós queremos!" O que eu acho estranho, o mais estranho de tudo isso, novamente do lado de fora, é que a gente procura, por exemplo, no corpo de Ministério deste Governo, e a gente não vê nenhum amazônida ocupando uma posição de destaque, para que se trate de questões dessa natureza. E o que é pior, pelo menos na nossa área de atuação, onde nós podemos influenciar, onde nós podemos levar a nossa experiência, onde nós podemos levar idéias, nós não temos interlocutores, porque esses interlocutores, os tecnocratas, eles estão muito distantes da nossa realidade e não querem conhecer a nossa realidade. A inteligência brasileira, que programa o Brasil, que programa certas coisas, faz a programação amazônida e a programação econômica brasileira, não está preocupada com a Amazônia. Então, isso me volta a um tempo. Meu pai, que era um defensor, um grande defensor, ele foi um grande defensor da Amazônia, uma vez veio falar com Getúlio Vargas para defender os interesses da borracha, da castanha e de outras coisas mais — ele me contou essa história, está morto e, **in memoriam**, inclusive, até do esforço que ele fez, no momento em que nós estamos, novamente, defendendo a Amazônia. Então, ele falou, era advogado, mas era uma pessoa muito fluente, e o Getúlio ouviu ele, ouviu, e coisa e tal, e disse: "Dr. Eugênio Soares, o senhor é um homem brilhante, é um advogado formidável, não perca o seu tempo na Amazônia. Saia de lá, venha para cá, porque nós não vamos mexer na Amazônia". A mesma coisa está acontecendo nos dias de hoje, em proporções. A Amazônia, volto a dizer ao senhor, a sensação que nós temos, aqui do lado da sociedade, o que é? Terra de saque, de curiosidade e de experiências. Na realidade, os valores que nós temos, aqui, o Deputado Nilson, lá, que é um homem que tem um valor extraordinário, foi reitor da universidade, que tem um cabedal

de conhecimento extraordinário, que conhece muita coisa, está aí, é um homem... Mas falta, realmente, a gente estabelecer, materializar isso. Agora, o que a gente precisa é participar. O que nós não podemos mais admitir, o que nós não queremos admitir, o que nós não mais aceitamos é que se imponha na nossa garganta, que se meta na nossa garganta modelos de desenvolvimento ou qualquer outra coisa para o amazônida, sem que a sociedade amazônica participe, sem que a bancada amazônica avalize isso. Então, veja, eu não sei, é um complicador muito sério. Agora, o que eu quero lhe dizer é o seguinte: incentivos fiscais e o modelo que tem lá, ele funcionou como vaso comunicante, não deixou nada na Amazônia de positivo, não desenvolveu, porque nós não temos, infelizmente, indicadores confiáveis para dizer o que aconteceu de 1964 para cá. Mas se o senhor olhar para a realidade amazônica, não precisa de indicador: nós estamos mais pobres, nós estamos mais doentes, nós temos a menor renda e nós temos muito mais problemas do que nós tínhamos. Então, não houve desenvolvimento; houve concentração de renda, houve transferência de renda, mas não houve desenvolvimento concreto.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - A última pergunta, Sr. Presidente. O senhor, no final da exposição, fez uma denúncia contundente e eu queria que a Comissão tomasse isso na maior seriedade. O senhor acusou de fraude, se não me falha a memória, a Cooperativa dos Seringueiros de Santarém, através do Sr. Rueda.

O SR. ARMANDO TEIXEIRA SOARES - Não, deixa eu colocar bem.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Deixa eu colocar, então, o que eu entendi e aí o senhor me responde. O senhor disse, fazendo uma comparação, que a produção seria que existe no Estado do Pará pode ser inclusive rastreada através dos documentos.

O SR. ARMANDO TEIXEIRA SOARES - Sim.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Notas fiscais, passando na Secretaria da Fazenda. E fazia isso no contraponto exatamente ao fato de que essa organização dirigida pelo Sr. Rueda teria notas fiscais, pelo que eu entendi, ditas fraudulentas que cobririam produção inexistente; e que isso demonstraria que, além da falácia que existe na proposta de desenvolvimento do setor, também existe fraude; e que isso, sem dúvida alguma, colocado numa Comissão Parlamentar de Inquérito, deve ser levado às últimas consequências. Não podemos ignorar agora, depois que o senhor colocou, que isso existe. Queria saber se o senhor confirma isso, se essa impressão é verdadeira.

O SR. ARMANDO TEIXEIRA SOARES - Eu quero deixar bem claro exatamente por causa disso, porque não quero ser confundido. Quero deixar bem claro. Eu sei da minha responsabilidade e sei o que representa uma Comissão Parlamentar de Inquérito desta natureza. Eu quero lhe dizer o seguinte: eu não conheço as fontes de recursos. Não conheço, porque tentei na Comunidade Solidária, na Amazônia Solidária, junto ao CNPT, do Rueda,

junto ao Presidente do IBAMA, junto a todo o mundo, tentei descobrir como é que esses recursos chegam às mãos dessa Cooperativa. O que eu tive a conhecer e não posso confirmar, porque não tenho documento para apresentar aos senhores, é que eles têm apoio do IBAMA para construir e modernizar as usinas que tinham lá ou montar novas usinas. Se esse recurso vai a fundo perdido, se vai a juros simbólicos, eu também não sei informar à Comissão. Outra coisa: nós sabemos, e é óbvio, que eles não têm recursos próprios. Então, ou o recurso sai do IBAMA, ou o recurso sai da Comunidade Solidária, ou o recurso vem do exterior, ou a fundo perdido, ou a juros, determinados juros, que eu também quero dizer a esta Comissão que não sei. Procurei investigar. Não sei. O fato é o seguinte: essa usina está enquadrada ao Programa de Amazônia Solidária, de acordo com o despacho que deu o Presidente da República a uma Exposição de Motivos feita, assinada por vários Ministros, que eu tenho um **Diário Oficial** inclusive aí. Então, ela está enquadrada e diz mais: que essa usina lá ... Eu posso pegar o documento para ser mais preciso?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Pois, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Eu gostaria só de que fosse breve, porque começou a Ordem do Dia. Nós temos que ser breves. Temos que parar. É regimental.

O SR. ARMANDO TEIXEIRA SOARES - Temos que ter responsabilidade no que a gente fala e no que a gente coloca. Vejam um relatório que eu quero passar às mãos sobre esse assunto ao Sr. Presidente. Tenho o **Diário Oficial**, que diz o seguinte: "Exposição de Motivos nº 4, de 15 de outubro de 1997, em conjunto com os Ministérios da Marinha; do Exército; da Fazenda; da Agricultura e do Abastecimento; da Aeronáutica; da Saúde; do Planejamento e Orçamento; do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal; e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Aprovo, em 15 de outubro de 1997, Fernando Henrique Cardoso". Muito bem, e o que é isso? "Submetemos a levar à consideração de V.Exa. proposta de criação do Programa Amazônia Solidária, com vistas a promover a ascensão econômica e social dos seringueiros da Amazônia por meio de mecanismos específicos de incentivo ao uso múltiplo da floresta amazônica e de programa de promoção social em consonância com o que dispõe o art. 7º" — ainda agora eu o expus e aí mostrei — "da Lei nº 9.479, de 12 de agosto de 1997". Mais adiante, eles dizem — eu não vou ler tudo, porque é longo: "Nesse sentido, a fim de conseguir resposta imediata para o programa, com maiores possibilidades de multiplicação dos efeitos das medidas preconizadas, efetuou-se o levantamento das comunidades com maior número de famílias com razoável volume de produção de borracha, com disponibilidade de unidades de beneficiamento/usinas e situadas em áreas de reservas extrativistas, a partir do que foram selecionadas as seguintes comunidades para atendimento priorizado". Não vou ler todas. Vou ler exclusivamente: "Pará, área de influência da usina de beneficiamento de borracha de Santarém". Mais adiante ele se

refere todo a que esse programa só pode ser dirigido e aplicado, e essas regalias, à borracha nativa e ao seringal nativo. Portanto, em direção ao seringueiro. O que estou trazendo para os senhores, não estou dizendo, estou achando que é um desvio do Programa. Se eles podem fazer isso — é o que eu coloco; e aí trago a prova incontestável disso —, porque eles vão ao Maranhão; essa usina vai ao Maranhão, em Açailândia; paga 1 real e 10 centavos a borracha, quando o mercado paga 65 centavos; traz em nome do atravessador — está o documento aí; esse atravessador leva para a usina de Santarém a borracha a 30 centavos o quilo, na nota. E tenho inclusive o relatório da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará. E trago também a conta da pessoa que recebeu o dinheiro.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Esse documento está aí?

O SR. ARMANDO TEIXEIRA SOARES - Eu vou entregar o documento à Comissão. Então, a conclusão — veja bem — se há ou não há não é minha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Havendo **quorum** para deliberação, passaremos à votação das proposições.

Eu gostaria de chamar o Primeiro Vice-Presidente da Comissão para encaminhar votação, haja vista que há um requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - O primeiro requerimento é do Deputado Badu Picanço, solicitando, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam convidados os senhores José Juarez Leitão dos Santos, Presidente do Conselho Nacional de Seringueiros — CNS; Rafael Pinzón Rueda, Chefe do Centro Nacional das Populações Tradicionais — CNPT; Mônica Avelar P. Neto, Coordenadora da Equipe de Operações com Papéis de Mercado Físico e Programas de Escoamento — EOPES; Miguel Augusto G. Serra, Diretor Administrativo da Cooperativa de Borracha de Santarém; Edmundo Cidade, Diretor de Unidade do Centro Tecnológico de Polímeros; e Carlos Antônio da Rocha Vicente, Secretário-Executivo de Florestas e Extrativismo do Estado do Acre; para, em reunião de audiência pública, prestarem esclarecimentos sobre o tema objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Em discussão. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO NILSON PINTO - Eu acredito que, no caso do Sr. Rafael Pinzón Rueda, trata-se de uma reconvocação, já que ele esteve aqui na sessão anterior. Chama-se Rafael Pinzón Rueda, não é isso? É o chefe do CNPT. Nada a opor, até porque, diante das observações feitas no belo depoimento do Dr. Armando Teixeira Soares, eu creio que nós temos elementos importantes a argüir ao Sr. Rafael Rueda.

O SR. DEPUTADO BADU PICANÇO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Com a palavra o autor.

O SR. DEPUTADO BADU PICANÇO - Quero dizer que ele veio como técnico do IBAMA aqui, representando a Presidenta do IBAMA. Agora, o convite já é na pessoa dele.

O SR. DEPUTADO NILSON PINTO - E tem a minha aprovação de antemão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Continua em discussão. (Pausa.) Não tendo mais quem queira discutir o requerimento, submeto à votação. Aqueles que concordarem com o texto do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Retorno a Presidência ao Deputado Badu Picanço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Requerimento do Deputado Nilton Capixaba, solicitando que sejam convidados os senhores pesquisadores da EMBRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Prof. Eurico Pinheiro, vinculado à EMBRAP/CPATU, sediada em Belém, Pará; e o Dr. Vicente Moraes, vinculado à EMBRAPA/CPAA, sediada em Manaus, Amazonas. Com a palavra o autor para encaminhar. (Pausa.) Em votação o requerimento. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. O convite aos dois pesquisadores será comunicado ao Diretor-Presidente da EMBRAPA, Dr. Alberto Duque Portugal, conforme solicitação do autor do requerimento. Quero aproveitar para agradecer ao Sr. Armando Teixeira Soares a contribuição que trouxe a esta Comissão e que fica aberto; peço a S.Sa. que, todo esse material que nos mostrou, se puder nos fornecer eu agradeço em nome de todos. Passo a palavra a S.Sa. para as considerações finais, solicitando que o senhor seja breve, pois devido à Ordem do Dia temos que comparecer ao plenário.

O SR. ARMANDO TEIXEIRA SOARES - Eu agradeço esta oportunidade que tive. Acho que este foi um momento único que nós tivemos, o setor produtivo de borracha brasileiro, o amazônida, particularmente, para, pela primeira vez, oficialmente, estar presente num evento importantíssimo, que é a identificação das causas do processo do esmagamento, da estagnação, da crise histórica que tem o setor da borracha. Incrível, mas essa coisa não pode continuar. Não se pode ter, vou repetir aos senhores, o banco genético exclusivo de **hevea brasiliensis**, a maior riqueza que nós temos para gerar riquezas e gerar desenvolvimento; não se pode ter a dimensão que tem este Brasil, não se pode ter a dinâmica que se tem em termos de plantadores, de produtores de borracha, e você hoje está ainda dependendo de mais de 80% de importação de borracha e sofrendo uma crise de morte, como estamos sofrendo agora. Quero deixar bem claro aqui que eu espero, mas espero sinceramente, nós todos, inclusive em nome de todos os produtores, de todos os beneficiadores de borracha, que realmente esta Comissão possa encontrar a luz, identificar esse problema e levar esse problema para um fórum para que haja realmente o conhecimento da verdade, da realidade e se encaminhem soluções. Eu sei que (falha na gravação) para esse problema, para essa questão de produção de borracha, de desenvolvimento da Amazônia ou de programas setoriais, mas pode ser que daqui nasça, germine a semente que a gente precisa para reverter esse quadro,

que, lamentavelmente, finalmente só há uma condição de reverter: é com vontade política. Não tem outra condição de fazer. Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Muito obrigado. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando os ilustres Membros para a reunião ordinária a realizar-se na próxima terça-feira, dia 17. A Secretaria divulgará a pauta e o local da reunião. Está encerrada a reunião.

REUNIÃO DE 01/09/99

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO BADU PICANÇO) - declaro aberta a sexta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a crise do setor produtivo da borracha natural e o reflexo na política governamental do setor. Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da reunião anterior. Estando as cópias já distribuídas, indago se fica dispensada a leitura da mesma.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Sr. Presidente, eu creio que em razão de nós já estarmos em posse do conteúdo da ata, acho que, pediria ao senhor para colocar em votação, creio que não há necessidade de fazer essa leitura.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO BADU PICANÇO) - A Presidência acata o pedido da Deputada. Não havendo quem queira discutir, vamos passar à votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. (Pausa.) Ordem do Dia: audiência pública com a presença da Dra. Marília Marreco Cerqueira, Presidenta do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA. Convido a Sra. Presidenta para tomar assento à mesa. Quero aproveitar a oportunidade de conceder também à Presidenta, se ela gostaria de trazer algum técnico do IBAMA, que poderá acompanhá-la. (Pausa prolongada.) Concedo a palavra à Sra. Marília, que disporá de até 20 minutos para seu depoimento.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - (Início fora do microfone. Inaudível.) ...pedir desculpas pelo meu não-comparecimento aqui na outra sessão. Infelizmente, nós estávamos com alguns problemas lá no IBAMA, continuamos ainda, todos devem estar acompanhando essa nossa fase quente. E vou tentar, mais ou menos, dar um breve relato de como é que tá a situação relativa ao extrativismo no IBAMA. Eu assumi a Instituição

no final do mês de abril, então sou relativamente recente na Presidência. Não no Instituto, que eu sou funcionária de carreira do Instituto. Infelizmente, essa área relacionada à política da borracha e ao extrativismo não é a minha especialidade. Estou me especializando agora. E acho bastante oportuna a CPI para que a gente possa realmente discutir essas questões. É um assunto que é relevante e prioritário pro IBAMA, inclusive, que a gente possa sair da CPI com proposta que realmente possam contribuir e viabilizar a questão do extrativismo, principalmente na Amazônia, que é uma grande preocupação nossa por parte do IBAMA. Eu anotei aqui alguns pontos que eu gostaria de abordar nessa... antes dessa fase de perguntas mais em relação mais à questão da atuação do IBAMA em relação à questão do extrativismo. Com a legislação, que na verdade reformulou a questão da política da borracha, extinguiu a TORMB e tudo mais, as competências do IBAMA relacionadas ao tema ficaram dedicadas exclusivamente à questão do extrativismo. Então é nessa ótica, do extrativismo, que nós temos conduzido os nossos trabalhos e que os trabalhos vem sendo conduzidos desde de agosto de 1997, quando a lei foi sancionada. Em relação à questão do extrativismo, a área de atuação nossa, essa área de seringueira nativa, nós temos feito uma série de propostas em relação à atuação do IBAMA nesse tema específico. Uma coisa que tem nos preocupado foi justamente, com a lei em 1997, a responsabilidade pela questão do extrativismo estar no IBAMA, mas a lei do ponto-de-vista prático não disponibilizou os meios necessários para que o IBAMA possa cumprir a sua missão. A lei é relativamente genérica, quando ela determina que o Poder Executivo deverá ou o Poder Executivo se encarregará de, mas não especifica por meios do que ou como isso irá se viabilizar, então, na verdade, ela coloca responsabilidade, mas ela não disponibiliza os meios para isso. O IBAMA está passando atualmente por um processo de reestruturação, nós já tivemos o nosso, final de abril, a nossa estrutura regimental e nos próximos quinze dias devemos ter já o nosso regimento interno publicado no **Diário Oficial**. A reformulação do IBAMA, ela contempla essa questão do extrativismo por meio da viabilização dos centros especializados. Nessa nova estrutura nossa, o IBAMA vai dispor de uma Rede de Atendimento Local — RAL, que está prevista na estrutura regimental, e essa rede dispõe de basicamente três tipos de estruturas: as unidades técnicas multifuncionais, que vão concentrar as atividades do IBAMA. Em vez do IBAMA, por exemplo, ter um posto, o POCOF, que é o Posto de Controle e Fiscalização, mais dedicado a questões de autorizações, fiscalização, ter um Posto de Fomento, que é o POFOM, ele vai na verdade ter agora uma unidade técnica multifuncional que vai agregar essas várias funções e atividades do IBAMA. E a idéia é que com isso a gente possa descentralizar os serviços do IBAMA, que hoje se localizam nas capitais dos Estados, para as pontas do IBAMA. Então o IBAMA, ele em vez de dispor de representações em cada Estado, ele vai dispor na verdade, em cada um dos Estados, de uma série de, vamos chamar assim, de escritórios, como uma determinada área de

jurisdição que vai responder pelas atividades do IBAMA naquela região. Então, na verdade, em vez de ter uma determinada representação no Estado e outra em uma unidade hierarquizada ele vai dispor de uma série de unidades com o mesmo nível, como dizer assim, de competência dentro de um mesmo Estado. A idéia disso é de ter uma ação mais dedicada a ponta e mais perto da demanda pro IBAMA. Não é necessário, por exemplo, hoje em dia você ter que ir até a capital — nós estávamos aqui conversando com o Deputado o caso lá do Amazonas de a pessoa se deslocar até Manaus, por exemplo, para obter uma determinada orientação ou uma determinada, um determinado instrumento, vamos dizer assim, uma concessão. Hoje em dia, a idéia, com a estrutura nova, é que isso possa ser obtido nessa série de unidades, vamos dizer assim, que vão se localizar em uma série de Municípios dos Estados. A outra idéia também que está nortando essa reestruturação do IBAMA é no sentido de desconcentrar as atividades do IBAMA sede para os Estados e dos Estados para as pontas que ficariam nessas unidades técnicas multifuncionais. Em paralelo, a idéia é de o IBAMA também ele começar a perder, vamos dizer assim, estrutura naqueles Estados em que ele não é tão necessário, ou seja, de acordo com a própria Constituição em que há competências comuns entre Estado e União, naqueles Estados que já dispõem de uma estrutura suficientemente forte para as questões de meio ambiente, com uma secretaria de meio ambiente, um conselho estadual de meio ambiente, a idéia então é que o IBAMA possa, paulatinamente, se retirar desse Estado ou manter uma estrutura que, vamos dizer assim, trabalhe integrada com o Estado e que ele possa se concentrar naquelas outras regiões do Brasil em que haja uma maior demanda. Então, com isso nós estaríamos na verdade subindo a estrutura do IBAMA do Sul e Sudeste para se concentrar no Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Isso também vai implicar o remanejamento de funcionários. A idéia é que os funcionários sejam deslocados das capitais para as pontas e que saiam da concentração Sul, Sudeste e se dirijam para as outras regiões do País. Isso vai implicar também uma necessidade futura de haver um concurso para o IBAMA, o concurso seria um concurso especializado, regionalizado, no sentido de possibilitar um atendimento e uma estrutura suficiente em cada uma dessas unidades multifuncionais do IBAMA. Dentro dessa categoria de unidades descentralizadas do IBAMA, além das unidades técnicas multifuncionais, nós temos as unidades de conservação, tanto as de uso direto, quanto as de uso indireto e temos também os centros especializados. E é nessa categoria de centros especializados que se insere o Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais, o CNPT. Então, a idéia é que esses centros especializados disponham de autonomia administrativa e financeira, passem a ser unidades gestoras, e que eles possam ser fortalecidos naquele objeto de atuação deles e ter uma atuação também mais voltada à ponta. Então, hoje em dia, por exemplo, o CNPT, ele dispõe na região da Amazônia de treze escritórios distribuídos nos nove Estados da região. Alguns não têm, né, Rafael? E a

idéia então é que essa estrutura no futuro, cada unidade técnica multifuncional, onde houver naquela área de jurisdição, atividade de extrativismo, possa no futuro contar com uma unidade do CNPT naquela estrutura, naquele escritório, vamos dizer assim, regional. Então, com isso, possibilitaria um atendimento mais perto, vamos dizer assim, da população, que realmente tem demandas pelos serviços do IBAMA. Nessa reestruturação do IBAMA a idéia toda que tem norteado esse trabalho é no sentido de reduzir a estrutura atual. O IBAMA hoje em dia conta com mais ou menos 345 unidades descentralizadas. A idéia é que isso chegue em um total máximo de 130 unidades, distribuídas preferencialmente onde haja uma maior demanda em termos de serviços ambientais, e que ao mesmo tempo em que haja uma redução do ponto de vista de custo administrativo, que haja também uma maior eficiência. Então, está prevista toda uma capacitação de técnicos, o próprio concurso em termos de renovação de quadros e que haja também uma articulação, vamos dizer assim, para trabalhos integrados junto às estruturas de meio ambiente existentes ou a nível dos Governos Estaduais ou a nível dos Governos Municipais. Eu acho que basicamente em termos da estruturação do IBAMA é isso. Hoje em dia nós contamos lá, a nível da estrutura do CNPT, com um conselho consultivo. Esse conselho consultivo tem uma composição bastante diversificada e paritária em termos de Governo, sociedade civil, a própria Câmara tem um representante no conselho, e uma das idéias nossa é no sentido de dinamizar o trabalho desse conselho, inclusive de que nós possamos ter realmente uma política do IBAMA para essa questão do extrativismo. Verificar os instrumentos existentes hoje disponíveis que pudessem apoiar uma ação mais eficiente, mais eficaz nessa área de extrativismo, o PRODEX mesmo é uma coisa que pode ser pensada par isso e agora inclusive o PRONAF também e a idéia nossa é justamente contar com o conselho consultivo no sentido de formulação e de ter essa política, vamos dizer assim, própria do IBAMA para essa questão do extrativismo. Em relação à questão do que está sendo feito hoje atualmente, o IBAMA dispõe de um recurso esse ano bastante limitado em termos das atividades específicas relacionadas ao extrativismo, nós estamos no orçamento para esse ano 1 milhão e 500 mil, grande parte desses recursos já foram utilizados, não é isso? Se houver necessidade depois nós podemos mandar uma informação mais pormenorizada sobre isso. Nós temos também recursos provenientes do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, o PPG-7, esse ano os recursos foram mais diminutos, 900 mil, porque justamente está em uma fase de renegociação do Projeto RESEX, segunda fase. Foi um projeto, vamos dizer assim, um dos pioneiros do PPG-7, um dos primeiros a serem aprovados, inclusive já ultrapassou a primeira fase, já passou para a segunda fase e nessa renegociação é para um projeto de quatro anos, sendo previsto para esses quatro anos um montante de 9 milhões de dólares a serem utilizados no Projeto RESEX, fase dois. Isso é uma série de informações que depois nós podemos disponibilizar aqui para os Srs., inclusive qualquer informação também

que seja por ventura colocada aqui, durante a sessão, eu me comprometo, se não tiver as respostas aqui, a encaminhar posteriormente para que possa colaborar, vamos dizer assim, e fundamentar o relatório aqui da Comissão. Acho que é basicamente isso. Mais alguma coisa?

S SRA. ELCIONE BARBALHO - Sr. Presidente, eu estou participando de uma reunião da Comissão da Amazônia e a questão orçamentária, estão me chamando rapidinho. Embora eu tenha sido a autora da convocação, pediria licença rapidinho, só para eu ir lá, dar uma satisfação e retorno, tá bom?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Positivo. Vamos iniciar os debates. Com a palavra o Relator, Deputado Silas Câmara. O prazo de V.Exa. é de três minutos, mesmo prazo de que disporá a Sra. Presidenta para a resposta, facultada a réplica e a tréplica.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Obrigado, Sr. Presidente, Dra. Marília, nobres Deputados, Srs. da imprensa e assessores, gostaria de, inicialmente, Sr. Presidente, perguntar a Dra. Marília, já que ela externou que ela é funcionária de carreira do IBAMA, gostaria de saber qual era o departamento que a senhora antes de... é pertinente, é só pra mim poder dar um rumo para as minhas indagações. Qual era o departamento que a Sr. exercia, qual a função que a senhora exercia. Qual a função que a senhora exercia no IBAMA antes de assumir a Presidência? Se pudesse relatar um pouco... até porque eu não vou perder tempo em fazer perguntas que a senhora provavelmente não vai saber responder para mim. Então, eu gostaria de ter mais ou menos essa resposta. E, ao responder essa pergunta também, eu gostaria de dizer à senhora o seguinte: a CPI ela foi criada, pra nós podemos então levantar sobre as causas da crise do setor produtivo da borracha. Ao mesmo tempo que a senhora puder me responder essa pergunta, eu gostaria de que a senhora também pudesse... Sr. Presidente, eu queria pedir de V.Exa. o entendimento no seguinte aspecto: como ela não utilizou todo o tempo, os 25 minutos que foram dados a ela, regimentais, eu gostaria de que ela também pudesse dizer para todos nós o que ela conhece, como uma pessoa que está procurando se aprofundar na matéria, sobre a crise do setor da borracha, já que, sendo funcionária de carreira do IBAMA e sendo hoje Presidenta deste órgão, pode, com certeza, estar atrás também, deve ter pesquisado alguma coisa a respeito deste assunto para também poder guiar as soluções, as prováveis soluções que o IBAMA queira dar ao setor. Então são essas duas perguntas **a priori** de que eu gostaria de que... Eu acho que os colegas estão entendendo o que eu estou querendo saber na realidade. Estou querendo saber até onde nós vamos poder caminhar com as informações sobre a crise do setor e sobre se, dentro do IBAMA — não sei quanto tempo a senhora está lá, mas poderá também dizer —, se durante esse período, a senhora teve também algum tipo de acompanhamento que pudesse detectar irregularidades que proporcionaram essa crise.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Bom, o IBAMA, como todos sabem, é decorrente da fusão de quatro órgãos. Eu pertencia à antiga Secretaria Especial de Meio Ambiente — SEMA. O IBAMA foi criado em fevereiro de 89. Na época, eu trabalhei de fevereiro de 89 até setembro de 89, no Departamento de Qualidade Ambiental — DEAMB, da Diretoria de Controle e Fiscalização — DIRCOF. Posteriormente, de setembro de 89 a fevereiro de 1990, eu atuei como Chefe de Gabinete da Presidência do IBAMA. Depois, de fevereiro de 1990 até, mais ou menos, fevereiro de 91, eu voltei à chefia do Departamento de Qualidade Ambiental, da Diretoria de Controle e Fiscalização e, em fevereiro de 91, eu assumi a Diretoria de Controle e Fiscalização até outubro de 91. Depois eu não ocupei cargo nenhum até julho de 92. A partir de julho de 92, eu passei a ocupar uma assessoria na Presidência da instituição até, mais ou menos maio, de 94. Em maio de 94, eu fui requisitada pelo Ministério do Meio Ambiente e fiquei lá de maio de 94 até abril de 99. Ou seja, fiquei cinco anos no Ministério de Meio Ambiente, na Secretaria de Meio Ambiente, no Departamento de Gestão Ambiental. Isto estaria mais ou menos em relação ao circuito?

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Justamente, a minha pergunta se dava por um aspecto: se sabe, todos nós sabemos que todas as direções da discussão sobre a crise do setor da borracha indicam para que, no ano de 92, foi, vamos dizer assim, o golpe fatal que foi dado pelo Governo Federal em cima do setor da borracha. Quando, por conta de algumas situações, os juros ficaram superelevados, e houve um congelamento também no setor da borracha, que, por conta disso, os grandes regatões, as pessoas que viabilizavam o funcionamento do setor da borracha na ponta, já que — como nós há pouco estávamos conversando — o Governo, nesse ponto, não tem nenhuma estrutura que dá suporte, e essas pessoas compravam a borracha pelo preço "x" e a deixavam em depósito enquanto aguardavam reajuste no setor. Com a diferença desse reajuste, parte era lucro, e parte repassava-se também para os produtores. E se estocou demais, houve a crise toda dos juros altos, faltou recurso, não houve aumento, o Governo Sarney na época congelou tudo e, daí para a frente foi o caos. Tendo em vista que, nessa época, conforme V.Sa. disse, estava na Secretaria da Presidência do IBAMA, eu queria saber da senhora o que a senhora imagina, ou que conhecimento a senhora tem sobre a crise desse setor? Essa era a segunda pergunta. A parte do IBAMA foi satisfeita. O que a senhora imagina que realmente proporcionou essa crise? A senhora tem conhecimento sobre algum tipo de política do Governo que não deu certo, já que o IBAMA era o gestor, inclusive gerenciava os recursos? E, por estar ligada à Presidência, com certeza, a senhora deveria, deve, ter em mente algum tipo de conceito formado sobre a crise no setor da borracha. Nós ouvimos com atenção o que vocês pretendem fazer em detrimento da atividade e até o que pensam a respeito, mas eu queria especificamente sobre a crise, o que a senhora pensa sobre isso — o que ocasionou? Como foi? Como não foi?

Como alguém que está no órgão, vejo que a senhora está muito identificada, apesar de ter vindo da SEMA. Mas na época do IBAMA, a senhora estava justamente no lugar que gerenciava a crise, gerenciava o setor que era a Presidência. Eu queria saber se a senhora tem alguma posição sobre isso.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Nessa época... nessa época de 91 eu não estava na Presidência, eu estava na Diretoria de Controle e Fiscalização. Eu para Presidência já em julho de 1992. Trabalhava na Assessoria da Presidência, e, na Assessoria da Presidência, eu era responsável pela Secretaria Técnica do PPG-7. Então, a minha relação, vamos dizer assim, com a questão da borracha em si era mais voltada aos trabalhos do CNPT, que tinham sido recém-criados, no sentido de formulação justamente do Projeto RESEX, de reservas extrativistas, para obtenção de recursos. Então, eu não participava, vamos dizer assim, das decisões da Presidência relacionadas a outros aspectos que não especificamente à questão do Programa Piloto. Mas, enquanto funcionária da instituição, inclusive como Presidente atual e até mesmo em função da convocação, é lógico que eu não me eximi, vamos dizer assim, de estudar o assunto, de verificar a documentação e o que existe, vamos dizer assim, disponível na instituição sobre a questão relativa à crise da borracha. Eu acho que tudo que se denomina "crise da borracha", na verdade, em termos de prejuízo, causou um prejuízo imenso, não só para própria instituição, para o IBAMA, mas para o setor, vamos dizer assim, principalmente para o setor extrativista como um todo. Porque toda, vamos dizer assim, possibilidade de recursos para que o setor pudesse se auto-sustentar e ao mesmo se desenvolver, foi... a crise do setor em si, desfavoreceu a atividade e chegamos, vamos dizer assim, na situação em que se encontra hoje, que é uma atividade que não tem, vamos dizer assim, não é bem uma assistência, porque eu já falei que eu não gosto desse termo assistencialista. Isso é uma coisa episódica, que, quando acaba o assistencialismo, na verdade, a atividade fica desassistida. Mas, a crise como um todo, eu acho que não era uma crise específica do setor de borracha ou de um outro órgão. Eu acho que no período dos anos... no período 90 a 91, em que houve uma reformulação de política de governo, principalmente na área econômica, foi uma diretriz dada a todos os órgãos de Governo no sentido de contenção de gastos, proibição de aumento de preços, de alterações de alíquotas etc e tal. Quer dizer, não foi uma coisa exclusiva ao IBAMA, responsável na época pela política da borracha, ou diretamente relacionada ao setor de borracha em si. Mas foi uma orientação de Governo, e a própria legislação na época determinava isso, no sentido de contenção ou de que houvesse, vamos dizer assim, uma determinada consulta ou anuência prévia por parte do então Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento em relação a qualquer, vamos dizer assim, a qualquer alteração que houvesse em termos de políticas específicas relacionadas às questões de preço, e aí no caso do IBAMA, seria particularmente a questão da borracha. Não só nessa

questão da crise em si do setor da borracha, mas em qualquer outra área de Governo, qualquer coisa que fosse proposta passava por uma negociação que envolvia outros órgãos de Governo, não só no caso o próprio IBAMA, mas a antiga SEMAM, a Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República, que na época, vamos dizer assim, foi criada no início do Governo Collor, início dos anos 90, que era, vamos dizer assim, responsável pela questão da política ambiental maior. E o IBAMA realmente era um órgão de execução dessa política. Nessa época, inclusive, foi constituída uma Comissão, não foi isso? A Comissão inclusive fez um relatório sobre a questão específica da borracha e esse relatório, inclusive, foi assinado por todos os membros que participaram da elaboração desse relatório. É um relatório, inclusive, vamos dizer assim, de uma Comissão Interministerial. E a partir das conclusões desse relatório é que foram adotadas internamente pelo IBAMA as medidas relacionadas ao ano de 1991. Posteriormente a isso, parece-me durante o ano de 91, 92, o que se deu foi seguimento a essa política. Se continuou em todo o País, vamos dizer assim, com uma política de contenção de gastos, vamos dizer assim, de negociação interna a nível do próprio Governo em relação a qualquer reformulação de legislação, principalmente aquela que interferisse na política econômica de Governo. Quer dizer, não era uma coisa específica relacionada ao IBAMA ou específica relacionada ao setor da borracha em si. E chegamos, então, no ano de 94. Parece-me que em 94 tivemos uma outra Comissão Interministerial também para tratar do assunto. Essa Comissão chegou a elaborar um relatório e no final todas essas conclusões de comissões interministerial resultaram na lei de 1997, que resultou na extinção da TORMB e na, vamos dizer assim, na reestruturação da política da borracha, competindo, agora, ao Ministério da Agricultura toda a questão relativa à cultura em si da borracha, à política da borracha, fomento e tudo mais, e ao IBAMA especificamente aquilo que é relativo ao extrativismo e a borracha nativa. Então, é isso que nós viemos... que, vamos dizer assim, vamos tentar executar daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) - Com a palavra o Deputado Sérgio Barros. (Pausa.) Deputado Silas, tem alguma coisa acrescentar?

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, eu gostaria de terminar de esclarecer o meu ponto de vista para facilitar inclusive o raciocínio dos colegas, porque eu apenas concluí, vamos dizer assim, o histórico administrativo da nova Presidenta do IBAMA, em relação ao processo, agora é que eu entraria de fato na problemática, vamos dizer assim, mais diretamente da borracha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Concedo os três minutos.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Pois não. A senhora atribuiria, então, da forma como a senhora disse, que devido à falta de política, inclusive dizendo até nomes de Ministérios, como Planejamento, e etc. etc, na época que foi elaborado o congelamento dos

preços, na época que foi extinta a TORMB, não houve questionamento do IBAMA com os Ministérios, já que havia uma equipe cuidando especificamente do assunto, questionando o impacto social que isso ia gerar nas regiões de atividades extrativistas, provocando um caos social profundamente prejudicial ao crescimento das pequenas e grandes cidades da região que operavam com este sistema, na época que houve... eu vou fazer inclusive, Sr. Presidente, várias perguntas para facilitar, então, o andamento. Esta é uma pergunta: O que o IBAMA questionou? O que aconteceu que nós não estamos sabendo, por exemplo, nestas reuniões, só para a gente ter uma idéia, sobre o questionamento do lado de quem estava operando no setor da borracha e do lado de quem queria estabelecer um plano econômico que era totalmente incompatível com este setor? Até porque eu quero crer que os números estatísticos da quantidade de famílias que atuam no setor é profundamente desconhecido, Sra. Presidenta. Até hoje, pelo setor, acho que não existe estatística correta. Só sabe o tamanho de prejuízo disso quem é Prefeito, na cidade, como por exemplo, Perunepé, Xapuri, Feijó, certo? Que tinha na sua cidade "x" população e hoje tem dez "x" e recebe do Governo Federal, vive por conta do FPM; uma coisa irrisória. Então, a primeira pergunta era essa. A segunda pergunta é a seguinte. É difícil ou é impossível nós analisarmos a crise do setor da borracha sem associarmos isso diretamente a TORMB? Na sua concepção, qual a relação que tem com tudo isso? Porque há indícios tremendos e grandes, e a senhora deve ter conhecimento, até pelo relatório do Tribunal de Contas da União, que a senhora deve ter conhecimento de um relatório que existe, onde se apontam inúmeras irregularidades na administração desses recursos. E aí eu quero fazer um paradoxo entre o que não existe hoje e o que existiu no passado, porque recursos havia, não é verdade? Havia, tanto que a SUDHEVEA, quando deixou o sistema produtivo extrativista da borracha para que se formasse o grande IBAMA, esse setor, de certa forma — e esses acontecimentos os colegas têm acompanhado... Nós temos, na nossa mente, Sr. Presidente, que o setor funcionava. Até a extinção da SUDHEVEA, funcionava. E se extinguiu a SUDHEVEA em nome do melhor, em nome do que poderia acontecer de mais moderno, uma estrutura melhor, e, na realidade, não foi o que aconteceu. Então, que relação tem a TORMB com a crise da borracha, no seu ponto de vista? E a terceira pergunta — e eu faria mais... eu viria mais pro ano de 1996/97, mais recente: o incentivo que o Governo dá à produção da borracha, de 0,90, para a pessoa, para, no caso, o usineiro, que não tem nenhum reflexo na ponta, na pessoa do extrativismo, que faz a atividade mesmo, esses recursos, eu não sei precisar, mas gostaria que V.Sa. pudesse precisar pra gente o volume de recurso que foi investido, pelo menos nesses últimos três anos, nesse setor. Ele não tem nenhum tipo de reflexo na ponta. E eu gostaria de saber quem são as pessoas que fiscalizam esses recursos, porque nós temos várias denúncias de que isso também é uma das causas. Porque nós não estamos investigando aqui, Sr. Presidente, a crise de dez anos atrás, não. Nós

estamos investigando aqui a crise de ontem, a de hoje, a que vai ser amanhã, com certeza. E todos os indícios apontam para que... em que esses recursos estão sendo investidos em cima de quem não produz, de uma forma profundamente errada. E eu queria saber que tipo de fiscalização o IBAMA exerce sobre esses recursos, qual é a forma que ele faz para saber se esse incentivo está sendo aplicado corretamente ou se existe uma ficção na produção de borracha, porque, de acordo com o volume dos recursos que eu puder saber que foram investidos nesse tipo de subvenção, eu vou saber se houve essa produção ou não. Se houve produção, houve atividade. Se houve atividade, tinha que ter gente trabalhando. E eu vou me ater a essas perguntas. E gostaria, também, de aproveitar e perguntar, também, como o IBAMA explica, como gestor da política econômica da borracha, a queda vertiginosa da arrecadação da TORMB e a queda da produção de borracha amazônica, a maior da história da borracha. Na realidade, sabemos que, quando a SUDHEVEA existia, quem emitia as autorizações para a compra de borracha que geravam esses recursos era a SUDHEVEA. E houve arrecadações fantásticas até então, de onde se tinha o recurso para investir na atividade. E, mesmo antes de se extinguir esta modalidade de fonte de recurso, houve uma queda bastante acentuada nos recursos, sendo que não mudou o estilo de compra, não mudou o estilo de nada, e o dinheiro acabou, antes mesmo... Quando a TORMB foi extinta, já não servia mais para absolutamente nada. Então, eu gostaria de deixar essas perguntas no ar, Sr. Presidente, e, em seguida, então, eu poderia ouvir e quero também que o senhor contemporize, porque eu gostaria muito de, no período em que os colegas fossem perguntando, já que nós somos tão pouco interessados em resolver isso, quero parabenizar V.Exa. pela insistência que tem demonstrado nesta CPI, de que nós pudéssemos inclusive interagir em algumas perguntas para que, junto com o raciocínio dos colegas e vice-versa, a gente pudesse tirar uma conclusão mais ajustada do raciocínio. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Com a palavra a Dra. Marília.

A DRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Bom, Sr. Deputado, pode ter certeza que nós do IBAMA também temos o maior interesse em contribuir aqui com os trabalhos da CPI, inclusive em se conseguir, vamos assim, ao final, propostas que possam realmente viabilizar o setor. Em relação aqui às perguntas, eu vou tentar responder dentro do conhecimento, vamos dizer assim, que eu disponho sobre o assunto. Foi aquilo que eu lhe falei: o que eu não pude agora realmente esclarecer, eu me comprometo a encaminhar as informações que possam aqui subsidiar o trabalho da Comissão. Quanto à questão social, o que eu pude, vamos dizer assim, deduzir pelos relatórios, da leitura que eu fiz dos relatórios, tanto o relatório de 1991 quanto o relatório de 94, é que todos eles contemplam, vamos dizer assim, a questão social. Na verdade, era uma política de Governo, uma inflação alta. Em 90 veio toda aquela questão, inclusive o próprio, é, vamos dizer assim, seqüestro lá nos bancos

de, né, de poupanças, etc e tal. Quer dizer, era uma política de Governo em que, vamos dizer assim, a área de meio ambiente nesse caso específico à questão da borracha estava inserido nesse contexto. E dos relatórios, dessa leitura, o que eu pude deduzir é que sempre houve essa preocupação com a questão social e sempre que se colocava na questão da extinção da TORMB se tentava, vamos dizer assim, colocar nesses relatórios alguma forma de compensação que pudesse suprir, vamos dizer assim, não a questão da taxa em si, mas que pudesse suprir o setor com os recursos que fossem necessários, no sentido de continuar se apoiando e contribuir pro desenvolvimento do setor. Então, nesses relatórios todos figuram aspectos relativos à necessidade de recursos, ao que se poderia fazer e tudo mais, mas, do meu ponto de vista aí — é uma opinião minha particular — de uma forma muito tênue, vamos dizer assim, sem alguma proposta concreta, né? Se levanta a questão mas não se propõe nada de concreto em relação a isso, tá. Quanto à questão de se é possível dissociar a questão da crise com a questão da TORMB, eu não falaria nem especificamente da questão da taxa em si, mas na questão da arrecadação que era propiciada pela taxa. Lógico, uma coisa tem a ver com a outra, porque, em qualquer área, um setor se desenvolve a partir do momento que ele tenha política, tenha diretriz e tenha recursos que possam viabilizar essa política e essa diretriz, né? E, no caso, a arrecadação da TORMB significava justamente essa fonte de recursos. Então, eu acho muito difícil realmente se tentar dissociar uma coisa da outra. Se houve, é... O senhor falou também que na época até a extinção da SUDHEVEA o setor funcionava, né? Eu acredito que durante o ano de 89, em que não houve mudança na política econômica de Governo, continua funcionando. Se o senhor pegar os dados de arrecadação e de produção, de arrecadação da TORMB e de produção do setor de borracha, continuou com os mesmos índices dos anos de 88 e 87. A partir de 90... em 90 também se continuou, a partir de 91 é que justamente se começa o declínio porque foi justamente quando houve a fixação das alíquotas — não é isso? — dos percentuais de 1% e de 5%, em que, na verdade, você se... deixou então na prática de arrecadar a TORMB. Então, eu acredito que até, se pegarmos os dados até início de 91 se manteve a questão da taxa em termos de arrecadação e em termos de produção também. E a partir de 91 realmente houve um declínio. Eu tomei conhecimento do relatório do TCU e tomei conhecimento também do relatório preparado pela Secretaria de Receita Federal, pela SESET, em relação à questão da aplicação dos recursos da TORMB que eram arrecadados pelo IBAMA. Quanto à aplicação dos recursos por parte do IBAMA, eu acredito que em função do que era preconizado pela lei que criou a TORMB, que os recursos eram aplicados consoante com essa legislação em termos da própria manutenção da instituição, que era o caso da SUDHEVEA e do próprio Conselho Nacional, CNB, quanto também pro que foi aplicado em termos dos recursos no setor em si em termos de fortalecimento, de apoio, apoio à própria questão de comercialização e tudo mais. Isso aí inclusive nós temos lá, e eu posso

encaminhar pra cá, toda uma discriminação, vamos dizer assim, em relação à aplicação dos recursos que foram arrecadados. Houve realmente uma queda nesses recursos em termos de arrecadação, como eu já falei antes, a partir do ano de 1991. Em relação à questão, é, de 1996/97, a questão da, do incentivo da subvenção de 0,90...

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Por favor, Sr. Presidente, eu só gostaria... A senhora disse que houve a queda. Que houve a queda tá evidente. Eu queria saber só se a senhora poderia dizer para a Comissão qual foi a causa. Sendo que nós não deixamos de produzir... deixamos de consumir borracha. A borracha continuou sendo consumida na mesma escala ou até maior escala. Então eu queria saber por que que houve a queda.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - A queda ocorreu justamente em decorrência do que foi, do relatório da Comissão que foi criada, interministerial, em 1991 e que, pelos resultados dessa Comissão, deveriam ser fixadas nos percentuais de 1% e de 5%, que foi o que conteve então a Portaria-IBAMA nº 23 e a outra portaria... não me recordo. Só pra finalizar. Então, em função dessas portarias, realmente a arrecadação da TORMB foi reduzida porque o percentual disso aí diminuiu. Se você não tem recursos, vamos dizer assim, sendo arrecadados, para que você possa aplicar no setor, conseqüentemente, a partir de um determinado momento, o setor vai produzir menos porque você investiu menos no setor pra que ele pudesse produzir mais. Quer dizer, isso aí é um ciclo, né?

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - A pergunta é justamente essa: se houve uma queda na percentagem pra que se estabelecesse uma tributação menor, vamos colocar assim, sobre essa situação, e o setor já não andava bem, a senhora não acha que foi um ato irresponsável tirar dinheiro de onde vinha, assim, funcionando um setor já capenga, e ao mesmo instante em que se detectava uma necessidade social daquele setor continuar funcionando, se reduz os recursos que eram arrecadados pela TORMB e ao mesmo tempo em que se congela a borracha em baixa e não em alta? Ou seja, se havia uma política de congelamento — era uma política de Governo, como a senhora colocou —, por que não então aumentar, como muitas coisas aconteceram naquela época, a borracha e congelar em alta pelo menos para que ela sobrevivesse os seis primeiros meses, certo? e nesses seis primeiros meses qualquer política econômica daria esse prazo pra qualquer pessoa... dá-se a outros setores econômicos do País, pra que ele pudesse se adaptar à nova realidade. Então, por que não congelar em alta? Por que tirar recurso de um percentual que vinha sendo arrecadado "x", que dava pra funcionar o setor precariamente, mas funcionava, e diminuir o recurso não em função do que produzia, mas em função do que se arrecadava? A senhora não acha que é contraditório? Eu deixo de estimular o setor porque vou deixar de cobrar do que vem de fora. Não é verdade? E aí eu diminuo os recursos, diminuo os recursos, Sr. Presidente, e aí a ponta é que sofre... Quer dizer, cento e poucas mil famílias se adaptem à falta de recursos, certo? e vão

se adaptar também, embora vocês não tenham nenhuma, nenhum peso, porque aí é que tá o problema maior, porque dizem que essa atividade não tem peso na balança, não tem peso na atividade comercial, não tem peso nenhum, certo? O peso é social. Infelizmente, parece-me que a política, desde essas épocas, já não se pesa tanto pelo que se diz do social, né? Hoje, nós estamos pagando o preço disso, por exemplo, com o IBAMA, através da Amazônia Solidária, dando rancho às vezes, lá na ponta, pra tentar segurar quem não tá, na realidade, produzindo absolutamente nada. O preço que nós 'tamos pagando hoje em detrimento dessa incoerência, no meu modo de pensar — e aí eu quero que a senhora diga a sua posição, porque é a posição institucional e nós precisamos saber, né? A senhora não acha que isso foi um ato um pouco irresponsável? Não, estamos cobrando 10, o setor já tá perrengue mesmo, vamos passar pra 5 e pra 1. Vamos diminuir o dinheiro deles. Vamos congelar, vamos. Vamos congelar. O agente questiona sobre tudo. Há uma política de Governo, mas eu não lembro de ter sido divulgado em nenhum segmento de comunicação do País que o IBAMA disse assim: vai ser congelado, ou vai... nosso questionamento é que isso vai falir o setor. Porque devia ter um alerta nacional sobre isso. não é verdade? Na época, o setor segurava mais de 120 mil famílias, só naquela região da Amazônia Legal, no extrativismo. E nós não... Eu pelo menos não tenho lembrança — quero até... não sei se é porque eu leio pouco, lia pouco na época — de nada na mídia que dissesse um alerta, que tivesse um alerta sobre isso. E eu queria também aproveitar para fazer essa pergunta. O IBAMA, como Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, ele tem esse compromisso, Sra. Presidenta, de, independente da política do Governo, porque o Governo tem uma política do meio ambiente, mas ele tem essa independência de poder dizer que não concorda, e poder dizer isso para o Brasil ouvir?

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Vamos começar por dizer que o IBAMA não é uma... não-governamental, o IBAMA é um órgão de Governo. Então, enquanto órgão de Governo, se há uma diretriz, uma política de Governo...

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Eu digo assim com a independência que ele prega, com o G-7, pelo meio, como tal, esse... A influência do IBAMA, das ONGs, é tremendo. Os países de fora têm um poderio tremendo também com investimentos inclusive. Eu quero saber até onde vai a independência, por exemplo, do IBAMA se hoje houvesse uma modificação numa política que prejudicasse um setor, certo? Se existe essa corresponsabilidade do Governo de ele dizer bem assim: Não, eu não vou, eu não vou, eu vou baixar isso aqui porque vai diminuir o dinheiro... e vocês não poderem ter na época em nenhum relatório... ou se consta em algum relatório isso, que a queda desse percentual terminaria em não investimentos lá na ponta e se o congelamento do preço da borracha em baixa na época também poderia causar crise do setor.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Como eu coloquei anteriormente, nos relatórios que se possui sobre essa negociação em 91, eles apontam para essa crise, não pela crise em si, mas pela necessidade, vamos dizer assim, de compensações em relação à possibilidade de congelamento ou de extinção da TORMB. Então, nos relatórios que tem eles apontam para essa necessidade de ter uma compensação em relação a isso. Eu acredito que na época... Como eu falei, o IBAMA é um órgão de Governo e ele segue a política de Governo. Na época as negociações não foram feitas exclusivamente pelo IBAMA, foram feitas dentro de um contexto de Governo, inclusive quem coordenava politicamente isso não era o IBAMA, o IBAMA era um órgão executor, era a Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República, e havia toda uma negociação que era feita com o setor por meio da Secretaria de Meio Ambiente, antiga SEMAM. Na época, pelo menos na documentação que eu tenho há toda uma relação feita, vamos dizer assim, com a sociedade civil e com setores interessados, inclusive trocas de documentações, e na própria documentação que o IBAMA encaminha à época ao Ministério da Fazenda... Economia, Fazenda e Planejamento, o IBAMA alertava para essa necessidade de compensação em que se congelando isso haveria uma necessidade de ter uma compensação para que o setor não fosse prejudicado. Mas era uma política maior de Governo que extrapolava a competência do próprio IBAMA. Nós estamos falando de política econômica numa época, vamos dizer assim, de crise no Brasil, ano 91. Então, isso aí, eu acho que essa questão toda se insere nesse contexto. Talvez eu pudesse complementar. Eu não sei se tem alguma coisa o Prado, o Rafael, em termos econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Bem, mais alguma coisa?

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, eu gostaria de, na ausência da minha colega a Deputada Elcione, não sei se vai retornar logo agora, eu gostaria, porque tem uma pergunta que ela gostaria de fazer, eu gostaria de pedir ao senhor, então, que no final, eu não sei como é que está a ordem dos inscritos, mas que fosse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Ainda falta ela responder uma pergunta sua.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Dada a oportunidade então, no final, se ela não chegar, para que a gente então pudesse encaminhar a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Eu estou aqui com o documento para fazer.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS - Só uma questão de ordem. Eu gostaria de sugerir que pudesse ficar à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - É, hoje nós temos aqui, nós estamos com três Deputados, comigo quatro, e sem dúvida nenhuma nós iremos prolongar o prazo para

cada Deputado para engrandecer o trabalho dessa Comissão. Então, eu passo a palavra... tem a última pergunta que o Deputado fez. Pode continuar.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Em relação à questão dos anos de 96 e 97 quanto à questão de subvenção de 0,90, na verdade isso aí não é competência do IBAMA. A própria lei determinou isso, delegou isso como competência ao Ministério da Agricultura e Abastecimento. Então, todo o controle e a fiscalização disso é feita pelo próprio Ministério da Agricultura. O senhor perguntou se eu tinha conhecimento de alguma irregularidade, etc. e tal, eu acredito que isso é de conhecimento comum, inclusive o próprio Ministério formou uma comissão para investigar, e me parece que os resultados da comissão é que não haveria nenhum problema, é isso Rafael? Pelo menos informalmente, eu não tenho notícias formais, oficiais sobre isso, mas é, como eu já coloquei, da responsabilidade do Ministério da Agricultura. Em relação ao montante de recursos que foram aplicados no ano passado...

(Não identificado) - Trezentos e sessenta milhões.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA -Trezentos e sessenta milhões...

(Não identificado) - Sessenta.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA -sessenta? Sessenta milhões de subvenção no ano passado e nesse ano...

(Não identificado) - Dá 24.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Vinte e quatro milhões já este ano. Mas eu acredito que isso pode ser melhor informado pelo Ministério da Agricultura.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir a esta Comissão, que tendo em vista que nós temos aí o impasse de o Ministério da Agricultura ser o órgão fiscalizador e gestor desses recursos, que V.Exa convocasse o departamento competente para que nós tomássemos conhecimento tanto do relatório que eles têm lá que diz que não há nenhuma irregularidade, como discutirmos de que forma é que essa fiscalização acontece para aplicação desses recursos. E eu quero aproveitar para dizer que eu fico feliz em saber que embora a gente não tenha, não tenha, vamos dizer assim, o volume necessário de recursos, Sr. Presidente, para fazer com que esse setor se aqueça, mas nós temos um volume substancial de recursos para a subvenção, que é extremamente contraditório. A gente deixa de produzir pelo extrativismo para dar de graça para os usineiros. O senhor viu os números: 360 milhões no ano de 97 e, em 98, 24 milhões, não é isso? Então, quer dizer, o que falta para nós estimularmos as famílias produzirem nas ruas de seringas, lá nos seus locais de fixação, sobra para a produção irresponsável e, entre aspas, 'até um tanto duvidosa'. Eu já estou fazendo requerimento, Sr. Presidente, a todas as prefeituras do meu Estado, através da SEFAZ, para saber de quantos quilos de borracha foi emitido nota fiscal através das prefeituras para cruzar com o que foi

repassado para o meu Estado, que é uma forma que eu acho de ver para onde é que foi esse dinheiro e se essa borracha realmente houve essa produção ou não no Estado. Eu me dou por satisfeito e novamente peço a V.Exa., já que é tão, vai ser tão raro a gente ter um momento como esse, que na medida em que as perguntas forem efetuadas, o senhor me permitir, até, como relator, para eu formar melhor conceito sobre alguma coisa, me permitir, somar à pergunta de algum colega alguma coisa que pudesse ser útil para a nossa relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Muito bem. Com a chegada agora da Deputada Elcione, eu gostaria de saber se a Dra. Marília tem algum questionamento a fazer em relação ao que o Deputado Silas levantou.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Só para a questão de complementar o aspecto da subvenção, como nós temos a responsabilidade sobre a questão do extrativismo, principalmente a questão da borracha nativa nós temos o maior interesse também no sentido de que essa subvenção possa chegar diretamente na questão ao próprio extrativista sem ter, vamos dizer assim, que passar pelo usineiro. Então, o que houver necessidade em termos de contribuição do IBAMA nisso daí, inclusive de dados quanto à relação de produção de borracha, eu coloco aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Bem, eu passo a palavra, e eu gostaria de saber se a Deputada, já que ela está inscrita aqui em primeiro, a Deputada Elcione Barbalho, e eu passo a palavra à Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Sr. Presidente, Sra. Presidenta do IBAMA, eu quero agradecer por ter aceito a nossa convocação. Eu quero lhe dizer, como eu falei para a sua assessora, que não haveria absolutamente nada pessoal, apenas a gente precisa de alguns esclarecimentos, até mesmo porque essa é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a senhora está sabendo disso, e a gente precisa de dados, fundamentalmente nesse momento em que o IBAMA assumiu toda essa coordenação. E ainda agora mesmo, dentro dessa minha posição aqui, dessa minha colocação, a senhora deu uma visão global sobre o IBAMA, mas eu acho que a gente precisa, a nível do próprio advento da lei agora, do setor da borracha, qual é, o que ficou a nível do IBAMA nessa política? Essa seria a primeira pergunta. Eu não se seria até mais fácil, para a gente ir muito mais rápido, eu tenho mais duas para fazer ou a senhora prefere que... Nós queremos saber também qual o comprometimento do IBAMA — tá? — na questão da crise do setor da borracha, desde, mais ou menos, por volta, assim, de 1990, é... onde cerca de 200 mil famílias — se eu tiver errada, por favor me conserte — que dependia diretamente da extração da borracha e, hoje, menos de 40.000 famílias vivem desta extração da Amazônia Legal? Gostaria de... que me esclarecesse isso. O IBAMA, outra pergunta, ele recebeu do Governo Federal a responsabilidade de promover a ascensão econômica e social de seringueiros da Amazônia, de acordo com a Lei nº 9.479, de 97, através

do Programa Amazônia Solidária que ficou sob a responsabilidade do CNPT-IBAMA. Como o IBAMA explica o desvio do programa pela usina e beneficiamento da borracha em Santarém, ACOSPER, que, ao invés de operar com a borracha do seringal nativo vem beneficiando grandes fazendeiros, plantadores em área fora da Amazônia, e o programa? E os recursos recebidos são para benefício do seringueiro ou, e do seringal nativo, eu perguntaria? Ou apenas para beneficiar um grupo de pessoas, com o aval do IBAMA, conforme denúncia recebidas — e pediria até que o nosso Presidente lesse esse documento que eu acho seria muito interessante para configurar e verificar o porquê dessa minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Bem, chegou em nossas mãos um relatório da operação de comercialização de borracha natural, realizada pela Associação de Cooperativa de Seringueiros Pescadores e Produtores Rurais — ACOSPER, que mantém a Usina de Benefícios de Borracha Dois de Julho, em Santarém, Pará, e que também é beneficiária do Programa Amazônia Solidária, em sintonia com a Lei 9.479/97. Aqui tem aqui uma denúncia de uma, uma intermediação, através do Sr. Marceles(?) Barbosa de Oliveira, residente à rua Parque das Palmeiras nº 8, Marituba, Pará. Recebeu borracha de cultivo de Açailândia, no Maranhão, sendo que o valor da compra foi depositado em nome do fazendeiro produtor de Açailândia, Rubens Carvalho Andrade, no BRADESCO, agência 721 barra oito (721/8), conta corrente nº 12 383 dígito 8 (12.383/8), em dois depósitos, totalizando a quantia de 115.000 reais, referente a 100.000 quilos de borracha, borracha bruta esta, ao preço de um e dez, um real e dez centavos, mais as despesas. Bem, aqui consta que... a coleta de borrachas: foram coletada borracha nas seringas...

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Seringais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - ... nos seringais das fazendas, localizadas no Maranhão, consideradas as de maiores tamanho. Aí tem uma relação. Rubens C. Andrade, Claudinho Andrade: foram 61.000 quilos. Francisco dos Santos Soares, Fazenda Bola Branca: 13.000 quilos. Comercial de Pneus Imperatriz: 5.000 quilos. Guiomar Cortez: 3.000 quilos. André Igarashi... Mitsui Igarashi(?): 3.000 quilos. Romão Batista Lima: 3.000 quilos. Totalizando 99.000 quilos. Agora, também consta aqui o processamento da operação. Foram tiradas quatro notas fiscais avulsas do Governo do Maranhão, em nome de Marceles(?) Barbosa de Oliveira. No caso, que é o extrativista do Pará. Marceles(?) Barbosa de Oliveira, tem o... CIC dele: 562.804.832-13 — como produtor, na realidade, um atravessador para a destinatário, ACOSPER — Associação de Cooperativa dos Seringueiros, que tem o CGC também aqui. E aqui consta também a relação das notas fiscais. Inclusive com os valores abaixo. Abaixo aqui. Eu passo à senhora esse documento e, para a senhora dar um... verificar, tem a cópia da, das... como foi feita a operação, e queria que a senhora desse prosseguimento à pergunta da Deputada Elcione Barbalho.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Só para esclarecer. Os recursos utilizados nessa operação eram, seriam recursos que teriam como destinação a aquisição de borracha natural produzida por seringais na ativos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Nativos.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Positivo, positivo.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Está. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Com a palavra a Dra. Marília.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Em relação às três perguntas, inicialmente o que ficou no IBAMA com a Lei nº 9.479, de 1997 — né? A responsabilidade nossa, no IBAMA, ficou especificamente com a questão do seringal nativo, com o extrativismo: toda a questão referente à política, execução, executar, fazer executar a questão da heveicultura foi repassada para o Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Então, hoje em dia, nós tratamos basicamente com a questão do extrativismo, dos seringais nativos, não é? Segunda, a questão do comprometimento — né? —, na questão social das famílias, e em função de toda a crise, vamos dizer assim, que ocorreu no setor e a própria, vamos dizer assim, falta de assistência e, vamos dizer assim, possibilidade de apoio a essas famílias, em função de toda a crise do setor. Eu já havia colocado anteriormente — né? — que, pelo que pude deduzir da documentação sempre houve por parte do IBAMA essa preocupação em todos os relatórios das Comissões que esse, que o assunto foi discutido. Houve essa, essa manifestação, essa preocupação, não só por parte do IBAMA, mas por parte das Secretarias de Meio Ambiente da Presidência, que, na época, era responsável pela questão de política e, depois, posteriormente, pelo próprio Ministério do Meio Ambiente, quanto a essa questão social, frisando que qualquer extinção, qualquer coisa que viesse retirar essa subvenção teria que ser substituída por um outro instrumento que desse o mesmo tipo de resposta — não é? Em relação à última questão eu vou passar a palavra pro Rafael; trabalha conosco no IBAMA, é responsável pelo CNPT para que ele possa, — e está diretamente responsável por essa questão — para que ele possa responder. Agora, só para complementar a questão relativa ao Amazônia Solidária, na verdade, a Lei 9.479 ela foi regulamentada por um decreto específico para a questão da subvenção — não é? Inclusive o decreto, ele foi encaminhado pelo Ministério da Agricultura e regulamenta especificamente a questão da subvenção. Quer dizer: o restante, na verdade, da lei, vamos dizer assim seria, entre aspas, "regulamentada" pela exposição de motivos que criou o Programa Amazônia Solidária. E o Programa Amazônia Solidária ele não é, vamos dizer assim, um programa de responsabilidade direta ou em que só

haja a participação do IBAMA. Na verdade, é um programa de Governo, envolvendo o Ministério da Saúde, o próprio Ministério do Meio Ambiente, para as questões relacionadas, vamos dizer assim, à questão social do que ficou pendente pela 1.900... 9.479.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO -Eu acho que até essa pergunta foi colocada pelo Dr. Rafael me parece — não é? — no que diz respeito a esse decreto-lei? E me parece que também ficou do próprio IBAMA dar o esclarecimento jurídico da validade ou não da, do que foi colocado dentro dessa própria Lei 9.479. Acho que, na hora, não houve maior esclarecimento, ficou de, posteriormente, ser feito esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - É. Ficou de retornar aqui — não é?

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Inclusive para nos dar uma explicação...

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - E para... e que participou mais a nível da área jurídica, de prestar esclarecimento. Alguém fez esta pergunta. Não fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Inclusive sobre o Tribunal... sobre o relatório do Tribunal de Contas também.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Bem, em relação à pergunta.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Não, apenas quero completar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Veja bem, é público e notório, a imprensa e o próprio Presidente, até no novo lançamento do programa Avança Brasil, essa preocupação que hoje temos do desemprego, recessão e outras coisas mais que a gente está enfrentando. Sempre costumo dizer que eu vejo a Amazônia como um outro Brasil, por incrível que pareça, com tanta riqueza que a gente canta, em verso e em prosa, mas absolutamente não se faz nada. Preocupa-me bastante quando a gente encontra aqui de uma forma tão fácil de gerar emprego, de gerar e renda, e que de repente hoje poucas famílias estão vivendo, estão trabalhando dentro dessa área. Então fica assim uma proposta, eu que trabalho muito na área social, de se rever e de se pensar com maior carinho essa questão de resgatar. Eu acho, por exemplo, que a nossa região, como foi colocado aqui pelo Dr. Rafael ela clama por um projeto, um programa nessa área dentro do nosso Pará. E me parece que tem até técnicos que dizem que não dá certo, eu não sei por quê? Gostaria até de... Ele, aliás já foi convocado para ele vir aqui esclarecer. Então, apenas essa colocação da minha preocupação na área social que, com certeza, é muito maior, você que está tendo esse enfrentamento de perto, para tentar administrar. Mas eu como Parlamentar na Amazônia, tenho certeza de que isso é voz que cala profundamente na bancada como um todo da Amazônia, que se repense essa

questão da borracha na área de extrativismo com mais carinho como uma abertura de trabalho de emprego e de renda, está bom? Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Sim. A pergunta a senhora passou para o técnico?

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - É, o Dr. Rafael Pinzon vai esclarecer.

O SR. RAFAEL PINZON - Deputada Alcione, me permita, antes de responder a questão de Santarém, explicar que realmente no Amazônia Solidária por três vezes é mencionado o IBAMA como responsável por algumas ações diretamente e indiretamente em outras ações que são implícitas do IBAMA. Entretanto, apesar da lei dizer isso, os recursos não são repassados ao IBAMA. Esse é que é o problema. Eu acho que se dá uma política para ser executada por um órgão, mas não se coloca os recursos para a sua execução. Com relação a Santarém, vi nalgum relatório aqui da Comissão que o Sr. Miguel, o gerente, me parece que vai ser convocado a depor aqui. Então, é muito interessante que o gerente da cooperativa explique claramente esse caso. Entretanto, como essa acusação veio as mãos do Ministro e depois do IBAMA, nós realmente oficiamos ao gerente que nos explicasse o que tinha acontecido. A explicação que recebemos foi a seguinte: o IBAMA aumentou a capacidade produtiva da usina de Santarém, aumentou o forno e aumentou a capacidade de secagem. Então, apesar de que já faz um ano e meio que a usina está operando os seringueiros de Santarém, de Altamira não tiveram a capacidade suficiente de abastecer a usina. Então, a usina iria ficar ociosa. Em função disso é que a cooperativa consultou inclusive o Conselho Nacional de Seringueiros para ver a possibilidade de comprar a borracha fora da região de Santarém. Então se pensou em comprar na região de Belém por causa das ilhas e por causa também... não em Belém. O centro seria Belém, acontece que apareceu esta oferta também do Maranhão. Agora vejam bem, esses vendedores do Maranhão ele juntaram, porque a comercialização de borracha todo mundo sabe, quem conhece sabe que é uma verdadeira intermediação; vai chegando borracha por cada rio, por cada Igarapé e alguém junta e vende. Então, na verdade, essa venda de 61 toneladas, por exemplo, não é que seja um grande fazendeiro. Na verdade, na região de Açailândia, com o PROBOR foram financiados pequenos produtores de 3 a 30 hectares. É seringal de cultivo, é verdade, é seringal de cultivo, mas não são grandes produtores, são de pequenos para médios. O que ocasionou esta queixa foi — e isso é preciso dizer aqui com palavras claras — que a cooperativa de Santarém pagou realmente o subsídio ao produtor, ou seja, embutiu no preço, por isso que pagou R\$ 1,10, Sr. Presidente. Pagou R\$ 1,10; é verdade. Desses documentos temos cópias das notas fiscais. Tudo isso a Cooperativa de Santarém nos forneceu. Agora, pagaram R\$1,10, porque embutiram o

subsídio, coisa que os usineiros de Belém não fazem; estão pagando 60 centavos ao produtor. Então, isso causou a inveja, isso causou essa queixa.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sou membro da Comissão Especial, da PEC nº 455 e está sendo votado o mérito do relatório agora. Pediria a V.Exa. que me desse autorização para eu que eu me retirasse por cinco minutos, só para eu votar e retornar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Concedo, Deputado.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sr. Presidente, é sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sr. Presidente, na explicação dada pelo Dr. Rafael, ficou claro que foi comprado material produzido por produtores de seringal de cultivo. A primeira pergunta minha: o senhor não acha que isso é uma irregularidade, considerado que o IBAMA, um órgão governamental com atribuição inclusive de fiscalizar esse segmento, tenha exatamente participado disso e um seu representante aqui numa comissão parlamentar bem afirma isso? A segunda pergunta seria a seguinte: por que a nota fiscal não saiu no nome desses produtores e saiu no nome de um outro, que seria um produtor de seringal nativo? Não lhe parece que isso caracteriza, com todas as letras, uma fraude?

O SR. RAFAEL PINZON - Deputado, em primeiro lugar, esse dinheiro não foi repassado pelo IBAMA; esse dinheiro da compra dessa borracha é do Programa Amazônia Solidária, mas não passa pelo IBAMA. Então, na verdade...

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - É dinheiro público, não é?

O SR. RAFAEL PINZON - É, a Amazônia Solidária é dinheiro público. Mas... e outra coisa...

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Eu sei, o IBAMA fiscaliza; ficou encarregado de fiscalizar a atividade de produção de seringal nativo, em razão do desaparecimento da SUDHEVEA. É verdade?

O SR. RAFAEL PINZON - Exatamente. Agora, veja bem: neste caso aqui, como já explicamos, nenhum tostão foi passado ao IBAMA para cumprir essa função de fiscalização no caso dos recursos do Amazônia Solidária. A gente ficou sabendo que a cooperativa teria recebido recursos do Amazônia Solidária, porque...

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Mas, Dr. Rafael, isso é tirar uma de Pilatos, não é? Não é meu, não é teu, então te vira... Na questão da fiscalização, vocês são Governo. Acho que o dinheiro é público: não é meu, não é dele, mas de todos nós que pagamos imposto. Acho que aí teria, sim, até uma medida, no IBAMA? Não, mas uma própria comunicação ao próprio Amazônia Solidária para tomar uma atitude. Entendeu? Porque, na

base do **laissez faire** acho que não dá. Lavar as mãos também não dá. Acho que é recurso público e tem que existir uma fiscalização. Acho que quem não deve não teme. Agora, colocar em nome de terceiros... não sei não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Inclusive é uma fraude fiscal também, que já é uma outra... não cabe a nós aqui...

O SR. RAFAEL PINZON - Deputada, me permita, eu quero explicar o seguinte...

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Olha, Dr. Rafael, por favor, acho que... gostaria apenas que vocês entendessem que a nossa posição, que a cobrança é muito grande. A gente vive nos gabinetes e tem horas assim... como agora mesmo, eu vim correndo da Comissão da Amazônia, porque... eu fiz um bilhete para o meu secretário dizendo: olha, eu não tenho condição, não sou onipresente; ou estou aqui ou estou lá. Estou participando de uma comissão aqui, de uma CPI que eu convoquei. Mas lá está gerando maior impasse por causa de recursos também. Então, nosso tempo é tão exíguo e a gente sofre tanta pressão, porque esse pessoal quer, principalmente nós que fazemos parte da região. É isso o que a gente quer deixar muito claro, tá?

O SR. RAFAEL PINZON - Mas o que eu queria explicar é que exatamente o IBAMA não foi consultado nem comunicado que seria repassado recurso a essa cooperativa para tal objetivo. Quando ficamos sabendo, foi através da queixa e imediatamente tomamos providências, indagando o que tinha acontecido e solicitando para que não comprassem mais de seringal de cultivo. Isso nós fizemos e eu posso apresentar aqui os documentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - O IBAMA comunicou ao Tribunal de Contas da União, no caso, ou o órgão responsável? Qual atitude que o IBAMA tomou quando ele teve esse conhecimento dessas denúncias?

O SR. RAFAEL PINZON - Isso aconteceu no mês passado. Essa denúncia, como o senhor pode ver, não tem sequer um mês. Então, foi o que eu disse: nós solicitamos ao gerente do cooperativa que nos informasse o que tinha acontecido e por que tinha acontecido. Eu relatei a resposta dele. E posteriormente fizemos um ofício dizendo para que não continuassem agindo dessa maneira, que comprassem somente borracha de seringal nativo.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Só para complementar. Como eu havia colocado anteriormente, o Programa Amazônia Solidária é um programa de Governo com atuação de vários órgãos. Nem todos os recursos destinados ao Programa Amazônia Solidária são recursos diretamente repassados ao IBAMA. Na verdade, o recurso que vem para o IBAMA ele é repassado via Ministério do Meio Ambiente, em função do que é disponibilizado pelo Governo para o programa como um todo. E o IBAMA fiscaliza e tem realmente atribuição, competência e responsabilidade de fiscalizar o seringal nativo, mas não de fiscalizar a aplicação de recursos do Governo, por exemplo, que sejam aplicados de forma

irregular ou alguma coisa parecida. Isso é função do TCU. Agora, o IBAMA, a partir do momento que ele toma conhecimento, como nós tomamos aqui... foi buscado pela área técnica do IBAMA informações a respeito do assunto, estamos complementando o dossiê e isso vai ser discutido. O Amazônia Solidária tem um grupo de Governo que trabalha no programa e, como o recurso é destinado ao programa como um todo, nós vamos veicular esse assunto no âmbito dessa comissão para que isso seja discutido e a comissão em si, o próprio repasse de recursos do Amazônia Solidária no futuro atentem para esse tipo de aspecto que, então, a nível dessa própria comissão, é que se defina, por exemplo, que atitude deve ser tomada. Porque, nesse caso, me parece que o IBAMA deva, por exemplo, fiscalizar a aplicação de recursos que não aqueles que sejam, vamos dizer assim, diretamente empregados pela instituição. Se o IBAMA tivesse, ele, repassado os recursos à usina de beneficiamento, aí, sim, a responsabilidade direta é nossa. Mas não sendo o IBAMA, não podemos cobrar de outro órgão que tenha repassado o recurso a aplicação desse recurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Quer continuar, Deputada? Concedo a palavra a V. Exa.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Veja bem, Dra. Marília. Não sei. Por várias vezes em que estive no IBAMA, ainda na gestão do Dr. Eduardo, o que eu sempre ouvi do Dr. Eduardo era a falta de condições e até de técnicos, material humano e uma série de coisas que não estavam dando o retorno devido à ação do IBAMA. Acho esta questão da borracha tão complicada, tão necessária e tão importante que eu perguntaria a V.Sa. se vai dar conta. Acho que é tanta coisa que o IBAMA hoje está tomando conta — e está assumindo essa responsabilidade toda — que não sei se seria uma coisa para se rediscutir mais alguma coisa que se pudesse agregar ao próprio IBAMA. Porque, na época, eu lembro que tinha a SUDHEVEA. E acho que é uma política tão importante para o desenvolvimento que acho que era hora de se repensar como... até que não saísse do IBAMA, da esfera do IBAMA, mas que se colocasse um setor especificamente só para tratar deste assunto. Gostaria de deixar essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Eu gostaria de aproveitar a oportunidade. O que o IBAMA tem feito em relação a essa política de conservar o extrativista, haja vista que há uma política de interesse do caboclo amazônida. Ele passa a ser um fiscal natural, não só das nossas reservas florestais, mas das nossas próprias — como é que se diz? Das nossas próprias fronteiras. Qual a política que o IBAMA está voltada, que ele está adotando para segurar essas pessoas? Porque a gente sabe que o corpo de fiscal é muito precário principalmente na nossa região. E gostaria de ouvir da doutora.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Bom, em relação à questão do extrativismo acho que o IBAMA foi um dos órgãos que, na verdade, abraçou a questão do

extrativismo. A própria questão de criação de reservas extrativistas era um assunto que já vinha sendo discutido há muito tempo. E no final de 89, início de 90, foram criadas as primeiras reservas extrativistas, vamos dizer assim, por iniciativa e demanda que veio da própria sociedade, mas que, vamos dizer assim, foi politicamente encampada, na época, pelo IBAMA. E é o que tem acontecido desde então. Passamos nas primeiras três, quatro reservas iniciais para treze, onze, não é isso? Estamos com onze reservas extrativistas. E a questão de extrativismo é uma das questões prioritárias do IBAMA. Acredito que todo o direcionamento que existe no IBAMA, por exemplo, em função do próprio projeto RESEX, ou da própria questão do CNPT, um núcleo, vamos dizer assim, especializado dentro do IBAMA especificamente para a questão de extrativismo e de população tradicional, **lato sensu**, é um exemplo disso daí. Realmente o IBAMA tem uma deficiência. Acho que isso é quase que regra geral no Governo, deficiência de recursos, deficiência de técnicos. Não é que não haja técnicos capacitados. Eles não são suficientes para a missão que o IBAMA dispõe.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Foi colocado pelo Dr. Rafael, me parece três ou cinco técnicos para todo o País. É até engraçado.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Aí, justamente a importância da questão do extrativismo, porque o extrativista tem a vantagem, vamos dizer assim, daquela função econômica e social e a função, como foi colocado aqui pelo Presidente da Comissão, justamente de trabalhar em conjunto com o próprio IBAMA na questão de fiscalização, quer dizer, de preservação daquele espaço em que ele trabalha. Tanto que, em função disso, é que a gente tenta justamente expandir essa própria noção, esse conceito do extrativismo. O extrativismo antes de se falar em desenvolvimento sustentável, pré 1992, o extrativismo já era uma prática relacionada com a questão do desenvolvimento sustentável. E a intenção nossa é fortalecer. Os meios são poucos. Acho inclusive esse papel da CPI no sentido de realmente formular uma proposta que possa garantir esses meios é um aspecto bastante importante. Verificar inclusive que tipo de instrumentos já existem disponíveis a nível do próprio Governo e que possam ser fortalecidos e direcionados na questão de dar uma maior sustentação à questão do extrativismo. E para isso, colocamo-nos à disposição para formular proposta, apresentar demandas e contribuir para o trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Com a palavra o Deputado Sérgio Barros, obedecendo a inscrição. Depois, concedo a palavra ao Deputado Jurandir Juarez.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS - Sr. Presidente, Sra. Presidenta do IBAMA, agradecer a oportunidade. Estamos aqui para se inteirar dessa situação toda. Vejo uma dificuldade de podermos entender muitas respostas com relação à situação toda. Perguntaria: os recursos da TORMB foram utilizados para outros programas, a não incentivo da produção da borracha, além do custeio, quer dizer, os programas? Também com relação, o nosso

Presidente acabou de fazer a pergunta, o que o IBAMA vem fazendo. A Senhora colocou aí com relação aos incentivos, o que vem sendo feito para os seringais nativos. E perguntaria também os seringais de cultivo, porque teve toda aquela, a SUDHEVEA, tantos recursos foram colocados em cima disso aí. E o IBAMA, vejo, que está tentando mais é apagar o fogo, e talvez apagando o fogo de alguns pequeninhos seringais de cultivos que foram implantados. Há muitos queimando por aí. Com relação à reestruturação do meio ambiente, do Ministério, o IBAMA, parece-me, ficou mais na situação de um órgão fiscalizador, não é isso? Qual a posição do IBAMA hoje?

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - O IBAMA ficou como órgão executor da política nacional de meio ambiente. Quer dizer, toda a questão da formulação da política, definição de diretrizes é competência do Ministério do Meio Ambiente. O IBAMA é responsável pela a execução dessa política, mas não pela formulação dela.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS - Ah, pela execução da política do meio ambiente.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Execução da política do meio ambiente, incluindo a questão da fiscalização, mas não somente a fiscalização. Em relação à questão do seringal de cultivo, todas as questões relacionadas à heveicultura são de competência, pela 9.479, do Ministério da Agricultura. O IBAMA ficou com a responsabilidade do seringal nativo e do extrativismo. Por isso, a questão de nós falarmos...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS - O seringal do cultivo não tem nada a ver com o IBAMA?

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Agora é responsabilidade do Ministério da Agricultura.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS - Com relação ao modelo, por exemplo, de conservação das florestas, está com o IBAMA ou é o Meio Ambiente? Os modelos. Porque, veja só....

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Na verdade, é uma relação, assim, pai e filho, vamos dizer assim. A formulação da política relativa à questão de um desenvolvimento sustentável, a questão florestal, a macro política, a elaboração, por exemplo, de leis, negociação política, etc., e tal, é responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. O IBAMA é uma autarquia vinculada ao Ministério. E como tal, compete a ele executar essa política. É lógico que ele dá insumos ao Ministério para a formulação dessa política em termos de informação, em termos de dados e tudo o mais. Mas, é mais executor em si, participa da elaboração. Mas a responsabilidade pela formulação da política é do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS - Pai e filho, não sendo uma condição de filho, mas deserdado. Veja só, tem as condições que eu analiso e vejo com relação a esses últimos vinte anos. Por exemplo, no Acre, tem RESEX, a Chico Mendes, uma área de dimensão de 1 milhão de hectares. Então, estariam envolvido dentro das condições também dos seringais nativos. E vejo que o Ministério e o IBAMA, em si, na realidade, têm feito tão pouquinho! E sempre se coloca, em função dos Ministérios, que é problema de pessoal. Agora mesmo, a colega Elcione, com relação a tua resposta, que tem três ou quatro técnicos para uma condição... cinco técnicos. E me parece que, se você for dentro dessas regionais, a nível dos Estados, a maioria absoluta de todo aquele corpo técnico que está ali tem a mentalidade de que vai fiscalizar, de que vai punir, de que não pode fazer isso, não pode fazer aquilo. Mas não tem ninguém dizendo, na realidade, como pode fazer. Sabemos da reestruturação que se está passando hoje o Ministério, mas quem vai estar lá na frente, na realidade, como executor é o IBAMA. Então, com relação a essa situação toda, decadência, já ouvi tantas situações que me deixam perplexos. Até dá a entender que existiu por certos segmentos, vamos assim, é melhor darmos incentivo e trazermos a borracha de lá de fora do que implementar aqui para podermos produzir. Qual foi o pensamento do realmente do IBAMA nesse sentido? Seriam essas as considerações.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Vou tentar responder mais ou menos pela ordem das colocações. Primeiro, em relação à questão da própria utilização dos recursos, não foi? Foi o primeiro questionamento. Posso inclusive disponibilizar para a Comissão um relatório que foi feito em relação à utilização desses recursos, inclusive com um relatório produzido pela Secretaria Federal de Controle, pela SESET, quanto à questão da utilização desses recursos, se eles estavam regularizados do ponto de vista legal, se eles poderiam ser utilizados que não outros, vamos dizer assim, em termos de atividade-fim. Na verdade, em termos da própria legislação, a utilização dos recursos da TORMB poderiam ser feitos tanto em atividades-fins, mas também manutenção da própria SUDHEVEA. Isso já estava previsto na própria legislação. E o IBAMA utilizou uma parte dos recursos para manutenção não do IBAMA como um todo, mas de uma parte do IBAMA que era aquele setor do IBAMA que trabalhava diretamente relacionado às questões, na época, da política da borracha. Então, uma parcela dos recursos foi utilizada nisso relatório. O relatório inclusive discrimina em termos de utilização por fonte, por recursos, localização, ano. Acho que isso aqui dá para ter uma visão bastante completa quanto à utilização desses recursos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS - Quer dizer, mostra toda a distribuição desses recursos, da maneira como foi aplicado.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Ano a ano, em cada atividade, por ano, por projeto, por atividade, e se houve desvio ou não. Pelo que eu realmente li aqui e pela

própria conclusão do relatório da SESET, os recursos foram aplicados de acordo com o que previa a legislação e aplicados naquilo que era determinado e basicamente é... maior parte dele direcionado pra atividades-fins. Talvez, Rafael, cê quer complementar alguma coisa disso? Não?

O SR. RAFAEL PINZON - Realmente, surgiu uma é... o grande questão, quando se fala de TORMB, digamos, foi o desperdício que houve dos recursos dentro do IBAMA. E na verdade, o que aconteceu foi o seguinte: o IBAMA foi criado em 89. Oitenta e nove e 90 foi a estruturação do IBAMA. Então, realmente, nesses dois anos, nesses dois anos, houve o emprego da maioria dos recursos da TORMB para outras coisas, inclusive para construção do prédio do IBAMA, que tem hoje. Agora, se a gente for a rigor da lei, como está no relatório da CISET, isso não está errado, pela lei, como está na lei, por quê? Porque, quando a lei foi reeditada em 1968, não disse percentuais: que devia gastar tanto por cento da Região Norte, tanto por cento do extrativismo, tanto por cento da heveicultura, apenas disse que era pra sustentação do órgão e preferencialmente para heveicultura. Então, em função disso, os analistas, os... porque o Tribunal de Contas mandou fazer a... a análise de contas lá no IBAMA. E os analistas, então, colocaram que a rigor não houve desvio. Agora, não houve aplicação no setor de borracha. A maioria foi aplicado fora. Agora, a partir de 91, a partir de 1991, então, a aplicação foi dentro do setor e especialmente dentro da Região Norte. Isso está tudo aí no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - A senhora vai concluir a pergunta do Deputado? Já concluiu?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS - Eu só gostaria de fazer uma... uma outra observação. O colega, o Relator, Deputado Silas, ele perguntou com relação à fiscalização desse recurso, quer dizer, embora não foram, se não fosse através do IBAMA e foi direto para as organizações, de quem era a competência dessa fiscalização? Quem foram os fiscais? Quem que acompanhou essa... essa...

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Competência por utilização de recursos em qualquer órgão de Governo primeiro é pelas... é pelo sistema, vamos dizer assim, que a gente chama CISETÃO, o Sistema CISET. Cada Ministério, vamos dizer assim, tem uma... uma estrutura interna de auditoria em relação a isso e, numa instância maior, o próprio TCU. Então...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS - Não, mas aí...

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - No caso seria o TCU.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS - É. Não, tudo bem, mas aí seriam órgãos, são órgãos na realidade normatizadores, de... de acompanhamento, não da fiscalização em si, por exemplo, se fez ou não fez...

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Fiscalização...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS - ...se aplicou ou não, não é não?

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Não, fiscalização em si. E inclusive, hoje as auditorias realizadas tanto pela Ciset pelas... quanto pela... pelo TCU não são mais simplesmente auditorias contábeis, eles verificam também, por exemplo, se uma determinada meta que era prevista dentro de um programa se foi atingido, se não foi. E, se não foi, se houve, vamos dizer, se essa meta não pôde ser atendida em função, por exemplo, de não ter havido disponibilidade de recursos e tudo o mais. Então, isso é feito pelo Sistema Ciset.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS - Está, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Concedo a palavra ao Deputado Jurandil Juarez.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sr. Presidente, na semana passada, a imprensa nacional destacou na primeira página o Presidente da República fazendo borracha. Qualquer alienígena que chegasse nesse País naqueles dias pensaria assim: bom, se o Presidente da República está fazendo borracha, isso deve ser no mínimo, no mínimo, uma atividade prioritária. Se ele continuasse lendo o jornal, ele ia ver que as estatísticas estão apontando que a maior preocupação da sociedade brasileira hoje é com referência ao desemprego. E se esse alienígena fosse estudar um pouquinho mais, ele ia descobrir que nessa... essa atividade é altamente empregadora de mão-de-obra. Ela utiliza-se intensivamente de mão-de-obra. Ainda na mesma semana, se ele fosse no Senado e ouvisse o Senador Jader Barbalho falando, ele ouviria que a região amazônica é superavitária. Seus Estados, os Estados da região amazônica são superavitários em relação às suas balanças comerciais. É os... eles mais exportam do que importam. E a borracha é um produto da nossa pauta de importação. Se ele continuasse estudando, iria ver que a balança comercial do País é altamente deficitária. Ele dificilmente ia encontrar coerência no fato de que o Presidente da República faz borracha; que o desemprego que grassa no País não vem dessa atividade; que os Estados que podem produzir em quantidade muito grande esse produto são superavitários na balança comercial, mas o País importa esse produto e tem uma balança... Se tivesse uma balança comercial superavitária, poderia dispor do dinheiro, mas não, não tem dinheiro e compra de fora. Esta Comissão, ela foi criada para investigar a crise do setor produtivo da borracha. Quer dizer, investigar a crise é procurar as causas. Quando ele viesse escutar o depoimento que V.Sa. fez aqui, ele ia descobrir que o principal obstáculo, pelo próprio discurso colocado, o principal obstáculo é o Governo. Nós ouvimos que, por exemplo, certos programas que são atribuídos, nós outros aqui, os que pagam impostos, escutam que a responsabilidade é do IBAMA, mas o recurso não é repassado... Mas a gente só sabe isso numa reunião como essa. O IBAMA, ele cuida, num espectro de 180 graus, de tudo que acontece, ele apaga até fogo. Ele apaga fogo, está apagando

fogo agora. Ele apaga fogo dos seringais de cultivo, mas ele não cuida do seringal de cultivo. Quem cuida de seringal de cultivo é um outro segmento do Governo, Ministério da Agricultura. Bom, considerando isso tudo, considerando que o IBAMA tem problemas dentro do próprio Governo — pegando aí a ponta do discurso que disse que determinados programas são atribuídos ao IBAMA, mas o recurso não é repassado —, não lhe parece que esse segmento de produção de borracha é um estorvo para o IBAMA? Não seria um bem que aconteceria para o IBAMA, ou a senhora, noutras palavras, a senhora não se sentiria, enquanto Presidenta desse instituto, não se sentiria assim aliviada se saísse do IBAMA essa responsabilidade de tratar da produção da borracha pelo lado extrativista? E se nós continuássemos investigando aqui, chegássemos à conclusão de quem que está atrapalhando é o IBAMA, o que que a senhora me diria disso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Concluiu?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Conclui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Passo a palavra à Dra. Marília.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Olha, quando a gente fala assim do IBAMA, realmente dá uma impressão dessa montanha de competências. Agora, eu acho que é interessante colocar que, na verdade, o Sistema Nacional de Meio Ambiente, ele não é, o IBAMA não está sozinho nisso. Nós temos na área ambiental um sistema, esse sistema já é instituído desde 1981, e, na verdade, a própria Constituição estabelece competências comuns e concorrentes pra União, pros Estados e, inclusive, competência pros Municípios também. Então, na verdade, como a questão ambiental, num país das dimensões do Brasil é uma coisa muito ampla, que vai, como o senhor colocou, desde a questão de apagar incêndio até a questão, vamos dizer assim, do extrativismo em si, e aí no caso do extrativismo, por exemplo, no caso seringal, tem o nativo e tem o de cultivo, realmente quanto mais órgãos nós tivermos para atuar nessa questão, a união faz a força, tem uma possibilidade de um resultado mais eficiente, que realmente, vamos dizer assim, vá ao encontro do que realmente é a demanda. Então, nós temos um Sistema Nacional de Meio Ambiente em que há determinadas funções e tarefas e responsabilidades que são do órgão federal, no caso, o IBAMA, em termos de execução, e temos competências também definidas a nível de órgãos estaduais, a nível de órgãos municipais. Então, em qualquer questão de meio ambiente, o IBAMA nunca está sozinho. Muitas vezes, o IBAMA aparece mais ou porque, vamos dizer assim, na verdade os órgãos de meio ambiente dos Estados, eles, em muitos deles, eles estão começando a se estruturar. Por exemplo, no próprio Estado do Acre nós estamos com uma estrutura de Governo muito interessante para a questão ambiental, foi inclusive criada agora uma Secretaria de Extrativismo e Recursos Florestais. Não é isso, Deputado? Isso. Não é? Secretaria de Extrativismo e Recursos Florestais no Estado do Acre.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS - Secretaria de Florestas e Extrativismo.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - E Extrativismo. Exato. Quer dizer, então, na verdade, o que se busca na área de meio ambiente é que haja um sistema funcionando com missões e com funções, vamos assim, que se, que possam se articular e trabalhar conjuntamente sem sobreposições e sem conflitos. Isso é o que, na verdade, é o ideal e o que está se buscando. Então, nós temos determinados descompassos em alguns Estados. Primeiro, porque são Estados em que a estrutura de meio ambiente está começando a se criar, a se formar. Em outros Estados, por exemplo, basicamente no Sul/Sudeste, os Estados já têm uma determinada estrutura. Em função dessa estrutura nesses Estados é que o IBAMA está, vamos dizer assim, se retirando desses Estados e concentrando a sua força de atuação naqueles Estados em que há uma carência maior do ponto de vista ambiental. Então, realmente é uma esfera de competência muito ampla, não só para o IBAMA, mas para qualquer órgão de meio ambiente. E o que se busca é justamente que haja uma ação concertada por parte desses órgãos para que a gente possa, vamos dizer assim, atingir um determinado objetivo. Não considero, por exemplo, que tirar a questão do extrativismo seja tirar um peso de cima dos ombros do IBAMA, porque como eu coloquei aqui anteriormente, o extrativismo é um dos melhores exemplos que nós temos, já funcionando, operacionais, práticos, relativos à questão do desenvolvimento sustentável. O que a gente tem procurado fazer em relação à questão das reservas extrativistas é justamente levar esse conceito, levar a questão do manejo agroflorestal pra essas áreas, dar assistência técnica, agregar valor ao produto, mostrar que há uma possibilidade do extrativismo ser auto-sustentável. Isso é o que a gente busca. Não há uma questão, por exemplo, que na verdade dá competência ou a responsabilidade ao IBAMA, mas não dá os recursos. Acho que muitas vezes não se identifica claramente qual é essa fonte de recursos, ou quando ela existe é uma fonte de recursos na verdade virtual. Então, principalmente no caso de um órgão de execução tem que ter muita clareza em relação qual vai ser a sua fonte de recursos para poder atingir o objetivo ou atingir aquela demanda para a qual se direciona o órgão. Mas eu não gostaria, por exemplo, de que o IBAMA ficasse afastado da questão relativa ao extrativismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Passo a palavra à Deputada. Depois, em seguida, ao Deputado Silas.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Dra. Marília, teria condição de me dizer o número de funcionários no que diz respeito pelo menos na área de fiscalização? Eu vou lhe dizer por quê. Hoje, acho que já deve ser de conhecimento do IBAMA, as madeireiras, que aqui foge à questão da seringa, estão indo todas pra dentro do mato. Estão burlando, tão tirando, tão arrancando lá as árvores, tão serrando madeira adoidado. Eu vejo, por exemplo, na Região Norte, onde é cultural. A gente não pode tomar nenhuma medida ou formular qualquer

lei se não pesar no homem. Acho que o homem é o fator principal nisso tudo. E nós sentimos, por exemplo, na hora em que começaram a fechar as madeireiras lá na região, principalmente do sul do Pará, foi um auê, porque muitas fecharam, houve um número crescente de desemprego e ficou por isso mesmo. Quer dizer, eu via, eu até instei o Dr. Paulo Curi, que na época tomava conta lá. Disse: tem que fazer alguma coisa. E fui até ao Dr. Eduardo também. Mas existia a lei acima de qualquer questão. Quer dizer, eu acho um absurdo quando se pensa nas leis, se toma determinada atitude, até mesmo sem respeitar as regiões, as peculiaridades regionais, sabe? Porque o que é bom para a Região Norte não é para a Sul, não. Você coloca, por exemplo, as questões das Regiões Sul e Sudeste, que já está mais ou menos encaminhado, já está com a situação mais ou menos resolvida, mas se você pegar o helicóptero, se você pegar o avião, o teco-teco e sobrevoar a Amazônia, você vai ver o absurdo, o que que é aquela imensidão que não tem quem controle, sabe? Eu vejo e lhe parablenizo por essa sua vontade, essa sua determinação de ficar com o IBAMA, de assumir o IBAMA, mas eu lhe digo, porque eu sou da região. Por exemplo, no Pará, fazer campanha eleitoral, conhecer o Estado não é qualquer um, não. Eu tive essa oportunidade, pela oportunidade que a vida me deu de ser ex-mulher do Governador por duas Legislaturas, e corri aquilo de ponta a ponta, mas não é fácil. E a região amazônia, ela é muito grande, ela é muito extensa. E sempre existem aqueles grupos de má-fé, que você ajeita daqui e eles já estão aprontando ali adiante. Então, me preocupa de você realmente ter uma retaguarda, ter uma condição infra-estrutural para acompanhar essa situação, não só no extrativismo, não. Porque nós temos a questão da castanha, nós temos a questão da madeira, nós temos a questão, enfim, tudo aquilo que hoje é todo mundo vendo lá, olhando a Amazônia e se achando com o direito... Ainda tem mais essa, achando com direito de dar palpite. Eu não digo nem os brasileiro, mas o estrangeiro também. Então, eu acho que é uma questão de se repensar, quando a gente fala aqui a nossa preocupação não é pra lhe destituir, de tirar o IBAMA. Absolutamente. Mas eu acho que é uma coisa de se pensar, até mesmo de dar condições para que vocês desenvolvam um bom trabalho. Tá? E dê uma resposta pra população. Acho que isso é que nos preocupa.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO BADU PIKANÇO) - Com a palavra o Deputado...

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Eu gostaria de saber o número de funcionários.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO BADU PIKANÇO) - Ah! Tá bom. Dra. Marília.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Especificamente na questão de fiscalização, eu não sei aqui quantos funcionários posso mandar. O IBAMA hoje em dia tem ativos cinco mil e alguma coisa funcionários, mas em termos, por exemplo, de fiscalização, só para dar uma idéia de montante, nessa Operação Fique Legal, que estamos desenvolvendo na

região, nós estamos atualmente lá com 177 fiscais. Nós deslocamos fiscais de outras regiões do País pra lá, é uma prática já habitual, até pra que o pessoal da fiscalização já rotineira no Estado não paralise as atividades em termos de uma outra... de uma concentração, vamos dizer assim, de esforços na região. E a idéia nossa é chegar até, mais ou menos... estamos com 177, a previsão nossa é chegar até uns duzentos. E nós estamos com ações relativamente similares em outros Estados. Por exemplo, nós temos um parque nacional que tá invadido por índios lá em Porto Seguro, e mandamos pra lá também, mais ou menos, uma média de uns quarenta a cinquenta fiscais. E com essa questão das queimadas, nós estamos deslocando pra várias regiões do país também em média, são quatro ou cinco regiões, mais ou menos de vinte a 25 fiscais para cada uma. Quer dizer, na verdade, o IBAMA tem uma força de trabalho muito grande. Muitas vezes, essa força precisa ser reciclada, precisa ser redirecionada praquelas atividades que são prioritárias. Como eu falei, tem um processo de reestruturação. O IBAMA tem que se ater àquilo que é competência, na verdade do IBAMA realizar. E eu concordo com a senhora, por exemplo, em relação a essa questão da Amazônia. A Amazônia, ela tem uma realidade muito própria. Não adianta, muitas vezes, a gente fala, não adianta pegar uma pessoa de lá do Rio Grande do Sul e jogar na Amazônia pra fazer alguma coisa porque a própria dinâmica é totalmente diferente. Em termos, até, florestais, as espécies lá são uma e lá é outra. Então, quer dizer, tem que ter todo um trato próprio.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Exato. Com a região. Mas em relação a essa ação nossa, em paralelo a toda essa questão de fiscalização que normalmente se desenvolve nesse período do ano, nós estamos com um trabalho junto com o Ministério do Meio Ambiente, inclusive o trabalho é coordenado pela Secretaria de Coordenação da Amazônia, no Ministério do Meio Ambiente, que é denominado Agenda Positiva. Então, o que tá se procurando com essa Agenda Positiva são feitas uma série de reuniões preliminares... essas reuniões são encabeçadas pelo órgão de meio ambiente do Estado, e, depois, nós fazemos durante uma semana uma série de reuniões com os vários setores do Estado, não-governamentais, da área social, da área ambiental, da área privada, o setor madeireiro, quer dizer, todos os setores econômicos representativos em cada Estado, junto com o próprio Governo Estadual, não só a área de meio ambiente, mas, por exemplo, no caso, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Planejamento, para que a gente construa, vamos dizer assim, em cada um dos Estados uma agenda positiva. E a gente desenvolva um cronograma. São fixadas determinadas metas e, depois, é trabalhado um cronograma pra que a gente possa atingir aquelas metas em que a fiscalização, ela é um, vamos dizer assim, um dos apêndices desse todo. Mas a questão ambiental não se resume na fiscalização, senão nós vamos passar a vida fiscalizando. Em determinadas regiões, como na Amazônia, que é muito grande e é muito

difícil, seria um trabalho infundável de fiscalização a vida inteira. Então, o que a gente está se procurando construir nessa Agenda Positiva é justamente alternativas econômicas pra região que possam, vamos dizer assim, viabilizar a atividade econômica lá compatível com a questão do meio ambiente, que aos poucos a questão da fiscalização possa ser uma coisa mais secundária.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO BADU PICANÇO) - Concedo a palavra um minuto ao Deputado Silas. Em seguida, eu passo a palavra à Dra. Marília (ininteligível) pra... Concedo também um minuto a cada membro da Comissão.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, gostaria de dizer ao senhor e aos nobres colegas...

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO BADU PICANÇO) - Ou, pra engrandecer mais o nosso trabalho e mesmo valorizar os Deputados que prestigiam esta Comissão, eu deixo aberta a palavra por mais...

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Presidente, eu gostaria de dizer a V.Exa. que a presença da nossa ilustre Dra. Marília, Presidente do IBAMA, engrandeceu substancialmente o nosso debate, a nossa investigação, vamos colocar assim. Eu queria propor ao senhor que, dentro do que mais foi citado aqui, que são ou nós temos a obrigação e não temos o recurso ou temos a obrigação e não tá bem definido o recurso, não fica claro a fonte... por conta disso, se percebe que o Governo tem uma responsabilidade muito grande em tudo isso. Eu queria propor ao senhor, como nós estamos num Governo que segue durante já quatro anos e sete meses, que fosse convocado o Sr. Ministro da Fazenda para vir até essa CPI esclarecer por que que não fica claro essa situação, e o Ministro do Planejamento. E também queria propor a esta CPI que nós pudéssemos solicitar à Federação, acho que a Federação da área industrial, ligada à borracha, que nos fornecesse uma planilha da composição de custos deles, inclusive para saber quanto pesa, quanto custa a borracha que eles compram de fora, qual o subsídio que tem, por que não comprar no mesmo preço e, se comprar, qual é o peso que isso tem na produção final do pneu e dos derivados de borracha. Porque eu quero entender por que que a borracha no Brasil não tem preço. E o que me consta é que na composição de custos, desde o final, não tem nenhum tipo de subsídio quando ele coloca, quando inclui na composição deles, quando inclui na composição da compra, tem que ser subsidiada, quando inclui na composição da venda, aí ela tem um peso de outros, em outros insumos que ultrapassa os limites da coerência. E também dizer pro Sr. Presidente, gostaria de solicitar ao Sr. Presidente que fosse solicitado a mais dessas informações também a convocação do Presidente desse setor para que ele viesse aqui também nos esclarecer alguns pontos, que eu acho que é de extrema importância pra gente entender esse momento da crise no setor da borracha. Eu quero fazer minha as palavra do Deputado Jurandil Juarez no que diz em que

todas as colocações que nós podemos ter ouvido durante esses últimos dias fica claro que o Governo Federal é o grande responsável pela grande crise no setor e pela incoerência de não analisar o social, como deve ser analisado ou, como disse a Deputada Elcione, que... uma colocação muito grande... não pesou o homem em primeiro lugar e sim o que significava qualquer tipo de situação. Outra situação que eu gostaria de colocar, e aproveito a presença da Presidente também para que eu colocar isso, nós ouvimos, eu não sei dimensionar números, mas na minha região lá do Amazonas, do Pará, do Acre, do Amapá, a gente ouve em números exorbitantes, que o PP7 investe nas regiões através de programas específicos do Ministério. E eu queria saber, Presidente, se o senhor me permite, eu sei que o senhor tá, nós tamo no nosso limite, mas é uma coisa bastante interessante que eu não vou ter outra oportunidade, com certeza...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Só um minuto. Eu vou me retirar por um minuto, o Deputado Jurandil vai assumir, e eu quero dizer que a Presidência vai acatar, como forma de requerimento verbal, a convocação...

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - ... e aqui a Mesa, o secretariado da Mesa já está providenciando o nome da pessoa e a...

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Juntamente com o Ministro da Agricultura, que já foi falado, o Ministério da Agricultura sobre o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Então, depois das considerações, gostaria que você continuasse. Eu passo a Presidência ao Deputado Jurandil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - A palavra continua com o Relator.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Certo. Então, nós ouvimos, Dra. Marília, números bastante interessantes. Inclusive lá no meu Estado, que tem o Instituto de Pesquisa da Amazônia, naquela região toda, nós ouvimos em muitos números. Números que, é... demonstrar, inclusive, aqui o meu constrangimento de falar, mas, números que são muito grandes, que pesquisam coisas que eu nunca ouvi falar do resultado, e eu tenho 36 anos de idade, moro no Amazonas esse tempo tudo, nunca ouvi dum resultado, assim, uma coisa palpável. O Instituto de Pesquisa que gasta x milhões por ano de dólar, que vem não sei da onde, é, colocou uma coisa aqui na mesa que vai virar produção, que vai agitar alguma coisa, que vai resolver alguma coisa. Nada, nada. Só pesquisa, que pro Brasil eu quero conhecer ainda o que que deu de resultado. Pra fora eu não sei. Pra dentro eu não vi nada ainda, absolutamente nada. E é muito dinheiro, por conta disso, nós passamos constrangimento nas nossas regiões, como acabou de ser colocado, nós não temos nenhuma atividade comercial que

possa derrubar uma árvore, que possa fazer um campo, que possa fazer isso, porque tudo é contra a natureza. No meu Estado, no Estado do Amazonas, nós ainda somos privilegiados quanto a isso, apenas 2% da nossa área territorial está devastada, 2% só. Esse é o maior sacrifício que o povo daquela região pode dar e por conta disso todas as políticas de Governo direcionada a nossa região são política de opressão, de opressão. Nos últimos quatros anos, o Governo Federal, por exemplo, na cidade como Manaus não colocou um centavo pra investimento, um centavo nos últimos quatro anos. Então, se percebe que há uma irresponsabilidade, não-compromisso factível do que está aí. E em detrimento desses recursos fabulosos que a senhora mesmo, como já foi representante, acabou de falar, trabalhou já no PP7, é isso? Eu queria saber se não existe nessa conversação com os órgãos internacionais, onde deve ter um representante nosso, onde deve ter um dele, outro dele, outro dele, se não existe uma conversação com esse pessoal lá fora que pra gente manter isso como está custa um sacrifício muito grande pra população daquela região. E por que o IBAMA, por que o Ministério não transforma isso em dinheiro? Que não sai do bolso do contribuinte, que não onera imposto, mas que onera em pressão internacional através desses órgãos pra que a gente mantenha a região como está? Por que o IBAMA? Por que o Governo ainda não fez isso? Por que isso não vem acontecendo? Por que eles só querem investir em pesquisa? Não, tem que ser pesquisa. Tem que ser preservação do meio ambiente, tem que ser aterro sanitário. Sei lá, eu não entendo muito bem disso e eu quero ter a humildade de reconhecer que eu não entendo bem disso, mas assusta a gente saber que há uma conversação com os órgãos internacionais constantemente através dos Ministérios que cuidam disso. Isso não se transforma em preocupação, em manter o homem que explora o extrativismo lá, não se transforma em nada. Se investiu no projeto SIVAM bilhões de dólares, para vigiar a Amazônia, vamo vigiar a Amazônia. Aí vai lá pega um empréstimo internacional, certo, contrata o próprio Estado Unidos para implantar os equipamentos, através de uma licitação, diz que é mundial. É uma fortuna pra isso quando todos nós sabemos que quando o extrativismo funcionava de uma forma efetiva era uma forma eficaz de vigilância, porque tava lá o homem da floresta, tava lá o homem da floresta, que servia como um olheiro do povo brasileiro, como um alerta direto para a nossa proteção. E vou dizer uma coisa pra senhora. Eu não tenho nem vergonha de dizer que a gente falar pros técnicos que falam que são altamente capacitados em ecologia, todo mundo pensa que está falando besteira. Está falando besteira porque eles não moram lá onde a gente mora. Eles pegam um mapa aqui e tratam a ecologia como se fosse um papel. Aqui é uma área verde que precisa ser preservada etc. etc. E muitos termos que, às vezes, a gente nem sabe colocar muito bem, tem vontade de expressar isso e gritar, porque a gente está representando este povo e não consegue falar e, às vezes, a gente não se expressa muito bem. Mas eu tenho a impressão que a senhora sabe do que eu estou falando. E eu não ouço falar de nenhuma ação

forte, e sim ouço falar nos corredores políticos de Brasília e lá do meu Estado, muito pelo contrário, ouço imposição de nomes, imposição de políticas, imposição disso, imposição daquilo, não empresta se não fizer isso, não faz aquilo etc. Disso eu ouço falar constantemente, mas ouvir falar que, não, o Brasil foi lá, sentou e disse não, é tudo isso, então, vambora fazer o seguinte, vambora conservar então sobre uma política desenvolvimento séria e que custa x e que alguém tem bancar para alguém pra poder aquilo ficar como tá. E aí eu queria pra encerrar as minhas, Sr. Presidente, ouvir da Dra. Marília se existe algum tipo de discussão nesse sentido. Se os órgãos internacionais realmente têm interesse em que a gente segure como aquilo como tá ou se o interesse deles é outro. É manter também como tá, mas sem nenhum tipo de investimento com a miséria total. Certo? Aonde hoje qualquer país do mundo que invadir aquilo ali vai ter uma facilidade tremenda de tomar conta, porque o povo tá tão miserável que qualquer coisa que melhorar pra eles tá bom. É melhor do que o Brasil, qualquer coisa que melhorar na nossa região é melhor do o Brasil, qualquer coisa, e isso facilita com certeza, isso desprotege aquela região de uma forma profundamente lamentável. Eu queria saber se nessas discussões que vocês vivem tendo lá fora, o Ministro Sarney, que só vive no exterior, nessas grandes rodas das grandes nações, se existe alguma discussão nesse sentido.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Em relação ao PPG-7, eu já estou há um certo tempo afastada. Eu trabalhei no PPG-7 até 94, né, então, basicamente cinco anos afastada do PPG-7.

O SR. DEPUTADO SILAS BRASILEIRO - Participa dessas discussões lá fora ou só o Ministério? É só Ministro?

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - É só o Ministério.

O SR. DEPUTADO SILAS BRASILEIRO - É uma pena, né?

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Mas seria interessante que talvez a gente pudesse encaminhar para cá também o que é, na verdade, o programa piloto. O programa piloto, ele é um programa em que a coordenação é feita pelo Ministério do Meio Ambiente, aliás, por uma comissão coordenadora em que o Ministério do Meio Ambiente participa, outros Ministérios também participam, mas ele conta, vamos dizer assim, com um componente de participação muito grande por parte dos Governos Estaduais. Por exemplo, tem um subprograma que é o de política de recursos naturais em que, na verdade, o programa, ele foi elaborado, planejado, e ele é executado por meio dos Governos Estaduais de cada um dos nove Estados da Amazônia. Ele tem um componente que é totalmente voltado à questão, vamos dizer assim, das organizações ambientalistas, que é o PDA, é o Programa Demonstrativo tipo A. O recurso ele é totalmente endereçado pra organizações não-governamentais, não só da Amazônia, mas também da Mata Atlântica brasileira. Tem um

componente voltado à questão de ciência e tecnologia, que foi aquele que o senhor se referiu, né, em que o INPA lá no caso da Amazônia faz parte e o Goeldi, lá no Pará, é o outro, vamos dizer assim, receptor dos recursos. Tem um programa voltado à questão indígena. Quer dizer, na verdade, é um programa bastante amplo, esse programa atualmente está sendo rediscutido pelo Ministério do Meio Ambiente e está sendo feita toda uma reavaliação em termos dos resultados que foram até o momento obtidos pelo programa para que ele possa ser reorientado, redirecionado realmente pras prioridades da região. Eu acredito que qualquer contribuição nesse sentido é bastante interessante. Havia anteriormente, vamos dizer assim, um componente muito forte em termos de determinação dos países doadores em relação ao que seria feito no programa, desde que o Ministro Sarney assumiu, inclusive foi uma única reunião que ele já foi no exterior em relação ao PPG-7, ele já fez um redirecionamento do programa pra que o programa realmente atenda à necessidade do País, e não ao interesse dos países doadores. E o programa tá sendo todo replanejado e reformulado sob a coordenação da Secretaria da Amazônia. Então, acredito inclusive que os nobres Deputados que têm um interesse direto na região possam inclusive entrar em contato com o Ministério pra apresentar sugestões e colaborar justamente nesse processo de reformulação. O IBAMA é um dos, vamos dizer assim, um dos beneficiários do programa e inclusive o que a gente tem feito, grande parte do que tem sido feito nas reservas extrativistas foi conseguido com recursos do PPG-7.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Concedo a palavra à Deputada Elcione.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Eu só tenho que agradecer, Sr. Presidente, à Dra. Presidente do IBAMA, Marília — é que é tanta coisa, já tão me chamando já pra ir pra outro lugar e eu tô com uma boa dor de cabeça aqui —, pela sua gentileza, pelo seu esclarecimento. Deve imaginar, e volto a dizer, o nível de pressão que nós vivemos aqui dentro. E a gente tem que sempre dar um retorno. E foi em razão disso que eu volto a dizer da gente ter pedido que a senhora estivesse aqui conosco para esclarecer. E até estou estranhando o Deputado Nilson Pinto não estar aqui neste momento. Até que ele poderia engrandecer muito mais isso aqui, porque ele foi Secretário do Meio Ambiente lá no Estado e foi reitor. Então, tem um conhecimento muito amplo do que a gente, que conhece mais por vivência do que conhecimento mais profundo. Mas quero lhe agradecer, entenda da nossa boa vontade de somar junto com o Governo como um todo, não só com o Ministério do Meio Ambiente, porque a amplitude, poderia dizer, é bem significativa. Eu estive lá também na questão da pesca, tem a questão indígena, enfim, a gente vive nesses rolos que são característicos da nossa região. E eu quero lhe agradecer a sua atenção. Obrigada, Dr. Rafael. Eu tenho a maior estima, o maior respeito por todo o interesse de assumir essas causas todas, embora não sendo

brasileiro, nascido no País, é uma pessoa altamente sensibilizada, e isso toca muito profundamente na gente. O meu muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Com a palavra...

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - E conta aqui com a gente, viu? E já leva essa proposta que foi colocada aqui muito superficialmente. E a gente vai até convocar depois o Dr. Rafael pra encaminhar algumas propostas que venham somar, não só com o IBAMA, mas com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Com a palavra o Deputado Sérgio Barros.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS - Sr. Presidente, eu gostaria ainda não necessariamente perguntas, mas com relação ao que o nobre Relator estava discorrendo, eu vejo que a senhora tem uma missão muito árdua ali, não só a senhora como toda a equipe, e eu sei que não é fácil. Eu acompanhei, no início do novo Ministério, essas questões da Agenda 21. E tenho acompanhado, se bem que a uma certa distância, e vejo que para realmente implementá-las essas ações como um todo parece que tem muitas dificuldades. Não se discute, se planeja, e, na realidade, não chega lá na ponta final. E as questões, por exemplo, da Amazônia como um todo, é lógico que vocês é que conhecem melhor do que eu, embora estou já há vinte anos no Acre, embora tenho percorrido também basicamente todos os Estados da Amazônia, trabalhando ao longo desses vinte anos... E quando se fala sempre... por isso que eu coloco, o IBAMA lá pra a sociedade, lá para o produtor, lá para o seringueiro, não é, ele tem sempre como o IBAMA sendo um órgão, um agente repressor, na realidade. Olha, não pode fazer isso, a cadeia, a Polícia, aquele negócio todo. Eu acho que precisamos inverter essa condição toda. Acho que o fundamental...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Começou a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARROS - O fundamental é invertermos essa situação toda e estarmos ao lado dos produtores, ali do homem que vive na Amazônia. Mas eu queria parabenizá-lo, V.Sa., à frente dos trabalhos que vejo bastante árduo, e também de toda a sua equipe. E que realmente agora estamos ansiosos para ver realmente o destino, qual é o modelo, quais são os projetos que temos em termos de alternativa, desenvolvimento sustentável para a nossa Amazônia. Por isso, Sr. Presidente, concluindo, agradecendo aí, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Eu gostaria de saber se o Deputado Jurandil...

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer as considerações finais e, dentro dessas minhas considerações, colocar o seguinte ponto: nós, quando iniciamos essa Comissão Parlamentar de Inquérito, tínhamos todo o objetivo de procurar as causas da crise. E certamente nós nos encaminharíamos para uma posição e, em

encontrando, propor soluções. A posição investigativa não teria nenhum propósito, não teria esse objetivo de encontrar irregularidade no que acontece agora, porque a constatação óbvia que nós tínhamos, quer dizer, o conhecimento mais elementar dessa atividade, é que o seringueiro e a atividade do seringal de cultivo estavam em petição de miséria. Então, constatado isso, nós partiríamos pra propor alternativas para que isso fosse modificado. No entanto, Sr. Presidente, eu fui surpreendido pelo fato de nós termos encontrado irregularidades. Ainda que esteja tudo em petição de miséria, ainda assim, tem alguém se nutrindo dessa atividade que está praticamente morta. E essa coisa não pode ser colocada com essa simplicidade que nós estamos colocando aqui. Ela tem que ter desdobramento. Em primeiro lugar, há uma clara demonstração de fraude fiscal. Você, quando emite uma nota fiscal subfaturada, você está fraudando o FISCO. Nós temos em mãos uma relação de notas fiscais claramente subfaturadas com o objetivo de sonegar ICMS. Segundo ponto, esses dados que foram apresentados aqui, essas 99 toneladas, que são documentadamente de seringal de cultivo, elas não só mascaram a produção do seringal nativo, elas também podem se constituir numa fraude, na medida em que, saindo como do seringal nativo, têm direito aos 90 centavos de subsídios que existem para a atividade. Por isso mesmo, Sr. Presidente, ao encerrar a minha participação, eu queria pedir à Presidência da Comissão que nós gestionássemos, porque, veja bem, diferente do que pode pensar o IBAMA, a partir do momento que essa Comissão tomou conhecimento, vamos ter que levar ao deslinde essa questão. Porque, se a denúncia é falsa, nós vamos responsabilizar quem denunciou e denunciou em papel timbrado, assinou, porque senão seremos omissos. Nós tomamos conhecimento. Se não foi uma denuncia falsa, nós temos a obrigação, não só obrigação moral, obrigação legal de levar até as últimas consequências pra ver, porque, pelos levantamentos que eu comecei fazer no AMAPÁ, já tenho indicações de que esta mesma prática está ocorrendo lá. Na verdade, isso pode ser a pontinha do **iceberg** de uma monumental fraude que se faz em cima da miséria do seringueiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Muito bem, Deputado. Eu gostaria que o senhor, na próxima sessão, encaminhasse algum tipo de proposição para que esta Presidência tomasse os devidos caminhos legais.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Pela ordem, Sr. Presidente. Pertinente ao que o nobre colega falou, gostaria inclusive de que o Deputado Jurandil pudesse inclusive formular, vamos dizer assim, um mapa da mina, pra, já que nós estamos representado da Amazônia legal praticamente todos aqui, cada um dos nossos colegas fizesse essa mesma pesquisa nos seus Estados, que a gente cruzava as informações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Nós poderemos é... como tava desde o início dos nossos trabalhos, fazermos uma visita a alguns Estados. Deveríamos começar por aí. Na próxima sessão, eu gostaria que o senhor encaminhasse um requerimento

para que nós tomássemos as devidas providências. Nós marcaríamos uma visita ao Pará e iríamos conhecer essa situação de perto, sem dúvida nenhuma vai engrandecer o nosso trabalho.

Agradeço a presença da Sra. Marília Marreco e passo a palavra pra ela fazer as considerações finais.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Agradeço a possibilidade de contribuir pros trabalhos da Comissão. Até pela vinculação do assunto com a questão do extrativismo no IBAMA, nós temos também um interesse direto, não só na questão da investigação em si, mas na questão da proposição principalmente. O que houver necessidade em termos de apoio do IBAMA até mesmo nessa ida aos Estados por parte das estruturas nossas lá ou de informação e tudo mais, eu coloco o IBAMA à disposição da Comissão para qualquer tipo de informação e de apoio inclusive logístico, se for necessário, pros trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Obrigado. Peço a presença dos nobres colegas. A Presidência acatou o requerimento verbal do Deputado Silas Câmara, Relator desta Comissão. Aproveito a oportunidade para ler: "Requerimento do Deputado Federal Silas Câmara convocando o Presidente da Federação das Fábricas de Pneumáticos e Derivados de Borracha do Brasil". É isso? Gostaria de saber se o autor da proposição tem algum comentário a fazer, antes de encaminhar a votação?

O SR. DEPUTADO SILAS BRASILEIRO - Sem comentários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Não havendo quem queira discutir, encaminho a votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Mais uma vez, vou agradecer a presença da Dra. Marília, do técnico do IBAMA Rafael. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando a reunião para o próximo dia 15, porque essa semana que vem vai ser uma semana que vai ter feriado, muitos terão compromissos. Gostaria até de consultar se já faríamos essa convocação para esse requerimento do... seria normal. Então, fica certo assim. Nós iremos divulgar a pauta e o local da reunião.

Está encerrada a reunião.

REUNIÃO DE 29/09/99

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - (Início da reunião não gravado) ...empresas ou pessoas físicas da Região Nordeste, no período de 1985 até a presente data, com o objetivo de plantio da seringa. Ofício GS/AUD de nº 650/99, de 9 de setembro, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, encaminhando, a pedido desta Comissão, mapa em que estão relacionadas as empresas que receberam recursos do FINAM no período de 1985 a 1999, para o plantio da seringa, registrando a informação de que pessoas físicas não são beneficiárias dos recursos financeiros do Fundo de Investimento da Amazônia — FINAM. Ofício nº 162/99, de 13 de setembro, da Deputada Elcione Barbalho, solicitando, em razão de sua participação no Seminário Internacional da Mulher, de 14 a 17 deste mês, conforme cópia do convite anexa ao documento em questão, providências para que não ocorram sanções administrativas contra a sua ausência nas reuniões desta Comissão. Ofício nº 1.120/99, de 18/09/99, da Prefeitura de Belterra, informando que aquela administração não dispõe de dados que possibilitem respostas satisfatórias a esta CPI, uma vez que a instalação do Município em questão ocorreu em 01.01.97, e que o acervo deixado pela extinta companhia Ford Industrial do Brasil foi incorporado ao patrimônio da União. Sugere ainda que, para maiores informações, seja contatada a Delegacia Federal do Ministério da Agricultura no Pará, com sede em Belém, responsável pela administração de Belterra e Fordlândia até 1996. Expediente da EMBRAPA em que, por orientação do Dr. Alberto Duque Portugal, é confirmada a participação do Dr. Vicente Moraes em audiência pública desta Comissão; e da impossibilidade de participação do Dr. Eurico Pinheiro, por encontrar-se em viagem ao exterior, colocando-se o referido pesquisador à disposição desta CPI, para proferir palestra em outra oportunidade.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Pela ordem, Sr. Presidente. Em razão da resposta... (Fora do microfone. Inaudível.) ...à solicitante sobre o Prefeito de Belterra dando o retorno. Então, eu gostaria que a Presidência desta Comissão autorizasse no sentido de que se fizesse um encaminhamento à Delegacia, de acordo com a orientação que nos foi dada, para que nos prestasse algumas orientações, algumas informações, melhor dizendo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - A Presidência acata a solicitação da nobre Deputada Elcione Barbalho, mas solicita que seja feito o requerimento, para que a gente possa fazer o encaminhamento. Passemos à Ordem do Dia. Audiência Pública, com a presença do Dr. Vicente Haroldo de Figueiredo Moraes, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, a quem convido para tomar assento à Mesa. O Dr.

Vicente Haroldo de Figueiredo Moraes é engenheiro agrônomo, formado em 1960, pela Escola de Agronomia da Amazônia, hoje Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, em Belém. Exerceu as funções de pesquisador em agricultura desde 1961, no antigo Instituto Agrônomo do Norte, em Belém, hoje EMBRAPA-CPATU; e desde 1975, na EMBRAPA-CPAA, em Manaus. Especializado em fisiologia vegetal, tem curso no Instituto de Botânica de São Paulo e na Universidade de Londres, Inglaterra. Concedo a palavra ao Dr. Vicente Moraes, que disporá de até 20 minutos para a sua exposição. Conforme norma, o expositor não poderá ser aparteado enquanto estiver expondo.

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Minha primeira manifestação... Eu havia sido informado de que disporia de 40 minutos. Na verdade, o meu maior problema foi condensar o volume extremamente grande de informações que se dispõem — e são pertinentes, são relevantes — adequadas ao tempo que me seria concedido. Vou tentar fazer essa... Comprimir ainda mais, em vinte minutos. Vou... E isso forçado, porque eu preparei uma palestra com base em audiovisuais, e até agora não foi possível conseguir um retroprojeto. Eu tenho algumas fotos que seriam interessantes para fornecer evidência de fatos, que podem ser distribuídas, então, na ausência do... Eu me permiti dar a esta apresentação o título de "A Luta pela Borracha no Brasil", que é o mesmo título de um livro, o melhor livro que já li, sem fantasias, descrevendo a história da borracha no Brasil, de autoria de uma jornalista americana Warren Dean, com versão para o português. Na verdade, como já falei, o meu escopo seria bem mais reduzido do que o que trata esse livro. Mas não é possível entender as coisas como se passam agora sem fazer algum retrospecto. Eu começaria falando das várias tentativas de heveicultura na Amazônia, porque uma das noções mais difundidas é: o imediatismo, a crença de que a borracha não teria nenhum sucesso fora da hileia amazônica nos deixou apáticos. Não é verdade. Isso não foi uma atitude unânime. Há vários exemplos de plantios de seringais um pouco mais atrasados do que quando se iniciou a plantar bastante borracha no sudeste da Ásia, mas as coisas datam de 1907, 1910. Hoje, quem ainda viaja no Baixo Amazonas encontra às margens dos rios várias reboleiras de seringais plantados, plantados de sementes, mas o nosso concorrente nessa altura estava plantando também seringa com semente. Ele tinha uma produtividade de 400 a 500 quilos por hectare. Só que, a essa altura, já existia, no sudeste da Ásia, uma estrutura de produção agrária estabelecida, e por trás dela toda a potência do Império britânico, com apoio de pesquisa, com apoio ao desenvolvimento. Tem uma área restrita, pequena. Se nós pensarmos na Malásia, nós temos apenas 134 mil quilômetros quadrados. Ela é um gigante. Nós pensando em hileia, temos 4 milhões. Essa é uma coisa que precisamos refletir. Quando se começou a plantar seringueira na Malásia, já existia uma extensa rede de ferrovia para escoamento de cassiterita. E foi ao longo dessa rede que... Já existia, portanto, infra-estrutura, toda essa estrutura de fazenda, de

profissional em agricultura, de um setor oficial dando apoio em pesquisa, fomento etc. No nosso caso, as tentativas de plantio foram por acreditar que a coisa ia dar certo, mas ninguém nunca registrou — esse é o ponto que eu quero chamar a atenção. Qual foi o impedimento, quais foram os problemas ocorridos? Nós temos um registro, a partir de 1913, de que, na Guiana Inglesa, os holandeses abandonaram a sua plantação, porque lá chegou uma doença que destruiu a plantação. Na verdade, o fungo hoje chama-se *Microcyclus ulei*. Ele era chamado *Dothidella ulei*. E a primeira descrição desse fungo é de 1901, em seringal nativo do Juruá. Por que os ingleses abandonaram? Eles tinham alternativa dos seringais da Ásia. Em 1918, os holandeses fizeram o mesmo. Depois, veio a plantação Ford. Esse deixou um registro bem claro, bem nítido de que nós tínhamos um problema biológico sério, porque a plantação de Fordlândia foi destruída e restaram algumas plantas só, que foram resistentes, que serviram de base para um extenso programa de melhoramento genético, iniciado pela Companhia Ford, e em 1943, como falado aqui, passou todo esse acervo, a preço simbólico, ao Governo brasileiro. As pesquisas tiveram continuidade com o Instituto Agrônomo do Norte, agora, CPATU, e o objetivo era: criar aquele clone que tenha resistência e produtividade. Isso era tudo com base no conhecimento daquela época. Hoje, nós sabemos que nenhum desses clones selecionados resiste ao longo do tempo ao ataque do mal-das-folhas. O fungo quebra a resistência desse clone. Depois de quarenta, cinquenta anos de trabalho, de insistentes tentativas, chegamos à conclusão de que, via melhoramento genético clássico, usar uma planta resistente e transferir para o cruzamento dos seus genes de resistência, há uma diluição, há uma perda e, ao longo do tempo, há uma quebra dessa resistência. Mas isso não impediu. A pergunta seria: e com esses antecedentes, por que é que foi lançado o PROBOR na Amazônia? Eu explicaria, com o seguinte raciocínio: ainda havia clones tanto na plantação da Goodyear, no Pará, como na Pirelli, que se mostravam com a tolerância, tinham um bom... Tinha a condição de satisfazer as condições recomendadas para plantar. E lá em Belém também existia um clone resistente. O que nós não sabíamos, e que foi a pesquisa feita em Manaus pelo extinto centro de pesquisa da seringueira, depois, seringueira e dendê, esta seria mostrada em **slide** com mais detalhes. Esta publicação mostra o conhecimento que se tem sobre a doença, e que os países do sudeste da Ásia vêm buscar aqui. Eles já fizeram a quarta reunião sobre o que eles chamam de **south, South America in live bright(?)**, para pegar subsídios nossos. A Malásia tinha um centro de pesquisa em Trinidad, que transferiu para trabalhar junto com a EMBRAPA. A grande contribuição, uma das grandes contribuições, além do conhecimento de epidemiologia, de mecanismos de resistência: a alta variabilidade do fungo, e que a maior variabilidade se encontra na Amazônia. Porque se pergunta, se na Bahia o fungo não destruiu totalmente as plantações, e menos conhecido, na costa atlântica da Guatemala, onde há condições para o ataque do fungo, ele não destruiu totalmente as plantações, é que lá há menor

variabilidade genética. Esse fungo evoluiu junto com a planta aqui na Amazônia. Então, há dificuldade, está aí a mostrada, de que nós não conhecíamos esse grau enorme de variabilidade, e quando se expandiram os plantios no PROBOR, nós vimos a incidência de ataque. Como é que se dá esse ataque? O fungo ataca folha nova, e a seringueira, depois de quatro anos, troca a folha. Ela tem um período de vulnerabilidade, com toda a população com folhas jovens. Se houver umidade no ar que permita o acúmulo de orvalho por umas seis horas, durante a noite, sobrevém o ataque epidêmico. O mal-das-folhas é tido como uma das dez doenças, piores doenças das plantas, e se escolheram as cinco, talvez ele fique nas cinco, se escolherem três, talvez nas três. Nós podemos falar na ferrugem do café, que destruiu as plantações dos holandeses, na época em que eles estavam reticentes ainda se plantavam borracha ou não. Nessa altura, nós andamos juntos nessa aventura aqui na Amazônia. O cartel dos ingleses aumentando o preço, e os americanos reclamando, porque eram os maiores consumidores. Isso por volta da virada do século XIX. Os preços subiram tanto... Deixou de haver a opção pelo café, e descobriram que a seringa que crescia bem lá... E o plantio tomou um vulto com essa remuneração que a borracha trazia e com a boa adaptação da planta lá, que não levaram o fungo junto com as semente. Deu no que deu. Mas nós nos queixamos que tivemos uma crise séria; eles também tiveram. Houve um excedente de produção, que a borracha cotada a 1 dólar e 80, que talvez fosse 20 dólares agora, baixou para 8 centavos de dólar. Nessa altura, repetiu-se o mesmo que está acontecendo agora na Malásia, ou no sudeste da Ásia toda. Os pequenos produtores, com um hectare e meio, sem ter onde apelar para conseguir a sua subsistência, passaram a sangrar a seringueira duas a três vezes por dia, comprometendo a sua produtividade — eu não marquei horário — comprometendo a sua produtividade. Isso aconteceu na década de 30, sucedendo à queda, à recessão de 29 e 30, e aí se criou organizações para proteção da borracha: Plano Stinvinson(?), acordo internacional da borracha, associação de produtor de borracha, com apoio do Governo. Hoje em dia, a nível internacional, pode-se contar umas seis instituições que dão apoio institucional à borracha natural ou à borracha, como geral. Por exemplo, o Instituto de Estudos da Borracha internacional — IRSG, que engloba também borracha sintética. O IRRDB, que me permite ter melhor informação do que sucede no mundo com borracha, porque eu não sei mais do que acontecendo nas áreas de escape, para onde a borracha se expandiu, porque o setor da borracha se desarticulou, e eu não tenho como captar informações, a não ser o que sai em revistas. Dantes, nós tínhamos um programa nacional de pesquisa, nós tínhamos acompanhamento, e toda equipe que trabalhava em pesquisa seringueira estava sabendo exatamente o problema de São Paulo, do Espírito Santo, da Bahia, sob a coordenação do Centro de Seringueira, em Manaus. Essas informações que se recebe do IRRDB me permitem trazer algumas informações interessantes aqui. O mal-das-folhas, como dizia, é um fungo que

se espalha desde o sul do México até São Paulo. A área de escape também tem um fungo, só que na troca anual dos plantios adultos, a troca coincide com um período muito seco e com umidade não superior a 60%, durante dois meses consecutivos. Isso impede que o fungo provoque um ataque. Mas nós sabemos, pela pesquisa em Manaus, que existem estirpes desse fungo capazes de esporular até com três horas de molhamento; é um perigo potencial para as áreas de escape. E existem estirpes que podem esporular, causar infecção até com 16 graus centígrados, e estão causando dano severo no Espírito Santo, agora. Quer dizer, ela é uma doença que se compara, por exemplo, com a queima da batatinha, que provocou a morte de muita gente por fome, quando destruiu as plantações de batata na Irlanda; equivale à tristeza do citro, que destruiu as plantações de citro; à ferrugem do café, que já mencionei; ou, agora, nós sabemos, a vassoura de bruxa. Se essa doença chegar a ser introduzida no extremo oriente, onde os clones são altamente suscetíveis, vai ser um problema para o ocidente, igual à causada pela invasão dos japoneses que cortaram o suprimento de borracha para o ocidente. Nós não vamos ter onde se suprir com borracha natural, que é imprescindível. Ela não pode ser substituída na fabricação de pneus de avião, pneus de carreta, pneus radiais, porque é a única que dá ligação boa com metal, e outros tantos produtos. Existe regras restritas para entrar na Malásia, mas aumenta a possibilidade de entrada desse fungo com o aumento dos vôos. Eu tenho aqui, e passo às mãos da Comissão, um artigo saído na **Fortune**, que descreve o que aconteceria para o mundo com a entrada do *Microcyclus ulei* na Malásia. E a minha palestra, o texto, ela está mais ampliada, inclusive aí, do que vou apresentar aqui, agora. O que nós fizemos? Nós concluímos que o melhoramento genético, em termos clássicos, aquele de cruzar as plantas, não chegava a uma solução. É muito provável que seja quase impossível obter uma planta transgênica, com engenharia genética, porque são vários genes que atuam no mecanismo da resistência. E para transferir um único gene já é um problema gigantesco de pesquisa. Atualmente, a pesquisa, inclusive, com essa doença, devia ser reativada pelos produtores do sudeste da Ásia, com essa associação dos produtores, países produtores de borracha natural, que nos têm visitado sempre, que viram que nós paramos a nossa pesquisa, mas também estão passando por uma crise. Resultado: atualmente não se está fazendo mais nada, e esse artigo na **Fortune** é um alerta contra isso. O problema de entrada do *Microcyclus* na área que contribui com 92% de toda a borracha natural que o mundo consome. Aí vem a pergunta: o que fazer? Controle químico é bem fácil de fazer em viveiro. Nós temos um arsenal de fungicidas, que pode controlar quimicamente essa doença, mas é muito difícil, e, com o preço baixo, totalmente inviável aplicar com aeronaves. Foi feita bastante pesquisa, na Bahia, com técnicos de aplicação de fungicida. A única que eu vi eficiente foi aplicação via terrestre, que nós vimos, visivelmente, que dois terços da copa, a parte mais baixa, estava sadia. Porque é relevo difícil, as condições de aplicação e necessidade de repetir umas cinco,

seis vezes tornam muito caro isso. Nós desenvolvemos... Uma notícia que nós trazemos aqui: se eu tivesse parado o meu trabalho, persistência em continuar, decisão individual, que mostra que a EMBRAPA não atua com tanto rigor, com tanto autoritarismo. E aceitou os meus projetos sempre. Eu fiquei sozinho, há oito anos, tentando viabilizar a última técnica disponível, e que não estava pronta para aplicar. Por quê? Nós tínhamos outras... Nós temos outras espécies, que são imunes à doença. Hevea pauciflora; hevea brasiliensis, a seringueira notável, produz algum látex, obteve híbrido dela para tentar ter resistência... E a solução cirúrgica, que eu chamaria: coloca uma copa, troca a copa da seringueira, que nós chamamos de enxertia de copa, que não é uma solução nova. Os próprios... Plantação Ford tentou isso; fez a técnica que eles aplicaram. Era imperfeita. Depois, foram feitos testes, ou áreas, já em escala semicomercial, na Bahia, utilizando aquele sonho que eu falei, que depois quebra a resistência. Não resolveu. O material de hevea pauciflora tem quatro dificuldades. A maioria dos clones tem baixo índice de pegamento da enxertia. Quer dizer, um empresário ou um plantador que faz uma primeira enxertia, só pega 30%, depois só... Ele desiste. Tem que ter um alto índice de pegamento. As copas são muito volumosas, predispõem a planta à quebra pelo vento, e na Bahia a ataque de (ininteligível). E o grande problema: ela reduziu a produção. Por sorte nossa, nós não precisamos fazer pesquisa básica aprofundada. O nosso trabalho não gastou muito dinheiro; gastou informação. A seringueira, ela vem sendo estudada, e hoje se conhecem todos os passos da fisiologia do látex. Como é que ela pega uma molécula de açúcar e transforma em borracha? Quais são os fatores que atuam nisso? Então, nós estudamos: como colocamos a copa? O que muda? Que característica tem que ter uma copa, para se ajustar? Hoje, nós temos material de alto pegamento de enxertia, com alta produção — 1.500 quilos por hectare no quarto ano é uma produção razoável —, com uma taxa de crescimento que nos permite entrar em sangria, mesmo em solo ruim, aos seis anos — é possível que um solo melhor chegue aos cinco anos, nós estando iguais aos outros. E nós desenvolvemos agora uma série de híbridos com outras espécies, que tiram todos esses defeitos. Nós temos copas pequenas, nós temos alto pegamento e 25% a mais de produtividade. Nós podemos chegar a duas toneladas de borracha, provavelmente, em cinco anos, o que o nosso competidor, lá fora, faz, sem ter a Espada de Dâmocles, que eles vão ter sempre; entra o (Ininteligível) e acaba com a produção deles. Bom, nós temos uma solução técnica? Temos. Nós temos um protótipo tecnológico. Mas é desolador para mim, como pesquisador, constatar que, ao ter essa solução, não se dispõe mais de toda aquela estrutura que o PROBOR tinha de assistência técnica, fomento, crédito, às vezes até em excesso. Em alguns locais, você chegava e tinha uma unidade da SUDHEVEA e uma da EMATER, para dar assistência aos produtores. Isso foi tudo desarticulado. E dentro dessa equipe há técnicos de primeira ordem, excelentes, que estão, talvez, carimbando papel ou fazendo outra coisa. Eu

não sei. Quer dizer, como rearticular isso? A minha proposta, nesse documento, é: a seringueira, o cultivo da seringueira está tão desacreditado... Outro defeito do PROBOR. Foi um projeto de cima pra baixo, ninguém consultou a comunidade, ninguém motivou a comunidade. Nós temos que fazer a demonstração, mostrar que existe uma alternativa. Então, o máximo que se poderia pensar, além de uma unidade pequena, seria um projeto piloto de 210 a 300 hectares, que comporta uma usina, uma usina pequena, que permite comercializar isso direto com a indústria, porque não faz sentido nenhum produzir borracha agora, borracha bruta, principalmente na Amazônia, que não tem mais nem usina para beneficiar. Outra coisa importante é essa. É pena. Eu trazia isso para ilustrar bem o meu ponto de vista. Eu gostaria de passar. Este é um padrão de qualidade de um plantio de seringueira. Qualquer coisa que se faça muito diferente disso é preferível que não se faça, porque não dá para concorrer com quem produz melhor. (Fora do microfone. Inaudível) ...tecer um exemplo aqui. Existe tecnologia, é possível fazer uma coisa bonita, perfeita, com alta eficiência.

O SR. DEPUTADO NILSON PINTO - Onde é isso?

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Esse é um plantio em Rondonópolis, da Michelin. Bom, nós nem queríamos chegar a uma perfeição como essa, mas nós chegamos à PROBOR, projeto de PROBOR, que devia ter quatrocentas plantas por hectare, e não tinha 150. Falhas: maior desenvolvimento. Mesmo que não existisse o mal-das-folhas, mesmo que não existisse, uma grande parte dessas plantações financiadas pelo PROBOR não teriam condições de competir, devido à sua má qualidade. Solos inapropriados, adoção insuficiente das técnicas mínimas exigidas. E falando em manejo, o que nós vimos, é... Bom, se a borracha está a 3 dólares e 50, como ela era cotada, quando o paulista começou a plantar borracha, e que dava uma mina de ouro, é possível fazer porcaria e ganhar dinheiro. Hoje não é mais possível. E uma das razões é que, se o preço da borracha subir bastante... Nós já temos, agora, realmente, um concorrente sintético, que não é ainda um concorrente para a borracha, por causa de seu preço muito alto, e ainda não tem todas as características que a borracha natural tem. Ele ainda tem um aquecimento muito maior com a fricção, e o desgaste ainda é maior, porque a borracha é natural. Nós propusemos essa idéia, via EMBRAPA, do Acre; o projeto já foi aprovado, por uma sorte que... Isso corresponderia a um cultivo misto de seringueira com pimenta longa, que está se expandindo lá — e a pimenta longa exige solo bom. E nós encontramos, ao contrário de outras unidades, um entusiasmo muito grande com alguns colegas que trabalharam antes em extensão. Nós acreditamos que, se esse exemplo demonstrar viabilidade — porque não adianta nada mostrar na estação experimental; não convence ninguém — é possível dar o primeiro passo. Eu não comentei nada de seringal nativo, mas eu falei aqui que quem está conseguindo vencer a crise tem uma produtividade por seringueiro, por sangrador, de 12 a 20 toneladas de borracha. No seringal nativo, a produção é

de 500 quilos a média, em condição de vida muito mais difícil, custo de vida muito mais alto. O seringal nativo é um problema social. Nós fizemos algum esforço de pesquisa antes, também, quando o preço era alto, e valeu. Nós conseguimos dobrar a produção no Rio Madeira com a aplicação correta, bem transferida a tecnologia de estimulante de produção. Ao cabo de três anos, fizemos esse (Ininteligível...)... Ao cabo de três anos, a técnica já estava sendo adotada próximo a Porto Velho, em toda a extensão do Rio Madeira. Não foi adotada no Acre. Se me perguntam por que, eu sei te dizer direitinho: não houve nenhum trabalho de extensão, de transferência, para garantir a aplicação correta de tecnologia. E me contam que um seringueiro chegou lá naquela empresa vinculada à Secretaria de Agricultura, comprou um frasco do estimulante, não fez a diluição, ficou feliz durante um mês, porque a produção triplicou, depois as plantas secaram. Enquanto, no Madeira, essa tecnologia foi usada enquanto o preço da borracha se manteve com condições de manter a exploração sem garantia, ou seja, enquanto não houve o apoio do Governo e o mercado não abriu, a tecnologia foi adotada mais de dez anos, doze anos no Madeira. Quer dizer, o meu receio é: se nós lançássemos um programa muito grande, eu não tenho como garantir a adoção correta de tecnologia. Então, nossa proposta é: cautela; nós não podemos errar de novo. Vamos fazer projetos piloto, no máximo. No Estado do Pará— o Prof. Eurico não veio aqui; ele vai falar sobre área de escape —, e o Estado do Pará tem programas mais voltados para a área de escape que também tem o Amapá. Nós estamos tentando convencer alguém no Estado do Amazonas a montar um projeto piloto desses junto com o INCRA, com financiamento de outra natureza, e talvez Rondônia, se possível. Eu, como não acompanhei bem as minhas transparências, fiz um resumo maior, mas acho que passei dos 20 minutos, me desculpem por isso. Era o que eu teria a apresentar a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez)- Obrigado, Dr. Vicente. Nós estávamos tão embevecidos na sua exposição que não deu para notar quanto tempo foi. Mas foram 27 minutos.

O SR. VICENTE HAROLDO DO FIGUEIREDO MORAES - O tempo foi passando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez)- Não tem problema. Nenhum de nós chegou a reclamar. Bem, vamos iniciar os debates. Na lista de inscrição, nós temos, inicialmente, o Deputado Nilson Pinto. Queria esclarecer o que já é praxe: são 3 minutos para formulação da pergunta, o mesmo prazo disporá o expositor para fazer a resposta, facultadas a réplica e a tréplica. Com a palavra o Deputado Nilson Pinto.

O SR. DEPUTADO NILSON PINTO - Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Dr. Vicente Moraes, em primeiro lugar, eu quero lhe parabenizar pela exposição esclarecedora, muito esclarecedora. Ela me deixou com... Ela acrescentou algo mais

à dúvida que eu já vinha experimentando após a sequência de depoimentos que são prestados nesta Comissão. É sobre a viabilidade da borracha natural. O senhor disse que, após cinquenta anos de pesquisas, ainda não se conseguiu encontrar uma forma adequada para enfrentar a praga da doença das folhas, salvo o experimento que o senhor fez praticamente por conta própria, por iniciativa própria, que tem chance de dar bons resultados. O senhor disse também que existe equipe técnica, mas está dispersa, e não existe um programa nacional de pesquisa para a área da borracha. Isso é um problema. Nós temos já concorrente sintético, apesar de não ser ainda, não ter as mesmas propriedades da borracha natural, mas se aproxima dela. Minha pergunta, então, é muito direta. Com todos esses problemas que nós enfrentamos, o senhor vê perspectivas para o ressurgimento da produção sustentável, da produção econômica de borracha natural na Amazônia? É a primeira pergunta. Segundo, o senhor considera que se pode resolver os problemas do tipo praga da doença das folhas, e outros que afetam nossos seringais, com o volume de recursos que nós temos destinado à pesquisa no Brasil para a área da borracha, ou nós teríamos que criar um programa de que tamanho, afinal, para poder dar conta desse tipo de problema? Porque, afinal de contas, com toda dificuldade, nós temos uma enorme extensão de seringais, que são nativos, e seria absolutamente pesaroso deixá-los abandonados por falta de condições de aproveitamento, ou porque nós não dominamos a tecnologia para aproveitá-los bem. São essas duas questões que eu gostaria de levantar para o senhor.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NILSON PINTO - Bem, indiretamente, se o senhor vê possibilidade de aproveitamento da nossa borracha natural de forma econômica, competitiva.

O SR. VICENTE HAROLDO DO FIGUEIREDO MORAES- A minha mensagem, o que eu tentei transmitir foi que nós temos uma solução tecnológica, nós temos um protótipo tecnológico testado há mais de oito anos. Enxertia de copa não é uma tecnologia que nós inventamos agora. Inclusive, Índia e Malásia usam essa mesma técnica. Para alguns locais em que há muito vento forte e tem um clone que produz muito, eles botam uma copa mais resistente ao vento ou a doenças menos sérias que essa. Os nossos problemas eram que nós tínhamos problemas com baixa produtividade, copa que não pega bem. Isso tudo já foi resolvido. A nossa pesquisa já resolveu, e que nós não gastamos muito dinheiro, porque nós utilizamos informações básicas, produzidas principalmente pelos franceses, em fisiologia do látex. O que nós não temos agora é como transferir essa tecnologia e ela ser adotada com precisão. O produtor... Não tenho nenhuma dúvida, nenhuma esperança de que, em curto prazo, a Amazônia volte a ser supridora de borracha para o País. As áreas de escape vão levar muito tempo sendo as principais fontes produtoras. Mas nós vemos na seringueira. Ela é uma das poucas culturas que tem uma vantagem: não precisa de refrigerar para transportar; é um

produto não perecível. Ela atende ao tripé da sustentabilidade. É uma floresta diferente, mas é. Ela tem sustentabilidade econômica? Agora, sim, eu acho que tem. Falta só equidade. Por que nós vemos que um empresário que plantou mil ou 2 mil hectares está com um empregado lá que lhe produz 20 toneladas de borracha, e ele ganha 300, 250, 300 reais por mês? E não pude mostrar nas tabelas aqui. Se nós fizemos três hectares por família, com a técnica que nós temos, agora, de sangria, isso só ocupa um homem, a cada quatro dias, por unidade familiar. E ele vai ter uma renda de receita líquida de R\$ 570,00 por hectare. Isso nós vamos demonstrar lá no Acre. Não adianta lançar programas, como o PROBOR, com o chamativo de crédito bem barato. Bom, plante em qualquer lugar. Vai dar desastre de novo. Não adianta nem, nas condições que nós temos agora, acenar com isso, porque seringueira ela está desacreditada, com tantos insucessos. Então, o esforço que nós temos que fazer agora, e que talvez nem seja preciso chegar até à fase de produção, eu acredito que da feita que você tiver um seringal desse instalado, como nós estamos fazer lá no Acre, com boa vontade, estão com interesse, quer dizer, a comunidade já está querendo, porque vive de borracha. E quando a gente falou isso pra eles, eles se entusiasmaram, e os técnicos também. Quer dizer. Há todas condições psicológicas, de ambiente pra dar certo. Só falta um dinheirinho, lá, pra eles tocarem isso adiante. Já estão propondo que esses três hectares sejam feitos parceladamente. Um hectare. Um homem vai cuidar de 273 plantas; ele vai ter condições de cuidar direito. Estão com uma proposta como essa. A dificuldade que tem é difundir isso. Vai levar tempo. Então, a Amazônia não vai ser em curto prazo, produtor de borracha mais. Vai contar com uma opção muito importante para o seu desenvolvimento, à medida que for feita essa demonstração. Nós temos outra opção: nós temos o dendê. O dendê já está vários passos adiante. Olhem, São Paulo tentou plantar borracha desde 1956 — está aqui nas minhas transparências. Só depois que, por acaso, foi mostrado que ela dava bem no planalto e que o preço estava alto é que disparou o plantio, em 70. O próprio Extremo Oriente, quando foi introduzida a borracha lá, todo mundo olhava aquilo com suspeita. Até que o primeiro, mais afoito, fez o primeiro plantio, ajudado com a pesquisa. E depois se descobriu... Levou vinte e tantos anos, quase trinta anos pra eles começarem a nos ameaçar, aqui, desde a introdução. Quer dizer, nós não podemos, como um passe de mágica, de repente, ser um grande exportador de borracha, um grande produtor. Isso é impossível. Nós temos que ser paulatinos, pra ser seguro, pra não perder de novo. Se o problema é desenvolver a Amazônia, nós temos uma opção muito mais rápida, mais certa agora, que é dendê, que está desenvolvendo muito bem no Pará. Tem condições em vários outros Estados. Tem que estudar aí, porque, em 1973, a SOFINCON(?), uma companhia grande, Societé Financieí du Caju(?), ela veio pra cá pra... Ouviu falar que tinha área boa pra plantar dendê... (ininteligível). Ela pediu do Governo que fizesse uma estrada de ferro — sei lá quantos quilômetros — e um porto, pois naquela altura havia uma

grita toda contra o JARI, então era impossível, não havia condição, era politicamente incorreto isso. E eu acho que foi bobagem, porque o nosso concorrente pega o óleo de dendê, (Ininteligível.) bota num navio-tanque e leva para Amsterdã. Não é não? Tem que ser massa, tem que ser... Se nós queremos passar de atender ao nosso mercado interno e ser exportador de óleo, só temos que pensar nessa escala. O que seria do Amazonas, se a Softhing(?) tivesse instalado naquela altura, com todo o seu potencial, fazendo coisas, como depois a Michelin fez, em Rondonópolis, nós tínhamos aprendido como fazer as coisas. Não sei se estou errado ou se estou certo. Mas eu vi... Naquela altura, fui contra. É um absurdo dar esse apoio todo... Hoje eu reflito que nós perdemos uma oportunidade. Nós não temos essa estrutura, nós temos que pensar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Volto a palavra ao Deputado Nilson Pinto.

O SR. DEPUTADO NILSON PINTO - É, para entender bem, então. Quer dizer que o senhor acha que a ação fundamental que nós deveríamos desenvolver agora seria apoiar um programa de extensão que levasse essa técnica, essa tecnologia para os produtores, de modo que eles fossem para...

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Em escala moderada.

O SR. DEPUTADO NILSON PINTO - É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Concedo a palavra ao Deputado Nilton Capixaba, do PTB de Rondônia.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sr. Presidente, Dr. Vicente Moraes, a minha pergunta é: face às limitações ocorridas nas áreas de plantio, na Região Norte — doenças, mal-das-folhas, declínio, pobreza da infra-estrutura etc — qual deverá ser, na sua opinião, a política de novos plantios de seringais? Deverão ser nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Bahia, Espírito Santo, nas denominadas zonas de escape, ou a Amazônia poderá ter chance?

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - O que aconteceu foi um fenômeno natural. Se você consultar alguns livros, eles vão criticar violentamente a política do Governo, que criou exclusividade para o PROBOR na Amazônia. Porque, na verdade, São Paulo plantou a maior parte dos seringais sem recursos altamente subsidiados no PROBOR. Tinha expectativa de retorno econômico, a coisa rendia dinheiro, e o paulista entrou nessa, mostrando que a seringueira se dava bem também no planalto. Entendeu? Então, não podemos mexer muito nisso aí não. As forças que vão comandar são essas. Hoje, não adianta dizer para um paulista: plante seringueira. Ele vai correr com você, com preço baixo. O que vai acontecer? Deixei de mencionar esse ponto importante. A Malásia, há muito tempo,

as empresas vêm deixando de substituir seringueira por seringueira. Chegou o seringal e está na fase final, ela não planta seringueira de novo. Plantava dendê; agora, nem isso. Então, hoje, 82% — desculpa fazer um rodeio, mas vai tudo depois para responder a sua pergunta — 82% das árvores plantadas na Malásia é de pequeno produtor. O maior produtor, a Tailândia, 95% são de pequenos produtores. A empresa não entra mais nessa, porque seringueira é muito dependente de mão-de-obra na sua extração. E ao contrário do que se propala, principalmente na Malásia, mão-de-obra não está barata agora, porque o País se industrializou. Para ter um bom seringueiro lá, se pagava por dia 15 dólares malaios, que era sete e meio; agora baixou, com a desvalorização. Mas dá um salário de 200 por mês, com menos obrigações sociais que aqui; uns 20%. Então, nisso ele tem vantagem sobre a gente, mas não é tanta como se propala. E isso fez com que as empresas abandonassem. Empresas que estavam lá desde o começo, desde o final do século passado — Harsen and Crosfield Garthering(?) — abandonassem. Calcula-se que a Malásia tem 300 mil hectares sem sangrar. Quer dizer, a crise não é só nossa, a crise é deles também. Como foi quando houve a crise nossa aqui, eles também tiveram uma crise, como falei; a borracha baixou para 8 centavos. Como é que eu vou fazer uma política para indicar isso? Ela vai correr, fluir normalmente. Política nós fizemos aqui na Amazônia, para apoio. Primeiro, demonstrar por transferência desse protótipo tecnológico, que seringueira é viável, com todo o cuidado para não distorcer a tecnologia. Quando o preço subir, ninguém vai prender o paulista de plantar borracha de novo; ele vai plantar mais, ele vai plantar mais. Por enquanto, tem seringal também que não está sendo sangrado em São Paulo. Quer dizer, o grande comandante da coisa, na verdade, é preço. E o Governo não tem como alterar mais isso, porque ele não tem mais uma política em termos de manter um preço três vezes mais alto; ele nem consegue fazer isso agora. Havia uma tese de Escola Superior de Guerra, (Inaudível.) que era mais barato manter esse preço, que manter um seringueiro garantindo um território do que botar posto do Exército em toda a fronteira. Isso mudou tudo; não é mais. Então, nós acreditamos que a política é essa aí. É apoio a estruturar o mínimo, para se dar uma oferta para o rurícola da Amazônia: está aqui uma oportunidade que você tem de ter equidade, de ter uma atividade sustentável economicamente, socialmente e ecologicamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Deputado...

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Como explicar o fechamento do Centro Nacional de Pesquisa em Seringueira e Dendê da EMBRAPA, localizados em Manaus? A região não tem condições de voltar a plantar seringueira e dendê?

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Esta pergunta eu me fiz a mim mesmo várias vezes, porque eu me apresento aqui. Eu fui transferido pela EMBRAPA em 1975, e era uma determinação, nós tentamos... Eu liderei o grupo que fez o

anteprojeto, a pedido da Superintendência da Borracha. Não era uma meta da EMBRAPA, mas principalmente da Superintendência da Borracha. Ele tinha um acúmulo de recurso (Inaudível.) e tal. Isso em 75, quando o PROBOR já tinha sido lançado em 72, mas a SUDHEVEA já tinha pesquisas com as unidades antigas. Bom, eu fui para lá para fundar o centro de seringueira; essa é a razão. Eu não ia entregar os pontos, porque eu via uma possibilidade para isso. Então entregamos com muita satisfação um resultado limpo, seguro de que há tecnologia para isso. Por que o centro foi fechado? E me espelho várias vezes. Deixou de haver recursos da SUDHEVEA para a própria EMPRABA. Começou a haver redução de recursos da EMPRABA. E a EMPRABA tinha duas unidades juntas: o centro para o produto e as unidades estaduais de pesquisa, que atendiam aos outros produtos, mas não fazia pesquisa muito aprofundada. Ela tinha apoio dos outros centros de produto: arroz, feijão, mandioca, fruticultura, etc e tal, ao lado. Eu sempre achei um absurdo. Bom, por que dois chefes, por que toda essa estrutura? Mas, na verdade, hoje em dia, seringueira... Eu estou num centro que está sucateado, e nem se permite contratar mais pessoal de apoio, nada. Eu sou o peão, eu pego a enxada e capino, eu aplico fungicida; e são áreas pequenas, eu não posso expandir. Por que fechou o centro? Porque não houve mais recurso para a EMPRABA e ela não tinha como manter; esse foi o problema principal. Agora, atrás dessas coisas todas existem sempre outras nuances. Tem sido muito difícil manter um pesquisador em Manaus. Cada pesquisador que tem lá, fiz uma conta, corresponde a cinco que já passaram por lá. Quando se acabou o Programa Nacional de Pesquisa de Seringueira, não tem mais porque pesquisar a seringueira, foi um bom argumento para sair de lá. O pessoal do melhoramento genético, não ficou ninguém; ficou um fitopatologista, que está fazendo outra coisa, e eu continuei o meu projeto. Se tivesse acabado, eles batiam palmas, porque um dos chefes me mandou fazer um curso lá fora e eu me recusei a ir para tomar outras atividades. Então, eu não sei dizer exatamente. Eu não participei do processo. A minha interpretação é esta: faltou recurso para a EMPRABA; se cancelou a SUDHEVEA e o IBAMA não repassou recursos. Não houve acordo, não houve convênio para dizer: vamos continuar; não houve uma definição. E todo mundo falava: "Olha, acabou a seringueira, a seringueira era de escape". Mas vejam bem, esse aí é uma açodamento, porque eu mostrei aqui que até o fungo mesmo pode chegar na área de escape. Tem raça de fungo que pode causar problemas. Então, eu não tenho uma resposta cabal para isso; tenho uma interpretação.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Então, na verdade, o Governo não fez um investimento em cima da EMPRABA, no caso, para manter.

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Ele fez investimento, na época em que existia... Até 1989, existia o Conselho Nacional da Borracha e a Superintendência da Borracha. Se foi extinto, não houve uma luta dos representantes da

Amazônia, porque a Superintendência da Borracha prestava inclusive um trabalho de assistência social com os barcos que ela levava lá para aqueles rincões não atingidos pela estrutura do próprio Estado, e que lhe vendia suprimentos a preço baixo, dava assistência médica aos seringueiros nativos. Tudo se extinguiu e deixou de fluir recursos para a EMBRAPA, porque não tinha. Mas isso é uma contrapartida. Foi extinta a SUDHEVEA. Essa me parece a principal razão, mas, acima disso, houve um impulso para acabar mais ainda. Quer dizer, então eu fui muito pressionado a não continuar com esse trabalho.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Para finalizar, em Rondônia — vou falar de Rondônia, porque sou de Rondônia; vou dar um exemplo que serve também para a Amazônia — tinha duas pequenas indústrias que compravam a seringa, e essas duas pequenas indústrias fecharam.

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Fecharam.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - E hoje, no lugar que eu moro ali, na área central, que é da agricultura, e tem muita seringa ali, então, tem uma associação lá que fez investimento, plantou seringa, e lá, hoje... Inclusive, me chamaram para uma reunião, eu nem fui na reunião para ver essa conversa que ia ter aqui, para eu ver o que eu falo para eles. Deve ter hoje, mais ou menos, lá, sei lá, umas 20 ou 30 toneladas lá de seringa para vender, e não tem quem compre, porque foram fechadas as indústrias de lá. Então, o que eu falo para aquele povo hoje, que está lá, que está sangrando? E o que eles fazem com aquilo lá?

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Nós não podemos enganar essa gente. Quem está subsistindo à crise, adotou nova tecnologia. Dantes, se sangrava duas tarefas de quatrocentas e poucas plantas, e estava muito bem; o preço era alto. Depois, passou para três tarefas, com estimulação, ou seja, das três tarefas, 1.200 plantas. Isso corresponde a 4 toneladas por homem/ano. Hoje, o homem está sangrando 1.200 plantas. Ele não colhe mais o látex, ele colhe o coágulo, porque látex é só 7% que correspondem ao consumo da borracha, pra fazer luva e outros produtos de imersão, ou tubaria, ou fio de látex. É só 7%. O grosso... E, principalmente pneu, que consome 70%. Então, a indústria aceita isso. Eu fui, visitei quatro empresas dessas; três na Bahia e uma no norte do Mato Grosso. A produção de uma delas é 300 toneladas por ano.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Então, o produtor tinha que tirar essa seringa lá em Rondônia e vender para uma indústria no Mato Grosso?

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Não, não, não, não.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Como é que seria isso?

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - O que eu tenho... Deixa eu terminar. Essas plantações estão indo bem, porque elas se ajustaram, elas reduziram o custo de mão-de-obra de sangria. O homem passou a produzir muito mais, está claro? Elas

têm um custo, portanto, de produção do coágulo baixo, e ele tem uma usina pra beneficiar isso como granulado. E a Goodyear compra, a Pirelli compra. Quer dizer, não tem intermediário, porque é a mesma borracha que vem do Extremo Oriente, que é do pequeno produtor. Conversa que é alta qualidade. São pequenas frações de borracha específicas, que são vendidas pra fins específicos que têm realmente altíssima qualidade, que é o látex puro, que começa a degradar logo cedo, látex e viscosidade constante, várias características, borrachas especiais. Mas a borracha grossa, o grosso do consumo, ela admite uma certa degradação das características dela; quer dizer, é o coágulo. A principal característica chama índice de retenção de plasticidade. Atende perfeitamente bem à indústria de pneu esse tipo de borracha. Então, veja bem, pelo parâmetro anterior, essas empresas estão falidas.]

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Fechadas.

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Essas estariam falidas se não tivessem adotado uma mudança na técnica de coleta do látex pra reduzir a sua produção. Mas elas — veja bem —, elas têm uma densidade no mínimo de 350 plantas por hectare, tá?

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Não, mas a pergunta que eu quero saber...

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Pois é.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - O que eu falo com eles...

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Pois então.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - O que eles vão fazer com aquela... Ou eles vão parar de sangrar...

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Não, não...

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - ...ou eles vão continuar. E quem vai comprar isso?

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Eu falo. Eu lhe dei o exemplo de que não precisa ser tão grande a produção. Existe modulação de usinas que você pode chegar a 30, a 25 toneladas por mês, e se ajusta, e se encontra comprador. A indústria está interessada em comprar esse volume de produção. Não tem problema. O que eu vejo falar? A primeira coisa é saber quanto vai produzir um seringueiro num dia de sangria. Se é econômico. Se o for, qual o volume que pode ser produzido, se você tem como ajustar uma usina mínima, que custa 180 mil, 200 mil, e que se paga por si mesmo? Porque ele vai agregar valor, ele vai vender borracha beneficiada e vai pegar direitinho os 90 centavos, talvez, que está indo pra indústria, né? Bom, se ele não tiver isso, se ele tiver um seringal, como aquele que me passa pela imagem, que tem cem plantas por hectare, maltratadas, malcuidadas, não

adianta, é melhor mudar pra outra coisa, porque ele vai se meter num negócio que não é lucrativo.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Na sua opinião, você acha que deveria, então, voltar a montar uma pequena indústria de novo, lá em Rondônia?

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Lá, uma pequena, se os seringais forem viáveis, se ele tiver uma densidade boa. E isso, a EMBRAPA de lá, ou por solicitação à EMBRAPA de Manaus, pode se fazer um levantamento.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - De quanto produz?

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Não, a ver o estado, a estrutura desse seringal. E, depois, eles fazerem um teste, ou a própria EMBRAPA de Rondônia fazer um teste de produtividade.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - É.

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Fazer um teste de produtividade, antes de qualquer outra recomendação. Depois... (Ininteligível). Você está igual. Essas empresas de área de escape, na verdade, nós estamos prometendo 1.500 e estão fazendo a conta de 1.300 quilos por hectare. Mas as empresas que eu encontrei no nordeste de Mato Grosso não passam de 700 quilos por hectare, e não estão no vermelho, porque elas estão adotando essa técnica. Por que não passam de 700 quilos por hectare? Isso é uma informação interessante. Na área de escape, são quatro a cinco meses de seca. Eles param dois meses sem sangrar; e a produção cai, ela é oscilante. Nós temos 1.600 quilos lá, nas nossas condições, pra podermos sangrar todo o mês. E mais: a copa não troca a folha. Quer dizer, são aquelas coisas que... Não vou falar muito, porque embola a coisa, mas é interessante citar aqui. Nós temos alguns fatores que nos tornam vantagens competitivas plantar a seringueira na Amazônia, porque a chuva é bem distribuída. Produção de borracha é melhor onde há bem distribuição de chuva, mas não é se tiver *Microcyclus*, a nossa doença, entendeu? O estrangeiro considera São Paulo área marginal, porque tem quatro meses de seca, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Concedo a palavra à Deputada Elcione Barbalho, do PMDB do Pará.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Dr. Vicente, até em cima dessa sua última colocação, qual, então, a região melhor para se produzir?

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Se não houvesse o *Microcyclus ulei*, a melhor região seria a amazônica. E veja bem, uma das coisas que se critica agora é por que o PROBOR foi exclusivo pra Amazônia? Ninguém fala nisso. Mas um dos fatores foi esse. Não estava demonstrado que no planalto paulista se atingiria um nível de produtividade razoável. Havia dúvidas sérias. É muito frio e muito seco. Tinha que provar

experimentalmente. Então, o próprio São Paulo tentava plantar no planalto, que aproxima mais das condições da Amazônia. Toda a grande produção de borracha do mundo é clima, com chuva bem distribuída e temperatura alta, como o nosso, na Amazônia. É claro. Só que lá eles não têm doença. Mas espera um instantinho. A notícia última — eu estou mais bem informado de heveicultura lá fora —, a notícia última é: há uma doença nova aparecendo, se tornando grave no Sri Lanka e na Índia. Segundo testemunha dos técnicos, ela é quase tão grave como o *Microcyclus*. É um outro fungo. Quer dizer, eles podem ter problema lá também iguais aos nossos, depois. Por enquanto, a condição melhor pra produzir borracha é litoral sul da Bahia. É excelente! Chuva distribuída durante o ano todo. Tem doença, só que a grave realidade do fungo lá não é tão séria.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Não, deixa eu lhe dizer por quê. Eu lembro que, na época em que surgiu essa colocação, o Dr. Fontelles tinha um projeto lá no Mosqueiro...

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Conheço muito.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Então. E de repente aquilo passou a dar certo, não é? Quer dizer, colocou abaixo... E você sabe o índice pluviométrico que tem o Mosqueiro.

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - É.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - É muito acentuado.

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - É muito acentuado.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - E que, de repente, deu certo. Já o projeto lá no sul do Pará, ali perto de Paragominas, onde era do atual Senador Jader Barbalho, já estava sendo criado problema ali. Ele entrou na linha do PROBOR. E realmente, talvez até pelo desinteresse nas suas atividades, mas eu tenho certeza de que ali daria muito bem, como estava sendo dado, tá? Outra coisa que me preocupa... Eu gostaria de saber do senhor se na verdade foi uma boa acabar com órgãos, no caso da SUDHEVEA, que assumisse toda essa política da borracha e passasse diretamente hoje para o IBAMA.

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Eu não entendi nunca isso. Veja bem: eu citei aqui algumas coisas históricas para dar apoio à argumentação de que a borracha tem apoio institucional, a nível internacional, de seis instituições, não é? Se procurar outros produtos, a mesma coisa; associação dos produtores, organizações internacionais ligadas à ONU e tal. Por que extinguiram os órgãos que davam... Se eles precisavam de retificação, de ajuste, que o fizessem. Mas foi um absurdo. Eu nunca entendi isso, porque o que está me faltando agora é justamente isso. Essa é uma oportunidade magnífica que me foi dada de falar aqui, porque, sabem quem é o primeiro público a quem eu transmitti essas possibilidades de... Foi a convite do Bispo da (ininteligível) do Alto Solimões,

Dom Alcimar, que viu os seringueiros lá no nosso experimento. "Você vai lá mostrar isso para os Vereadores". Quer dizer...

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Não, e...

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - ...para quem é... Deixa eu... Para quem é que eu ia oferecer essa tecnologia? Para quem eu vou mostrar isso, se não sabia nem aonde? Porque eu me comunico com a junta internacional de pesquisa e desenvolvimento da borracha, mas o ano passado eu não soube responder ao Secretário-Geral que o último que participou, brasileiro, de uma reunião dessas, e nós fazemos parte oficialmente, estamos atrasados uns quatro anos numa micaria de um pagamento, porque é proporcional à produção do País, perguntando com quem ele ia se entender para confirmar se a reunião, o simpósio propagado aqui no Brasil... E aqui eu não consegui encontrar quem. Eu fiz uma pergunta num **workshop** que houve no ano passado lá em Belém ao ex-Presidente da EMBRAPA, que era um secretário, um assessor do Ministério da Agricultura. Ele falou: "Não, isso é problema da pesquisa". Eu disse: "Eu estou sabendo que é". Mas nunca deram essa atribuição à própria EMBRAPA; me parece que agora, o colega que a gente falou, tem que ter alguém que seja interlocutor, porque essa é a nossa porta de acesso à informação de tecnologia, de pesquisa e de política e de estatística e tudo que acontece. Nós estamos perdidos. Hoje, parece que EMBRAPA assumiu isso. Eu não tinha nem como encaixar uma coisa que está sendo oferecida, quem é que toma conta, quanto mais pedir orando: "Precisamos reerguer o setor". Eu não sabia a quem endereçar. A primeira vez, eu tenho uma condição para externar alguma coisa que a gente está fazendo, que não havia, a não ser no meio técnico, a divulgação. Então, a grande oportunidade, que agradeço: essa, de estar apresentando isso aqui.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Pois não. É, me diga uma coisa: quanto tempo de vida tem a seringa, o pé, a árvore, a seringueira?

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Olha, nós estamos calculando, com um prazo de exploração de trinta anos e com cinco ou seis anos que ela entra de período de imaturidade, que não está produzindo, são 36 anos. Bom, uma outra coisa que eu não relatei aqui: é um problema sério esse período de imaturidade. Mas a Bahia, por exemplo, agora, ela está conseguindo um ponto de nivelamento, quer dizer, toda despesa paga, com três anos, plantando banana na entrelinha. Muito mais barato. Quer dizer, para esse pequeno produtor tem todas as opções. Eu tinha uns quadros aqui para mostrar, análise econômica, difícil de visualizar, não tem como apresentar, mas ela está no documento aí. Aliás, eles estão mais bem desdobrados nesse trabalho, porque a gente já estava pensando...

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Mas eu acho que isso não inviabiliza, Dr. Vicente, o senhor deixar para nós, nós estamos numa Comissão, assim, que a gente possa nos ilustrar, até mesmo que saia uma proposta...

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - É isso que eu estou pensando; foi uma grande oportunidade.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Que saia uma proposta...

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Alguma coisa tem que começar.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Que saia uma proposta desta CPI no sentido de redirecionar isso tudo.

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Porque eu não admito — eu estava falando com a Presidente do IBAMA — como é que se joga fora... Este Governo hoje fala nas dificuldades... Hoje nós estamos com uma situação de recessão séria neste País; de desemprego, muito mais. E você tem todo um...

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Um instrumento para...

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - ...um instrumento. Por exemplo, no meu Estado, nós estamos hoje vendo regiões de um grande interesse de resgatar esta questão. Você fala no Acre. Hoje a coisa já está chegando na Bahia. E eu vejo que a questão do extrativismo é uma coisa cultural, é uma coisa que a gente tem condição de explorar e de retomar, sabe? Se realmente nós encontrarmos pessoas que te administram de uma forma certa, honesta e compromissada, entendeu? Então, isso me preocupa bastante, porque nós temos as formas de resolver o problema. Aí, haja fazerem projetos e mais projetos e recursos infinitos, que na verdade não se tem retorno. E para um retorno imediato, nós temos coisas para serem feitas imediatamente.

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - É, quanto ao seringal nativo, o retorno imediato, sim. Mas nós não pensamos em alavancar a economia.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Sim. Não. E...

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Mas isso precisa ser feito alguma coisa, precisa mesmo, e o retorno é imediato. Tem toda razão.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - E a questão também do reflorestamento. Isso é uma coisa muito séria que tem que ser levada em consideração. Outra coisa: o senhor usou um termo aí interessante, que nunca me passou por isso: coágulo. Como é que isso? Como é que a gente...

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Ah! Desculpe. Bom, é como se fosse um queijo mineiro. O látex é uma estrutura física, biofísica, semelhante ao leite do mamífero.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - E como é que o senhor identifica que aquilo não é látex, é coágulo?

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Bom, ela, ao acidificar, o microorganismo provoca uma acidificação, que é a mesma coisa com o leite. Se acidifica, perde a estabilidade das proteínas e pronto, coagula. Aí, sai um soro e fica o coágulo, o coalho, o leite coagulado, que nós chamamos de coágulo. Deve ter outro termo.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Quer dizer, na verdade...

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Serve na mesma tigela.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Gostei. Diz que a diferença aqui é do iogurte e da coalhada. (Risos.)

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - É. Isso.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Outra coisa que eu coloquei aqui... Me fale da posição do Dr. Eurico Pinheiro na questão do plantio na nossa região e principalmente no Pará.

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Bom, eu pensei que ele estava vindo aqui, porque a palestra dele seria complementar à minha. Ele ia abordar detalhes do desenvolvimento, porque ele está mais envolto nisso. Ele acompanha o CPATU lá em Belém; tem experimentos em fazendas no norte do Mato Grosso, no noroeste do Mato Grosso, e conhece detalhes das chamadas áreas de escape, pelo menos no norte de Mato Grosso, e mais contato com São Paulo. É impossível ter uma noção correta do problema da borracha no Brasil sem ouvir quem são os produtores de borracha atualmente. E eu não sei dizer, como já falei, porque eu não tenho acesso; fragmentou. É preciso saber. Eu não sei qual é a produtividade, por que tem que dar 90 centavos de subsídio de preço, enquanto os nossos concorrentes dão subsídio à produção. Eu não sei. Será que não estão tirando... Eu não sei.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - E por que se importa tanto?

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Se importa tanto porque... (ininteligível) da Amazônia. Nós nunca chegamos lá naquela área, a não ser com a produtiva. E com o seringal nativo chegava a produzir 38 mil toneladas de borracha, hoje produz 2 mil. Então, ele foi substituído pelas áreas que estão plantadas. Este ano vamos chegar a 70 mil toneladas. Mas, veja bem: com o preço lá baixo, parou-se de expandir o plantio. Não é o problema de nós não podermos. Mas eles também lá, o nosso concorrente está sofrendo o

mesmo problema. Está abandonando a plantação, está deixando de plantar. O que acontece? O preço vai subir de novo. Um dólar e vinte é o que os desentendidos na matéria falam, é o preço mínimo para que um produtor de borracha, no sudeste da Ásia, quando tiver um seringal em fim de ciclo, volte a plantar borracha de novo. Eu fiz as minhas contas aqui, que aparecem no trabalho, com uma alternativa: US\$ 1,20. No primeiro trimestre de 95, ainda estava US\$ 1,60, com ela no **pool**. Era um preço que não precisa de subsídio aqui. Depois, baixou para US\$ 0,60, com a desvalorização cambial e com esse excedente de produção. Na verdade, ela vai... Ou o preço atinge, ou nós vamos chegar numa crise de demanda não atendida, que talvez aí viabilize a borracha sintética da Goodyear. Se chegar a um preço de 3 dólares, ele começa a produzir borracha sintética.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Não, é preocupante, porque você deve ter notado..

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Não atende.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - ...a colocação aqui do Deputado. Quer dizer, nós estamos na contramão da história. Se precisa e não se dá incentivo e nem se preocupa. É até interessante saber, no caso da própria CPI, de quem produz e onde estão esses projetos...

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Isso. Precisa saber.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - ...onde é que está localizado.

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Gostei de saber. Essa expressão é que eu queria transmitir, inclusive com os meus **slides** aqui. Nós nos esquecemos, nós estamos aparvalhados. Nós não vimos o que estava acontecendo desde que a primeira tentativa de plantar borracha. O que é que está acontecendo?

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Eu tenho quase certeza de que o IBAMA não tem isso.

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Enquanto os outros ganharam, nós perdemos, porque nós estamos, como você falou, na contramão da história. Aí há uma crítica. Por exemplo, Nelson Prado de Almeida Pinto, num livro já depois de PROBOR, se você ver o livro dele, ele baixa a crítica em cima da política que deu por que é que não tínhamos sucesso. Porque nós priorizamos, demos quase que... O PROBOR 1 e 2 só era para atender a Amazônia e Bahia. Na verdade, se o objetivo era atender o suprimento nacional, se o PROBOR tivesse sido estendido desde o começo para as áreas de escape, que a gente já tinha uma idéia, hoje nós estávamos aí com excedente de produção, talvez. Mas isso é uma questão de quem decide a coisa, porque aí vinha o peso; a Amazônia vai ser espoliada de novo. Nós temos que parar de ser choramanga, desde 1914, porque borracha nem é ela sozinha que vai soerguer a Amazônia agora. Ela vai ser um componente, entre outros; turismo.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Com certeza. (Ininteligível.)

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Borracha é um componente que a gente tem que olhar com cuidado, para não errar de novo. Essa é a idéia. A grande área de produção vai ser ainda a área de escape.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Eu gostaria de deixar como proposição para a CPI, que eu também posso encaminhar isso na condição de 2ª Vice-Presidente, que se faça esse levantamento e se saia para uma grande discussão com o atual Ministro da Agricultura, o Ministro Sarney, porque alguma coisa tem que ser feita. Eu acho que a nossa região é a que mais sofre com essas situações. Eu não sei se foi ventilado aqui... Eu até tinha convocado a Dra. Flora, porque foi dito aqui pelo Dr. Rafael que teria um recurso de 30 milhões para essa área. E eu gostaria de saber da Dra. Flora, mas hoje o dia foi assim uma loucura, não deu para a gente atender tudo, e eu até falhei nisso, mas, é a tal coisa, eu não sou onipresente, não é? Ao mesmo tempo, estar em vários lugares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Só para esclarecer sobre esse assunto...

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Se foi colocado para ela isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Ela não tocou nesse assunto, mas ela deu uma entrevista ao **O Estado de S.Paulo**, e saiu publicado hoje. Ela realmente ela confirma os 30 milhões.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Pois é. Eu lamento que foi uma das causas principais que eu a convoquei aqui, mas infelizmente eu não pude estar presente, o que eu lamento profundamente, mas eu vou fazer por escrito, pedir uma solicitação, que ela me explique em detalhes. Muito obrigado doutor. Lamento profundamente a sua angústia. Eu acho é que igual à de todos nós aqui dentro. Mas eu lhe parablenizo.

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Muito obrigado. Nós continuamos...

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Não perca esse seu entusiasmo, porque é disso que a gente precisa, nós da Amazônia e inclusive o Brasil também. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Bom, encerrado o debate, eu concedo a palavra ao Dr. Vicente, para que ele faça as suas considerações finais.

O SR. VICENTE HAROLDO DE FIGUEIREDO MORAES - Bom, como eu falei, pra mim foi uma oportunidade que eu não esperava, porque eu pensava assim: eu tenho alguma coisa de valor. Pra quem eu vou mostrar isso? O primeiro que eu mostrei foi para o Bispo do Alto Solimões, lá perdido adiante, ou nos seminários técnicos, que não têm repercussão. Quer dizer, o setor técnico não tem capacidade de decidir nada; ele sugere. É mal

acreditado, inclusive, às vezes, e com razão também; às vezes, por desvios, por sesmos. Eu agradeço do fundo do coração. Eu estou sensibilizado pela oportunidade que a gente tem. Quer dizer, já estou em fim de carreira, mas ainda espero agüentar mais uns dez anos. O Prof. Eurico Pinheiro foi meu mestre. Eu estou com 61. Eu pareço mais velho que ele, porque ele tem bastante cabelo e eu fiquei careca. Mas espero repetir o espaço dele, pelo menos dar mais dez anos. Ele está com 71 anos e ainda está trabalhando. E espero ver esse resultado de demonstrações práticas. Quer dizer, finalmente dar uma resposta ao Warren Dean dessa luta pela borracha no Brasil. Infelizmente, ele morreu. Ele perguntava: "Será que um dia vai dar uma solução para este problema de produzir borracha nessas área onde um pesadelo biológico está impedindo o desenvolvimento? Eu agradeço por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Agradeço a presença do Dr. Vicente Moraes, bem como a dos companheiros Deputados. E nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando reunião para o dia 6 de outubro. A Secretaria da Comissão se encarregará de encaminhar a pauta aos gabinetes dos Parlamentares. Está encerrada a reunião.

REUNIÃO DE 10/11/99

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Declaro aberta a 9ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a crise do setor produtivo da borracha natural e os reflexos na política governamental do setor. Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas das reuniões anteriores, estando as cópias já distribuídas, indago se fica dispensada a leitura das mesmas. Em discussão. Não havendo quem queira discutir vamos passar à votação. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada. Ordem do Dia: audiência pública com a presença do Sr. Gerardo Tommasini, Presidente do Sindicato das Indústrias de Pneumáticos, Câmaras de Ar e Camelback (SINPEC) e da Associação Nacional de Indústria de Pneumáticos (ANIP), a quem convido para tomar assento à mesa. Concedo a palavra ao Sr. Gerardo Tommasini, que disporá de até vinte minutos para sua exposição. E quero aproveitar a oportunidade para agradecer a sua presença, a sua boa vontade de ter vindo a esta Comissão, que já veio pela segunda vez, e a Presidência agradece.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço o seu convite, que eu aceitei com muito prazer no intuito de ser útil com as minhas declarações ou com meu depoimento no intuito justamente de ser útil a esta Comissão. Mas antes de iniciar o meu depoimento, permita-me, Sr. Presidente, informar que a Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos, e conseqüentemente o sindicato, essa associação (ANIP), fundada em 1960, reúne em seu quadro onze fabricantes de pneumáticos, câmaras de ar e materiais de recauchutagem. Essas empresas operam em cinco Estados, com dezesseis fábricas em quatorze Municípios, e possuem uma qualificada força de trabalho de aproximadamente 20 mil empregos diretos. Somente em tributos diretos, tipo ICMS e IPI, elas proporcionam uma arrecadação aos cofres públicos de aproximadamente 1 bilhão, gerando com suas exportações um total de quase 600 milhões de dólares em divisas para o País. Os investimentos em curso, em torno de 500 milhões de dólares, incluem a instalação de uma nova fábrica de pneumáticos com o Brasil, então, passando a sediar os cinco maiores fabricantes de pneus no mundo. Poucos países conseguiram essa concentração de fábricas, especialmente por esse aspecto, podemos ter uma idéia da atração representada pelo mercado brasileiro. Peço vênha, Sr. Presidente, para fazer, primeiramente, um rápido histórico sobre a indústria de pneumáticos e, posteriormente, da borracha natural no Brasil. Há mais de 60 anos, em 1936, fabricava-se no Rio de Janeiro o primeiro pneumático. A partir de 1938, coincidindo com o início da 2ª Guerra Mundial, os grandes fabricantes mundiais de pneumáticos iniciavam a produção aqui no Brasil. Até 1949, embora já com algumas dificuldades, a produção local de borracha natural de origem nativa conseguia atender em quantidade a necessidade do consumo da indústria de pneumáticos e de artefatos, mas já com certa dificuldade. A partir de 1950, com o aumento da produção de pneumáticos, da circulação e da monitorização aqui no País, o Brasil começava a registrar a necessidade de importações complementares, também sob o controle do Governo Federal, através da então Comissão Executiva de Defesa da Borracha. Em 1951, o Brasil já registra a produção de 1.300 toneladas de borracha de cultivo, ainda muito insignificante perante um total de 25 mil toneladas, que era o total que o Brasil produzia naquela época, a maioria nativa. No entanto este tipo de cultura evoluiu de forma constante, embora lenta, devendo hoje alcançar quase 65 mil, 70 mil toneladas de borracha. A borracha nativa, que teve o seu pico em 1985 — este ano, em vez, se nós tivermos uma produção de 5 mil, 6 mil toneladas, já é algo importante. O total da produção da borracha natural no Brasil, que ao final de 99 deverá alcançar algo como 70 mil toneladas, ainda está muito distante da necessidade total da indústria consumidora, estimada entre 155 mil e 160 mil toneladas de borracha. Este é um ponto em que eu gostaria, Sr. Presidente, de parar um instante e fazer uma rápida meditação. O consumo do País entre fabricantes de pneus e fabricantes de artefatos de borracha é de 150, 160 mil toneladas de borracha/ano. A nossa produção, como eu disse agora

há pouco, é apenas de 70 mil, incluindo aqui algo como 5 ou 6 mil toneladas de borracha nativa. Mas o que se depara? Que entre a demanda, a necessidade de borracha e a oferta de borracha produzida aqui no Brasil há um espaço enorme, o que significa, Sr. Presidente, que nós temos um futuro promissor, maravilhoso no que diz respeito à borracha natural. Eu costumo dizer, pedindo vênica, não é brincadeira, que se eu tivesse vinte anos a menos, eu botaria todo o dinheiro, pouco, que eu tenho na plantação de borracha natural. Por quê? Porque a borracha natural é algo que não se substitui. Sr. Presidente, os maiores fabricantes de pneus estudam um modo de substituir, de encontrar um substituto para a borracha natural. Não existe! Chegaram perto, mas não conseguiram. Então, o que significa? Que para os próximos 50 anos, pelo menos, a borracha natural não terá substituto. Por quê? Porque ela tem propriedades que nenhum tipo de borracha feita em laboratório pode substituir. Por exemplo: pneus de caminhão devem ser fabricados e produzidos na sua maioria de componentes de borracha natural, porque pneu de caminhão carrega muito peso e anda uma velocidade reduzida com relação ao pneu de automóvel. Então, o aquecimento do pneu é extremamente alto. A borracha natural supre essa deficiência que a borracha sintética não consegue suprir. Por que os pneus de avião são feitos prevalentemente de borracha natural? Porque a borracha sintética não agüentaria. O senhor não iria de avião com pneu de borracha sintética, eu também. Então, a borracha natural não tem e não vai ter tão facilmente substitutos. Diante disso, considerando que o Brasil consome 150 a 160 mil toneladas, e a nossa produção é de apenas 70 mil, ora, o que nós devemos fazer? De tudo para produzir cada vez mais borracha natural, seja ela nativa seja ela de cultivo, porque a nativa sozinha, de jeito nenhum poderia superar certas quantidades. Isso se o senhor quiser depois, inclusive na platéia têm especialistas que podem falar melhor do que eu. Mas, de qualquer forma, se depois calcularmos as necessidades da América Latina, da Argentina, da Venezuela, do Chile, do Peru e do Equador, nós chegamos a um consumo perto de 300 mil toneladas. O Brasil poderia, aumentando a sua produção, fornecer não somente à indústria local, nacional, mas também exportar para todos os países da América Latina. Como o senhor sabe, a borracha, poucos países têm o privilégio, que Deus lhe deu, de ter a possibilidade de cultivar borracha. O Brasil é um deles. Fora o Brasil, quem é que tem? Um pouco na América Central, muito pouco; um pouco na África, países devastados por revoluções, por movimentos; a Ásia, o sudeste asiático. Ora, se tivermos borracha aqui por perto podemos, não somente nós, utilizar essa borracha, mas pode também toda a América Latina utilizar a borracha produzida aqui. Então, eu, com isto, quero dizer, cultivar ou incentivar o cultivo ou a própria borracha nativa aqui no Brasil é um excelente negócio. É por isto que o Governo, a nosso ver, fez muito bem em fazer essa lei nova da qual, mais adiante, vamos falar. De qualquer forma eu tenho aqui um documento que ilustra a produção de borracha no País, desde o longínquo 1939, aonde se

verifica que conforme a borracha nativa ia descendo, a borracha de cultivo ia subindo. Provavelmente, quando a gente conversa aqui, a maior concorrente da borracha natural é a borracha sintética, porque as duas se auto-regulam com limitações das quais eu falei antes, em certos pneus não se pode usar a sintética e em certos outros pneus não se pode usar a natural. Mas de qualquer forma o maior concorrente provavelmente da borracha nativa foi a borracha de cultivo, onde uma coisa, Sr. Presidente, é ter uma fileira de árvores a cada quatro metros e outra coisa, como diz um artigo do **Financial Times**, que me impressionou tremendamente, onde só fala do Chico Mendes etc, de tantas coisas interessantes, mas ele fala que o cidadão tinha que fazer 30 quilômetros por dia para colher alguns quilos de borracha. Então, a concorrência da borracha de cultivo, a cada três metros, em fileiras, uma atrás da outra, com uma caminhonete, o fulano passa de madrugada, corta a árvore, depois passa a caminhonete e retira o látex. É uma concorrência, digamos, desleal. Talvez tenha sido esse o verdadeiro motivo da inviabilidade sobre certos aspectos da borracha nativa **versus** a borracha de cultivo. Talvez tenha sido isso. Sem falar de outras experiências, sempre segundo esse artigo do **Financial Times**, nós não podemos esquecer as experiências feitas nos anos, na década de 20, pela Fordlândia, aonde aquelas plantações de cultivos naquela zona amazonense tiveram resultados péssimos, porque as plantas... Pelo amor de Deus, não sou técnico em borracha, eu sou um amador no assunto, mas a gente lê na história que aquelas plantas foram devastadas pelo mal das folhas, e talvez tenha sido isso do porquê se criou uma zona de escape que começou pelo Mato Grosso do Norte... E acabou se verificando que o Estado de São Paulo, que é abençoado por Deus, porque lá dá tudo, inclusive borracha... Está se descobrindo que borracha dá também no Paraná, aonde a gente pensava que talvez só pudesse dar café, em vez de dar borracha também. Quer dizer, concluindo essa primeira parte, o que eu quero dizer é o seguinte: que a demanda por parte das fábricas de pneus, que são responsáveis por 85% de todo o consumo de borracha, outros 15% é da artefatos de borracha, da indústria (ininteligível), é tão grande que se tivéssemos uma crise que amanhã a indústria de pneus tivesse, como está enfrentado agora, uma crise que está vendendo menos pneus à indústria de automóveis, porque se produzem menos carros, mesmo assim podem plantar borracha, podem cuidar dos seringais nativos, porque vai ter mercado para todo mundo. Só não plantaremos borrachas se nós não quisermos plantar, se houver má vontade ou vontade política de não fazer isso ou de não cuidar da borracha nativa, aquele pouco que ainda tem. Bom, aqui eu tenho um documento que vou anexar ao meu depoimento, onde mostra a subida da borracha de cultivo e a descida da borracha nativa. De qualquer forma, temos, portanto, Sr. Presidente, um largo espaço na frente para ser ocupado pela borracha nacional, certamente mais da metade do consumo total do País pode ser suprido pela produção dos seringais brasileiros. Este é um cenário altamente excepcional, se considerarmos as dificuldades da realidade brasileira, em

particular desta indústria de pneus, cuja a capacidade instalada enfrenta níveis de ociosidade em meio a uma concorrência predatória vinda do exterior que ainda se apresenta com claro sinais de distorções. Ainda hoje de manhã estávamos discutindo sobre a importação de pneus usados ou não. Gente, nós temos uma indústria instalada aqui há sessenta anos. Eu acho que temos todo o direito de reclamar quando ainda se pretende importar pneu usado no Brasil, porque se a moda pega — não é, Sr. Presidente? A gente quer importar carros usados, telefones usados, geladeiras usadas e nós fechamos a indústria nacional. Bah! Sobre a fixação de preço da borracha natural local, Sr. Presidente, queria lembrar um pronunciamento feito por um cidadão chamado Manuel Garcia Filho, que era presidente, naquela época, do Sindicato da Indústria de Artefato de Borracha durante a Primeira Conferência Nacional de Borracha, no Rio de Janeiro, em 1946. Dizia ele: "Os industriais de artefatos de borracha de São Paulo" — não fala nem de industriais de pneus, porque em 46 se produzia muito pouco pneu — "desejam expressar a esperança de que os produtores possam um dia encontrar a solução para os problemas da indústria extrativa de borracha, bem como possam aqueles produtores ter possibilidade de fornecer à Hevea à indústria manufatureira, a preços tão próximos quanto possível àqueles do mercado internacional." Já naquela época o preço da borracha natural no Brasil era supervisionado pelas autoridades do Governo, tendo ocorrido ao longo dos anos sensíveis oscilações de preço com a borracha nacional, chegando ela a custar quatro ou cinco vezes o preço da importada. Essa situação perdurou até março de 90, quando o Governo Collor implementou a nova política econômica, cujas conseqüências nós todos conhecemos: a economia ficou engessada e levou vários meses para voltar à normalidade. A borracha nacional não escapou desse revés. Os pneus também não escaparam. Ficou tudo congelado, como os senhores se lembram. Até as nossas contas bancárias ficaram congeladas, e os preços ficaram parados por longo tempo. Com o acirramento da concorrência externa, resultante da abertura repentina da economia brasileira, as importações de manufaturados rapidamente tomaram conta de significativa parcela no mercado. A indústria de pneus e toda sua rede de fornecedores — derivados de petróleo, derivados do aço e produtores de borracha natural — se viram obrigadas a procurar alternativas para reduzir o custo da produção nacional. No caso específico da borracha natural, toda cadeia produtiva, isto é, consumidores de um lado, indústria de pneus e indústria de artefatos e produtores de borracha, tipo APABOR — Associação Paulista dos Produtores e Beneficiadores de Borracha, APBNB — Associação dos Produtores de Borracha Natural, por acaso temos o seu presidente aqui no nosso plenário, CNS — Conselho Nacional de Seringueiros, CNA — Confederação Nacional de Agricultura, SRB — Sociedade Rural Brasileira, ABIARB e a nossa ANIP conscientes da difícil situação enfrentada pelo segmento elaborou uma proposta conjunta que foi entregue à Casa Civil da Presidência da República em 12 de dezembro de 1996, solicitando alterações profundas e

emergentes na política da borracha. A reformulação deveria permitir, de um lado — atenção! —, que a indústria consumidora tivesse acesso a essa importante matéria-prima a preços internacionais, e ao mesmo tempo, do outro lado, que os produtores brasileiros de borracha natural, com uma subvenção do Governo Federal, tivessem condições de praticar os mesmos preços compatíveis com seus custos de produção. Quero lembrar que o maior e praticamente produtor, no Brasil, no mundo se fabricam, se produzem algo como 6 milhões de toneladas de borracha, 90% vêm do sudeste asiático. Esse pessoal, como nós falamos em **dumping** social, esse pessoal não ganha nada. Então, eles praticam um preço que ninguém pode acompanhar. Então, se os nossos produtores não forem ajudados pelo Governo, pelo menos para eles se deslancharem, evidentemente não há como competir com eles. A indústria de pneus e a indústria de artefatos têm muito mais interesse em comprar borracha aqui. Às 6 horas, por exemplo, em São Paulo, as fábricas de pneus, com um telefonema, compram borracha, e o caminhão chega máximo 12 horas depois. Senhores, no sudeste asiático, entre fazer o pedido, fechar o câmbio e receber a mercadoria, se passam com o mínimo de 90 a 120 dias. Portanto, só alguém que não conhece o assunto pode entender que as fábricas de pneus ou de artefatos não tenham interesse em comprar a borracha aqui no País. Para nós, é muito melhor comprar borracha aqui na esquina desde que ela seja de boa qualidade, porque hoje o produto fica cada vez mais sofisticado, e desde que ele custe o mesmo preço da borracha no sudeste asiático, mais o frete e mais o custo de internação. Hoje, devido a esta nova Lei 9.479, as fábricas de pneus e de artefatos pagam um quilo de borracha, o mesmo preço que se paga no sudeste asiático, acrescido da despesa de frete e mais do custo de internação, transformando este preço em dólares lá ao câmbio médio do mês. Quer dizer, eu acho que é um ótimo negócio para os fabricantes de pneus, porque têm a borracha ao lado, e uma ótima maneira dos produtores de borracha poderem incrementar os seus negócios. Tudo isto desde que o valor da subvenção da Lei 9.479, que é estipulado em noventa centavos de real, seja pago no dia. Infelizmente parece que não está sendo pago a não ser com atrasos notáveis de seis, sete, oito meses. De qualquer forma, também aqui eu vou anexar uma cópia do documento que confirma a minha exposição. Só para terminar, depois desse consenso todo, nós tivemos homologada e assinada a Lei 9.479, que foi, que tramitou no Congresso com muita rapidez e muita objetividade. Teve emendas, foram feitos todos os esclarecimentos, enfim, foi homologada e sancionada pelo Presidente da República. Então, a indústria de pneumáticos, através desta associação e fiel aos seus compromissos com a rede de fornecedores, ratificou, em sessão solene no Palácio do Planalto, perante o Sr. Presidente da República, Ministros e Parlamentares, sua disposição de adquirir toda a produção nacional de borracha desde que estivesse em condições de qualidade. E aqui reafirmo diante do Congresso, de forma absolutamente informal. No que depender da nossa disposição — eu falo em nome de todas as fábricas de pneumáticos —, o segmento da

produção e do beneficiamento de borracha natural continuará sendo prestigiado e terá preferência das associadas, sempre buscando a auto-suficiência, que hoje parece bastante distante. O passo seguinte será o atendimento da necessidade instalada no MERCOSUL e, depois, em toda a América do Sul. As fábricas de pneus que têm no Brasil são as cinco maiores fábricas de pneus do mundo — estão aqui. Os presidentes das fábricas que eu represento são responsáveis pela política de compras de toda a América do Sul. Se nós tivermos produção suficiente e tivermos qualidade, nós vamos colocar a produção de borracha brasileira não só no Brasil, mas em toda a América do Sul. É somente arregañar as mangas efetivamente e trabalhar. Nós temos essa condição. O Brasil tem solo, tem a Hevea brasiliense e não pode desperdiçar, a meu ver, esta grande oportunidade. Sr. Presidente, desculpe alguns lapsos. Desculpe a minha maneira talvez de me expressar não muito correta em português, mas eu estou a sua disposição, tentando ser o mais útil possível a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Bem, vamos iniciar os debates. Com a palavra o Deputado Francisco Garcia, Relator da CPI, que eu dou boas-vindas na nossa primeira oportunidade agora de trabalho, depois que tomou posse no cargo. Concedo o prazo a V.Exa., que é de três minutos, mesmo prazo de que disporá o expositor para resposta, facultada a replica e a tréplica.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Sr. Presidente, Sr. Representante das empresas de pneumáticos, é importante, Presidente, Srs. Deputados, que nós tomemos conhecimento qual o preço hoje praticado no mercado internacional da borracha. O senhor teria o...

O SR. GERARDO TOMMASINI - Sim, claro.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Vamos fazer uma espécie de um pingue-pongue, porque é a primeira, minha primeira oportunidade como Relator da Comissão. Seriam dados importantes. Que a gente começasse a verificar o porquê não da aplicação da Lei 9.479. E hoje ainda pela manhã, na Comissão de Economia, se discutiu muito o problema da importação das carcaças de pneus. Isso deve passar pra uma reflexão. Todos nós queremos o que é melhor pra Nação.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Claro.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Mas nós temos que resguardar a qualidade da indústria nacional e também da produção. A situação que nos coloca é uma situação até agradável pro produtor da borracha, porque ele tem comprador. Então, há uma oferta muito menor do que a demanda. Então, nós já partimos dum numerador aconselhável ao investidor no setor produtivo. É muito bom você saber que tem mercado. Seria o inverso se nós não tivéssemos mercado. Nós temos mercado. Então, nós precisaríamos analisar, aqui dentro da nossa Comissão, o porquê não avançar dentro desse mercado. Se de um lado a

borracha ela tá toda sendo consumida e nós não temos mais produção, aí o Governo pergunta: "como é que eu vou subsidiar se eu já vendo tudo, não tenho excesso"? Porque o entendimento passa a ser o inverso. Ele não tem o que subsidiar. Então, ele vem perguntar: "o que que eu vou subsidiar se eu não tenho produção? A indústria já consumiu tudo. Eu tive que importar mais 100 mil toneladas". Então, essa reflexão nós temos que começar a discutir de uma maneira clara pra saber até onde nós queremos. E vamos exercitar pra que esta CPI atue pra que o Governo cumpra com a Lei 9.479. Nós precisamos conhecer a realidade da borracha nativa, o que que tá acontecendo com a borracha nativa e com a cultivada. É evidente que a borracha nativa, pelo próprio nome, ela não foi regulada pra entrar no mercado competitivo, como é a cultivada, claro, porque ela nasceu, porque foi Deus que nos deu. E outra também, ela nasceu em locais distante donde as fábricas não ficaram. Então, locais em que você vai utilizar dois sistemas de cabotagem, que é o fundiário e o marítimo e, em muitas vezes, até o rodoviário. E ela pode ter, sendo apenas um mercado interno, muito mais caro do que do asiático, que pega mais só o marítimo. Então, é por aí que eu acho que nós temos que verificar como podemos ajudar o setor com esta CPI, analisando também os detalhes internos. Que o preço da cabotagem aqui tem um preço pra navegação fluvial e tem outro preço pra navegação marítima. Nós temos que ter a consciência da competitividade. E essa competição só vai exercitar se nós fizermos cenário. E pra isso é importante, Sr. Presidente, que nós conheçamos toda essa situação, o preço praticado pelo sudeste asiático. Os noventa centavos o que é que tá cobrindo? Qual é o preço do frete de lá pra cá? Por que que essa situação, por que que essa situação que aqui se encontra nós não temos a condição de concorrer com a produção de lá? Qual o excesso que eles têm? O que nós estamos absorvendo? Então, esse tipo de pergunta seria interessante que fosse ofertada pra todos nós aqui na Comissão da Borracha, pra que a gente pudesse formalizar até um direcionamento, começar — como é a primeira reunião minha que eu participo da Comissão —, pra que a gente tenha uma direção a seguir, pra saber como nós podemos ajudar o setor, mas conhecendo a realidade internacional e aonde enquadra a realidade nacional com a abertura do mercado que aí tá. A globalização é um fator que nós não podemos fugir mais dele. O setor tá globalizado. Nós queremos defender a situação da produção nacional. Nós queremos defender a indústria nacional, mas, de outro lado, nós vamos verificar que as maiores indústrias nacionais são multinacionais. Então, é outra reflexão que cabe a nós que representamos o povo fazer essa reflexão para os industriais, porque a maioria deles são multinacionais, não são indústrias só nacionais. Então, nós temos que conversar, avaliar até onde eles têm interesse que a competição seja dessa maneira. Porque o que sabia aqui há pouco tempo atrás, quando não existia uma, uma força muito grande — isso foi discutido hoje de manhã —, os pneus não duravam 20 mil quilômetros, 22. Hoje os pneus chegam até 60 mil quilômetros. Então, é por aí que nós temos que começar

a evoluir dentro desta Casa pra ver até onde entra a defesa do povo brasileiro. E compete e nós, Deputados, esta sustentação. Então eu queria ter essas respostas de uma maneira que a gente pudesse entrar na discussão propriamente dita do setor produtivo da borracha com qualificação, e que os Deputados tomassem consciência de que essa evolução é uma evolução muito delicada. Essa lei não está sendo aplicada, pelo que a gente vem tomando conhecimento, mas precisamos saber por que ela não está sendo tomada. Essa mais ou menos seria a primeira pergunta que eu gostaria de fazer.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Sr. Presidente, vou tentar responder a este rio de perguntas do Relator. Eu não sou nenhum especialista, mas eu acho que tenho condição de lhe dar um mínimo de informação e de satisfação. Um pequeno reparo: está certo que o Presidente me deu só três minutos, mas como o senhor se referiu à batalha de hoje de manhã eu gostaria de esclarecer, meu caro Relator, que a qualidade dos pneus nacionais sempre foi excepcional, e não seria um pneu usado importado que iria melhorar a qualidade dos maiores colossos da indústria mundial de pneus. Feito este pequeno reparo...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Nós queremos a segurança da indústria nacional.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Tranquilo.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Por isso não aprovamos...

O SR. GERARDO TOMMASINI - Claro. Tranquilo.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Mas se nós, hoje, estamos precisando importar borracha, então o lixo da borracha, como está ficando? É um outro agente complicador.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Nós precisamos passar por toda essa reflexão. Então, vamos fazer...

O SR. GERARDO TOMMASINI - Eu agradeço porque o senhor me dá uma excepcional oportunidade...

(Intervenção inaudível.)

O SR. GERARDO TOMMASINI - ... alguma coisa. Olha, o preço da borracha... A borracha é uma **commodity** internacional e, como tal, é regulada pelas Bolsas asiáticas ou também por algumas Bolsas européias, em particular a de Londres. Então, o preço da borracha não é feito por mim, pelo senhor, por alguém. Era feito, sim, na época antiga, pelo Ministério da Fazenda, pela borracha nacional. Mas depois que o mercado abriu... a globalização é impiedosa. Então, nós temos que ir atrás do preço da bolsa internacional. É que nem o ouro. O ouro não tem um preço aqui e outro preço lá fora. É o preço expresso em moeda forte, transformado na moeda de cada país. Este é o preço da borracha de hoje. Por exemplo: neste

gráfico eu tenho o preço da borracha nos últimos 20 anos. Mas por exemplo, em 2 de janeiro de 1996, um quilo de borracha custava quase 1 dólar e 70. Através dos meses e dos anos, com a crise asiática, o preço da borracha chegou — pasmem, senhores! — a 50 centavos de dólar. De 1 e 70 a 50 centavos. É a regra do jogo internacional, infelizmente. É quem nem o petróleo. O petróleo, em dezembro, custava 12 dólares o barril. Hoje o petróleo custa 24 dólares o barril. Em onze meses dobrou de preço. Nós podemos fazer alguma coisa? Absolutamente nada. Então, o preço da borracha é regulado pelas Bolsas asiáticas, em moedas locais transformadas em dólar. Então, hoje, por sorte dos produtores de borracha...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Esse documento do preço vai ser anexado...

O SR. GERARDO TOMMASINI - Sim, vai ser anexado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Vai constar do depoimento dele.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Inicia em 96?

O SR. GERARDO TOMMASINI - Este, mas se o senhor quiser lhe dou de outros períodos. Mas este período vai de janeiro de 96 até 19 de outubro. Se quiser lhe mando ...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Neste mesmo documento nós temos a quantidade importada de borracha?

O SR. GERARDO TOMMASINI - Não, a quantidade importada é a diferença entre a produção nacional e a necessidade.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Sim, mas isso depende do mercado.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Depende. Nós compramos tudo. Este é outro capítulo. Eu vou lhe dar.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Sim. Seria interessante nós termos isso, para podermos defender o...

O SR. GERARDO TOMMASINI - Sem dúvida. Veja, Sr. Relator — Sr. Presidente, com sua licença —, antigamente existia uma palavra chamada "contingenciamento", que obrigava as fábricas de pneus a importar somente após ter comprovado de ter comprado toda a borracha nacional. Toda vez que se obriga alguém a fazer alguma coisa e que se foge da regra do mercado tem bagunça, tem mutreta, tem engano. O que acontecia? Que o produtor nacional não tinha estímulo de fazer uma borracha de boa qualidade. Por quê? Porque o fabricante de pneus era obrigado por lei a comprar as quantidades que ele produzisse. Hoje não existe mais o contingenciamento. Existe uma palavra minha ao Presidente da República, dizendo: nós vamos comprar toda a borracha desde que a qualidade seja boa. Todo mundo está fazendo borracha de qualidade boa. Quer dizer, há competição. Eles sabem que se a borracha não for boa ele não vai conseguir vender. Acabou a época do protecionismo, aonde o fulano fazia qualquer porcaria e a fábrica tinha obrigação de comprar. Hoje não tem mais isso. Então, toda

a produção nacional é comprada. Não existe um quilo em estoque. A diferença: as fábricas importam do sudeste asiático, cujo preço é este. Este preço, pela Lei 9.479, é transformado em reais ao câmbio médio do mês, é trazido para cá, é carregado dos custos de internação; no custo de internação vai uma série de despesas — do porto de desembarque, do frete, da alíquota de importação, enfim, de todas as despesas que fazem a internação de um produto. Tudo isto, somado... Se o senhor me perguntar qual é o preço que as fábricas compram hoje, eu vou lhe responder — aliás, tem gente aqui que compra borracha, pode lhe dizer —: 1 e 34; 1 e 35; 1 e 36, algo assim. Em cima disto, o senhor deve colocar a subvenção: 0,90. Se nós pegarmos o que as fábricas pagam hoje, mais a subvenção — aqui tem testemunhas — cobrem perfeitamente os custos do produtor nacional, do usineiro nacional. Perfeito? Que daria 1 e 34, 1 e 35, mais 90 centavos, 2 e 24. Acontece, nobre Relator...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Esse preço, 1 e 34, é dólar ou real?

O SR. GERARDO TOMMASINI - Não, é real. É dólar transformado em real, que dá 1 e 34.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - O preço de hoje da importação em dólar, quanto tá?

O SR. GERARDO TOMMASINI - É, por exemplo, em dólar é 670 dólares a tonelada. O senhor transforma isso...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - É 0,67 o quilo.

O SR. GERARDO TOMMASINI - É 0,67 o quilo.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Centavos de...

O SR. GERARDO TOMMASINI - De dólar. Multiplica pelo câmbio médio. Mês passado o dólar foi 1 e 95.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Nós temos um cenário que em 96 era 1 e 70 dólar.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Naquela época...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Sim, mas nós precisamos trabalhar com o cenário.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Também o câmbio não era o de hoje.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Sim, por isso que nós precisamos de cenários.

(Não identificado) - Hoje está sendo viável.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Sim, nós precisamos de cenários.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Devido a quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Devido ao aumento do dólar.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Aumento do dólar e aumento do preço da borracha lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Hoje está sendo viável comprar a produção nacional.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - A este cenário é que quero chegar. Hoje: 0,67. Qual é o custo da importação, com frete e com imposto (ininteligível)?

O SR. GERARDO TOMMASINI - Mais ou menos o custo da internação. O senhor sabe que tem algumas despesas fixas.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Certo.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Conforme o preço sobe, essa despesa tem porcentagem, diminui. Mas o senhor pode calcular entre 18 e 20% pra trazer, pra internar uma mercadoria. Algo em volta disso. Então, o senhor pega o preço em dólar, multiplica pelo valor do dólar, obtém cruzeiros, reais. Nos reais o senhor acrescenta 18%, que é o custo de internação, e o senhor obtém o que hoje está dando 1 e 30, 1 e 35 reais o quilo. Em cima disso o senhor coloca a subvenção. Eu pergunto: a 2 reais e 24 ou 25 centavos, borracha cobre os custos e dá lucro aos usineiros e aos seringueiros. Tá?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Este preço é posto fábrica? Este preço que o senhor está nos dando é posto fábrica?

O SR. GERARDO TOMMASINI - Sim. Claro, porque quando...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Só 20% a despesa?

O SR. GERARDO TOMMASINI - A despesa é entre...

(Não identificado) - Só um aparte.

O SR. GERARDO TOMMASINI - O meu secretário diz que é 16 ou 17%. Mas 18% é melhor.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Ela é isenta de Imposto de Importação?

O SR. GERARDO TOMMASINI - Não, tem 4%.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Sim, vamos montar uma grade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Me parece que dos 90 centavos só 40% vai pro produtor. Os outros 50 centavos... A subvenção.

O SR. GERARDO TOMMASINI - A subvenção é para o produtor de borracha, via usina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Via usina. Quem recebe...

O SR. GERARDO TOMMASINI - Não teria como pagar.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Existe o que tira e existe o que beneficia. É usina de beneficiamento que é chamado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - É usineiro.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Usina tem trinta, quarenta. Agora, produtores tem milhares. Então, como é que o Governo vai dar a subvenção a cada um. Tem que dar a subvenção via usina, Uma parte fica com a usina, outra parte...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Mas está previsto já aqui na cota.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Sim, está previsto. Agora, eu não sou um especialista neste assunto.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Pra montar o cenário... saber o custo hoje de importação chega a 20%, 17 a 20.

O SR. GERARDO TOMMASINI - De 16% a 18%.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Com o frete?

O SR. GERARDO TOMMASINI - Dentro o frete, porque o frete hoje... Esses navios hoje, devido a crise que tem fazem qualquer negócio, entende? Então, o frete mundial de navio tende a descer por falta de competição entre eles. Entende? Que não estão cheios os navios, que a economia mundial tá em baixa, então, se transporta pouco. Então, 16, 18% é hoje o custo de internação com este nível de preço. Se o preço muda, o custo varia.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - A borracha é isenta do IPI? Ela é isenta do IPI?

O SR. GERARDO TOMMASINI - Tem ICMS, mas IPI não tem. Não é produto acabado...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Sim, ela é isenta...

O SR. GERARDO TOMMASINI - Não paga IPI. Paga ICMS.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Não na entrada, só na saída. E na entrada?

O SR. GERARDO TOMMASINI - Como na entrada?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Na entrada da mercadoria.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Não, na entrada da mercadoria não pode pagar. Paga ICMS quando é comercializada.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Mas se uma usina nacional vende uma mercadoria para o senhor que é fabricante, essa usina vai pagar o ICMS do Estado onde ela está.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Sim, ICMS paga, é claro.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Qual o comportamento com a borracha importada? Por que que ela não é tributada, como é tributado todos os outros produtos quando entram no País?

O SR. GERARDO TOMMASINI - É também tributada.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Tem mais o ICMS...

O SR. GERARDO TOMMASINI - Tem. É claro. É tributada.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Então, dá muito mais de 17%, porque só o ICMS é 9%.

O SR. WALTER TEGANI - *(Intervenção inaudível.)*

O SR. GERARDO TOMMASINI - Secretário *(ininteligível)*

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Sim, mas ela tem que fazer parte do componente, porque a usina de beneficiamento, quando ela te vende, ela cobra logo, te dá um crédito de 9%. Se você está importando de fora você não tem esse crédito.

(Não identificado) - É bom esclarecer isso, para não ficar dúvida.

O SR. WALTER TEGANI - *(Intervenção inaudível.)*

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Sim, mas o que eu digo é que não gera, para que o Governo mantenha esses 90 centavos sobre o subsídio, para regular a Lei 9.479, certo? Porque você tá fugindo de uma competição interna, porque há uma bitributação. O...

O SR. WALTER TEGANI - *(Intervenção inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Francisco, só um minutinho.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Não. Mas de qualquer forma, Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Para aproveitar a oportunidade aqui, gostaria de registrar a presença também do Armando Soares, que é Presidente da Associação dos Produtores de Borracha Natural. Está aqui presente também.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Ele conhece tudo.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Nesta seqüência, Sr. Presidente, nós poderemos chegar aos números, através da montagem do cenário do preço da borracha interna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Nós temos de conhecer, porque não conhecemos aqui na Câmara.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Não sabemos qual a tributação praticada, não sabemos qual o nível de transferência de impostos que uma usina transfere para o fabricante, na importação, se ele leva também para sua contabilidade fiscal esse crédito presumido. Tudo isso, para que a gente faça um relatório conclusivo, precisamos conhecer, senão não podemos chegar a um final com a realidade nacional.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Sem dúvida, agora de qualquer forma eu queria assegurar aos senhores, à Mesa, de que se a Lei 9.479, que é extremamente inteligente, porque ela, além de estabelecer claramente as regras do jogo, ela defende, violentamente, o seringa

de nativo. Porque veja, ele diz no seu art. 7º, que "o Poder Executivo deverá, no prazo de sessenta dias, contados a partir da entrada em vigor desta Lei, adotar medidas destinadas a promover a ascensão econômica e social dos seringueiros da Amazônia, por meio de mecanismos específicos de incentivo ao uso múltiplo da floresta amazônica e de programas de promoção social". E diz mais, no parágrafo único, do art. 2º, ele diz que "os rebates referidos no inciso III deste artigo só poderão ser aplicados à subvenção incidente sobre a borracha oriunda de seringueiras nativas na medida em que forem implementados pelo Poder Executivo os programas de que trata o art. 7º". Senhores, eu volto a dizer: esta lei foram os senhores que fizeram. Se esta lei for observada, nós da indústria de pneu, da indústria leve não temos nada absolutamente contra. E tenham certeza podem interrogar — aqui presente um dos legítimos representantes dos produtores — que se a subvenção for paga em dia, eu pergunto ao Sr. Armando Soares, o senhor teria alguma coisa a reclamar na sua vida?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Concedo a palavra, um minuto, pro Armando Soares responder.

O SR. ARMANDO TEIXEIRA SOARES - Eu queria colocar um pouco de ordem...

O SR. GERARDO TOMMASINI - Na minha exposição.

O SR. ARMANDO TEIXEIRA SOARES - ... na exposição racional do nosso nobre expositor. Nós estamos trabalhando com uma lei que é uma miragem. Essa lei, na realidade, até hoje, não cumpriu absolutamente nada dos dispositivos fundamentais que se propõe, ou seja, dar alavancagem da produção para chegar ao ponto da competitividade internacional. Na medida em que essa subvenção não é paga, na medida em que esses programas citados agora e que são extraordinários e que foram inclusive trabalho de emendas nossas nesta Casa para poder proteger particularmente a Amazônia, no que diz respeito ao seus interesses, não foi ainda nem uma vírgula, nem um ponto, cumprido, a partir desse momento fica difícil a gente dizer que houve um avanço no que diz respeito a essa legislação. Ou seja, eu acho é que a Legislação, por não ser cumprida, é o principal obstáculo, ou seja, é o principal elemento da crise e o setor de borracha amazônica e nacional no dia de hoje. Se — isso eu estou falando no condicional — fosse possível o Governo brasileiro executar aquilo que propôs e que foi aprovado nessa lei, sim, eu diria que nós poderíamos estar hoje numa posição muito melhor do que estávamos há muito tempo atrás. Agora, só para completar, Deputado, quero dizer o seguinte: a crise da base produtiva, ela é histórica e contínua.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Uma informação, só para orientação: esses noventa centavos é para borracha beneficiada em todo o País ou é só da Amazônia?

O SR. ARMANDO TEIXEIRA SOARES - Não. É de todo o País.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - E qual o tratamento diferenciado que vai se dar para a Amazônia?

O SR. GERARDO TOMMASINI - De criar planos específicos...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Sim, aí a Amazônia deixa de ser competitiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - O que existe é um programa através da Amazônia Solidária.

O SR. ARMANDO TEIXEIRA SOARES - Deputado, eu posso lhe esclarecer esse detalhe. A gente já fez aqui uma exposição, naturalmente o senhor não estava presente, mas eu vou tentar repetir rapidamente sem prejuízo. O negócio é o seguinte: nós temos uma improdutividade estrutural do seringal nativo, ou seja, o seringal nativo, por mais que ele produza com eficiência, ele dá uma renda hoje calculada em termo de uma família de trinta reais/mês. Então, o que se está trabalhando hoje é para modificar o modelo de extração de borracha nativa, introduzindo um modelo diversificado no seringal nativo, onde o objetivo não é mais só produzir borracha, mas é produzir borracha junto com outros produtos. É dessa maneira. Você dinamiza o seringal e você torna o seringal nativo economicamente possível de concorrer no mercado aberto.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Mas nas mesmas condições dadas ao resto?

O SR. ARMANDO TEIXEIRA SOARES - Veja, as condições para que se chegue isso é preciso que a gente faça programas específicos de fomento e de apoio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Francisco, eu peço que nós direcionamos os trabalhos aqui para o Tommasini, haja vista que o Armando Soares já veio aqui, aí se V.Exa. desejar, possa pedir um requerimento verbal, a Mesa acata, ou então você requerer agora...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - O que eu queria, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Sim, para engrandecer os nossos trabalhos...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - ... já que o nosso objetivo é ver a crise da borracha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Claro.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - ... temos que conhecer a história da borracha nacional. Ela nasceu dos seringais nativos. Ela sabe que a Amazônia, no final do século passado, foi responsável por quase 40% das exportações brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Com certeza.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Nós sabemos que se vamos dar subsídios é para tentar melhorar os seringais nativos. Os cultivados, o nosso Presidente já

disse, pela própria situação como eles são colocados, eles já são rentáveis. Então, nós temos que nos preocupar para segurar o homem na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Claro.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Nós temos que dar subsistência ao território nacional, aproveitando os seringais nativos. Ora, se nós temos uma Lei 9.479, que ela dá a mesma subvenção a todo o território nacional, compete a nós, Deputados, começar a fazer uma reflexão em cima dessa lei. Ela deixa de ser competitiva, no meu entendimento. Posso estar até errado. No meu entendimento. Por quê? Porque as grandes fábricas, os grandes compradores estão no Sudeste brasileiro e eles estão distante, e através de uma navegação fluvial marítima sai caro e deixa de ser competitivo a volta à atividade econômica desses seringais nativos. Ela deixa de ser competitiva. Então, o que que tem? Tem que passar por um entendimento nacional o problema da borracha. Os seringais cultivados têm que ter a consciência de que se nós queremos levantar os seringais nativos, nós temos que ter um outro tratamento. Tem que existir tratamento diferenciado. Isso é que eu perguntei: se existia. Porque no meu entendimento eu acho que se não, nós nunca vamos aproveitar a borracha da Amazônia. É por aí que eu faço a colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Deputado, de acordo com o relato do Armando Soares, ele basta cumprir a lei, ou seja,...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Isso que eu perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - O problema é que o pagamento da subvenção, em dez dias, nunca foi cumprido. Nossos seringais nativos, pelo que entendi aqui, eles são competitivos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Mas você vai tornar menos competitivo, à medida que você estimula também nas regiões mais desenvolvidas a plantação da borracha cultivada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Claro.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Mas, então, vamos fazer diferença. Nós não queremos levantar a borracha nativa. Então, não vamos exercitar um trame em cima da Amazônia, porque mais uma vez nós começamos a dar dinheiro pensando que vai pra Amazônia e não vai nada pra a Amazônia. É por aí que eu quero começar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Justamente, o programa começou errado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Nós temos de começar a levantar e não utilizar mais uma vez a Amazônia como uma esperança do mundo e que vamos subsidiar, vamos dar incentivo e os recursos não vão chegar lá desse jeito. É por aí. Por isso que eu queria um espaço dentro e conhecer, até para dizer se noventa centavos é bom pro Sudeste,

não é bom para a Amazônia. Então, teremos que brigar pelo um outro número. A indústria de pneumático tá em condição de subsidiar essa diferença entre uma usina de beneficiamento. Ninguém vai botar usina de beneficiamento mais hoje na Amazônia. Não existe mais nenhuma e era onde mais se tinha. A própria Hevea chegou a ter em Manaus uma indústria de beneficiamento, que não durou seis anos. Então, nós temos que fazer uma reflexão nacional em cima das condições, em que a gente pode ter um aproveitamento. Porque senão, Deputado, a gente vai ficar à mercê de uma equivalência, em que o problema da competitividade interna ela vai desaparecer. É claro, que se tu tá fabricando, a Pirelli tá aqui, os teus seringais é duzentos quilômetros, é evidente que tu vai levar vantagem. Então, vai todo mundo plantar borracha em São Paulo. Ninguém vai querer mais botar borracha em canto nenhum. É lógico, quanto mais próximo melhor. Então, a distribuição e as desigualdades regionais que este País está convivendo é em virtude da centralização dos recursos tudo pro Sudeste brasileiro. Mas é a competição, é a globalização. Tudo bem. Mas não com dinheiro público, não com dinheiro do Governo. Nós queremos ocupar o território nacional, mas de uma maneira em que a gente possa conviver com a realidade, por isso que eu faço essas perguntas meio agressivas ao setor, mas de origem nacional, que a gente dê um tratamento diferenciado aos seringais nativos, principalmente aos seringais da Amazônia, que a Amazônia hoje está esvaziada justamente pela borracha. E nós sabemos que não é. É a borracha sintética que fez com que ela desaparecesse de uma maneira mais violenta, como é o caso da juta. Nós sabemos também que a juta é problema do plástico. Toda sacaria que era de juta passou a ser de plástico, como os navios que transportavam o café não levam mais sacos de juta. Tudo são navios graneleiros. Tudo isso. Nós temos que conhecer a história da seqüência nacional, mas nós queremos voltar à redenção da Amazônia. Nós queremos buscar alguma coisa. E eu acho que é por aqui. Vamos ver o que nós podemos fazer. É por isso que eu faço umas perguntas de uma maneira mais objetiva para saber se o benefício de noventa centavos é nacional, ou é um benefício regional, porque hoje, se não se trabalhasse, Deputado, por regiões, nós não acabamos nunca com as desigualdades regionais. Nós não podemos. Nós temos que saber que a Região Norte, a Região Nordeste, a Região Sudeste, a Região Sul tem que haver tratamento diferenciados. É por aí que eu gostaria de orientar os companheiros Deputados tendo uma discussão que a gente pudesse pressionar mais o Executivo.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Se o Sr. Presidente me permitir, eu poderia tentar ajudar o esforço comum. Veja, Sr. Relator, quando se colocou o problema, e falo como representante dos consumidores, eu devo dizer que não há absolutamente diferença nenhuma quando a borracha chega as nossas mãos de boa qualidade, pode ser nativa, como pode ser de cultivo. Aqui temos o Sr. Armando Soares que vende borracha para os grandes fabricantes de pneus, ele vende borracha nativa e vende borracha de cultivo. E, se o senhor perguntar para

ele, ele não vai lhe dizer que a distância o amedronta, ele é de Belém. Não. O problema dele não é a distância, ele vence a distância com caminhões de 14 toneladas cada um, bem arrumadinho, chegam em Americana, onde tem uma grande fábrica, ou em Santo André, onde tem outras, no prazo de dois dias em meio e descarregam a sua borracha, esse não é o problema dele. O único problema dele, seja para a borracha nativa ou para a borracha de cultivo é o pagamento da subvenção. Agora, veja bem. Quando se colocou o problema, nós temos que ver o interesse como um todo, pelo amor de Deus. Se tem alguém que defendeu a borracha na ativa, alguns dos nossos associados chegaram a mandar técnicos no Acre. Em Xapuri, em Sena Madureira, chegaram a manter engenheiros durante semanas, para ensinar de como deveria ser lavada a borracha. Chegaram a dizer, Sr. Presidente, me perdoe a ênfase: "vocês façam a borracha de acordo com o que nós lhe falamos, que nós lhe compramos tudo a preço de mercado". Sr. Relator, eu não vou lhe dizer o resultado, mas foi um esforço terrível para fazê-los produzir dentro dos parâmetros. Mesmo assim, continuamos trabalhamos assim. Agora, a Amazonas, pela lei, a região amazônica é privilegiada, segundo certos planos que o Governo deve fazer. Se depois o Governo não cumpre exatamente aquilo, também não cumpre quando não paga a subvenção aos plantadores de borracha de cultivo. Então, são falhas que eu diria talvez no início, esperando que isso melhore, mas de qualquer forma, pelo amor de Deus, nós precisamos continuar a dar esta subvenção, tanto a borracha nativa, como a de cultivo. Agora, se quisermos dar, como aconteceu no Acre, que o Governador local deu um incentivo estadual a mais pela produção do Acre, tanto melhor. Agora, pelo amor de Deus, o incentivo tem que ser dado também ao seringal de cultivo. Caso contrário, não temos ainda produtividade suficiente para competir com o sudeste asiático, não temos ainda. Agora, a lei prevê oito anos, com quatro de carência. Daqui a oito anos a nossa produtividade vai aumentar sem dúvida alguma, os nossos custos vão diminuir e, o que é mais importante, o preço da borracha lá fora, tenho certeza vai aumentar. Por quê? Porque também aquele povo que vive com 30 dólares por mês começa a reclamar, começa a achar que 30 dólares é muito pouco, eles também estão emigrando, estão deixando os seringais para ir trabalhar nas fábricas na Coréia, portanto as coisas podem mudar. Por isso que eu tenho uma fé enorme. Agora, pelo amor de Deus, que seja pago a subvenção de acordo como foi feita, porque se o senhor não der a subvenção aos seringais de cultivo é o fim do mundo. Eles hoje ainda não têm como competir com o sudeste asiático. Dar mais à Amazônia? Claro, a própria lei contempla isso, mas tem que continuar a dar para os seringais de cultivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Concedo a palavra ao Deputado Jurandil Juarez, para interpelar o expositor.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sr. Presidente, Sr. Tommasini, hoje já foi citado, nós tivemos uma discussão na Comissão de Economia e chegamos a votar.

Normalmente, nós tomamos a precaução de encontrarmos uma convergência, de tal maneira que nós não precisemos fazer assembleísmo, que nem sempre ou pelo menos não todas as vezes satisfaz aquilo que a gente busca. Então, encerramos hoje um capítulo chamado guerra dos pneus na Comissão de Economia e uma das facetas dessa guerra dos pneus era exatamente a possibilidade, autorizar a importação de matéria-prima, principalmente no que se refere à carcaça de pneus, vinda de outras regiões mais produtivas. As razões colocadas lá são todas razões da indústria nacional: a indústria de São Paulo e a indústria do Paraná. A indústria do Paraná incisiva na necessidade que tem a economia brasileira de importar esses componentes e principalmente a questão do pneu já usado. O que se viu na Comissão de Economia, e essa discussão vem desde o início do ano, quer dizer, data de 1995, mas hoje, nós discutimos o ano todo, o que se viu foi uma retomada de consciência no que se refere ao papel que tem a economia brasileira hoje. Bom, não temos mais o que discutir. Que tem uma globalização é verdade; que a inserção nossa na economia mundial globalizada foi feita de uma forma incorreta, não se tem mais dúvidas; que o processo de privatização demonstrou que nós fizemos as coisas pelo menos de forma açodada para dizer o mínimo. Então, hoje se tem uma consciência de que tão importante quanto você ter ganhos de produtividade aqui dentro, é você saber se está gerando emprego aqui. Então, nós temos consciência de que, por exemplo, se nós incrementarmos um programa como o da produção da borracha natural, nós vamos gerar, pelo menos, 2 milhões de empregos. Ora, num país que tem um problema de desemprego em torno de 10% da sua força de trabalho, numa região como a nossa que é subabitada e tem possibilidade de gerar 2 milhões de emprego, significa dizer que abarca o desemprego da região amazônica. Então, deixa de ser única e exclusivamente a ótica do ganho ou da produtividade, aquela que deve ser observada na hora de você implementar um programa como o da exploração da borracha natural. Todas as vezes que nós analisamos a queda da produção de borracha natural, nós vemos que a produtividade e os preços alcançados na Ásia foram fator de concorrência. Mas vamos examinar. Como diz o nosso Relator aqui, vamos trazer pra minudência, pra ver se exatamente essa coisa geral ela explica tudo. Quando os preços baixaram no sudeste asiático, as fábricas de pneus naturalmente deixaram de comprar da produção nacional e compraram da produção internacional. Então, na medida em que nós comprávamos borracha de fora, nós estávamos gerando emprego lá e diminuindo os nossos empregos aqui. Então, arredondando a coisa, nós hoje na Comissão de Economia marcamos um tento a favor da indústria de pneumáticos nacional. Na continuidade desse raciocínio, eu acho que nós não poderíamos, aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, dar outro encaminhamento, porque nós pretendemos que não seja esse. Não é de proteger a indústria nacional, não é de proteger a economia nacional, mas ser racionais em relação ao que está acontecendo. Nós temos uma necessidade de gerar emprego. Qual a prioridade nossa? Gerar

emprego. Então, da mesma maneira, como da chamada guerra dos pneus, nós votamos a favor da indústria nacional, nós queríamos ter aqui, da indústria nacional, um aceno de reciprocidade, porque não me escapa e não escapa a ninguém que o preço baixo que tem na Ásia é praticado por um **dumping** vilipendiante. É a utilização de mão-de-obra de crianças que a indústria nacional aqui, principalmente através da ABRINQ, se jacta de repelir. Então, você não compra produtos. Estamos mexendo agora, por exemplo, com cana-de-açúcar. Não se compra produtos onde tem mão-de-obra de criança aqui do Brasil, mas se compra de fora, por que é mais barato. Quando se fala em 30 dólares/salários na Malásia ou na Tailândia, você está falando de trabalho semi-escravo, que é um discurso forte que se tem aqui no Brasil. Vamos combater a mão-de-obra escrava. Para mim, não faz diferença se o escravo é do sudeste asiático, é da África ou é daqui do Brasil. Ele está utilizando mão-de-obra escrava. Então, a minha pergunta é a seguinte: esta Comissão tem por escopo apresentar alternativas para a retomada do processo produtivo, em condições favoráveis para a economia brasileira, no caso da borracha. Queria perguntar de a indústria de pneumáticos estaria disposta a colaborar, colocando os mesmos óbices, que a indústria coloca aqui, da recepção de matéria-prima produzida com trabalho escravo aqui no Brasil e também no exterior. Ou seja, seria possível a indústria de pneus dizer o seguinte: onde tiver mão-de-obra de criança e onde tiver trabalho escravo eu não compro. Seria possível nós termos um acordo desse gênero, de tal maneira que aí nós vamos medir se custa 1 dólar, se custa 60 centavos de dólar, 65 centavos, se isso dá 1 e 30 ou 1 e 35 de real, se tem mais o subsídio de 90 centavos? Não se trata disso. É de nós termos uma consciência de que as leis, a ética que orienta o nosso procedimento aqui dentro do Brasil é a mesma ética que nos orienta no relacionamento com o mercado internacional. Então, a minha pergunta, concretamente, seria a seguinte: haveria possibilidade de ter um compromisso da indústria nacional de pneumáticos, câmaras de ar e **camelback** com referência à aquisição desses produtos dentro dessa matéria-prima que é produzida a custos mais baixos, mas porque se utiliza mão-de-obra de criança e trabalho escravo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Bem, antes de o senhor responder, eu gostaria de parabenizar o Deputado Jurandil Juarez por esta pergunta. É uma questão que, sem dúvida nenhuma, em todos os segmentos da nossa sociedade nós estamos tendenciando para isso: valorizar a mão-de-obra natural, combatendo o trabalho escravo, a mão-de-obra infantil, e eu gostaria de parabenizá-lo.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Eu juntaria os parabéns do Presidente aos meus pessoais também. Agora, é claro, desde que existisse uma alternativa. Por que que o senhor acha que nós, com tanta insistência, estimulamos a produção nacional? O Sr. Armando Soares é testemunha e pode dizer de quanto nós, consumidores, poderíamos perfeitamente dizer: olha, você tem, tem; não tem, compro lá fora. Por que que nós estimulamos os produtores daqui?

Por que que a ANIP, às vezes mal compreendida, se faz paladina dessa história da borracha nacional? Outro dia, na Câmara da Borracha de São Paulo, na Secretaria de Abastecimento e Agricultura, teve um cidadão que me perguntou: "Mas o que é que o senhor tem a ver com isso? Qual é o seu interesse que a produção nacional cresça? O senhor é fabricante de pneus, representa ele, o senhor não tem nada". Eu disse: não, o senhor não entendeu. Nós temos todo o interesse que a produção nacional cresça. Se nós pudermos nos livrar deles e trazer a borracha de lá, onde, inclusive, tem trabalho escravo, onde tem um **dumping**, que o Sr. Armando Soares chama de **dumping** social, chame como quiser, que eu vejo os dias contados, porque hoje em dia no mundo ninguém mais está disposto a ganhar 30 dólares por mês. Portanto, para mim tem os dias contados e, lamentavelmente, como produtor, representante da produção de borracha, a borracha natural vai aumentar de preço. A tendência é esta. Não tem nada a fazer, por isso que eu digo que é um bom negócio. Então, mais depressa a gente se livrar dessa gente, melhor para nós. Agora, nós temos que comprar lá por quê? Porque não tem outra alternativa. Está nascendo, depois de guerras na Libéria, onde uma das nossas associadas foi seqüestrada da maior plantação de borracha do mundo — a British Firestone tem, para citar nomes, a maior plantação de borracha do mundo lá, teve, devido ao governo militar etc, teve seqüestrado tudo, e agora está tentando reconstruir com gastos enormes. Não tem borracha no mundo. Só tem no sudeste asiático. Nós temos chance de plantá-la e de mantê-la ativa aquela nativa aqui no País. Por isso que eu digo: eu sou o maior incentivador de plantar borracha e de cuidar da borracha nativa. Ora, meu Deus, para nos livrarmos disso. É por isso que eu sempre falo isso. Agora, gente eu duvido que algum representante da indústria de pneus possa ter defendido — apelo ao Sr. Armando Soares, apelo ao senhor — da maneira como a ANIP vem defendendo isso. Nós defendemos o aumento da produção nacional e defendemos o interesse. Nós nos interessamos junto à Casa Civil. Por que que não é pago essa subvenção? Por favor, paguem, senão eles não plantam. No Estado de São Paulo, no momento, não está-se plantando borracha. Por quê? Porque o Governo não paga subvenção. Se não planta borracha — a borracha leva sete anos e meio —, se não planta hoje, daqui a sete anos e meio o senhor tá com a mesma produção de hoje. Nós somos os maiores interessados em correr lá e dizer: plantem. Então, nós estamos, absolutamente, de acordo com a sua tese, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Deputado, o senhor quer mais alguma colocação?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Eu só queria fazer um corolário. Eu sou Deputado Federal hoje e me orgulho disso, mas eu fui criado por um serviço de regatão que tinha como função o seguinte: entregar o alimento ao produtor e receber a produção. Eu, desde criança, vivi, cresci, minha vida foi financiada pela borracha. Nós comprávamos toda a produção que tinha na região das ilhas, lá no Pará, e a frente da minha casa era o depósito de

amoníaco que tínhamos lá para fazer a composição com o látex. Eu tenho certeza que a reativação desse processo de produção com as novidades que a modernidade tecnológica nos permite certamente vai ensinar que não só a história da Amazônia seja reativada, mas principalmente a economia, dando uma resposta que o País hoje não pode ter. Não tem nenhum lugar do País hoje, não tem nenhuma parte da economia deprimida, não tem nada de capacidade ociosa da indústria que possa reagir de forma tão imediata, numa magnitude da absorção de emprego como tem a economia da borracha. Nós, imediatamente, com um programa sério, com compromisso nacional, nós poderemos reativar — repito — 2 milhões de emprego, imediatamente. Se não bastasse isso, nós temos algumas questões candentes, que são questões nacionais. Por exemplo: a ocupação da nossa fronteira. Você sabe por que o narcotraficante tá lá dentro hoje e nós não sabemos? Vimos uma operação do Exército que deu uma demonstração de quanto nós estamos desassistidos. Você sabe por que existe o que nós estamos chamando esse vazio enorme na nossa fronteira? É porque tiraram o seringueiro de lá. Então, com a ausência do seringueiro, alguém vai tomar conta. Então, hoje entendo que a retomada do processo de produção da borracha não é apenas o imperativo da economia nacional no sentido de suavizar os apertos da balança comercial. É sobretudo o atendimento de um compromisso de nacionalidade de ocupação econômica dentro das bases do chamado desenvolvimento sustentável. Nenhuma atividade econômica é tão sustentável quanto a exploração da borracha natural. Você não vai precisar plantar nada, você não vai derrubar uma árvore, você não vai agredir o meio ambiente em nada. Você vai explorar racionalmente aquilo que a natureza lhe deu e que, secularmente, era feito. Além do mais, gerando milhões de empregos, integrando mais a nacionalidade brasileira, e aí, sim, já diria, até como subproduto, aliviando a nossa balança comercial. Por tudo isso eu acho que se houver um compromisso — e esta Comissão tem este compromisso também — de mostrar que é viável, sim, a retomada do processo produtivo da borracha, por todas as razões que foram expendidas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Bem, eu passo a palavra ao Sr. Gerardo Tommasini para fazer suas considerações finais.

O SR. GERARDO TOMMASINI - Eu fico entusiasmado em ouvir as palavras do Deputado Jurandil, porque... É verdade que às vezes me dizem que eu me entusiasmo facilmente, mas eu estive recentemente no Acre, aonde levei o Presidente de uma das minhas associadas e andando lá dentro pela floresta, etc, quando eu sentia o barulho de uma serra eu me arrepiava inteiro, porque esse negócio de serrar árvore é uma coisa terrível. O que estão devastando lá é uma coisa escandalosa. Então, eu acho que o seringueiro é, efetivamente, um guardião. É alguém que está lá dentro e que, pelo menos, avisa quando algum intruso, algum estranho passa por lá e faz aquele estrago que nós todos conhecemos. Agora, ele, sozinho,

sangrando a árvore do jeito que ele sangra, com aquela técnica dele, querer competir com aquele outro que tem as árvores uma enfileirada da outra é covardia. Então, é preciso criar para ele condições especiais. É por isto que a lei garante a ele a subvenção **ad aeternum**, ao passo que o de cultivo termina no oitavo ano. Para o seringueiro nativo vai a vida inteira, a não ser que o Governo use certos subsídios ou certa ajuda que garantem a ele de poder competir. Portanto, a borracha nativa tem garantida a subvenção a vida inteira. Isso já é uma grandíssima vantagem. Tanto é que o pessoal de cultivo já ficou olhando aquilo como: Ah, mas vai ser — como é que se diz? — uma competição desleal etc. Não é nada de desleal, eu acho que é extremamente justo. Agora, é preciso que ele faça daquilo tudo uma espécie de uma cesta, que a borracha de um lado, a castanha de outro, aquela famosa cesta da floresta, aonde ele vive no seu hábitat seja realmente uma condição mínima e premente de comer e de viver. Este que nós queremos para ele. E lhe garanto uma coisa: que nós não vamos fazer nenhuma distinção entre nativo e de cultivo. Outra coisa: as fábricas de pneus se comprometem, mais uma vez eu digo isso em alto e bom som, em transmitir toda a técnica de corte, a técnica de lavagem, a técnica de que como eles querem a borracha — entendeu? — através de missões de gente que vai lá e que fica semanas inteiras nas usinas locais. E o que é mais importante: se comprometem em comprar toda a produção. É recente que uma das minhas associadas soube que tinha 200 toneladas numa usina perdida lá no Pará. Fizeram um acordo e em quatro, cinco, seis semanas compraram tudo, Deputado. Quer dizer: o que mais queremos? Não receberam subsídio, porque eles ficaram na fila, mas o dinheiro da minha associada — liquidaram o estoque e receberam o dinheiro de volta. Quer dizer, tudo o que pudermos fazer, o senhor esteja tranqüilo. A propósito de hoje de manhã, o Presidente que me permite, o senhor não vai se arrepender certamente do seu voto. Aliás, lhe agradeço oficialmente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Bem, eu agradeço a presença do Sr. Gerado Tommasini, bem como a dos Srs. Deputados. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando para o dia 17 de novembro. A Secretaria encaminhará a pauta da reunião aos gabinetes dos Srs. Deputados. Está encerrada a reunião.

REUNIÃO DE 17/11/99

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a crise do setor produtivo da borracha natural e os reflexos na política governamental do setor. Encontram-se sobre as bancadas cópias da Ata da reunião anterior. Estando as cópias já distribuídas, indago se fica

dispensada a leitura da mesma. Em discussão. (Pausa.) Não havendo quem queira discutir, vamos passar à votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado. Determino ao Secretário que proceda à leitura de expediente encaminhado à Comissão.

(É lido o seguinte)

"Ofício nº 207, de 10 de novembro de 1999, da Consultoria Legislativa, informando a designação do Consultor Legislativo Dr. José Maciel dos Santos Filho para prestar o necessário assessoramento aos membros desta Comissão".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Ordem do dia. Reunião de audiência pública com a presença do Sr. Benedito Rosa do Espírito Santo, Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB —, a quem convido para tomar assento à mesa. (Pausa.) Para prestar esclarecimento a esta Comissão, o Sr. Benedito Rosa do Espírito Santo, sobre as irregularidades do PROBOR, com denúncias de que se atendeu mais a Região Sul do País do que a Região Norte e sobre a administração do subsídio por parte da CONAB, bem como sobre denúncias de atraso no recebimento do mesmo. Concedo a palavra ao Sr. Benedito Rosa do Espírito Santo, que disporá de até 20 minutos para sua exposição. Podemos até prolongar, se necessário for, para engrandecer o nosso trabalho.

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Muito obrigado. Saúdo o Sr. Deputado Badu Picanço, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a crise do setor produtivo da borracha natural e os reflexos na política governamental do setor. Cumprimento os demais Parlamentares que fazem parte desta importante Comissão. Agradeço o convite, em nome não só da CONAB, mas do Ministério da Agricultura, para comparecer à Comissão e prestar todos os esclarecimentos que os Parlamentares desejarem e que estejam ao nosso alcance. Em resposta ao Ofício 035/99, de 10/11/99, desta Comissão, tenho a apresentar os seguintes comentários, observações e informações. Relativamente ao assunto número um, ou seja, irregularidades no PROBOR com denúncias de que se atendeu mais a Região Sul do País do que a Região Norte, eu gostaria de ressaltar que a administração do PROBOR era de responsabilidade da SUDHEVEA, a qual, após a sua extinção, teve atribuições transferidas para o IBAMA. E, conseqüentemente, infelizmente, a CONAB não dispõe de informações para contribuir na análise desta questão. O IBAMA terá, certamente, mais competência e condições de prestar informações e dados a respeito dessa matéria. Me recordo que a execução do PROBOR era feita através de financiamentos e projetos submetidos ao BASA e assistência técnica prestada pela EMATER, mediante convênio SUDHEVEA/EMATER. Conseqüentemente, lamento, Sr. Presidente, mas neste primeiro ponto temos poucas informações a prestar, já que a CONAB não tinha participação direta no programa. Relativamente ao segundo item — administração do subsídio

por parte da CONAB, bem como sobre denúncias de atraso no recebimento do mesmo —, neste item eu teria mais informações a prestar, iniciando por considerações a respeito do mercado internacional de borracha, da atuação do Governo brasileiro, previsão de safra e volumes e valores pagos, em termos de subsídios, às usinas beneficiadoras de borracha, destinadas a apoiar a produção e a comercialização do produto no País e amparar um setor em dificuldades. O mercado internacional apresentou uma variação de preços candente nos últimos anos. No ano de aprovação da lei, em agosto de 1997, o preço da borracha estava em torno de 1.300 dólares a tonelada no mercado internacional, agosto de 97. Em junho do presente ano, o preço sofreu uma grande depreciação, caindo para a faixa de 480 dólares a tonelada. Nos últimos sessenta dias, observa-se uma reação no preço, passando, nesta semana, para a faixa de 800 dólares a tonelada, em função da reação econômica no sudeste asiático e Japão e, também, em função de medidas de retenção da oferta tomadas por parte da República da Tailândia, Malásia, e eu diria que a ação do Governo brasileiro também no apoio à produção interna, na medida em que as indústrias brasileiras não recorreram ao mercado internacional e compraram a produção doméstica. A República da Tailândia aportou 130 milhões de dólares para apoiar os produtores e indústrias, o financiamento a ambos para reter estoque e diminuir a pressão no mercado internacional. A Malásia, 50 milhões de dólares. Essas decisões foram tomadas no ano de 1998, e eu não disponho de informações de até que mês esse pagamento foi feito, mas apenas de informações quanto ao volume de recursos alocados para essa finalidade. No caso da Malásia, o Governo decidiu reativar uma empresa estatal chamada Mardec para que ela comprasse o produto diretamente dos produtores. E o Brasil, no ano de 1998, alocou 56,7 milhões de reais, ou seja, em torno de 28 milhões de dólares, para apoiar a produção e comercialização da borracha no nosso País. Conseqüentemente, estamos falando, portanto, de uma situação de crise aguda no mercado internacional de borracha. E países que têm grande número de produtores envolvidos, como Malásia e Tailândia, com concentração de pequenos produtores, da mesma forma que o Brasil, agiram no sentido de apoiar a produção e apoiar, sobretudo, o emprego. No que se refere à produção brasileira, existem aproximadamente 10 mil produtores que cultivam a seringueira, basicamente em São Paulo e Mato Grosso — São Paulo com 40 mil hectares, Mato Grosso, 60 mil, Bahia, 25 mil, Espírito Santo, 10 mil, Minas Gerais, quatro. Somando este com outros Estados com área menor, chegamos à atual área cultivada no Brasil em torno de 200 mil hectares, envolvendo aproximadamente 70 mil empregos diretos. Relativamente à silvicultura, ao extrativismo, estima-se próximo de 15 a 20 mil produtores na Amazônia — esta informação será seguramente mais precisa se fornecida pelo Conselho Nacional dos Seringueiros. Conseqüentemente, estamos falando de regiões e de produto que requerem uma presença governamental para apoiar um número tão significativo de famílias envolvidas. A

previsão de safras: A CONAB tem uma tradição que vem da CFP de fazer previsão de safras num contexto de execução da política de garantia de preços mínimos. Conseqüentemente, historicamente, a CONAB está mais próxima de grãos em cumprimento, portanto, de outras atribuições da Companhia. Nos últimos meses, nos últimos anos, tem-se feito um esforço para se fazer a previsão de safra também de outros produtos. Hoje, a CONAB tem restrições de natureza orçamentária de recursos humanos, senão, nós poderíamos estar fazendo um trabalho envolvendo, por exemplo, a borracha e outros produtos. A CONAB tem 35 roteiros para previsão de safra para o Brasil, envolvendo aproximadamente 55 técnicos, que, por sua vez, consultam aproximadamente 200 técnicos e autoridades da área, produtores, chegando, portanto, a um número expressivo de 250 pessoas contactadas para se fazer uma previsão de safras. Custa à CONAB aproximadamente 200 mil reais/ano o trabalho de fazer a previsão de safra de grãos. Conseqüentemente, por essas restrições, ainda está fora a pecuária de corte, leite, frutas, olerícolas, pesca, cana-de-açúcar e borracha. Para 1999, o esforço está sendo para um trabalho conjunto com a EMBRAPA na área de previsão de safra do café e, neste ano, está se fazendo uma discriminação dos segmentos dos pequenos produtores, de modo que possamos ter uma previsão de safra com essa exceção no contexto da CONAB, que é para cobrir os pequenos produtores. Para o próximo ano, estamos programando incluir borracha e frutas. A previsão de safra relativa à borracha cultivada é a nossa proposta de trabalho para o próximo ano. A borracha oriunda do extrativismo, entendemos que fica mais adequado ao IBAMA, herdeiro das atribuições da SUDHEVEA, fazer esse trabalho na região amazônica, sobretudo. O número conhecido, divulgado, sobre a safra brasileira para o ano de 1998 foi usada uma estimativa da Sociedade Rural Brasileira, que tem sede em São Paulo e envolve associados de certos segmentos da produção, basicamente da produção cultivada. A estimativa desse órgão é de 66 mil toneladas para o ano de 1998. Os mesmos associados da Sociedade Rural Brasileira estimam algo próximo de 70 mil toneladas para 1999 e uma previsão, ainda um pouco prematura, mas em torno de 75 mil toneladas para o ano que vem, o ano safra, estou me referindo, que começa em outubro e vai até aproximadamente maio, envolvendo os dois tipos de cultivos. Esse volume da produção de safra tem servido como um marco referencial para os trabalhos da CONAB. Como eu disse, infelizmente o IBGE ou outros órgãos não têm esta previsão de safras, e, considerando que sobretudo o Espírito Santo e São Paulo, o cronograma para a entrada no mercado da produção de plantas jovens dificultou um pouco o trabalho de previsão de safra. Por esta razão, houve, ao que tudo indica, um erro nas estimativas de técnicos, produtores e a própria sociedade rural brasileira quanto a um número mais preciso da safra de 1998. Houve quem estimasse 5% acima, ou seja, na faixa de 70 a 73 mil toneladas. Com relação à administração do programa de pagamento de subsídios, eu tenho a informar, com base nos dados da nossa gerência de programação comercial, na Diretoria Técnico-

Operacional da CONAB, tenho a informar que, durante o ano de 1997, o pagamento da subvenção foi feito através da modalidade de leilão público, tendo em vista que a lei foi aprovada em agosto de 1997; o decreto que regulamentou a matéria, em novembro, o Decreto 2.348, e, conseqüentemente, ao final do ano, ficou difícilimo — e os Srs. Deputados conhecem como é complicado inserir um novo programa, projeto, elemento de despesa no Orçamento da União em final de exercício. Conseqüentemente, a alternativa encontrada foi a de usar recursos do Ministério da Fazenda, da rubrica Operações Oficiais de Crédito, que tem de onde se pode utilizar recursos para esta finalidade. Entretanto, as normas relativas a operações oficiais de crédito, essa rubrica do Ministério da Fazenda, impede o pagamento direto a empresas, e, conseqüentemente, só houve alternativas dos leilões. Mas para o ano de 1998, já no ano anterior já tinha sido previsto, o Orçamento da União já contemplou recursos específicos para esta finalidade. E, a partir de 1998, foi firmado o convênio entre o órgão que recebeu o recurso orçamentário, ou seja, a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, e a CONAB. Por quê? A Secretaria — que eu passarei a chamar de SPA — ela não tem, nas suas atribuições, e nem tem competência no sentido original da palavra, ou seja, não tem pessoas treinadas para essa finalidade e nem capilaridade pelo interior do Brasil para efetuar pagamentos dessa natureza, pois se trata de uma secretaria que elabora política agrícola. Conseqüentemente, o Ministro da Agricultura de então, aconselhado pela sua assessoria, houve por bem, e a CONAB acordou, de se firmar um convênio com uma empresa que poderia cumprir essa finalidade, que foi a CONAB. Assim, o recurso orçamentário foi repassado através de convênio para a CONAB — e é assim até hoje — para que ela efetive o pagamento. E, a partir de 1998, a sistemática passou a ser a seguinte: o beneficiador entrega a documentação na CONAB, observando as regras constantes de um regulamento para a concessão de subvenção à comercialização da borracha, Regulamento que tem o nº 0101/98, que entra em detalhes como se operacionaliza essa prática. O interessado, ou seja, a usina beneficiadora da borracha, aguarda os recursos serem disponibilizados pelo Tesouro Nacional à CONAB e, imediatamente, a CONAB tem feito o pagamento pela ordem de entrada dos processos na CONAB. Tanto o regulamento quanto essas regras, como todas as outras modificações, são submetidas a uma comissão nacional criada posteriormente para melhor, envolvendo representantes da iniciativa privada, para melhor conferir transparência, critérios e cumprir, se possível, pela letra, tudo o que está na lei e no decreto, já que se trata de uma atividade complexa para ser operacionalizada. Lembro aos Srs. Deputados que a lei prevê que o subsídio será pago às usinas beneficiadoras porque o subsídio se refere ao GEB, Granulado Escuro Brasileiro, que não é produzido pelos produtores de borracha, os seringueiros, mas, sim, pelas usinas beneficiadoras. Conseqüentemente, no caso brasileiro, o subsídio está sendo pago às usinas beneficiadoras, que, por sua vez, devem repassar o benefício aos produtores.

Não há como fazer de maneira diferente, porque é assim que se prevê a lei. A documentação entregue no ano de 1998 e os pagamentos foram os seguintes: de janeiro a março de 1998 foram entregues documentação na CONAB que atingiram o valor de 19,7 milhões de reais. Este valor foi pago entre o mês de maio e o início de junho; a documentação entregue de abril a julho de 98, que atingiu...

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Regimentalmente, eu não posso interromper, mas eu me perdi quanto aos períodos colocados. Poderia me repetir, por favor, só para (*ininteligível*)?

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Pois não. Farei com mais pausa. A documentação entregue do período janeiro a março de 98 atingiu um valor de 19,7 milhões de reais, e foi integralmente paga no período que vai de maio a início de junho; a documentação entregue de abril a julho de 98 atingiu 13 milhões de reais, foi paga no final de agosto de 98; a documentação de julho e agosto de 98, também 13 milhões de reais, pagos em outubro; documentação entregue de agosto a 15 de outubro, atingindo 11 milhões de reais, foi paga em janeiro de 1999. Quero fazer a seguinte observação: esse período a que eu me referi, a duração do recurso na conta da CONAB foi estritamente o burocrático necessário para transferir para as contas indicadas pelas empresas licitadas e aprovadas que cumpriram as formalidades. Não houve nenhum atraso com relação ao pagamento neste período. Eu quero frisar: o crédito orçamentário de 1998 atingiu 56,7 milhões de reais. O financeiro foi liberado pela CONAB e pago imediatamente às empresas. Portanto, houve aí um intervalo de processamento burocrático. De 16 de outubro a dezembro de 98, Deputado, chegaram mais processos, que atingiram o valor de 11 milhões de reais, e não pôde ser pago no final do exercício fiscal devido à insuficiência de crédito orçamentário. E quando foi regularizada a situação do crédito, final do ano, início de exercício, o financeiro correspondente, quando liberado pela CONAB, foi pago, portanto, em 99. No exercício de 1999, tendo em vista que havia uma estimativa de produção para 1998 da ordem de 66 mil toneladas, e a produção, somando todos os documentos que chegaram à CONAB solicitando o subsídio correspondente a produto efetivamente entregue nas usinas, segundo a documentação, causou uma certa dúvida porque o somatório chegaria a 74 mil toneladas. E houve diversas manifestações; o próprio Ministério da Agricultura tomou a iniciativa de analisar melhor. Esta situação não partiu de denúncias, mas foi o próprio Ministério da Agricultura que, examinando, e a CONAB junto, a Secretaria de Política Agrícola e a assessoria do Ministro chegaram à conclusão que seria necessário examinar melhor a documentação, para não se proceder a pagamento referente à produção eventualmente inexistente. Com esta, com esta dúvida, o Ministério da Agricultura suspendeu o pagamento, criou uma comissão para avaliar não só os próprios pagamentos, mas o próprio programa. Em função desta dificuldade, houve

efetivamente um atraso nos pagamentos. A comissão foi constituída por portaria do Ministro da Agricultura e examinou o programa, traçou rumos, elaborou-se um regulamento detalhado. E as fiscalizações foram realizadas tanto pela CONAB quanto pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério, em conjunto. E só após o esclarecimento quanto aos processos apresentados à CONAB, que os pagamentos voltaram a ser efetivados, com o objetivo de zelar para o cumprimento da lei, mas, com segurança, cumprir o que estava previsto. Em 1999, foram feitos os seguintes pagamentos: no mês de maio, 5 milhões de reais — eu não preciso entrar em detalhes, mas são 5 milhões e 57 mil reais, em detalhes, dá centenas e centavos; em junho, 11 milhões de reais; agosto, 14; setembro, 2 milhões e 691; outubro, 24 milhões; novembro, está em curso o pagamento envolvendo 7 milhões e 200 mil reais, que perfaz um total de 40 milhões, 997 mil, 83 reais e 74 centavos. Este volume de recursos é insuficiente para cobrir toda a demanda do ano de 1999. No Orçamento de 1998, volto a repetir, o ano fiscal começou com 19,7 milhões de reais para o pagamento de subsídios. Este volume seria suficiente para pagar em torno de 21 mil toneladas, considerando o limite de 90 centavos por quilo de GEB. Ao longo do exercício, foram acrescentadas três vezes créditos orçamentários, totalizando, os créditos orçamentários, 37 milhões, que, somado aos 19,7 milhões, chegaram a 56,7 milhões de reais — o número que eu citei há pouco —, referente a 1998, que permitiu o pagamento de subvenção correspondente a uma, a um volume de borracha da ordem de 64 mil toneladas. Em 1999, o Orçamento da União começou com 42 milhões de reais, valor que corresponderia, corresponde a um pagamento da ordem de 45 mil toneladas. Como eu disse há pouco, este valor não corresponde ao volume total de demandas que a CONAB tem e espera totalizar, em termos de volume. Para uma produção da ordem de 70 mil toneladas, portanto, havia necessidade de uma diferença considerável. Para chegar ao total necessário, ainda faltam 32 milhões de reais. E o Ministro da Agricultura está fazendo gestões no sentido de se conseguir esse acréscimo, ainda esse ano, para que nós possamos atingir a meta de atender em torno de 70 mil toneladas de produção de borracha. Eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados quanto à dificuldade operacional para cumprir a citada lei. A Secretaria de Política Agrícola, como eu disse há pouco, ela não tinha meios operacionais para iniciar o programa. A CONAB tem inúmeras atribuições, e como eu mesmo disse há pouco, não incluía nos seus trabalhos a previsão de safra de borracha. Então, foi preciso um trabalho rápido, urgente, de treinamento dos servidores da CONAB para conhecer um pouco mais de produção de borracha, para providenciar os pagamentos. Não existia, como ainda não existe, um cadastro dos produtores que pudesse dar maior clareza, quanto à produção de ordem microrregional, estadual e nacional. Esse cadastro está sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Rural, que, pelo que me consta, está entabulando negociações com universidades ou com SUDHEVEA, com outros órgãos, para se

fazer essa... o cadastramento dos produtores e, assim, conhecer a produção e, inclusive, nos facilitaria eventuais mudanças no futuro, na direção de pagar também, ou totalmente, se for o caso, diretamente aos produtores. O programa começou, como eu disse há pouco, sem um regulamento que detalhasse as práticas operacionais. Foram as dificuldades e denúncias surgidas e as próprias indagações levantadas pelo Ministério da Agricultura que levou à necessidade de se criar uma Comissão para acompanhar melhor o setor. A primeira recomendação da Comissão foi de que se elaborasse um cadastro com base nas informações prestadas pelas próprias usinas. Esse método foi considerado ineficiente, porque os dados, primeiro a usina não se achava... não se atribuía uma responsabilidade dessa ordem e, segundo, o controle para conferir dados fornecidos pela usina nos levou a uma situação complicada, e a alternativa... voltou-se atrás e a alternativa escolhida foi de se proceder a um cadastro. Mesmo que custe caro, mesmo que demore, é preciso fazê-lo para que possamos ter, simultaneamente, uma previsão de safra mais precisa e o pagamento do subsídio com mais clareza quanto ao destinatário. Sr. Presidente, transcorrido o período inicial de cumprimento da lei, o próprio Ministério da Agricultura e a CONAB estão analisando alternativas para cumprir com mais eficiência, perdão, com mais eficácia a lei. Dentre essas mudanças, estão uma análise e propostas para mudanças no regulamento, propondo uma descentralização, não só com Estados que queiram, que se interessem em participar do programa. E houve uma manifestação do Governo do Acre, muito bem recebida por sinal, para que o Governo do Acre fizesse, recebesse o recurso, e ele pagasse direto aos produtores. A primeira dificuldade foi que nós temos que mudar este regulamento para permitir que se pague através de outros órgãos. A segunda dificuldade que eu vejo é que a lei prevê que o pagamento seja feito em função do GEB, e o Governo do Acre quer pagar direto aos produtores. Por sinal, o Governo do próprio Acre já faz, já adotou ele mesmo essa providência, aliás muito acertadamente. Então, é necessário... se a alternativa for na direção de permitir que Governos Estaduais possam efetivar o pagamento, ressalto que, no meu entendimento, há necessidade de mudança na lei. Segundo, a parte do regulamento, esse o Ministério da Agricultura já está cuidando para permitir a descentralização, e aí, não só com relação aos Governos Estaduais, mas também para que as superintendências da CONAB nos Estados, ela própria receba os documentos, prepare o processo, informe a Brasília, e haja apenas uma transferência de recursos, de modo que nós possamos agilizar o processo, ao invés do documento vir a Brasília. Enfim, gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, que, transcorrido esse período inicial do cumprimento da lei, eu entendo que é oportuno, inclusive, um exercício de discussão sobre mudanças para que o processo flua da melhor maneira possível. Tenho clareza, e é a opinião que eu retransmito dos técnicos da CONAB e até diria de técnicos do Ministério da Agricultura, de quem já ouvi conclusões semelhantes, de produtores, de industriais, de que, não fosse a intervenção do

Governo brasileiro, nós teríamos experimentado, nos últimos dois anos, uma situação caótica no setor de produção, porque as indústrias, sobretudo as médias e pequenas indústrias consumidoras finais do produto, não teriam condições financeiras de adquirir a produção, que encalharia, e teríamos uma situação grave. E as grandes empresas certamente teriam aproveitado, como aliás acontece em outros setores da agroindústria, oportunidade de financiamento e importação, e nós teríamos um quadro ainda mais difícil. Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Obrigado, Sr. Benedito, Dr. Benedito Rosa. Vamos iniciar os debates. Com a palavra o Deputado Francisco Garcia, Relator. O prazo de V.Exa. é de três minutos, o mesmo prazo que disporá o expositor para a resposta, facultada a réplica e a tréplica.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Em primeiro lugar, Sr. Presidente, companheiros Deputados, Sr. Benedito Rosa, gostaria de saber se a CONAB tem nos seus dados os números da produção por Estado, essas 70 mil toneladas, como estão discriminadas por Estado, hoje, em termo nacional? Segundo, sabendo de que o IBAMA, que é o detentor de todas as informações, Sr. Presidente, sobre o PROBOR I e II, para que a gente tenha o início da discussão, nós precisaríamos conhecer como nasceu essas irregularidades. Parece, se não me falha, no início, V.Exa. dizia que estão ligadas ao IBAMA as informações dos dois programas da borracha. Nós teríamos que ver o acréscimo do valor. Uma outra informação que seria importante nós tomarmos sobre a quantidade hoje importada, se a CONAB tem a estatística dos números da borracha importada. Outra, os recursos do benefício, eles aqui já teríamos para o ano de 99 apenas para 45 mil toneladas. Estamos com uma dificuldade de 25 mil toneladas para preencher o benefício interno, da produção interna. Esse parece que é o número que o senhor nos falou. Então, nós teríamos um déficit de 25 mil toneladas a pagar no mercado interno, para que o programa tivesse êxito. Estamos com um déficit de 25 mil toneladas na produção local. A outra disponibilidade, ela está utilizando, ela utilizou, não sei se ainda está utilizando, do mecanismo de busca no Ministério da Fazenda. Só foi utilizado em 98, ou continua o Ministério da Agricultura a buscar recursos para que o mercado interno seja regulado? E como fica, no caso desses incentivos, que são... foram formados para controlar o mercado internacional, no caso de 97 para 98, em que houve uma queda de quase 65% no preço internacional da borracha? Como é que é o comportamento do subsídio, como é que ele se comporta no mercado interno? Houve um avanço maior nesse período da compra, no mercado externo, quando a borracha passou de 1,37 para 0,48. Como foi o comportamento do mercado interno? Nós compramos mais borracha no período da queda, e os incentivos deixaram de ser usados, ou eles não correspondiam à iniciativa dada quando o preço internacional era 1,37 — se não me falha a memória, foi dado pelo Sr. Benedito —, em 97?

Se, em 97, nós tínhamos o preço da borracha a 1,37, ela cai pra 48, como fica a relação do incentivo interno em relação à queda? E os produtos que são utilizados deste benefício, se há um acompanhamento por parte do Governo no resultado final. Porque uma planilha de custos chega dentro do Ministério da Agricultura com 1,37, de repente ela passa para 0,48, há o mercado regulador? Como se comportou esse mercado nessa fase de transição de um preço, e que hoje ele já volta, parece, que para 0,80 — que o Sr. Benedito, parece, falou —, hoje, o mercado internacional tá numa faixa de 0,80 centavos de dólar o quilo?

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Oitocentos dólares a tonelada.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - É 0,80 centavos de dólar o quilo da borracha. Então, como fica... Quando o mercado se comporta dessa maneira, como é que responde a indústria local, uma vez que elas trabalham com planilhas de custo dentro dos Ministérios, para que a gente possa ter o benefício utilizado desse subsídio? Então, esses cenários seriam importantes para que a gente pudesse exercitar, e conhecendo, também, a produção local. Era, no início, essas perguntas que eu gostaria de esclarecer, dentro do número.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Deputado Francisco Garcia. Pode responder, senhor.

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Deputado Francisco Garcia, obrigado pelas ponderações procedentes. A produção brasileira, como eu disse, infelizmente nós não temos, ainda, no elenco dos produtos que temos nos trabalhos da CONAB de previsão de safra. A nossa proposta é para o próximo ano. O que a CONAB faz é conferir documentos que, com fé pública, que conferem a certeza de que o produtor entregou o produto à usina, mediante nota fiscal, mediante documento, portanto...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Mesmo baseado nesses documentos, nós teríamos, já, um cenário formado.

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Sim.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Certo? Baseado nos documentos. Onde eles são oriundos, os documentos? Vamos esquecer, então, já que nós não temos a produção brasileira, nós temos, ao menos, o pagamento brasileiro.

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Sim.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Aí, nós teríamos como formar o mapa da produção.

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Sim, perfeitamente.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Então...

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Nós podemos fornecer ao senhor quanto foi pago por Estado esses... Perfeitamente, nós podemos mandar em seguida pro

senhor a tabela dessa natureza. Lembrando que não necessariamente vai bater com a produção por Estado, porque uma empresa de um Estado pode vender para uma empresa do outro Estado. Mas não erraremos muito na produção por Estado. Perfeitamente, nós vamos fornecer à Secretaria essa tabela. Com relação ao PROBOR, a SUDHEVEA, ao ser extinta, teve suas atribuições transferidas ao IBAMA. E, por ocasião das primeiras reuniões, com vistas ao cumprimento da lei, que trata dos subsídios, representantes do IBAMA foram convidados ao Ministério da Cultura para discutir a questão de como fazer essa operação das ações, sobretudo quando envolve os seringueiros na Amazônia. E, informalmente, houve uma divisão de trabalhos. De modo que a produção referente ao extrativismo ficaria sob responsabilidade do IBAMA, inclusive, nos informar melhor sobre estimativas de produção. As dificuldades são enormes. De quinze a vinte mil famílias, perdão, produtores, na Amazônia, e muitos deles sem nenhuma possibilidade de identificação. Produtos que eram entregues a intermediários, que, por sua vez, entregam às usinas beneficiadoras, numa complicação difícil. Por esta razão, eu entendo que o IBAMA, além das dificuldades com a silvicultura, não sei se teria informações a respeito do PROBOR, mas ele herdou as atribuições da SUDHEVEA. Com relação à importação, ela está na faixa de 100 mil toneladas/ano. Acho que o Deputado tem razão quando, quando quer conhecer o impacto do pagamento do subsídio no preço do mercado interno. Eu diria que é uma das interrogações que precisamos avaliar melhor, porque estamos observando uma oscilação do preço no mercado interno, apesar dos subsídios pagos. E, em princípio, a lei tem o objetivo de apoiar a produção e a comercialização e fazer aquele valor correspondente ao subsídio chegar ao produtor. Então, nesse sentido, eu acho que a lei está sendo efetiva. Agora, regular o mercado com essa lei já é uma pretensão maior, e seriam necessários outros mecanismos de intervenção governamental no mercado, e alguns dos quais não existem mais, não só com relação à borracha. Recursos para fechar o ano, as informações que eu disponho, até o momento, é de que os entendimentos estão bastante avançados entre o Ministério da Agricultura e da Fazenda, com vistas a uma solução rápida de alocação do montante de recursos, mencionados há pouco, 35 milhões de reais, para que se possa concluir o pagamento ainda este ano. Não sei se... Tô tentando fechar o prazo aqui, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Não, nós estamos, estamos em comum acordo, aqui, com os Deputados, que se pode prolongar um pouquinho na resposta pra engrandecer o nosso trabalho. Em resposta, pode completar a resposta do Deputado Francisco Garcia.

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Deputado, como eu disse há pouco, a experiência da Malásia e Tailândia é um pouco diferente da que o Brasil está praticando. E eu entendo que a consecução do objetivo de regular o mercado, ela é mais abrangente do que está no espírito da lei. Mas eu acho que, em se tratando de um setor com o

nível de problemas que tem a borracha no Brasil, talvez valesse a pena uma reflexão e propostas de modificação na própria lei. Em princípio, eu entendo que temos que começar separando. Quer dizer, a produção na Amazônia, na realidade da Amazônia, tem que obedecer, entendo eu, uma sistemática um pouco diferente daquela para os demais Estados. O cadastro que está em vias de ser elaborado vai nos facilitar a identificação do produtor que cultiva a borracha. Como já existe no País uma prática semelhante para os produtores de cana-de-açúcar, talvez seja o caso de examinarmos o pagamento direto aos produtores, que, na região dos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, podem ser melhor identificados. Aliás, Deputado, eu tenho a informação, aqui, eu passei muito rápido sobre área, o senhor perguntou por produção. Mas, São Paulo, as informações do técnico da CONAB que acompanha a produção de borracha é de que existem, hoje, 40 mil hectares; no Mato Grosso, 60 mil hectares; na Bahia, 25 mil hectares; Espírito Santo, 10 mil hectares; Minas Gerais, 4 mil hectares. Agora, o volume produzido, infelizmente, nós não dispomos ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Bem, Deputado Francisco, você, direito a...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Os preços aqui colocados são preços FOB, né? Os preços da borracha, aqui levantados, são preços FOB, né?

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - É FOB ou em cifras.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - FOB. São preços FOB.

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Ah! Sim, desculpe, é FOB, porque isso é cotação internacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Eu passo a palavra ao Deputado Jurandil Juarez, do Amapá.

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Deputado Francisco, se o senhor desejar, também nós poderemos colocar à sua disposição tabelas com histórico de preços do mercado internacional para um acompanhamento melhor, e também do mercado interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Jurandil.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Benedito Rosa, eu depreendi, da explanação feita, de que, se tem um primo pobre nessa questão dos olhos do Governo para a produção, é o produtor de borracha, viu? Eu cheguei até a me animar quando, no início da sua alocação, o senhor colocou que, em razão da crise do mercado internacional, se não for a atuação do Governo, o mercado produtor de ..., o setor produtivo da borracha teria ido, teria tido o caos. Eu não sei não, viu? Eu não sei se no mês de julho do ano passado, quando o preço no mercado internacional estava 480 dólares,

considerado o dólar da época, pra fazer conta pequena, aqui, a 1,50, isso aqui estava mais baixo no mercado internacional do que o subsídio pago pelo Governo. Como o Governo fixa o subsídio mas não coloca dinheiro para pagar o eventual esforço de produção das áreas produtoras, eu não sei não se o Governo está fazendo um bom serviço, se está prestando um bom serviço a esse segmento, que tem uma importância crucial. Porque vejamos o seguinte. Se nós importamos 100 mil toneladas de borracha e nós temos condições de produzir... A não ser que nós não tenhamos o problema da balança comercial, que nós temos aí, alguma coisa está errada nessa equação. E se nós temos condições de produzir e o Governo tem consciência disso, tanto que ele aloca recursos, se nós poderíamos ter uma folga dessas 100 mil toneladas que são compradas, que são importadas, que conviria para o Governo, para não pagar os juros que paga da dívida externa, para não pagar os juros dos empréstimos externos, até aumentar esse subsídio. Seria conveniente para o Governo fazer isso.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Eu acho até que o Governo faz com outros segmentos. Por exemplo, na produção da mandioca, quer ver, nós não importamos farinha de mandioca, graças a Deus — até agora ainda não importamos. Mas o Governo paga, na área de produção de mandioca em Pernambuco, 25 reais por criança que seja colocada na escola — 25 reais por mês. Uma família de quatro pessoas recebe 100 reais por mês por filho na escola. Isso, pro seringueiro, significa um subsídio para 110 quilos de borracha. Outra vez a equação não fecha, porque se nós importássemos mandioca e tivéssemos produção suficiente de borracha, aí o Governo realmente estaria com seus olhos voltados para a economia como um todo. Como o Governo pratica, até onde eu sei, ele paga regularmente, na área de produção de mandioca, ele paga regularmente esse subsídio à produção, que é — eu não estou contestando, acho que 25 reais até está pouco, estou fazendo só uma comparação entre a mandioca e o valor estratégico, a posição estratégica que tem para a economia comparado com a produção de borracha. Considerando ainda que esse subsídio é apenas e tão-somente para a borracha do seringal nativo,...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Não, é para todos.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - O subsídio é pra todos? Você tem certeza disso? Não é só, não é só para o seringal ?

(Intervenção inaudível.)

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Não, não. Qualquer... Qualquer usina beneficiadora de borracha que comprove a origem do produto recebe o subsídio com o dever de repassar esse subsídio pelo menos ao produtor.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Pior ainda! Pior ainda a situação. Você subsidia, por exemplo, os..., os seringais que foram financiados com recursos do PROBOR...

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Todos.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - ... 7% ...

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Todos.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - ...ao ano...

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Como está previsto na lei, não há discriminação. É pra todos.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Com doze anos... Com doze anos pra pagar, com zero por cento para insumos... É um País que realmente ele não que produzir borracha. Se ele quisesse produzir borracha, ele tem o potencial aí instalado. Se ele quisesse comprar borracha, talvez sairia mais barato, do ponto de vista financeiro. Eu não sei se economicamente seria o caso porque nós não temos dólar pra comprar o produto importado. Então, vamos nos cingir apenas à questão do subsídio para o extrativismo. Hoje, o País tem um contingente de desempregados que, variando a estatística do instituto estar mais comprometido ou menos comprometido com o Governo, uns falam em até 20%, como é o caso das estatísticas de São Paulo, que indicam aproximadamente 1 milhão e 700 mil trabalhadores sem..., sem emprego. A região amazônica, ela passa por esse mesmo problema. Como a economia paulista, ela é dinâmica, ou a economia do centro-sul é dinâmica, ela pode fazer mutações, e a da Amazônia não é, nós temos um problema de emprego muito mais crucial, lá na nossa região, do que no centro-sul. Em compensação, se nós reativássemos os seringais nativos, nós teríamos absorção de pelo menos dois milhões de pessoas, eu não diria só de adultos, de pessoas trabalhando numa economia que secularmente deu boas respostas. Colocado isso, eu faria as seguintes indagações. Primeiro: por que a CONAB assumiu esse..., vamos chamar de ônus, de ficar com esse compromisso de efetuar os pagamentos se ela não tem, pelo que foi dito aí, a mínima estrutura pra fazer? Segundo ponto: por que o atraso que acontece, que embora o senhor tenha colocado um calendário razoavelmente dinâmico aqui em 1998, não é esse o..., não é essa a informação que nós temos dos produtores, quanto a eles receberem efetivamente. Por que não se descentraliza, com a maior rapidez possível, passando pra Estado e Municípios... Estado do Acre, quer isso? Melhor ainda, passa logo pro Estado do Acre, pro Governo do Estado do Acre efetuar os pagamentos. E, por fim, considerando que o senhor disse que as 74 mil toneladas ocorridas, citadas como possíveis em 99, chamaram a atenção do Ministério da Agricultura. O senhor disse que não houve denúncia na primeira fala, no início da sua fala, mas depois admitiu, e citou implicitamente aí, que a criação da comissão para avaliar o programa e inclusive as formas de pagamento, tinha sido feita em função de

denúncias que haviam sido recebidas. Nós, aqui na Comissão, já recebemos a informação de que mais produz mandioca em... , estou com o viés da mandioca.

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Borracha.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Mais se produz borracha em nota fiscal do que propriamente nos seringais. Eu queria saber, então, como é que pode a CONAB ter o controle desse pagamento se não houve denúncia, chamou a atenção as 74 mil toneladas. Com as parcas informações que eu tenho aqui, eu lhe diria que se o Governo colocasse dinheiro pra 100 mil toneladas, elas apareceriam. Pelo menos a capacidade de produção instalada dá conta disso. Quais são os resultados, se é que já tem resultado, dessa comissão que foi criada pra avaliar esse programa e a forma como são feitos os pagamentos? Eu coloco essas questões e gostaria de ter as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Benedito Rosa

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Pois não, Deputado. Com relação às colocações a respeito de apoio a um ou outro produto, eu gostaria, Deputado, de comentar que pagamento direto de subsídio a produto só ocorre no Brasil, hoje, para, desta forma, para a borracha e, a partir deste ano, para cana-de-açúcar. Esse, com relação à mandioca, eu não conheço do Governo Federal. Deve ser algum programa estadual ou uma outra forma, mas certamente não é...

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - É federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Não, é federal.

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Subsídio à ..., à mandioca?

(Intervenção inaudível.)

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Ah, sim, mas... Sim, mas esse... Esse tem a ver com o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Ministério da Agricultura ou da Educação, né?

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Não, esse é da conta da Educação.

END NEUSINHA

home neusinha

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Ministério da Agricultura ou da Educação, né?

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Isso é da conta da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - É.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Sim, mas esse não é um programa do Ministério da Agricultura, embora também acho que é meritório. Bom, digamos que tenha também a mandioca, e acho que é isso mesmo. O programa da borracha está envolvendo, então, recursos da ordem de 63 milhões/ano. Eu acho um valor razoável, considerando que os outros produtos não recebem subsídios, à exceção de cana-de-açúcar. Eu mesmo disse há pouco que acho que borracha tem que ter um tratamento diferenciado, dada a singularidade da produção no Brasil. Com relação às divisas, realmente o País tem uma regra de abertura externa e de acordos internacionais que dificulta colocar obstáculos. A tarifa de importação é de 7%. Eu, pessoalmente, acho que poderia ser o caso de se lutar por um aumento na tarifa de importação. O volume importado na faixa de 100 mil toneladas tende a diminuir, porque o cronograma de produção de borracha em função dos plantios já ocorridos leva a sociedade rural brasileira, por exemplo, a estimar uma safra para o ano que vem com mais 5 mil toneladas, pelo menos. Essa recuperação dos preços deve vir na mesma direção de aumento de produção. De modo que eu diria que se houver continuidade, se houver um programa com mais medidas complementares, o Brasil tem chance de, a médio prazo, voltar a ser auto-suficiente em borracha. A questão social no Norte do Brasil eu acho que precisa ser tratada de uma maneira diferenciada. Poderia ser borracha ou qualquer outro produto, a região com esse nível e esse esquema de produção precisa efetivamente de um tratamento diferenciado, porque aí envolve a questão de emprego, de renda e de alternativa de vida. Eu até acrescentaria, Deputado, que ainda tem o aspecto do meio ambiente, que não falamos aqui, que ainda reforçaria o argumento em defesa de uma política específica para esses segmentos na Região Norte do País. A CONAB, como órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, ela recebeu essa função de cumprir a Lei 9.479, mesmo porque as outras vinculadas, uma se dedica à pesquisa, outra à meteorologia, uma ao cacau e, conseqüentemente, só sobrou a CONAB no âmbito do Ministério da Agricultura para efetivar esses pagamentos. Ela não tem tradição de pagar subsídio aos produtores, mas ela efetua uma atuação na área comercial com leilões e operacionaliza o pagamento de bônus, quer dizer, é próximo, e, como ela tem um quadro numeroso, foi um trabalho de reciclagem, de treinamento feito para cumprir essa finalidade. As denúncias — eu disse denúncias com relação a 74 mil toneladas ou algo semelhante —, o próprio Ministério da Agricultura achou que os dados não estavam batendo. E depois eu me recordo que houve comentários sobre esse mesmo assunto feitos, eu me recordo, na própria Comissão de Agricultura, um Deputado do Acre, se não me engano, comentou, com base em notícias de jornais, que o próprio Ministério da Agricultura tinha veiculado e a matéria voltou sob a forma de denúncia. Isso com relação a volume de borracha paga e previsão de safra. Mas outras denúncias — aí o senhor tem razão — foram apresentadas aos Deputados, à CONAB, ao Ministério da Agricultura sobre usinas que

estariam apresentando demandas superiores à sua capacidade operacional ou coisa semelhante. Todas as denúncias encaminhadas à CONAB foram não só submetidas à Comissão, mas objetos de investigação por parte da CONAB também. Como eu disse há pouco, o trabalho da CONAB segue uma conferência de documentos de fé pública, nota fiscal que um empresário apresenta da usina de beneficiamento, apresenta, é conferido, quer dizer, esse é um trabalho que a CONAB tem feito com rigor, de que não se efetua nenhuma proposta de pagamento sem cumprir todo aquele ritual e conferência de documentação. Agora, do produtor para a usina, eu acho que aí reside uma dificuldade que estamos tentando fazer o melhor possível, mas se eventualmente alguém apresentar alguma documentação à usina que não corresponda a um volume físico, aí trata-se de uma fraude cometida contra o Fisco, contra, enfim, diversos órgãos. E aí eu entendo que a CONAB hoje não tem condições de, pela sua natureza, pelas suas atribuições, de entrar numa seara que compete basicamente à Fazenda dos Estados, à Fazenda Nacional, de conferir se há fraude a nível de documentação. Mas a documentação entregue à CONAB, isso eu posso garantir ao senhor que as informações disponíveis não permite afirmar de que haja borracha-papel a partir dos documentos que a CONAB dispõe, porque todos estão conferidos com fé pública. Se alguém emitiu uma nota fiscal com fraude, a CONAB não tem competência para identificar isso. Mas todas as medidas foram tomadas. Foi feita, por indicação do Ministério da Agricultura, uma comissão de sindicância, que ainda não concluiu os trabalhos, para averiguar em todo o Brasil tudo que já foi feito. A fiscalização da CONAB com a Secretaria de Desenvolvimento Rural também foi feita. E, não só com relação à borracha, mas qualquer crime, a CONAB tem procedimentos de encaminhamento de notícia-crime para a Polícia Federal. Isso tem sido feito toda vez que há comprovação de fatos. Agora, também chegam denúncias anônimas ou sem nenhum documento, e não temos como agir nesses casos. Imagino que os Deputados também devam ter recebido alguma dessa natureza. Quatro empresas tiveram o pagamento atrasado por conta de denúncias chegadas à CONAB. E não só a CONAB, mas o Ministério da Agricultura também fez investigações profundas sobre essas quatro empresas que foram indicadas com problemas de documentação. De forma que, não só na CONAB, mas imagino que no Ministério da Agricultura também, qualquer denúncia com fatos, com documentação nos leva a interromper imediatamente qualquer cumprimento e tomar as medidas legais cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Um minuto só. Quer dizer que a CONAB ela não exerce assim uma fiscalização, não existe assim uma pessoa que faça uma relação entre o produtor e, no caso, a indústria que compra a usina de beneficiamento?

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Ela confere todos os documentos que a usina de beneficiamento recebe do produtor, porque a usina tem que comprovar que ela comprou efetivamente daquele produtor aquela quantidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Certo, agora...

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Essa é a base para ela se credenciar e receber o subsídio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Certo. Qual é o controle que a CONAB tem para saber se a subvenção, no caso, o subsídio, chega até o produtor, haja vista que qualquer, qualquer... digamos que o responsável que fica pela subvenção é a usina de beneficiamento. Digamos, se ela pegar uma nota fiscal e pagar um preço "x" pro produtor, vocês não têm um controle de saber se esse dinheiro vai chegar até esse produtor, no caso? Não existe esse controle?

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - O valor pago ao produtor nunca pode ser inferior ao subsídio recebido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Sim, mas existe, assim, por exemplo, existe um controle do Governo Federal para saber se esse dinheiro da subvenção chega até o produtor?

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Na nota fiscal tem o valor que foi pago ao produtor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Quer dizer que o que funciona em termos de mercado é só o papel?

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Não, Deputado, a nota fiscal comprova quanto que a usina pagou ao produtor. E esse valor não pode ser nunca inferior ao subsídio recebido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Tudo bem, agora, eu quero saber se tem algum órgão fiscalizador para saber se esse recurso chega até o produtor da borracha, no caso.

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Bom, o produtor emitiu uma nota fiscal dizendo que recebeu esse valor.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Eu tenho a impressão que o que o Presidente quer saber é se existe um cadastro dentro da CONAB em que a usina de beneficiamento, uma vez ela, estipulando o valor da nota fiscal, o valor de venda da nota fiscal, porque quando ela vende ela diz quanto ela vendeu, quando ela compra, ela diz quanto comprou. Para ela se habilitar a ter o subsídio, ela está comprando. E quando ela vende, existe esse cadastro dentro da ... Acho que é isso que o Presidente quer saber, para que haja a balança de pagamento de entrada e de saída para gerar ...

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Gera o imposto.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Gera a CONFINS, gera o PIS, que é como o Governo pode acompanhar melhor essas empresas, através do pagamento da COFINS

e do PIS. Por aí vocês teriam o cadastro atualizado. É a isso que eu acho que o Presidente quer chegar, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Justamente.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Para que a gente possa aqui saber, porque é evidente que o preço da borracha, é evidente, porque o produtor sabe que já tem 90 centavos. Se é a 1,40 que ele quer vender, ele só vai receber 50 centavos do produtor e os outros 90 do Governo. Eles já fazem o desconto na ponta, eles devem trabalhar porque isso daí é mercado de compensação na ponta. Mas o que interessa para nós para avaliarmos a situação de mercado é saber se tem, de fato, um cadastro dessas empresas para que a gente saiba se realmente a nossa produção é de 70 mil toneladas ou se as 45 mil toneladas já são suficientes para pagar todo mundo. É essa que é a grande interrogação que a Nação quer saber. Se nós produzimos mesmo 70 mil toneladas, que é o que nós precisamos para este ano, segundo as palavras do nosso Presidente, ou se as 45 mil toneladas já seriam suficientes, que seria a nossa produção real, o que pode ser até... nós nos assustarmos se formos buscar a fundo essas comparações da entrada e saída dos produtos para a empresa final, porque a usina de beneficiamento, aí, ela vende para a fábrica de borracha, digamos, para uma usina, uma fábrica de pneus, aí há um desdobramento. Como existe a borracha sintética pelo meio disso tudo, como é que fica o acompanhamento do produto final?

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Agora ficou claro. Só um instantinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Dr. Benedito Rosa.

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Peço para o primeiro Vice-Presidente assumir a Presidência.

(Não identificado) - Sr. Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Com a palavra o Dr. Benedito.

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Sr. Deputado, o trabalho da CONAB nos leva... A conferência dessa documentação toda nos leva a um cadastro de todas as usinas de beneficiamento que receberam subsídios e um cadastro de todas as usinas para as quais elas vendem, ou seja, as indústrias consumidoras finais. O produtor, ele atesta que recebeu da usina um determinado valor pela borracha vendida e nunca pode ser inferior a 31 centavos. Isto está estabelecido na portaria do Ministério da Agricultura. E essa declaração do produtor, a nota fiscal é conferida, depois a usina de beneficiamento também encaminha, ela, depois de pagar o produtor, ela encaminha o pleito de ressarcimento pela parte que o produtor tem direito do subsídio e a usina de consumidor final também. Essa transação também é

registrada no processo, porque a usina de beneficiamento também fornece os documentos com valores de venda à usina...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Essas empresas são sujeitas ao Imposto de Circulação de Mercadorias ou são isentas?

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - São sujeitas.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - São sujeitas? Porque existe determinado... O setor primário é isento do ICMS. Então eu pergunto: a borracha em si, na usina, não na comercialização dela, ela paga ICMS?

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Sim.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - O produtor, ao entregar, qual o tipo de imposto na tributação entre o produtor e a usina? Vamos fazer toda a cadeia produtiva. O produtor vender para a usina. Quais os tipos de impostos que estão, no seringal, sujeitos ao preço encaixado no benefício? O seringal, ao vender para a usina de beneficiamento, quais são os impostos que vamos ter na primeira cadeia da produção?

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Deputado, o que a CONAB controla é o valor declarado na nota fiscal de ICMS pago.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Não, muitas vezes as notas fiscais...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Sim, mas muitas vezes elas são isentas do Imposto de Circulação de Mercadoria. Elas são compradas, mas lá no fim da nota fiscal tem: isento, tal, tal, pelo decreto número tal. Nesse caso paga. Exatamente. Porque o que pode estar acontecendo também é uma transferência de crédito de impostos. Se você tiver uma operação que ela não paga crédito, ela gera crédito na ponta, ela pode não pagar crédito, mas ela está gerando crédito. É o famoso crédito presumido.

(Não identificado) - Ela paga e gera.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Ela paga e gera? Não, isso é que eu estou perguntando, não sei, no setor da borracha, se ela paga e gera. Porque muitos produtos apenas geram crédito na indústria, mas eles não pagaram. É o caso, por exemplo, das importações feitas em áreas incentivadas, como é o caso da Zona Franca de Manaus: você não paga ICMS, mas você gera crédito na escrita fiscal. Então, o setor primário não é beneficiado nesse mesmo segmento? É esta a pergunta que eu faço. Paga e gera. Precisaria... Nessa documentação que o senhor vai fornecer, seria interessante uma cópia de uma nota fiscal para que a gente pudesse exercer o negócio, inclusive, formar cenário e a tabela de pagamento por região, para nós sabermos onde está a produção nacional, ao menos uma amostragem, para saber quem são as usinas que mais se beneficiam do incentivo.

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Para saber da sua capacidade instalada e até para a gente enxergar se realmente o Brasil produz 70 mil toneladas/ano com as suas necessidades hoje e forçar o Governo a corresponder com a parte dele nos 0.9, que esta é a obrigação nossa como Deputado que aqui estamos. Se de fato temos as 70 mil toneladas, o Governo tem que se virar para pagar as 70 mil toneladas, tem que arranjar o dinheiro. Agora, se não tem, vamos ver de onde é que tá, dentro da cadeia produtiva, donde é que ela tá aparecendo com essas 70 mil toneladas. E para isso eu tenho a impressão que o produtor tem que contar é com o Congresso Nacional.

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Perfeitamente, Deputado. Cópias da ...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Da seqüência — o senhor entendeu, não é? —, como o produtor vende para a usina, como a usina se credita, como ela transfere para a fábrica de pneus ou qualquer outra fábrica na modalidade em que não haja uma interrupção nisso, porque, muitas vezes, se ela está aumentando a capacidade de receber — olha só como pode ser grande o negócio —, ela aumenta a capacidade de receber benefício, ela transfere o benefício na ponta. Ela vai ter que transferir para poder bater o caixa dela, senão vai faltar. Então, ela ainda vai favorecer, na ponta, alguém na produção final. Dizem: "Não, mas está aqui, eu comprei dez mil toneladas, mas vendi dez mil toneladas, está aqui o documento". Agora, será que entrou dez mil toneladas na usina? Sair, saiu, ela está transferindo créditos de impostos para terceiros. É por aí que eu acho que nós temos que montar um cenário, até para brigar para que o Governo possa transferir para a CONAB o valor correspondente à produção nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Vamos lá.

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - As cópias dos documentos solicitados vão ser fornecidas ao Deputado, comprovando, explicando e demonstrando qual é o controle que a CONAB faz sobre a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Deputado Jurandil.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sr. Presidente, eu estou satisfeito. Apenas, essas questões levantadas pelo Relator, o ilustre Deputado Francisco Garcia, elas fazem sentido, porque aqui a gente não está para ver fantasmas. Mas quem pode comprar, como já foi o caso, quem pôde comprar borracha importada a 480 dólares a tonelada e pôde, de alguma forma, receber benefício de R\$ 0,90, em determinado momento nós vamos ter uma fábrica de papel aí, porque você está importando e recebendo recursos do Governo. Isso pode parecer assim difícil de ser praticado, mas quando nós vemos que este País é aberto para tudo... Ora, se se importa armas aqui no volume que nós temos, verdadeiros exércitos que manipulam armamentos sofisticadíssimos, que nunca passaram por nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Alfândega.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - ... alfândega...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Ainda mais borracha.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - ... você imagina o que vai acontecer com a borracha. Eu compro por 480 dólares, pago o frete, o seguro, para transformar num preço SIF, que não ficaria muito longe, por exemplo, de 600 dólares. O dólar a 1,50 daria os 0,90 que nós teríamos aí para pagar o subsídio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - A subvenção.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Então, sairia de graça para eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Sairia de graça.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Isso pode ser um escândalo enorme e pode não ser nada. O dever nosso, o papel nosso é verificar se isso poder acontecer ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Com certeza. Eu concedo a palavra ao Dr. Benedito Rosa para fazer as suas considerações finais.

O SR. BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Gostaria de acrescentar apenas um agradecimento ao Presidente da Comissão e reiterar a nossa disposição de fornecer todas as informações necessárias. Todas as informações que os Deputados quiserem e que a CONAB dispõe estão disponíveis e serão prestadas com cuidado e atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Agradeço a presença do Sr. Benedito Rosa do Espírito Santo, bem como a dos Srs. Deputados. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando reunião, porque nós iremos nos reunir agora só os Deputados para decidir a pauta da semana seguinte.

REUNIÃO DE 01/12/99

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Declaro aberta a 11ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a crise do setor produtivo da borracha natural e o reflexo na política governamental do setor. Ata. Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da reunião anterior. Estando as cópias já distribuídas, indago se fica dispensada a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sr. Presidente, proponho que seja dispensada a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Em discussão. (Pausa.) Não havendo quem queira discutir, vamos passar à votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada. Determino ao secretário que proceda à leitura do expediente encaminhado à Comissão.

O SR. ESTEVAM DOS SANTOS SILVA - Ofício nº 1.084, de 24 de novembro de 1999, da Presidência da CONAB, que, em atenção à solicitação desta Comissão, encaminha as seguintes informações: a relação do pagamento do subsídio à borracha em 1998 e em 1999, a evolução de preços de borracha natural importada e nacional, e cópia do processo que trata do pedido de subvenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Ordem do dia. Audiência pública com a presença do Prof. Eurico Pinheiro, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, a quem convido para tomar assento à Mesa. (Pausa.) Para prestar esclarecimento sobre a crise do setor da borracha, bem como oferecer propostas indicativas sobre a heveicultura, particularmente na Amazônia, concedo a palavra ao Prof. Eurico Pinheiro, que disporá de até vinte minutos para sua exposição.

O SR. EURICO PINHEIRO - Sr. Presidente, senhores participantes da reunião, em primeiro lugar, quero agradecer, de viva voz, esta oportunidade que me é conferida, para discutir alguns aspectos, alguns pontos sobre a heveicultura no Brasil, com particularidade na Amazônia. É um assunto longo, muito vasto etc. É difícil fazer a síntese em tão curto espaço de tempo. Então, eu vou apresentar para a Mesa um trabalho, um **script**. Eu entregarei à Mesa o que está na minha pasta. E aqui foi distribuído um resumo, um excerto, que faz uma síntese do que eu pretendo discutir. Bem, paradoxalmente, nós continuamos um País exportador... importador de borracha. Na era da... Berço da seringueira, e nós continuamos importando borracha. O País, desde 1951, é importador de borracha. E vinha num crescente. E as produções procediam principalmente dos seringais nativos. Evidentemente, houve uma transmutação, realização dos plantios de seringueiras, de seringais, de cultivo. Inverteram-se e polarizaram-se os valores. E, hoje, o Brasil já dispõe de uma porção expressiva, já competindo com produção de borracha natural dos seringais de plantação, enquanto, concomitantemente, vem decrescendo, a olhos vistos, a produção de seringais nativos. O importante é que a Amazônia tentou, por décadas, quase sessenta anos, resolver o problema da plantação de seringueiras nos seringais, nas áreas tradicionais, cujas características climáticas traduzem uma distribuição uniformemente distribuída, uma distribuição uniforme de chuva durante

praticamente o ano inteiro e abundância de umidade. Temperaturas elevadas, que é meio de cultura, favorece... ambiente climático altamente favorável ao desenvolvimento de doenças fúngicas. Dentre elas, para a seringueira, especialmente para a seringueira, o mal-das-folhas. Esse que, aparentemente, foi o grande vilão. Não deixa de ser aparente. Ele foi em parte o grande vilão, porque ele dificultou, chegou a impossibilitar a heveicultura na Amazônia. Empresas como a Goodyear e Pirelli estabeleceram seus seringais em regiões com essas características, que era o usual. Tiveram, tempos depois, erradicados seus seringais, terminaram seus... abandonaram o seringal. Um vendeu a Goodyear e o outro erradicou o seringal, pela inoperância, um movimento totalmente, um sistema totalmente antieconômico de exploração da seringueira naquelas condições de alta e elevada umidade, e plantas grandemente atacadas pelo **Microcyclus**. A importância... As tentativas governamentais de estabelecer programas racionais de plantio de seringueira, a exemplo do PROBO, foram investidos na Amazônia, para implantar 170 mil hectares de seringueira, mais de um milhão de... de 100 milhões de dólares, desculpe, 100 milhões de dólares. E o que é nós temos hoje? Quase nada. Permanecem, em cálculo que fizemos, cerca de 30 mil hectares, estabelecidos exatamente em regiões onde a característica principal climática é um período de estiagem — quatro a cinco meses sem chuva. Nessas áreas, a seringueira desenvolveu e estabeleceu. Desafortunadamente, não foi somente ao **Microcyclus** a causa, a grande causa da dificuldade ou... chamemos mesmo o fracasso do PROBO. Acima de tudo, o fato, é, o erro crasso, foi tentar difundir... A heveicultura foi diluída na Amazônia em lugares absolutamente de difícil acesso. Era a tentativa de atingimento de todos... O aspecto político, político-social era estar na tentativa de atingimento do maior número possível de Estados (*Falha na gravação.*) para serem plantados com borracha. É... Isso foi um erro. Depois, a maneira. Falta de assistência técnica, desuniformidade do recebimento dos recursos e (*Ininteligível.*) Bem, em síntese, todas essas dificuldades, chegou-se à conclusão de que não adianta plantar seringueira na Amazônia. Verdadeiramente, chegou-se a essa conclusão. Muitos chegaram a essa conclusão. Entrementes São Paulo, que também sofreu problemas de **Microcyclus**, quando sofreu efeitos nos seus seringais no litoral, com condições de umidade também parecidas com a Amazônia, mesmo com a Bahia... Então, eles foram plantar, passaram a plantar seringueira no planalto. Sucesso absoluto. Por quê? O planalto paulista também é uma área de escape, com características diferentes da Amazônia, mas é uma área de escape. A seringueira floresceu, desenvolveu. Hoje, São Paulo é o Estado, a unidade federativa maior produtor de borracha, responsável por cerca de 50% da borracha produzida no Brasil. E, mais ainda... E os seringais já tem o quê? Quarenta e quatro

mil hectares de seringueiras plantadas. Entretanto, a pesquisa também provou que na Amazônia possuía áreas de escape; foram identificadas áreas de escape na Amazônia. Grande parte da região centro-norte de Mato Grosso, parte da região nordeste de Mato Grosso, norte do Tocantins, sudoeste do Maranhão e grande parte do sudoeste de Paraíba são enquadrados como zona de escape. A equipe de climatologistas do Dr. Hortolani (?), que fez um zoneamento climático da seringueira... climático para a seringueira no Brasil, enquadrou essa imensa área como área de escape para a seringueira. E lá que se tem tido resultados formidáveis. Essa área, para que se tenha idéia da vastidão dessa área, da expressão... é... da superfície dessa área, o pessoal da cartografia, o técnico em cartografia fizeram levantamento do mapa e registraram aquela superfície equivalente a 803 mil quilômetros quadrados. Então, dentro dessa área, pelo menos 400 mil quilômetros quadrados, ou seja, 40 milhões de hectares são altamente vocacionados para a seringueira pedológica(?) e climaticamente sem qualquer problema. Restava é definir, porque plantar seringueira numa região, numa região com quatro, cinco meses de estiagem, isso é inusitado, totalmente incomum. Então, a pesquisa teve que gerar uma tecnologia, labutando grandemente, gerar uma tecnologia para dar resposta aos seguintes questionamentos: o que plantar? Que material se deve plantar? Porque há um elenco muito grande de disponibilidade de clones. Clones suscetíveis ao **Microcyclus**, que não podem ser plantados, clones amazônicos, criado pela pesquisa no Amazônia, no Instituto Agrônomo do Norte, sua série IAN, depois IPEAN(?), e selecionados portanto na Amazônia, mas que, quando foram travar dados para as outras áreas da Amazônia, elas foram selecionadas em Belterra(?), em Belém, mostraram-se altamente suscetíveis. Por quê? O fungo trabalhou muito mais rápido do que os pesquisadores e os geneticistas. O instrumental mais recente permitiu, o instrumental de trabalho, o instrumental de pesquisa permitiu que se identificassem 52 diferentes raças desse patógeno, do **Microcyclus ulei** na Amazônia. No Brasil, aliás, mas principalmente na Amazônia. Esse é um problema muito sério. Isso fez com que um clone selecionado em Belém, como produtivo e resistente, plantado a 100 quilômetros de distância nos seringais da Goodyear, se mostrasse altamente suscetível. Então, eu, que trabalhei uma vida inteira em melhoramento genético de seringueira, dobrei o serviço e parti para resolver o problema de outra forma. Procurar na Amazônia áreas, regiões em que pudesse se plantar a seringueira sem a concorrência, sem a ocorrência do mal-das-folhas, o **Microcyclus**; aí que são as áreas de escape. Esse trabalho, e depois gerar uma tecnologia. Isso foi conseguido. Hoje, dispomos de clones que reavalizam-se(?) em produção aos melhores clones, aos bons clones, aos melhores clones da Malásia, os clones orientais, tão afamados clones orientais, em condições... competindo em condições de ausência de **Microcyclus ulei**, ausência da enfermidade. Esses clones têm se mostrado altamente

produtivos. Nós temos clones, e não é em talhão experimental. Acontece que a EMBRAPA, juntamente com a CODEARA, fizeram uma **joint venture** e produziram... e instalaram... e foi instalada uma estação, uma pequena estação experimental ali, com ajuda, com participação financeira da CODEARA, que nos tem ajudado tanto sob este aspecto. Mas nessas estações experimentais a grande vantagem é que a CODEARA possui mil hectares de seringueiras estabelecidas. Então, gerada uma tecnologia a nível de bloco experimental, ela é traduzida, ela é experimentada, testada logo, a nível comercial. Os resultados daí obtidos convalidam ainda mais a pesquisa que foi que gerada dentro do talhão experimental. Mas nós temos clones, hoje, que se... que mesmo em São Paulo, clones amazônicos, que mesmo em São Paulo estão liberando o nível de produção, mesmo em São Paulo, suplantando portanto os clones orientais, tão afamados clones orientais, que hoje representam mais de 90% da área de seringueiras plantadas em São Paulo. Bem, vencida essa etapa, vencida essa batalha que verdadeiramente ainda tem muito o que estudar, a pesquisa é dinâmica, sempre surgem problemas, mas já temos um resultado que permita com tranquilidade fazer heveicultura nessas áreas de escape, com essas características climáticas. Entretanto, vencida essa etapa, a EMBRAPA preocupou-se em criar modelos que possibilitassem com segurança serem plantados seringais....(*Ininteligível.*) de tecnologia, não... mesmo sem a utilização de tecnologia refinada, plantar-se seringais por pequenos plantadores, pequenos heveicultores, fazendo do pequeno roceiro, do pequeno agricultor um pequeno heveicultor. Evidentemente que ele não pode usar plantar seringueira entre si só. A seringueira, inquestionavelmente, é um plantio dispendioso, e leva, naquelas condições, oito a nove anos para começar a produzir. Então, plantar seringueira nessa forma não é possível. O que se pensou? O que se... partiu para sistemas agroflorestais, em que a seringueira está ajustada, está juntada em linhas duplas e separadas num determinado espaço. Há diversas culturas temporárias, perenes, semiperenes, de forma a dar uma renda para o agricultor desde os primeiros inícios, desde os primeiros anos de plantio. Isso foi conseguido. Nós vamos mostrar aos senhores os modelos, daqui a pouco umas transparências... Isso é de uma importância transcendental, porque há uma preocupação muito grande, porque nestas áreas de déficit hídrico elevado, estação seca marcada, não são muitas as plantas com característica ou com potencial econômico de produção que sejam possíveis de ser plantadas. Cacau, nem pensar! Dendê, muito menos. E vai por aí afora. A seringueira tem uma capacidade muito grande de ajuste. Existem seringueiras plantadas num latitude de 23 graus norte no México, a 23 graus sul no Paraná. Com essa amplitude, com essa variação climática se tem idéia da alta capacidade da seringueira de ajustar-se a essas condições. Pois bem, isso um programa vitorioso. Já estamos com protocolos, diversos protocolos em desenvolvimento, e sendo estudados e acompanhados rigorosamente, para ver a economicidade. E, ao lado disso, agora mais recentemente em Redenção, aproveitando esse

surto, a vontade de plantar, o estímulo e o interesse pela soja, estão montado unidade de demonstração. É o plantio consorciado da seringueira, linhas do plantio de seringueira, afastada tantos metros para permitir o cultivo da soja anos seguintes. O primeiro, segundo, terceiro e quarto anos, ela cultiva doze metros, porque tem que ser múltiplo de quatro, porque a colhedeira e a plantadeira têm que ter quatro metros. Então, entre um vão de doze metros, ela planta consecutivamente durante quatro anos. Depois reduz para oito anos, mais dois anos e mais um ano, de quatro metros. Isso daria tempo para a seringueira começar a entrar em produção, e foi às expensas, às custas do resultado obtido com o plantio da soja. Então, sai, fixa, dá condição de fixação do homem àquela gleba, terra, de forma definitiva também. Por isso aí, pode se avaliar, pode se avaliar a... É que eu quero dizer que pode se avaliar... Eu tô preocupado no tempo, no dimensionamento do tempo, mas eu chamo a atenção, principalmente, para o pequeno plantador, o valor do qual está revestindo a seringueira, como aspecto socioeconômico. Primeiro, que ela servirá de ancoragem para o pequeno plantador na área. Porque o que eu tenho observado... Há milhares e milhares de assentamentos na Amazônia, nessas áreas que eu falei, área de escape. Então, dificilmente, o agricultor vai ficar lá estabelecido. O que tem acontecido? Planta capim, planta mandioca, arroz etc, planta o capim, vende a gleba e vai, vai fazer invasão de terra noutro lugar, vai proceder, promover invasão noutro lugar. Então, isso daria uma cultura... Porque não é somente seringueira. Como os senhores vão ver, estarão associados a outras culturas permanentes, semipermanentes. Isso dá... Então, vamos analisar outro aspecto; esse foi o econômico. O aspecto social. A exploração da seringueira. Eu gosto de chamar a atenção pra esse aspecto. A exploração da seringueira é continuada, é distribuída no ano inteiro. Então, não há... ele neutraliza, ele anula a figura na exploração, na exploração, na colheita da seringueira, fica anulada a figura do bóia-fria, porque é distribuída. Como é atividade de reduzido, não precisa esforço físico muito grande, mulheres e jovens e moços — não digo crianças, mas jovens — podem praticar a exploração do seringal. E ele tem o ano inteiro praticando isso. Passa a ser, portanto, uma atividade inteiramente familiar. Em linhas gerais, eu me aguardo pra outras explorações ali, para apresentar ali, porque eu tô preocupado com a exigüidade de tempo. Me permita apresentar, então, algumas transparências.

(Apresentação de transparências.)

O SR. EURICO PINHEIRO - Eu não sei se... Não dá pra falar no microfone... Bem, isso é a plantação da Goodyer, uma seringueira atacada por **Microcylus**.

(Intervenção inaudível.)

O SR. EURICO PINHEIRO - Agora, sim. Esse aqui é um seringal, seringal da Goodyer, um seringal industrial, e essa perda de folhas não é fisiológica; é atacado de **Microcylus**. Essas árvores aqui que os senhores estão vendo têm vinte anos de idade. Pronto.

(Tira). Ainda na Goodyer, na Goodyer, o mesmo clone 717, atacadíssimo, morrendo todo. Esse é uma constante. Vê-se que a clone IAN 717. Essa figura de plantação de vinte anos, nas áreas tradicionais de cultivo. (Tira). Esse é o mesmo clone IAN 717 nas áreas de escape, e com onze anos de idade. Isso não precisa nenhuma análise estatística pra mostrar a importância. Olha que (*Ininteligível.*) que tem esta planta. Ela chega de mudar a fisionomia, mudar a arquitetura. Esse é o seringal que...o RRIM 600, é um clone oriental, RRIM 600 ,e as características perfeitas de um seringal da Malásia, os bons seringais da Malásia. Eu estive lá dois passados e mostrei essa fotografia para o Diretor-Geral do Instituto da Malásia, Dr. Abdul Aziz. Comentando, eu digo: "Olha, eu passei na sua estação experimental de sungaibolô(?) e bati uma fotografia do RRIM 600". Ele disse: "Ah, mas nosso RRIM 600 está muito bonito lá". Eu digo: "Um detalhe: isso é Amazônia, área de escape da Amazônia". Ele ficou espantado. (Tira). Esse é outro clone... RRIM 700, outro clone... Agora eu chamo atenção do seguinte: olha a acumulação de matéria orgânica. A seringueira fecha, não nasce mais nada, e acima de tudo ela é uma acumulação de matéria orgânica: as folhas que caem, ramos etc., frutos, tudo isso em decomposição, e a planta recicla. Agora, levem em consideração um detalhe importante: que todo esse seringal que os senhores estão vendo na área de escape foi estabelecido em cima de área deflorestadas e de pastagem degradada. Então, a seringueira funciona como vetor também na recuperação das áreas deflorestadas e áreas de pastagem degradada, que é o grave problema, hoje, de grande parte da Amazônia. (*Ininteligível.*) Esse é um outro clone, um dos mais produtivos clones da Malásia. Olha a beleza do seringal. Vira. Esse aqui é preciso ter cuidado de botar lá fora. Isso. Este aqui é o zoneamento climático da Amazônia, a regionalização da Amazônia. Ah, você vai ter esse também...o microfone aí. Alô...alô...O.k. Ah, muito bem. Então, esse aqui é a regionalização, São Paulo, a Bahia etc, Amazonas, etc. Então, foram mostradas áreas com vocação... áreas sempre úmidas. Olha aí. Tudo isso aqui, AM4... aliás, AM2, AM3, toda essa faixa, então, da Amazônia são áreas úmidas. Esse miolo, esse âmago que os senhores estão vendo com a sigla AM4 e circunscrita por esse debrum(?) amarelo, isto é área de escape da Amazônia. Esta que a fotografia registrou como 803 mil quilômetros quadrados, dos quais aí dentro é muito fácil tirar 400 mil quilômetros quadrados, que... Aí seria bem maior, mesmo 400 quilômetros quadrados, seria maior do que a superfície da Malaia e da Tailândia juntos. Então, temos área tranqüila, clima tranqüilo e tecnologia também; faltam meios. (Tira). Essa é a distribuição de chuva nessa área de escape. Então, aqui... Olha começa aqui, em maio, junho, julho, agosto, setembro. Outubro volta chover Novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março. Então, nós temos uma...sete meses de chuva pesada e depois cinco meses de estiagem, quase... Isso aqui é uma normal, quer dizer, levantamento de 27 anos. Por isso é que... Mas nós temos anos seguidos aí que é zero, zero, zero, zero de chuva. (Tira) Esse é um clone amazônico, altamente produtivo. Ele

esteve na.... como planta indicada, que dizer, clone indicado, que é uma variedade, clone indicado para plantio mesmo na Malásia, nas plantações da Malásia. Clone nacional, indicado nas plantações da Malásia, pra ser plantado lá, esse clone. (Tira). É o clone amazônico, do (*Ininteligível*.) Esse é o clone amazônico excepcional: é IAN 3087. Esse clone, aos três anos de idade, tá produzindo alguma coisa como 1.400 quilos de borracha por hectare. Para os senhores poderem avaliar, fazer uma avaliação, cortejarem, basta-lhes informar o seguinte: que a Goodyer, a plantação da Goodyer, depois de... com vinte e tantos anos de seringal velho etc., produzia em média 380 quilos de borracha. Essa é a diferença. Inteiramente, fecharam pela totalmente antieconômica atividade daquela plantação; vivia no vermelho. (Tira.) Essa aqui é parte do seringal. Ele chama transeringal. Esse são ... Olha a massa, a biomassa, e no período de chuva. Estava chovendo. Ele não tem sinal nenhum de **Microcyclus** de enfermidade. (Tira). Porque mesmo com a chuva, não há enfermidade, porque não há inóculo, não tem com quem inocular. O fungo não se cria, e ele, por mais que venha em pequena escala, não causa problema. Bem, aqui, sim. Essa aqui nós já estamos vendo o pequeno produtor. O trabalho está sendo feito agora. Aqui esteve plantado mandioca, foi tirado. Remanesce a linha de seringueira —está aqui a linha de seringueira — e banana, cultura da banana. Olha aí. (Tira). Olha aí. Agora seringueira... Tá vendo? Ela toda de folhagem nova, toda de folhagem nova. Não tem nada de ataque de enfermidade. A linha dupla de seringueira, s banana, e já teve...teve plantado mandioca. O plantio, o sistema de plantio, ele não é área estocada, é no toco, como eles chamam. Derrubada a mata de transição e plantado seringueira, banana, mandioca e outras culturas, como os senhores vão ver. Esse é o modelo. Seringueira com cultivo sempre perene. Aqui, sempre perene e temporário. Aqui é... Esse é o modelo. Seringueira com cultivo semiperenese e temporário. Aqui é seringueira. São...Eu não tô enxergando. Quantas? Duzentos e ...

(**Não identificado**) - Duzentos e cinquenta.

O SR. EURICO PINHEIRO - Duzentos e cinquenta plantas por hectare, aqui, de seringueira; banana, 870; e milho, e milho. Foi plantado aqui no primeiro ano. Seringueira, banana e milho, tá? Esse é o modelo, o modelo mais simples de primeiro (*Ininteligível*.) Esse é o milho. Está aqui a seringueira, a haste de seringueira, seringueira, milho, e esse aqui é produção do caseiro, do rapaz, do sitiante, do sitiante. Milho híbrido, uma beleza de produção. (Tira). Aqui, esse é interessante. É o segundo modelo mais avançado, um ano mais avançado. Então, tem a seringueira, plantada de três por três, três metros por dois metros e meio. Aqui, uma linha de, de, de café, café, linha de café. Depois, no centro, uma linha de essências florestais. Aqui nós estamos plantando o mogno africano *kaia ivorensis*, uma planta formidável, madeira de primeiríssima ordem, e que tá crescendo muito. Adiante: pimenta do reino. Aí, repete o esquema. É... café, outra faixa de pimenta do reino. Então, faixas

concentradas de determinada cultura, apartando... a seringueira está aqui, a seringueira, está aqui também seringueira, outra seringueira lá, e essa faixas intervalares. Esse é o sistema de policultivos, sistemas agroflorestais. Esse aqui é o meio, é o caminho pro pequeno e médio produtor da Amazônia fazer heveicultura. (Tira.) Aqui é aquele kaia ivorensis com pimenta do reino, junto com a pimenta do reino. (Tira.) (*Ininteligível.*) Aqui é o trecho do pimental, já mais antigo. Foi a primeira experiência nossa — esse é o pimental. Esse pimental produzindo sem a irrigação, com adubação, evidentemente, (*Ininteligível.*) em disponibilidade de esterco, mas adubação, mas sem,...produzindo mais de três quilos de pimenta seca por planta, sem irrigação. Aqui, tá aqui o kaia ivorensis. Aqui é café, consórcio de café. Ali está a linha de seringueira, a outra linha de seringueira lá adiante, e pra cá outra linha de seringueira. E a faixa de café. Esse café, o cunilon, ele agora que tá completando dois anos. Vejamos outra foto. Tá aqui, com dois anos de idade. Olha, já começou a produzir. Ele tem uma característica: como ele flora, na época, ele consegue florar, tem bastante chuva, quando ele dá a florada, ele tem uniformidade depois da produção. Dá pra fazer a derriça. (Tira.) Isso aqui é notável. Com dois anos e meio de crescimento, esse rapaz tem um metro e 78, pode ver a altura que está essa planta aos dois anos e quatro meses de plantada, estabelecida em campo. Olha aqui, junto com a pimenta tá lá seringueira, a seringueira, e junto com a parte de pimenta do reino. (Tira.) Esse aqui eu falei aos senhores em Redenção. É a seringueira, linha dupla de seringueira, é linha plantada de três por três metros. E aqui, soja. É faixa de doze metros de sojas operacionais, trabalhadas doze metros de soja, plantio de soja. Esse resultado foi fantástico. Deu uma produção muito boa de soja, a nível normal, na região. Bem, aqui é uma coisa interessante. Os senhores viram a preocupação de intercalar seringueira com plantas de essências florestais pra produzir madeira. Isso que os senhores estão vendo aqui é uma mobília da Malásia, que eu tirei há dois anos passados a fotografia. A mobília é feita com madeira de seringueira, madeira de seringueira. A Malásia, o ano passado, vendeu quase um bilhão de dólares, **US dollars**, em madeira de seringueira. Hoje, a coqueluche pra lá, a concentração, a pesquisa é produzir clones de seringueira, variedades de seringueira capazes de, cedo, o mais cedo possível, além de borracha, produzir um volume de madeira cada vez maior. O metro cúbico da madeira de seringueira tá sendo comercializado na Malásia a 220 dólares, **US dollars**, o metro cúbico. Estão exportando pra outros países, inclusive pra fazer... Mas eles estão com grandes fábricas de mobílias. Eles fazem um parquet... É pena que eu não tenha oportunidade, não tenha lembrado de trazer o parquet. Eu tenho algumas peças de parquet. Não tenho mãos a medir o que produz e manda pros Estados Unidos e vendem com a maior facilidade. Então, a kaia, por sua vez... porque, no fim, desses sistemas agroflorestais, vai sair tudo: café... isso tudo é transitório. Vai ficar o quê? As essências florestais no centro, e a seringueira, que, além de tá produzindo borracha, num determinado instante, com 25 ou 30

anos, vão produzir madeira, madeira altamente valorizada hoje. (Tira.) Isso é só pra ilustrar alguns aspectos gerais. Produção mundial de borracha natural em que a produção da Malásia — gira um pouco mais pra lá, um instantinho. Tailândia, a Malásia tá aqui? Estou sem os óculos. É... Essa aqui, essa aqui, né? Olha como caiu a produção da Malásia. A Malásia chegou a produzir, é... A Malásia chegou a produzir 1 milhão e 600 mil toneladas de borracha. Hoje, ela tá produzindo 880 mil, só.

(Não identificado) - A metade.

O SR. EURICO PINHEIRO - Então ... Hem? A metade, a metade, a metade. Mas por quê? Ela hoje é o maior país produtor. Você envolver o outro... Pega o outro **slide** lá, a outra transparência. Aqui, distribuição global da produção e consumo da borracha natural. O ano é 1998. Então, veja aqui. É... a Tailândia... a produção. A Tailândia é o maior país produtor, a Indonésia e a Malásia com... Malásia, 13% a Malásia aqui. Depois, a China. A China tá produzindo borracha? A China produziu 400 mil toneladas de borracha? A Índia também, que são os grandes países consumidores. E a Costa do Marfim (*Ininteligível*). Nós, absolutamente, não... O Brasil aqui, com 1%.

(Intervenção inaudível.)

O SR. EURICO PINHEIRO - É. E depois o consumo. É aqui que tem um detalhe interessante. A Malásia consumindo 5%, ela industrializou 400 mil toneladas, 380 mil toneladas de borracha. A Coreia do Sul, é ... os Estados Unidos, que é o maior país consumidor, a Comunidade Européia, o Brasil com 3% de consumo, a China — olha, grande consumidora a China — e a Índia também. Esses são dados interessantes. O Japão com 11% de consumo. Observe o seguinte: que, afora os Estados Unidos, afora naturalmente os Estados Unidos e a União Européia, o que você observe o seguinte... é o crescimento, o desenvolvimento de consumo de borracha nos países do sudeste asiático. São os que concentram a maior produção de borracha, evidentemente, e agora estão voltando pro consumo. Então, esse tropeço econômico esfriou um pouco o movimento, mas há indícios, estão aí as notícias etc. No mês de outubro, setembro, outubro, na Bolsa de Londres, a borracha subiu 7,1%. Na Malásia, subiu 5,6%.

(Intervenção inaudível.)

O SR. EURICO PINHEIRO - Hem? Agora, agora; de setembro pra outubro. É a recuperação no próprio Brasil. Foi 5,6%. Pagava-se, no mês de setembro, 71 centavos de real pro quilo da borracha, do biscoito, da borracha coágulo, do coágulo. Estão pagando 81, e as processadoras, as usinas de processamento estão pagando 50 centavos quando recebem a borracha, e os 31 que são correspondentes à parte do subsídio, que é despendido com o pequeno, com o produtor, ela tá... quando o Governo pagar é que irá pagar, que eles vão receber. Mas a usina tá adiantando, tá pagando uma parte dela.

(Intervenção inaudível.)

O SR. EURICO PINHEIRO - Essa é em real. Essa produção aqui é em real. Aqui é em real. Lá é dólar. A subida foi em dólar, em libra etc, mas aqui foi em real. Bem, aqui... Brasil, principais Estados produtores. Olha, São Paulo aqui. Com quantas? Tem 35 mil toneladas, correspondendo a 50%, aproximadamente, da produção nacional. É... Espírito Santo vem com 8%, a Amazônia toda tem 6%, Bahia tem 14% e Mato Grosso tem 21%, tá? Essa produção de Mato Grosso tá incluído aqui a produção da Michelin e a produção desses seringais no nordeste de Mato Grosso — a CODEARA e tantos outros. Só a CODEARA, este ano... Somente a plantação da CODEARA vai chegar a 750 toneladas de borracha. Só a plantação da CODEARA. Essa é uma transparência que eu chamo a atenção. É borracha. Nós somos paupérrimos aqui, pra não dizer miseráveis, em matéria de estatística de produção de borracha, como outras *(ininteligível)*. Entretanto, no mercado internacional, no mundo produtor de borracha há um empenho muito grande em... São os estudos estatísticos, os contratos de empresas pra avaliar o que vai acontecer, porque a previsão tem que ser pra dez anos, o que vai acontecer daí a dez anos. Então, tem uma instituição que se chama *(ininteligível)*. Publicou isso aí. Esse aqui é *(ininteligível)*, é produção etc., mas olha o que vai acontecer no ano 2000. Olha a previsão de consumo, olha a previsão de produção. Mas no ano 2020 há um *(ininteligível)* aí, um déficit de 2 milhões de toneladas. O que nós esquecemos muitas vezes é que, no sudeste asiático, esses países estão crescendo. Houve... A área pacífica tá crescendo. Nos Estados Unidos, na Europa etc., a borracha hoje é mais reposição. O crescimento vegetativo de consumo é limitado, enquanto pra esses países, não. Fábricas e fábricas de automóvel estão sendo estabelecidas na Tailândia, estão sendo estabelecidas em Taiwan, estão sendo estabelecidas na Malásia e na Indonésia, que é mais sacrificada *(ininteligível)*. Mas, na China mesmo. Olha, num instante pro outro, eu acompanho com muita — pra terminar —, eu acompanho com muita acuidade o mercado de borracha, porque eu sempre pensei que alguém que trabalha com determinada cultura tem que estar identificado, pelo menos acompanhando o que tá acontecendo no meio econômico do produto. Pois bem. Há dois anos passados, o preço da borracha no mercado internacional estava custando 80 centavos de dólar. De repente, foi a 1,60, em menos de 1 ano foi pra 1,60 — valor recorde. O que aconteceu? Foi a China que entrou comprando...nesse processo de ocidentalização, entrou comprando pra valer, no mercado internacional, borracha. E pronto. Então, balançou. Então, aquela lei inexorável de mercado *(ininteligível)* proporcional à quantidade. E pronto, o preço disparou. Hoje, ela acomodou-se, e esse tropeço econômico é que baixar o preço. Muito bem. Então, essa não precisa nem mostrar isso aí. Eu acho que com isso aí eu apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Bem, vamos iniciar os debates. Com a palavra o Deputado Francisco Garcia, Relator. O prazo de V.Exa. é de três minutos, mesmo prazo de que disporá o expositor para resposta, facultadas a réplica e a tréplica.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Dr. Eurico Pinheiro por trazer até esta Comissão as informações que a gente precisa, a fim de tudo pra melhorar e dar conhecimento ao relatório final da Comissão. Aqui, a primeira pergunta que eu faço ao senhor é a produção nacional — aqui nesse documento diz que é hoje de 51 toneladas e no outro documento que o senhor apresentou aí tá com 70 mil toneladas. Então, qual a seria real a pra que nós pudéssemos fazer uma avaliação, uma vez que a previsão do repasse às usinas de beneficiamento, eles se comportam e, na maioria das vezes, tem que se (*ininteligível*), e aqui dentro desta Comissão, reclamação de que o Governo não estaria cumprindo com os pagamentos. E analisando um outro documento, nós verificamos de que, no ano passado, no ano de 98, foram pagos mais de 52 mil toneladas. Ou seja, a Companhia Nacional de Abastecimento repassou como subvenção às usinas beneficiadoras 56 milhões e 700, que dividindo por 1.9 vai dar 52, 53 toneladas. Já no ano de 99, o total pago e o agrupado não chega a 42 milhões. Uma forma. Essas usinas, elas deixaram de crescer, essa produção caiu internamente ou essa produção ela não tá chegando na ponta? Os seringais não estão absorvendo junto com a usina os números. Porque também um número que me chamou a atenção aqui é que teve uma empresa como a Firestone, que o ano de 98 recebeu quase 13 milhões de subvenção. E ela não aparece no ano de 99 com um valor que nos chame atenção, ou seja, apenas 10% desse valor que ela tem recebido. Então, esses números fazem com que a gente faça uma análise aqui do que aconteceu. Será que essa usina de beneficiamento da Firestone ela só beneficiou 20%, no ano de 99, da produção de 98? Porque são números que não dão uma seqüência dentro duma análise macro com que esta Comissão quer avaliar. Esses dados são da Companhia Nacional de Abastecimento. O nome da empresa que chama a atenção, e é borracha natural, é da Brixton(?) e ela mais precisamente o valor recebido foi 12 milhões, 635 mil, 674.76 no ano de 98. O ano de 99, essa mesma empresa ela recebeu apenas 2 milhões, 234, enquanto que a USIBRÁS, que é a Usina Brasileira de Borracha Ltda., recebeu 5 milhões neste ano e no ano de 98 ela não atingia os 4 milhões. Então, são números que nós precisamos exercitar pra que a gente possa avaliar a seqüência dessas usinas beneficiadoras. Elas pararam? Por que pararam? A aplicação e habilitação desses valores são correspondentes? A seqüência que isso dá. E outra coisa também — eu não sei se o senhor teria condição de informar: os 100 milhões de dólares aplicados no PROBO 1 e PROBO 2, como ficou o comprometimento desses recursos no final dos programas? Qual o retorno que eles tiveram e se voltaram à atividade econômica sem inadimplência e quais as empresas inadimplentes, se ainda estão sendo levadas dentro de um

patamar hoje, utilizando da subvenção dada pelo Governo Federal? São essas, essas colocações fazem com que a gente volte única e exclusivamente para que se faça uma análise dos seringais nativos, que, como o senhor mesmo mostrou pra que nós tomamos conhecimento, *ver que* os seringais hoje plantados ou cultivados eles trazem evidentemente um retorno muito bem melhor, porque não é como os seringais da Amazônia, em que foi dado uma seringueira aqui, outra quinhentos metros, um quilômetro. E o homem passa durante o dia pra andar e pra colher um ou dois quilos de borracha tem que andar quase quilômetros a sangrar as seringueiras, porque elas não estão numa seqüência como o senhor nos mostrou esse. Agora, como aproveitar essa massa e essa atividade econômica? Como o país poderia melhorar e como a gente poderia exercitar para que o homem do seringal, o homem do seringal — quando eu falo "seringal" quero me referir só ao seringal nativo — como poderemos, numa modernidade, numa globalização em que o nosso País não teve o cuidado de aplicar um valor dado a esse homem e outro valor dado aos que estão exercitando, dentro duma técnica e dentro duma evolução em que essas usinas estariam já mais próximas do consumo, ou seja, das fábricas, o sudeste brasileiro. Então, são números que nos chamam a atenção e nos preocupa agora com o esvaziamento da Amazônia. A Amazônia não tem atividade econômica nenhuma. V.Exa. sabe que as atividades econômicas, no início deste século eram a borracha e a juta. A borracha dando dinheiro e a juta dando emprego. Ambas desapareceram, e a Amazônia ficou sem contar com as peles e os couros, que são proibidos em nosso País e que nós não podemos exercitar com uma economia bem avaliada. Então, nisso tudo nos chama a atenção por que não termos um tratamento diferenciado no que diz respeito à manutenção social? Porque aqui seria um subsídio social, segurar o homem fora da sede dos Municípios, para que nós não tenhamos, os Municípios da grande Amazônia, a sede dos Municípios, com uma periferia cheia de miseráveis e de pessoas que não têm condição, dentro do empobrecimento. Então, essas perguntas, elas nos traz a possibilidade que a gente possa avaliar melhor o programa de subvenção, o programa social que este País quer ter e o tratamento que este programa poderia dar a uma Amazônia totalmente fora do contexto do consumo nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Com a palavra o Prof. Eurico Pinheiro. Pode falar lá.

O SR. EURICO PINHEIRO - Eu vou tentar responder assuntos que estão inseridos na área de conhecimento, o senhor há de convir, mas a minha vivência com o problema. Eu andei tanto nos seringais silvestres, antes de entrar para, acreditar, eu acreditava na possibilidade. Então, eu procurava os seringais silvestres seringueiros excepcionais para fazer hibridações, para formar clones produtivos e resistentes, o que não conseguimos. Mas, entretanto, a vivência tem-me dado nos seringais silvestres e me permitem dizer o seguinte: é

uma tarefa árdua e vã, incrível. Entretanto, pra tentar responder objetivamente a sua pergunta é o seguinte: houve tempo em que o Brasil, ao Governo, atribuía valores diferentes. Eu não acredito na possibilidade de desenvolvermos a heveicultura racional, altamente econômica, nas áreas de seringal silvestre. O senhor bem disse: "o seringal silvestre em si, a densidade é 1,6 plantas por hectare, 1,6, enquanto no seringal racional são quinhentas plantas por hectare". Hoje, o seringueiro, no seringal racional, sangra, por dia, mil plantas. E no sistema de corte hoje utilizado, a cada quatro em quatro dias é que ele sangra de volta aquela planta. Ele está tendo uma produção formidável e diminuiu consideravelmente. Esse sistema que nós introduzimos nessa área diminuiu a mão-de-obra, a carência, o custo da mão-de-obra, que é o componente de preço mais elevado na borracha. Muito bem. Isso é no seringal. Agora, eu acredito na necessidade imperiosa. Nós ainda tenhamos extrativismo por muitos e muitos anos, sob o aspecto social, acima de tudo. Não podemos jogar na vala comum. Agora, não acredito naqueles que estão tentando, estão preconizando adensamento do seringal silvestre, com o plantio de seringueira dentro da mata. Isso é uma balela, é uma burrice que não tem... Perdoem o termo, mas é isso mesmo. Porque quando eu fui chefiar a Belterra(?), dirigir a Belterra(?), em 1954, cheguei lá os americanos haviam plantando também, como fizeram na Bahia, acabluca(?) para plantar cacau. Vinte anos depois, eu tive oportunidade... Vinte anos, não, dezoito anos depois eu tive oportunidade de mensurar as plantas remanescentes. As mais grossas tinham, talvez, dez centímetros de diâmetro. Daqui a cinquenta anos ela é capaz de tá produzindo borracha. Mas não pode ser. Então, isso é... é balela. Que tem uma série de outros fatores, o que não vai adiantar discutir. Mas vamos só pensar o seguinte: a necessidade de fazê-lo. Agora, como é isso aí, como fazê-lo? Eu penso, em primeiro lugar, tem que condensar... Hoje esses plantadores das áreas estão se agrupando em sindicatos. Isso é muito importante. Agora, o atendimento vai ser em grupo pra eles, motivá-los. O Governo vai ter que interferir na produção de muda, lá, e vai fazer plantios... Ele pode fazer o plantio no roçado, porque obrigatoriamente ele faz o roçado pra sua sobrevivência, pra sua subsistência. No roçado, ele planta o roçado, ele vai receber a muda. Mas, com pessoas do sindicato, vão aprender a enxertar também. E você tem uma orientação para fazer o plantio da seringueira. Isso aí, depois do desenvolvimento, com um clone medianamente resistente, tolerante ao mal, ele cresce até uma determinada altura, onde o Vicente já resolveu um problema seriíssimo, que é quais clones enxertados de copa, fazer o enxerto de copa. Essa é a solução, essa é a solução pras áreas (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Mas a minha pergunta...

O SR. EURICO PINHEIRO - Sim.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Ela abrangia mais no que diz respeito ao problema socioeconômico. Me preocupa quando...

O SR. EURICO PINHEIRO - Vamos ver, a gente vai abordar, vou trazer...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - O Governo hoje paga para que a criança vá à escola. Para o senhor ver o que é que nós tínhamos com os plantadores de cana. Vamos pra um outro setor da economia. Então, tinha a criança que trabalhava colhendo cana. Hoje, recebe uma bolsa-auxílio pra manter a criança na escola. Então, eu não quero discutir a economia, se é mais vantagem ou se é mais rentável. O que eu quero e o que eu, obrigação nossa aqui como Deputado hoje é ver a atividade que tá desaparecendo, é o emprego. O País não tá gerando trabalho. O País não está dando condições de que o homem fique no local que ele sabe fazer. Bem, essas comunidades amazônicas, se o senhor andar — e nós, que fazemos campanha no interior da Amazônia —, o senhor vai verificar que a atividade econômica, por pior que ela seja, ela passa a existir numa ponta se ela tiver a outra ponta. O transporte ainda é a atividade econômica mais importante nas grandes distâncias. E as grandes distâncias estão na Amazônia. Então, para você levar o arroz, levar o feijão ou levar um outro material, você tem que trazer alguma coisa daquele pessoal. Essa troca, para melhorar e manter o homem lá, nós temos que nos preocupar com o social dele, o que é que nós vamos oferecer em conta.

O SR. EURICO PINHEIRO - Deputado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - O Governo passou a oferecer noventa centavos, mas passou a oferecer noventa centavos também pra quem tá em São Paulo. Em São Paulo não tem essas dificuldades todas. E hoje São Paulo representa mais de 50% da produção. Eu tô olhando pra uma produção pequena, desabitada, que está virando e que se esse homem tivesse naquele pouquinho lá uma atividade, ele poderia ter uma variante e começava a evoluir. É o caso também que eu gostaria de saber, apenas para concluir, é a informação, como concluíram os PROBOs I, II e III, não sei se teve... Como é que foi a conclusão desses, em números, para que a gente possa saber se de fato eles existiram e como eles foram, na seqüência, o retorno deles, ao caso é da União.

O SR. EURICO PINHEIRO - Muito bem. Tentar responder. Olha, haverá, evidentemente, eu lhe disse, eu acredito na necessidade imperiosa de se subvencionar o extrativismo. Tem que manter o extrativismo por um longo período, até que isso mude. Mas não vamos pensar na economicidade. É uma atividade inteiramente antieconômica. Pode melhorar o extrativismo. Não há nenhuma economia alicerçada no extrativismo que tenha crescido e desenvolvido. Então, tem que partir para uma racionalização. Como fazê-lo? É no caboclo ou seringueiro, pegar a muda e plantar a muda no roçado dele. Não é? Ele planta no roçado de maneira ligeiramente indisciplinada e vai produzir borracha. Porque insistir na produção... Olha eu visitei, ano passado, o Juruá e o Purus. Muito bem, são rios gêmeos. Mas (*ininteligível*) quem sabe por que no Purus há castanha e no Juruá não tem castanha? Esse seringueiro do Juruá... do Purus, ele faz a safra da castanha e depois faz a safra do seringueiro.

Ele vive... Você chega lá, ele tá a casinha dele, etc. Entra no Juruá, sobe o Juruá. E chegando lá pra cima, vai ver o seguinte: você chega no barranco, o seringueiro desaparece lá pra dentro do mato, escondido. Ele usa trapos, vestimenta ele não tem mais. Esse é o estado de miséria que vive esse homem. Fazer... Agora, o Governo tem que.... Olha essa lei do contingenciamento, do contingenciamento não, a Lei da Subvenção, para mim, é odiosa e traiçoeira, por um motivo muito simples: ela — há quantos anos? —, a dois anos passados, não é?, 97, há dois anos passados foi estabelecida a lei. A Lei, se não me falha a memória, é 9.479. Deu até pra me lembrar a lei. Pois bem. Essa lei diz o seguinte: "... nos quatro primeiros anos integral..." Daí vai caindo até no oitavo ano, acabou. Isso obriga a quem quiser plantar seringueira hoje tem de plantar a seringueira para que daqui a oito anos — isso dois anos passados —, há oito anos estivesse produzindo borracha a nível de preço internacional, porque senão como é que não podia competir. Globalização veio para liquidar, e um dos setores mais sacrificados foi a heveicultura, a borracha, a produção de borracha. Então, o Governo tem que dar uma maneira. Eu acho que pelo menos é a manutenção do subsídio para o seringal silvestre. Vamos voltar àquela situação anterior. Esse foi quanto ao aspecto de um. Quanto ao PROBO, houve — O PROBO é um desastre que... — o PROBO de 170 mil hectares plantados na Amazônia, que se estima, as estatísticas são contraditórias, mas estima-se 170 mil hectares que custaram 100 milhões de dólares. O que remanesceu — eu fiz um levantamento mais recente — é em torno de 30 mil toneladas, ou 30 mil hectares. Aonde? Lá está, lá em Roraima, ou Rondônia. Lá em Rondônia tem uma área assim. Lá estão alguns de Uarami, plantar plantio em Açailândia. Nessas áreas e na área de Mato Grosso, na área exatamente na área de São José do Rio Claro. São José do Rio Claro. É o que remanesce, é o que permanece, 30 mil hectares e produzindo mal. Por quê? Os clones, que eram obrigatório o plantio, a utilização, as variedades, eram clones que de baixa produção, clones que nem se compararam com os que hoje temos uma disponibilidade. Quanto à Firestone...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Francisco Garcia, finalizando aí.

O SR. EURICO PINHEIRO - Quanto à Firestone, Deputado, o que acontece é que a Firestone fechou e levou a maquinária toda, foi, mudou pra Libéria, tudo, encerrou todas as suas atividades aqui. Por isso esse decréscimo. Agora, por que a Firestone fez isso? É a diminuição da produção de borracha, é que se estava imaginando, o preço estava aviltado, seringueira parou. O seringal de São Paulo passou meses, todos os seringais parados, pela miserabilidade do preço que estava sendo conferido à borracha. Então, não podia ficar indefinidamente. Estavam precisando de processamento de borracha na Libéria, levou a fábrica pra Libéria.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Concluído, Deputado?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Não sei se aqui na Comissão nós já temos o relatório das empresas que foram beneficiadas com o Programa da Borracha. Já foi pedido? Já está aqui? O PROBO I e o PROBO II, pra saber, dentro da atividade, o retorno que teve e qual foi a inadimplência. Agora, pela informação, apenas 30 mil, em Rondônia, foi o resultado. Então, nós não sabemos, para concluir o relatório, nós não sabemos, até para mandar apurar...

O SR. EURICO PINHEIRO - Deputado?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - ...porque o Presidente deverá encaminhar.

O SR. EURICO PINHEIRO - Só um adendo, me permita. Podia ter falado e me esqueci. O seguinte: no PROBO em si, ele não previa correção monetária. Não havia correção. Resultado: o que aconteceu, o que aconteceu? Por exemplo, meus filhos tinham seringal de duzentos hectares. Eles pagaram, depois, tempo depois, liberaram, quer dizer, pagaram a dívida no banco, assim uma quantia mínima, alguma coisa como se fora hoje dez reais, qualquer coisa assim. Pagaram o financiamento. Que eles iam pagando, mas pararam e depois, para anular, porque não havia, no contrato não havia a necessidade de correção monetária. Então, ficou por isso mesmo. Todo mundo quitou, quitou, essa importância.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - É porque chama muito na sociedade é exatamente esses programas da borracha que tiveram no decorrer do curso e que não houve um retorno à sociedade, foram mal aplicados, foi desviado do setor produtivo. E é mais ou menos por isso, essa informação que o senhor dá, é que a Comissão estaria precisando desses números, e que uma hora dizem que é da Companhia Nacional de Abastecimento. Outra hora, dizem que tá ligado no Ministério...

O SR. EURICO PINHEIRO - No IBAMA.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Ao IBAMA, exatamente. Então, fica muito difícil para nós concluirmos, porque não temos a história da borracha precisamente pra poder que uma conclusão seja honesta e, acima de tudo, para que o Ministério Público possa atuar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Um tá jogando, um tá jogando pro outro...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - O Ministério Público vai ter que apurar. O Presidente deve encaminhar, evidentemente, essas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Claro.

O SR. EURICO MIRANDA - Mera sugestão. Quem deve ter esses dados como realidade são os bancos, que eram os agentes financeiros: Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e esses bancos todos no Amazonas, no Acre, em Rondônia, no Amazonas, em todos

esses, até em São Paulo. Esses bancos é que têm esses extratos todos. Eles têm perfeitamente o que gastaram, o que pagaram e o entrou.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Mas não era alocado aos Ministérios os recursos?

O SR. EURICO PINHEIRO - Não. Eles obrigatoriamente passavam pelo banco.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Os recursos passavam?

O SR. EURICO PINHEIRO - Os agentes financeiros, os agentes financeiros.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Está bom, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Com a palavra o Deputado Jurandil Juarez.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sr. Presidente, colegas da Comissão, a minha indagação é mais um sentimento de valor. Eu tenho origem, tenho toda a minha vida ligada à borracha, não como produtor, mas na área de comercialização. Isso me permitiu, de alguma forma, ver — isso era no Amapá, na região das ilhas do Pará com o Amapá — e me permitiu ver quanto um produto, que tinha uma pequena agregação de valor, contribuía para o equilíbrio econômico da região. Praticamente todo o comércio de regatão, que serviu para conquistar, colonizar e povoar essa região intermediária entre o Pará e o Amapá, teve como base a extração da borracha natural. Independentemente do que possa ter acontecido, o monopólio da borracha dava uma certa garantia para quem negociasse e que colocaria o produto. E o monopólio decorria exatamente do País ter necessidade do produto. Ou seja, numa escala de produção, havia a produção em si, incipiente, pequena, antieconômica, do ponto de vista da economicidade do mundo, mas perfeitamente adequada ao, vamos dizer assim, submodo de produção regional. Ou seja, quem estava produzindo a borracha, quem estava comercializando, estava ganhando. E nessa espécie de subcapitalismo, o País saiu ganhando. Hoje, o País importa borracha. E o principal problema do País, hoje, em termos de relacionamento com o resto do mundo, é sua balança comercial. Ou seja, se o Brasil não estivesse fazendo outra coisa, estivesse subsidiando pesadamente... Quem subsidia banco — e os números são de 100 bilhões de dólares — poderia, por exemplo, está colocando dois reais de subsídio para a borracha. E se nós fôssemos para uma continha na ponta do lápis, nós íamos ver que, se pagássemos dois reais de subsídio, seria muito menos do que os juros que paga pela diferença que é importada. Pelos seus números aqui se importa 95 mil toneladas. Não é isso? Ora, importado em dólar, os juros, o Brasil chegou a pagar juros de 45%. Então, a conta demonstraria que, se o País pagasse, ou ao invés de noventa centavos, pagasse mais do que o dobro, ainda assim, na matemática, na continha, o País sairia ganhando. Bom, se esse é um quadro real do ponto de vista da economia, se eu posso lhe assegurar que o que tem de desemprego na Amazônia não pode ser tratado pelas vias tradicionais ou convencionais que

acontecem no Sul... Por exemplo, vão aumentar os investimentos lá. Lá, nós temos uma capacidade ociosa mesmo no extrativismo. Eu acho que toca também nisso, quando diz que elimina o bóia-fria, porque tem atividade durante todo o ano. Também por esse lado, essa chaga que tem na Amazônia, que é o desemprego que tem em todo o Brasil, mas quero repetir: o tratamento na Amazônia tem que ser diferente. Se nós explorássemos a seringueira e subsidiássemos, ainda assim, sairíamos ganhando. O senhor me traça um quadro altamente alvissareiro, o senhor me diz que os preços estão subindo no mercado internacional. O senhor me mostra que a oferta, a tendência da oferta é continuar menor do que a demanda, que no horizonte de 2020 vai se ter um déficit de 2 milhões de toneladas. O senhor diz que a tecnologia existente e, portanto, sob controle nacional, ela é suficiente para atender os requisitos da produção em nível econômico. O senhor diz que tem áreas favoráveis, onde a atividade poderia se desenvolver, porque não tem **microcylus ulei**, essa coisa toda. E fala ainda da economicidade que essa atividade pode ter através de consórcios com outras culturas. Dito isso, nesse quadro tão positivo, como é que o senhor me explica que a economia da borracha — o senhor é um homem experimentado, com essa vivência toda que falou aí e que foi muito boa, esqueci de parabenizá-lo no início, deveria ter feito, mas faço-o agora — como é que o senhor explica que a economia da borracha esteja em petição de miséria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Professor. O senhor pode responder, professor.

O SR. EURICO PINHEIRO - É o seguinte: primeiro, precisa dizer o seguinte: quem tem a área que nós temos, vocacionada pra borracha, quem tem tudo isso que o senhor ressaltou e não produz borracha, o mínimo que se pode dizer é menoscabo, é o mínimo. É isso aí. Isso sintetiza o que é. É inconcebível que este Governo não tenha ainda um programa setorial de borracha definido. Não tem. Se o senhor pegar um histórico mesmo, um levantamento histórico, vai ver por quantas **nuances** passou. Quantos processos? Nós tínhamos um processo sadio, que era o contingenciamento. Mas os industriais, altamente... Olha, nós tínhamos a TORMB, que sustentava... E o senhor, como amazônida, sabe perfeitamente quanto ela proporcionou. A pesquisa, o alicerçamento da pesquisa com a borracha na Amazônia, no Brasil, se deveu, acima de tudo, à SUDHEVEA, à TORMB. A TORMB chegou, a SUDHEVEA chegou a receber trezentos milhões de dólares em determinado ano. Gastava disso aí 5% na sua manutenção. O resto tudo era aplicação. O senhor, não sei conhece, o Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira, que foi seringueira, depois foi dendê, depois não foi coisa nenhuma, porque essa pesquisa com seringueira foi liquidada, por falta de recursos. Isso tudo mostra...

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Só pra lhe dizer, no Amapá, lá na minha terra, nós chegamos a exportar clones. A infra-estrutura da heveicultura lá era muito grande.

O SR. EURICO PINHEIRO - Eu conheço bem. João Cleófas.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Acabou.

O SR. EURICO PINHEIRO - Seringal João Cleófas e tantos outros.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - João Cleófas, hoje, João Cleófas queimou todo.

O SR. EURICO PINHEIRO - Todo. Queimou todo.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Hoje, é um clube lá.

O SR. EURICO PINHEIRO - A unidade, a EMPRAPA... Hoje, estou responsável pelo programa de seringueira, da pesquisa de seringueira na Região Norte. Ali, nessa área aqui, uma parte está articulada nessa área da minha responsabilidade. Estou tentando montar uma série de estudos lá, mas a EMPRAPA, absurdo, é sem recursos, total, completo e absoluto. É incrível o que... Olha, eu tenho um subprojeto na havea(?), essa área de escape, que eu deveria consignar dentro da verba do IBAMA que não podia ser tocada. É intáctil aquela verba que veio. Deveria receber pelo menos quinze mil reais pra desenvolvimento de pesquisa. Não recebemos um centavo. O projeto não faliu graças a essa articulação com a CODEARA nesse Estado. Então, vislumbra-se modificações nesse sentido. Mas eu não sei o que vai acontecer.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Eu queria fazer uma sugestão, Presidente. Como a exposição dele foi uma exposição técnica e factual, eu entendo que as respostas que ele vem dando, especialmente essa que eu fiz agora e a do Relator, elas são mais interessantes para a Comissão do que propriamente a exposição. Por isso, eu queria pedir, se fosse possível, o senhor encaminhasse essa resposta por escrito pra nós.

O SR. EURICO PINHEIRO - Perfeito, faço, sim. Agora, eu não sei com quanto tempo eu teria pra... Eu estou saindo de férias, é um programa agora, recente, e eu não podia me comprometer nesse curto espaço de tempo. E queria as perguntas redigidas, encaminhadas pra mim, embora ressalte: não é minha área. Os senhores poderão ter pessoas muito mais abalizadas, muito mais entendidas, muito mais identificadas com esse setor. Por favor, eu tô pronto pra colaborar. Entretanto, há pessoas muito mais identificadas com o problema pra ser questionado.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Mas a questão... Presidente, me permita. A questão da opinião, que eu achei interessante que o senhor colocou. Vou fazer uma pergunta técnica agora. A questão do acompanhamento técnico. As notas taquigráficas, elas reproduzirão o que ele falou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Com certeza. Reproduzem perfeitamente. É, e o técnico está ali atrás também acompanhando, que vai acompanhando o relatório final. Bem, dando prosseguimento, com a palavra o Deputado Jorge Costa, do Pará.

O SR. DEPUTADO JORGE COSTA - Sr. Presidente, Dr. Eurico, a quem eu parabenizo neste momento pela brilhante exposição, conhecimento sobre a matéria que entusiasma a gente e tira até o sono da gente. A gente já vem pra cá, depois de tá duas horas numa Comissão, vem pra outra, mas eu gostaria sinceramente que esse trabalho da CPI da Borracha que desse um resultado positivo, em benefício de toda a Amazônia, principalmente da classe mais desfavorecida, daqueles que, esse programa eu tenho interesse, eu tenho certeza que ele será destinado mais a essa classe despossuída da nossa região. Poderá socorrer essa classe com mais eficiência do que qualquer outro programa, porque o homem da Amazônia é inculto, ele, se lhe ensina na agroindústria, ele aprende, porque ele veio dali, ele sabe plantar, ele, com qualquer ensinamento, ele vai pra adiante. Então, é um programa destinado à pobreza da nossa região. E me causa muita espécie em saber por que esse desincentivo, essa falta de interesse pela produção da borracha, principalmente naqueles seringais da Goodyear e outras empresas estrangeiras da Amazônia que foram abandonadas, completamente abandonadas. E hoje estão sendo invadidas pelas ervas, estão sendo destruídos. Eu acho que isso merece assim uma resposta e merece que se dê uma atenção muito grande. Eu mesmo tenho, por exemplo, já comprei uma fazenda, uma propriedade rural, no meu Município, na periferia, onde muitos proprietários rurais plantaram seringais, né, seringais plantados artificialmente; não foram seringais, não são seringais nativos. E esses seringais, a princípio, há o seringueiro que vivia na região, e a gente pra ajudar, como proprietário da área, e que a gente não tem interesse muito na produção, a gente até dava, pra ele repetir área, a seringa, para dar condição pra que a pessoa melhore o seu padrão de vida. Mas nem assim mesmo eles se interessaram em continuar tirando a seringueira. Será que não existe um bloqueio das empresas internacionais que têm interesse que a seringueira plantada na Amazônia, essa atividade seja desincentivada e o interesse naturalmente noutras, noutros assuntos comerciais? Será que a gente não tem uma resposta pra isso? Isso é importante a gente saber por quê. Porque essa atividade, conforme V.Exa. falou ainda agora, tão importante, mesmo pro seringueiro nativo, pra servir de atividade complementar pra ele. É interessante que ele plante hoje, como já vimos esse consórcio de seringueiras com banana, com cacau, com café, com cupuaçu, até mesmo com outras plantas que a gente vê, até abacaxi, e outras e outras, depende do espaçamento que se der à seringueira. Essa atividade é tão importante! Por que não se incentiva, por que não se agrega mais valores ainda, até no incentivo acerca do aproveitamento do madeiro, do madeiro da seringa, né?, para a atividade industrial. Enfim, isso deixa uma interrogação muito triste pra nós, da Amazônia, de saber que o homem da Amazônia, ele tem que ser, tem que ter uma

ocupação. O único meio de afastar o fantasma — o exemplo da própria evasão que se tem tanto falado, né?, a ocupação estrangeira da Amazônia — é a plantação da seringueira e desses consórcios e da atividade agroindustrial. Não acredito que a Amazônia vá viver mais só do extrativismo, mas tem que agregar valores de produção, de indústria na produção amazônica pra que a gente realmente tenha resultados integrais. Agora, é preciso observar que nós estamos nessa CPI para chegar a uma resposta acerca por que do desincentivo, por que essa falência da produção da seringueira na nossa região amazônica e mesmo... principalmente da região amazônica. Nós sabemos que em São Paulo, o senhor mostrou ainda agora, há grande quantidade de seringais, que são artificiais, de seringais plantados e com grande desenvolvimento. Por que na Amazônia, onde a terra é propícia, tem vocação pra plantação? Então, é essa minha principal pergunta, é nesse assunto. E se existe alguma, alguma condição de descobrir se existe algum bloqueio internacional, alguma outra atividade que viesse retirar essa importância dos seringais na Amazônia. Só isso.

O SR. EURICO PINHEIRO - Desculpe. Eu vou tentar responder o seu questionamento. Em primeira fase, dizer o seguinte: que o problema por que está acontecendo isso, né? A meu ver, empresas como... Bem, a Goodyear, Pirelli, Dunlop, Firestone vieram pro Brasil por determinação legal, uma lei, no tempo do Getúlio. O Getúlio chamou-os numa reunião e disse: "Olha, ou plantem seringueira ou etc... Tem de plantar seringueira no Brasil ou tantos por cento do que vocês, é, do lucro. Eles entraram num acordo. Cada qual tinha de plantar 1.200 hectares de seringueiras. A Firestone foi pra Bahia, a Dunlop arreprou carreira logo, porque encerrou suas atividades aqui, a Pirelli e a Goodyear vieram pra Belém, pro Pará. Ficaram, uma pertinho de Belém, outra no São Francisco do Pará. Agora, naquela oportunidade, eu me lembro, eu estava gerenciando Belterra(?), plantações fora de Belterra(?). Eles vieram, o Dr. Vaiconi(?), o Beringeri(?) e o Gastoni(?) estiveram lá comigo. Disse: "Olha, qual é o clone que nós vamos plantar?" Isso em 1955, 56. Digo: "Senhores, eu não tenho idéia, nós temos, não sabemos, nós temos aqui, eu tenho um elenco de clones, não sei como eles irão comportar. Aqui eles tão bem, mas não sei como vão ser tratados por essa região, se vão se comportar bem. "Então, o que é que o senhor... Olha, eu sugiro o seguinte: vocês tenham dez melhores; dou pra vocês os dez melhores. Eles vieram e plantaram. Naquela oportunidade, na Goodyear, se o senhor chega lá, plantaram uma linha de cada clone, plantaram uma linha de uns cinco; escolheram cinco, plantaram uma linha de cada clone, na doce ilusão de que pelo menos 20%, uns morreriam, atacados pela enfermidade, 80% da produção salvava-se. Mas não é que 80% é que ficou liquidado. Não dá. Então, a gente chega... chegou-se à conclusão de que você plantar, nós não temos a pesquisa, não conseguiu produzir. Nenhum clone, nenhum clone de seringueira altamente produtiva é altamente resistente a essa enfermidade; não tem. Então, qual foi a alternativa? Então, a Goodyear...

Olha, primeiro que essa doença, enfermidade, abateu o potencial do Ford. A empresa Ford, quando veio pra cá pro Brasil, foi abatida exatamente por causa da enfermidade. Depois, venderam a plantação, entregaram de bandeja e entregaram pro Brasil. Goodyear, o que aconteceu? Goodyear, controle fitossanitário, com pulverização de fungicidas aí, não, foi ineficiente. E vai por aí afora. Ficaram produzindo anos seguidos, só saíram há cinco anos passados, é que deixaram a plantação, "venderam a plantação", entre aspas, e foram embora porque tavam faturando no vermelho, não conseguiam nenhum instante faturar no verde. A Firestone faz exceção. A Firestone... Tem uma condição microclimática na Bahia, então, nesse microclima, não ataca muitos fungos e tem umas raças, poucas raças atacando. Então, deu pra safar a Firestone, mas, mesmo assim, a Firestone hoje faz enxertia de copa tão articulados com o Dr. Vicente, fazendo enxertia de copa nos seringais pra saber qual as melhores combinações, que é o, é o caminho. Mas tem uma exceção. A Michellin tem 9 mil hectares de borracha, produzindo menor unidade, com clones orientais e clones brasileiros, clones (*ininteligível*), e não teve nenhum problema. Mas, a Goodyear, por exemplo, hoje, eu tenho a convicção... A Goodyear tem grandes plantações fora, tem o maior empenho em vender borracha pra cá pro Brasil, pra suas plantações, pra suas fábricas, é do bolso direito pro bolso esquerdo. Mas não há, não há, tacitamente eu acho que não há nenhuma ação premeditada de bloqueio. Não. O que temos é, nós não sabíamos aonde devíamos plantar seringueira na Amazônia, nem o que plantávamos, nem como plantávamos. Mudou tudo isso em função dos trabalhos desenvolvidos na área de escape. E há dois anos o Dr. Vicente deu solução, em Manaus, pra esse problema da enxertia de copa. Então, isso é recente. É pesquisa recente. Mas tá aí uma solução. O caminho está aí. Agora, é preciso o Governo encarar com seriedade. Como? Despender recurso, colocar recurso pra desenvolvimento da pesquisa, porque não existe tecnologia se não for com pesquisa, um alicerce de pesquisa. Isso é balela. É atirar no (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO JORGE COSTA - Gostaria de fazer uma nova pergunta, uma réplica. Perfeitamente aceitável as colocações do companheiro. Entretanto, será que não houve realmente um propósito de abandonar mesmo, porque essas plantações vinham sendo produtivas há muito tempo e davam uma ocupação pro homem daquela região excelente. Eu mesmo atendia no hospital lá próximo da plantação, eu atendia às pessoas que eram atingidas pela pararama, por uma lagarta que...

(**Não identificado**) - Aonde? Na Goodyear?

O SR. DEPUTADO JORGE COSTA - ... na Goodyear. Pararama...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - São Francisco do Pará.

O SR. DEPUTADO JORGE COSTA - Mas era uma atividade muito importante pra o desenvolvimento daquela região. Será que o Governo também deve ter sua culpa, porque

abandonou, deixou de dar assistência rural àquelas seringueiras. O que se vê é isso. Deixaram de fazer a, não sei, o saneamento das plantações. E por que não se dar a esses próprios seringais que hoje estão lá ainda vivos, apesar de tudo, estão lá ainda, né? Mas quem sabe que se entregasse ele pro próprio produtor, pro próprio homem do campo, pra ele explorar essa atividade, pra ele... E não, ele se... não seria tão útil em não utilizar esta seringa, não só pra fabricação de pneus, mas de outras utilidades que têm tanta aplicação, a seringa..

(Não identificado) - Ô, Deputado, (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO JORGE COSTA - ...a seringa aqui pra tapetes, pra, enfim, balões... Tem um proprietário de grande seringal lá, que não é o da Goodyear, é particular, que ele tem uma fábrica, uma indústria de balões e vende muito bem.

O SR. EURICO PINHEIRO - ... Município de Tailândia, que é uma válvula de escape.

O SR. DEPUTADO JORGE COSTA - É. Então, eu acho que...

O SR. EURICO PINHEIRO - (*Ininteligível*) da Goodyear.

O SR. DEPUTADO JORGE COSTA - É a diversificação de aplicação do produto...

O SR. EURICO PINHEIRO - Eu sei.

O SR. DEPUTADO JORGE COSTA - ... na própria região é que falta incentivo, falta interesse em melhorar a aplicação e recursos para seringueiras.

O SR. EURICO PINHEIRO - Deputado, por favor. Eu quero ressaltar o seguinte: problema da Goodyear eu conheço desde os primeiros dias. Acompanhei **pari passu**. Todo aquele programa, todo aquele esquema de plantio, o controle das enfermidades, as doenças, a pararam... Deixa eu lhe dizer alguma coisa. Havia interesse pleno da Goodyear, produzir borracha ali. Havia. Mas esbarrou numa contingência imutável, porque foram os fungos que mudaram a raça de fungo atacando e liquidando. Nenhuma empresa sadia, consciente vai continuar... Tá dando prejuízo... Trezentos e oitenta quilos de borracha médio no seringal maduro não paga sequer, sequer, os empregados de escritório, quem dirá os seringueiros. Então, resolveram, quando vieram "vender a plantação", entre aspas... A planta... Eu fui convidado pelo INCRA, a primeira tentativa fazer com que... venderam. Foi invadida a plantação pelos seringueiros. Os seringueiros tomaram conta de tudo. Acabaram com o seringal! Eu tava morrendo, que eles usaram a última pá de terra....

O SR. DEPUTADO JORGE COSTA - ... assistência do Governo.

O SR. EURICO PINHEIRO - Não, não, não é assistência do Governo. A invasão não foi assistência do Governo, foi invasão mesmo! Tomaram conta. Depredaram! Eu acompanhei, depois vi. Vi o seguinte: convocado, solicitado pelo INCRA, por determinação inclusive do Ministério da Agricultura, montei uma equipe pra fazer avaliação do seringal. Eu tenho esse documento, fotográfico inclusive, daquela ocasião. Posso lhe mostrar uma

transparência, já, já lhe mostrar aqui pra... esclarecedora. Então, o que aconteceu é o seguinte: o seringal morrendo todo, quando muito morto. A seringueira não é uma planta pra... é diferente das culturas tropicais. Cacau, tira fruto, pimenta-do-reino, cupuaçu, etc, coco, qualquer dessas tirou o fruto, tirou a ... seringueira, você agride a seringueira, você descasca a planta. Tem que ser um trabalho meticuloso. Basta aprofundar o corte mais, deu no pau, acabou o painel, matou a vaca dos... a galinha de ovos, de ovos dourado, né?

O SR. DEPUTADO JORGE COSTA - Falta de orientação...

O SR. EURICO PINHEIRO - Então... Mas na Goodyear, com tudo isso aí, a seringueira, atacada pela enfermidade, morrendo, o que é que eles iam fazer? Não tinha alternativa senão o que fizeram: venderam, pagaram pra alguém comprar. Sei lá. Dizem. Eu não tenho certeza disso. Mas o fato é que eles venderam. Venderam a plantação e, esse senhor, então, que esteve comigo, eu perguntei a ele o que ele comprou depois da... já na mão do... eles encontraram intermediário, esse intermediário é o Possato(?), Amaral Possato(?), Roberto Amaral Possato(?), foi quem comprou da Goodyear e passou pra eles já em plantação invadida. Ele foi comigo, que eles tavam numa briga no Ministério, no INCRA por causa de preço, custo do.. Eu digo, olha... Eu primeiro recusei. Eu digo, não isso é... Eu disse pro meu diretor: Isso aqui não é atividade de pesquisa. "Não, nós não vamos fazer outra coisa se formos mediar agora as questões de valor de propriedade, de avaliação de propriedade, que eles faça isso". Mas tive que fazer pro Ministério um relatório...

O SR. DEPUTADO JORGE COSTA - Qual foi a (*ininteligível*)?

O SR. EURICO PINHEIRO - Muito bem. Mas quando eu... esse senhor chegou lá pra conversar comigo, eu perguntei: o senhor é mineiro? Por quê? (Risos) Comprou um (*ininteligível*), porque a plantação não valia mais nada, não tem mais nada. Entendeu? Aquilo... nem... Olha, ele está preocupado a madeira. Eu falei pra ele a valorização da madeira. Sim, mas eu vou fazer pelo menos um cabo de... Eu digo: Olha, só se for cabo de vassoura, porque as árvores tão desse tamanho. A sangria que eles faziam, é sangria predatória, sangria agressiva, hoje, os que invadiram, que eram seringueiros. Mas no afã de tirar mais borracha, faziam duas espirais completa na mesma planta, em dias seguidos. Isso quer dizer, isso mata a planta com... rapidamente leva ao esgotamento e morte da planta, tá? Esse é um aspecto. Quanto ao da pararama...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Concluindo, companheiro.

O SR. EURICO PINHEIRO -... é outro capítulo. Só completando o da pararama que o senhor falou, que atendia e tudo o hospital. É, vou lhe contar o que aconteceu com o pararama. Eles descobriram, olha, seringa... Eu tinha problema de pararama lá em Belterra(?), mas era um grande seringal, e o número era pequeno, reduzido. Eu comentava com o Brian: puxa vida, vocês têm um, uma incidência grande. E ele descobriu o que era. A pararama, a

lagarta, deixa umas cerdas pequeninas dentro da tigela. Quando ele vai fazer a limpeza da tigela, que ele passa a mão dentro, não é?, aquelas cerdas entram aqui na junta e vão ao periósteo e fica fazendo, eles ficam, fica anquilosada a mão dele. Totalmente anquilosada. Aí ele ia pro seguro e pedia indenização e o seguro pagava indenização do dedo. Dois dedos mutilados. Muito bem. O Brian acabou com isso dizendo o seguinte: "Eu pago o seguro. Agora, seringueiro que chegar aqui com dedo doente já sabe, eu pago e mando embora. Demito". Acabou com o problema da pararama. Eles passaram a ter mais cuidado. Porque tavam vendendo dedo anquilosado pra.... É essa história, é essa a gente que tá lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Badu Picanço) - Bem, agradeço... Tá satisfeito, Deputado? Agradeço a presença do Prof. Eurico Pinheiro, bem como a dos Srs. Deputados. E nada mais havendo a tratar encerro os trabalhos, antes convocando reunião para o próximo dia 8. E quero aproveitar a oportunidade que, dia 8, será apresentado o espelho do relatório final que será aprovado no dia 14. Então, eu peço a presença de todos os Deputados integrantes dessa Comissão, porque depois não haverá mais tempo de reivindicarem sobre o requerimento. Está encerrada a reunião.